



VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA

**PRÁTICAS DE GESTÃO DAS ÁGUAS MINERAIS E OS
MOVIMENTOS DELIBERATIVOS DA GESTÃO SOCIAL NO
CIRCUITO DAS ÁGUAS NO SUL DE MINAS GERAIS**

LAVRAS – MG

2018

VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA

**PRÁTICAS DE GESTÃO DAS ÁGUAS MINERAIS E OS MOVIMENTOS
DELIBERATIVOS DA GESTÃO SOCIAL NO CIRCUITO DAS ÁGUAS NO SUL DE
MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organização, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Doutor.

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

**LAVRAS – MG
2018**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Alcântara, Valderí de Castro.

Práticas de gestão das águas minerais e os movimentos
deliberativos da gestão social no Circuito das Águas no Sul de
Minas Gerais / Valderí de Castro Alcântara. - 2018.

234 p.

Orientador(a): José Roberto Pereira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2018.

Bibliografia.

1. Sistemas Deliberativos. 2. Análise de Discurso Crítica. 3.
Conflitos Hídricos. I. Pereira, José Roberto. II. Título.

VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA

**PRÁTICAS DE GESTÃO DAS ÁGUAS MINERAIS E OS MOVIMENTOS
DELIBERATIVOS DA GESTÃO SOCIAL NO CIRCUITO DAS ÁGUAS NO SUL DE
MINAS GERAIS**

**MINERAL WATER MANAGEMENT PRACTICES AND THE DELIBERATIVE
MOVEMENTS OF SOCIAL MANAGEMENT IN THE WATER CIRCUIT IN THE
SOUTH OF MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organização, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Doutor.

APROVADA em 17 de dezembro de 2018

Dr. Airton Cardoso Cançado	UFT
Dra. Eloísa Helena de Souza Cabral	UFLA
Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior	UNIS
Dra. Sabrina Soares da Silva	UFLA

Prof. Dr. José Roberto Pereira
Orientador

**LAVRAS – MG
2018**

Para Kelly, Alice e Pedro – com eterna gratidão!

Dedico

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus agradecimentos àqueles(as) que são “responsáveis” por esta tese. Diferente do habitual agradecimento terminando com “eu assumo total responsabilidade pelo conteúdo”, isso não faz sentido na noção de ato ético da vida humana de Mikhail Bakhtin. É, aliás, este hábito um apagamento da alteridade e intersubjetividade constitutiva de qualquer obra humana. Portanto, esta tese é obra da alteridade daqueles que aqui menciono e me desculpo pelos que, eventualmente, não foram mencionados, mas tiveram presenças em suas ausências.

Agradeço à Deus pela vida e força em todos os momentos e a minha família pelo apoio. A segunda família que me aceitou (Elenir, Carlos, Kariny, Rômulo e Teresa).

Agradeço à Kelly, Alice e Pedro. Kelly pela força nas infinitas lutas diárias. Kelly, para você que enfrentou tantos desafios, espero que a próxima etapa possa trazer alívio e alegria: com certeza também “*teremos coisas bonitas pra contar*”. Minha gratidão à Alice e Pedro, Alfa e Ômega das letras desta tese. Alice veio no primeiro ano, quando esta tese não era sobre águas minerais – faz três anos que é curiosa, inquieta, animada, bagunceira, divertida, prestativa e carinhosa. Pedro veio no último ano da tese. São 8 meses em que se tornou múltiplo, dos quais, os Pedros “anhonha” e “poni” foram os que mais nos alegraram. Agradeço pelas vivências: sorrisos dos dias calmos e esperanças dos dias difíceis. Nesta tese vocês três são as presenças, que mesmo textualmente ausentes, mais deixaram marcas.

Agradeço a Cidinha e a Graziela que sem os cuidados com meus filhos, esta tese não seria possível.

Agradeço as contribuições dos professores Dr. Fernando Guilherme Tenório e Dr. Luís Moretto Neto na qualificação. Agradeço também aos professores Dr. Airton Cardoso Cançado, Dra. Sabrina Soares da Silva, Dr. João Batista Rezende e Dr. José de Arimatéia Dias Valadão. Obrigado pelas contribuições.

Agradeço ao meu orientador, professor José Roberto Pereira, pelas infinitas oportunidades, pelo apoio incondicional e pela amizade construída e demonstrada ao longo destes anos de UFLA. À professora Eloísa Cabral pelo carinho e dedicação. Sou sempre grato pela amizade – a *philia* que pratica “querendo para alguém o que se pensa de bom, e por sua causa e não pelas nossas próprias, e assim estar inclinado, tão tempo quanto puder, fazer tais coisas por ele” (Aristóteles).

Agradeço ao professor Pedro dos Santos Portugal Júnior pela parceria dos “pesquisadores das águas”. Minha tese deve muito a sua. Obrigado! Agradeço ao professor José de Arimatéia Dias Valadão que sempre esteve atento a me informar as assimetrias da tese.

Agradeço aos colegas e amigos,

José Willer do Prado, Mirian Rosa, André Paiva, André Spuri, Luís Fernando, Eduardo Rooke, Rayne Araujo, André e Lindsay. Em especial ao Zeca – um colega de universidade, um irmão de vida. Minha gratidão!!!

Agradeço a Deila Pereira e Deborah Braga pela prestatividade e amizade.

Agradeço ao NEAPEGS: Thatiana Stacanelli, Ana Eliza Alvim, Lucas Canestri de Oliveira, Elaine dos Santos Teixeira Cruz, Érica Ferreira e Jéssica Machado! Obrigado também à INCUBACOOOP pela oportunidade de trabalhar com vocês e também pelo apoio nos dias finais desta tese.

Obrigado aos pesquisadores das águas em suas multiplicidades: Raphael Vianna, Pedro Portugal, Thaís Dalla Corte, Ana Paula, dentre outros. Em especial à Ana Paula Lemes de Souza, pela luta, pela força e pelo afeto. Foi seu afeto pelas águas minerais que moveu boa parte dessa tese. Obrigado!

Agradeço o encontro com o professor Raphael na construção desta tese. Se o adjetivo “social” que minha tese carregava de “gestão social” já era algo em consolidação, para Raphael era aquilo que precisa ser descoberto e explicado. Nas nossas teses as divergências são tamanhas que optamos pelo diálogo (ponto para Habermas), mas no fim posso dizer que pretendo seguir o estudo das cosmopolíticas (ponto para Latour).

Aos membros da ONG Nova Cambuquira, AMPARA, Caxambu Mais e a todos que lutam em prol das águas minerais. Agradeço, em especial, os votos de confiança de Doris, Marcos Rodrigues, Liana Bahia, Thiago Sales e Toninha.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Agradeço à Universidade Federal de Lavras (UFLA), ao Departamento de Administração e Economia (DAE) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), pela oportunidade e carinho.

Agradeço as águas minerais, que passei a considerar parte fundamental da tese. Mesmo com as assimetrias de uma tese “moderna” espero que elas possam falar por meio do presente estudo. Espero ainda que a tese seja um pedaço a mais da composição de um mundo em que as águas minerais possam existir e buscar as suas condições de felicidade.

Finalizo esta parte agradecendo a canção “Metal Contra as Nuvens” de Dado Villa-Lobos e Renato Russo. Devido acontecimentos para além desta tese a sua parte final foi marcada por dificuldades diversas. Em grande parte, novas esperanças vieram da força contida nessa canção: “*E nossa história não estará pelo avesso. Assim, sem final feliz. Teremos coisas bonitas pra contar*”. Não importa qual seja o sentido dado pelos autores à letra, ela sempre me

lembrará estes dias de contratempos e esperanças que me impuseram a necessidade de distinguir amigos e inimigos do meu viver.

*Não sou escravo de ninguém
Ninguém, senhor do meu domínio
Sei o que devo defender
E, por valor eu tenho
E temo o que agora se desfaz*

*Viajamos sete léguas
Por entre abismos e florestas
Por Deus nunca me vi tão só
É a própria fé o que destrói
Estes são dias desleais*

*Eu sou metal, raio, relâmpago e trovão
Eu sou metal, eu sou o ouro em seu brasão
Eu sou metal, me sabe o sopro do dragão*

*Reconheço meu pesar
Quando tudo é traição
O que venho encontrar
É a virtude em outras mãos*

*Minha terra é a terra que é minha
E sempre será
Minha terra tem a lua, tem estrelas
E sempre terá*

*Quase acreditei na sua promessa
E o que vejo é fome e destruição
Perdi a minha sela e a minha espada
Perdi o meu castelo e minha princesa*

*Quase acreditei, quase acreditei
E, por honra, se existir verdade
Existem os tolos e existe o ladrão
E há quem se alimente do que é roubo
Mas vou guardar o meu tesouro
Caso você esteja mentindo*

*Olha o sopro do dragão
É a verdade o que assombra
O descaso que condena
A estupidez, o que destrói
Eu vejo tudo que se foi
E o que não existe mais*

*Tenho os sentidos já dormentes
O corpo quer, a alma entende
Esta é a terra de ninguém
Sei que devo resistir
Eu quero a espada em minhas mãos*

*Eu sou metal, raio, relâmpago e trovão
Eu sou metal, eu sou o ouro em seu brasão
Eu sou metal, me sabe o sopro do dragão*

*Não me entrego sem lutar
Tenho, ainda, coração
Não aprendi a me render
Que caia o inimigo então
Tudo passa, tudo passará*

*E nossa história não estará pelo avesso
Assim, sem final feliz
Teremos coisas bonitas pra contar*

E até lá, vamos viver
Temos muito ainda por fazer
Não olhe pra trás
Apenas começamos
O mundo começa agora
Apenas começamos

Composição: Dado Villa-Lobos / Renato Russo ·

MUITO OBRIGADO!

Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo, da qual ela é expressão segunda. (Fenomenologia da percepção, Maurice Merleau-Ponty).

Mas deveríamos abandonar também a ideia de que a ciência é o campo de fatos incontroversos e incontestáveis. A ciência, sempre com “c” minúsculo, é o campo da produção, por meio da instituição de muitas disciplinas e do monitoramento de muitos instrumentos, de um amplo acesso a um grande número de entidades com as quais a politeia deve ser construída. Nessa visão, tanto a ciência como a política são atividades mundanas, ou mesmo modestas, prosaicas e frágeis, permanecendo abertas à dúvida, à revisão, e passíveis de equívocos, tão logo suas delicadas operações não sejam constantemente sustentadas. A única coisa que elas não podem se permitir é atuarem separadamente: sem os instrumentos da ciência, o corpo político jamais saberá quantas entidades desconhecidas é preciso levar em consideração. E sem a política, o mesmo corpo político jamais saberá ordenar, selecionar e ranquear aquele número desconcertante de agências com as quais ele tem de compor progressivamente um mundo comum – que é a definição que propus para a política com ciência. (Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno, Bruno Latour).

Não há dúvida de que a guerra dos mundos está ocorrendo; unidade e multiplicidade não podem ser alcançadas a menos que sejam progressivamente reunidas por delicadas negociações. Ninguém pode constituir a unidade do mundo para qualquer outra pessoa, como costumava ser o caso [...], isto é, oferecendo generosamente para deixar aos outros que entrem, na condição de que eles deixem na porta tudo o que é caro para eles: seus deuses, suas almas, seus objetos, seus tempos e espaços, em suma, a sua ontologia. (War of the Worlds: What about Peace, Bruno Latour).

RESUMO

Nesta tese iniciamos a investigação pela emergência de movimentos deliberativos em torno das disputas pelas águas minerais. Após isso, examinamos práticas sociais de gestão das águas minerais no município de Cambuquira, Minas Gerais, e as suas articulações na possível formação de um sistema deliberativo. Dessa forma, no âmbito da interdisciplinaridade de conhecimentos-interesses, mediante um estudo teórico-empírico que vem sendo desenvolvido desde junho de 2016 pelo Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS) e do arcabouço teórico da gestão social, dos sistemas deliberativos e da teoria social do discurso, nos propomos a compreender a emergência de movimentos deliberativos a partir do poder causal da gestão social, no contexto dos conflitos entre práticas de gestão das águas minerais. Apresentamos uma revisão de literatura ampla sobre Gestão Social, Sistema Deliberativo e Teoria Social do Discurso. Do ponto de vista ontológico adotamos uma postura realista crítica tendo em vista o foco do estudo a partir de quatro eventos sociais (Editais de 2001, 2005 e 2017 e Consulta Pública de 2017) e três momentos de emergência (dos eventos/ações às práticas sociais; das práticas aos movimentos deliberativos; dos movimentos ao sistema deliberativo). Os dados foram coletados por observação participante, pesquisa documental e pelo método de intervenção do DRPE. A pesquisa foi construída de forma participativa e cooperativa entre universidades e organizações da sociedade civil atuantes no Circuito das Águas. Apresentamos os resultados em três artigos, a saber, Artigo 1 – “As águas minerais a partir do mundo-da-vida: constituição dos ‘Guardiões das Águas’ no Sul de Minas Gerais”, Artigo 2 – “Os poderes causais dos ‘Guardiões das Águas’ no Circuito das Águas de Minas Gerais: a estruturação da ação coletiva e seus movimentos” e “Artigo 3 – Práticas de gestão social das águas no Sul de Minas: composições e desvios na formação de um sistema deliberativo”. Concluimos que o poder causal da gestão social foi capaz de articular a emergência de movimentos deliberativos no contexto dos conflitos entre práticas diferentes de gestão das águas minerais. No entanto, a partir da investigação focada em Cambuquira percebemos que não houve a formação do sistema deliberativo – que continua apenas como um potencial – dado as assimetrias, antagonismos e enfrentamentos entre as práticas de gestão e seus praticantes. A pesquisa ainda explicitou que: a) no contexto do problema da exploração das águas minerais, movimentos deliberativos são entidades emergentes e com poderes causais irredutíveis aos atores individuais; b) a emergência dos movimentos deliberativos é permeado por disputas (fixação de termos, objetivos, ações, discursos, representações e sentidos) internamente e externamente aos “Guardiões das Águas”; c) os movimentos deliberativos e as práticas que eles performam possuem potenciais ainda não realizados para a formação de um sistema deliberativo de decisões públicas; d) a gestão social carrega o poder causal de articular fatos-valores transformativos das relações entre eventos, práticas e estruturas; e) as águas minerais ensejam uma diversidade de conflitos dos quais emergem entidades, articulações e práticas; e f) a pesquisa indica a permanência dos conflitos já que o entendimento entre os atores concernidos ainda não foi composto.

Palavras-chave: Sistemas Deliberativos; Deliberação Pública; Análise de Discurso Crítica; Conflitos Hídricos; Realismo Crítico.

ABSTRACT

In this thesis we began the investigation by the emergence of deliberative movements around disputes over mineral water. Thereon, we examined social practices over mineral water management in the county of Cambuquira, Minas Gerais, and their articulations on possible formation of a deliberative system. Thus, in the scope of interdisciplinarity of knowledge-interests, through a theoretical-empirical study that has been developed since June 2016 by the Nucleus of Studies in Public Administration and Social Management (NEAPEGS) and the theoretical framework of Social Management, Deliberative Systems and Social Theory of Discourse, we propose to understand the emergence of deliberative movements from the causal power of social management in the context of conflicts between management practices of mineral water. We bring a broad literature review on Social Management, Deliberative System and Social Theory of Discourse. From an ontological point of view, we adopted a realistic critical approach bearing in mind the study focus from four social events (2001, 2005 and 2017 Notices and 2017 Public Consultation) and three emergency moments (from events/actions to social practices; from practices to deliberative movements; from movements to deliberative systems). Data were collected through participant observation, documentary research and by the DRPE intervention method. The research was built in a participatory and cooperative approach between universities and civil society organizations operating in the Water Circuit. We present results in three articles, namely, Article 1 – “Mineral water from life-world: constitution of the ‘Water Guardians’ in the South of Minas Gerais”, Article 2 – “The causal powers of ‘Water Guardians’ in the Water Circuit of Minas Gerais: the structuring of collective action and its movements” and Article 3 – “Practices of social management of water in the South of Minas: compositions and deviations in formation of a deliberative system”. We conclude that causal power of social management was able to articulate the emergence of deliberative movements in the context of conflicts between different practices of mineral water management. However, from the research focused on Cambuquira we realized that there was no formation of the deliberative system - which continues only as a potential - given the asymmetries, antagonisms and confrontations between management practices and their practitioners. The research also explained that: a) in the context of the problem about mineral water exploration, deliberative movements are emerging entities with causal powers irreducible to individual actors; b) the emergence of deliberative movements is permeated by disputes (fixation of terms, objectives, actions, speeches, representations and meanings) internally and externally to the “Water Guardians”; c) the deliberative movements and practices they perform have potentials not yet realized over the formation of a deliberative system of public decisions; d) social management carries the causal power of articulating transformational facts-values of relations between events, practices and structures; e) mineral water give rise to a diversity of conflicts from which entities, articulations and practices emerge; e) the research indicates the permanence of the conflicts since the understanding among the actors concerned still to be composed.

Keywords: Deliberative Systems; Public deliberation; Critical Discourse Analysis; Water Conflicts; Critical Realism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Abaixo assinado contra o processo licitatório.	28
Figura 2 - Protestos contra o edital em Caxambu (04 de março de 2017).	29
Figura 3 - Trabalhos sobre natureza a partir da Gestão Social, Sistema Deliberativo e TSD. .	36
Figura 4 - Ordens do discurso na gestão das águas minerais (mosaico).	41
Figura 5 - Relações atuais no campo das águas envasadas.	49
Figura 6 - Campos de Poder da Gestão Social.	67
Figura 7 - Aproximação teórica para a gestão social.....	69
Figura 8 - Dimensões de análise.....	97
Figura 9 - Momentos da prática social.	99
Figura 10 - Articulação na estrutura interna de cada momento da prática social.....	100
Figura 11 - Articulação entre práticas formando rede de práticas.....	102
Figura 12 - Eventos sociais, práticas sociais e estruturas no contexto de Cambuquira.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico dos conflitos envolvendo a exploração das águas minerais em municípios do Sul de Minas Gerais.	24
Quadro 2 - Resumo dos argumentos (justificativas e contribuições da pesquisa).	34
Quadro 3 - Categorias dos agentes que compreendem o campo das águas envasadas.	48
Quadro 4 - Organização da tese.....	57
Quadro 5 - Diversidade de conceitos de gestão social.	61
Quadro 6 - Contribuições ao campo da gestão social.....	66
Quadro 7 - Dez elementos da democracia deliberativa de Habermas.	78
Quadro 8 - Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional.	95

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE	17
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Posicionamento teórico e epistemológico.....	18
1.2 Questão de pesquisa e contexto	22
1.3 Objetivos.....	33
1.3.1 Objetivo geral.....	33
1.3.2 Objetivos específicos.....	33
1.4 Relevância e justificativas	34
1.5 Estrutura da tese.....	56
2 REVISÃO DE LITERATURA	58
2.1 O campo de teorias e práticas da Gestão Social	58
2.1.1 Elementos introdutórios do campo da Gestão Social	58
2.1.2 Gestão Social: paradigma, gerações, abordagens, <i>locus</i> e campo	59
2.1.3 Abordagem Habermasiana da Gestão Social.....	68
2.2 O amplo campo da democracia deliberativa.....	75
2.2.1 Deliberacionismo e democracia deliberativa	75
2.2.2 Sistemas deliberativos	80
2.3 Teoria Social do Discurso.....	92
2.3.1 A Teoria Social do Discurso em quatro movimentos	94
2.3.1.1 Discurso e Mudança Social: o modelo tridimensional	95
2.3.1.2 Práticas sociais e o discurso como momento	98
2.3.1.3 Práticas sociais e significados do discurso	104
2.3.1.3.1 Os três significados do discurso.....	106
2.3.1.4 A Teoria Social do Discurso encontra a deliberação.....	111
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	115
3.1 A posição do realismo crítico	115
3.2 A natureza da investigação	119
3.3 O <i>locus</i> de estudo e sua perspectiva histórica	121
3.4 Organização analítica da tese	124
4 CONSIDERAÇÕES GERAIS	125
4.1 Sobre a pluralidade de teorias	125

4.2 Sobre as águas minerais, seus públicos e seus problemas.....	125
4.3 Sobre práticas sociais	126
4.4 Sobre práticas de gestão das águas minerais	127
4.5 Sobre as práticas que praticam os “Guardiões das Águas”?	128
4.6 Sobre os “Guardiões das Águas”, praticantes da gestão social das águas	129
4.7 Sobre poderes causais, movimentos e sistemas deliberativos	129
4.8 Sobre as naturezas das águas na deliberação	130
4.9 A Ciência e as ciências da pesquisa nessa tese	131
4.10 A Ciência e as ciências da pesquisa nessa tese	131
REFERÊNCIAS	133
SEGUNDA PARTE - ARTIGOS	147
ARTIGO 1 – AS ÁGUAS MINERAIS A PARTIR DO MUNDO-DA-VIDA: CONSTITUIÇÃO DOS “GUARDIÕES DAS ÁGUAS” NO SUL DE MINAS GERAIS	148
ARTIGO 2 – OS PODERES CAUSAIS DOS “GUARDIÕES DAS ÁGUAS” NO CIRCUITO DAS ÁGUAS DE MINAS GERAIS: A ESTRUTURAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA E SEUS MOVIMENTOS	174
ARTIGO 3 – PRÁTICAS DE GESTÃO SOCIAL DAS ÁGUAS NO SUL DE MINAS: COMPOSIÇÕES E DESVIOS NA FORMAÇÃO DE UM SISTEMA DELIBERATIVO	198

PRIMEIRA PARTE

1 INTRODUÇÃO

Nessa tese começamos investigando a emergência de movimentos deliberativos a partir do poder causal da gestão social no contexto dos conflitos entre práticas de gestão das águas minerais. Após isso, examinamos práticas sociais de gestão das águas minerais no município de Cambuquira, Minas Gerais, e as suas articulações na possível formação de um sistema deliberativo. Dessa forma, no âmbito da interdisciplinaridade de conhecimentos-interesses, mediante um estudo teórico-empírico acerca das práticas sociais de gestão das águas minerais no município de Cambuquira, que já vem sendo desenvolvido desde junho de 2016 pelo Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS) e do arcabouço teórico da Gestão Social, Sistema Deliberativo e Teoria Social do Discurso, defendemos a seguinte tese: O poder causal da gestão social articulou a emergência de movimentos deliberativos no contexto dos conflitos entre práticas de gestão das águas minerais.

A partir dessa tese asseguramos os seguintes elementos: a) movimentos deliberativos são entidades emergentes e com poderes causais irreduzíveis aos atores individuais; b) a emergência dos movimentos deliberativos é permeado por disputas (fixação de termos, objetivos, ações, discursos, representações e sentidos) internamente e externamente; c) os movimentos deliberativos e as práticas que eles performam são integrantes da formação de sistemas deliberativos (nível macro de análise); e d) a gestão social carrega o poder causal de articular fatos-valores transformativos das relações entre eventos, práticas e estruturas.

1.1 Posicionamento teórico e epistemológico

Em termos teóricos, a pesquisa se dirige para dois âmbitos inicialmente bastante distintos. Em primeiro lugar insere-se na perspectiva da democracia deliberativa a partir de seu tema mais atual: a discussão sobre Sistema Deliberativo. Essa inserção é realizada principalmente em coerência com a Gestão Social, em que parte do seu campo é influenciado pelo teórico deliberacionista Jürgen Habermas. Em segundo lugar busca, em termos teórico-metodológicos, o arcabouço da Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough, a partir das noções de discurso, práticas sociais e significados do discurso – considerando a ontologia do realismo crítico que ele adota. Ao entrar em uma “conversação” entre tradições da Democracia Deliberativa e da Teoria Social do Discurso mediados pela Gestão Social buscamos, por um lado, ampliar as discussões no campo deliberacionista de como a linguagem e os discursos podem ser permeados por relações de poder e ideologias em seus poderes causais e, por outro

lado, buscamos em um caso concreto revelar também que estes elementos (linguagem, discursos e práticas sociais) podem ser articulados em prol da deliberação pública, em específico, em prol da formação de um sistema deliberativo por meio de articulações com práticas de gestão social.

Essas escolhas teóricas são transitivas nos termos de Bhaskar (1978). Isto é, parte de uma diversidade social e histórica de teorias científicas e do campo empírico de estudo que existe com ou sem a presença deste pesquisador para não cair na “falácia epistêmica” (BHASKAR, 1978; VANDENBERGHE, 2010). Ainda sobre as escolhas teóricas, acreditamos com Habermas (2007, p. 23) que existem diferentes tipos “[...] de teorias que empregam métodos diferentes e gozam de diferentes vantagens e desvantagens. Por isso, a escolha de um tipo não implica necessariamente um desprezo pelos demais”. Sobre a pluralidade de abordagens interdisciplinares que adotamos segue outra justificativa a partir das palavras deste autor: “[...] tenho uma visão pluralista de diversos discursos teóricos que devem, na melhor das hipóteses, ser compatíveis entre si, sem porém que nenhum deles possa reivindicar uma prioridade sobre os demais [...]” (HABERMAS, 2007, p. 23).

Isso indica, portanto, que não estamos no âmbito das ciências sociais aplicadas afirmando que as discussões sobre Sistema Deliberativo, Gestão Social e Teoria Social do Discurso são as únicas que nos ajudam a descrever/interpretar/explicar (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; WODAK, 2011) o “fenômeno” em foco e também que não é a Gestão Social a única que oferece tais potenciais em detrimento de outras ciências sociais humanas, biológicas, ambientais, cosmologias, mitos, saberes tradicionais etc. Por isso, a visão interdisciplinar e da orientação híbrida de matrizes epistemológicas (interesses e conhecimentos) que está presente na tese é, para nós, mais **coerente** do que qualquer interesse-conhecimento unidimensional e monoclar.

A palavra coerência aqui ganha uma noção mais ampla. Habermas (2012b, p. 720) a utiliza para afirmar a necessidade da “coerência entre diferentes fragmentos teóricos” no âmbito de uma teoria reconstrutiva numa relação cooperativa. A complementariedade e pressuposição recíproca que esta tese busca entre Gestão Social, Sistema Deliberativo Deliberativa e Teoria Social do Discurso se insere nessa noção de que a coerência se torna um importante critério de avaliação (HABERMAS, 2012b). Tal proposta procura quebrar a “hierarquia das ciências” e advogar que as teorias passem a “[...] *servir umas às outras*; e quando uma delas coloca outra numa situação problemática faz-se necessário uma averiguação da insuficiência de uma delas ou de ambas” (HABERMAS, 2012b, p. 715).

A pluralidade, a interdisciplinaridade e a multiplicidade teórica não se fazem afastadas do plano empírico. Essas questões surgem pelo reconhecimento de que a água mineral é um elemento muito plural, controverso, marcado por disputas e diferentes interesses, valorado como minério, bem comum, bem cultural, alimento, medicamento, saúde, identidade, bem difuso, entre outros, e, por isso, temos que considerar múltiplas perspectivas, possibilidades teóricas e métodos de estudo. Ficou claro desde o início que se tratava de uma pluralidade de significados das águas minerais. Esse foi o maior desafio da tese.

Paes de Paula (2015; 2016), ao tratar das matrizes epistêmicas, deixa evidente também a importância de superar visões disciplinares monológicas, afinal, individualmente, o interesse técnico pode ser tornar apenas instrumentalismo, o interesse prático apenas a “pura” compreensão/descrição e o interesse emancipatório pode se tornar uma “crítica pela crítica”.

Cada uma delas tomadas separadamente representa um ponto cego em relação às outras duas, bem como uma potencial incomunicabilidade, uma vez que cada uma recorre a uma linguagem específica. No entanto, essa incapacidade de comunicação é índice da nossa incompetência cognitiva no tratamento da realidade social, uma vez que deveríamos zelar por uma unidade do conhecimento. Alguns objetos de pesquisa talvez requeiram um determinado viés cognitivo, mas fazer uma opção deveria significar que o pesquisador está ciente das limitações cognitivas a que está se submetendo, quando o que acontece em geral é tomar esse viés como se fosse a única verdade possível, pactuando com uma posição dogmática, que defende só um dos interesses cognitivos. (PAES DE PAULA, 2016, p. 37).

O mais evidente que resulta disso é que orientações interdisciplinares são relevantes em detrimento de apenas uma “teoria monolítica destinada a solucionar todos os problemas vitais” (HABERMAS, 1993, p. 107), o que o autor alerta nesse momento afirmando que isso seria um erro. Anteriormente, em Alcântara (2015) e Alcântara e Pereira (2017) exploramos essa questão indicando que a Gestão Social se fortalece quando se pauta em uma comunicação entre diferentes matrizes de conhecimentos-interesses.

Não se trata, no entanto, de escolher uma única matriz para guiar as pesquisas, mas de mudar a maneira de pensar sobre isso, pois a chave para o avanço das pesquisas, do ponto da mudança social, seria conciliar os interesses cognitivos. Isto porque, para Jürgen Habermas (1968/1982), os interesses cognitivos compõem a unidade do conhecimento e não podem ser tomados separadamente, uma vez que quando interpretamos os fenômenos sociais, é possível constatar que eles são interdependentes. (PAES DE PAULA, 2016, p. 24).

Recentemente, ampliamos isso defendendo a interdisciplinaridade e a cooperação (ALCÂNTARA et al., 2017). Antes disso, também na Gestão Social, Justen, Moretto Neto e Garrido (2014) conceberam o “essencialismo teórico” como um risco e Tenório (2012; 2016) indicou a relevância de pensar para além das disciplinas. Vimos também a necessidade de debater relações entre racionalidade e natureza, sociedade e natureza, além de temas que passam pela modernização e apropriação dos recursos naturais, em especial, das águas minerais. Isso feito para compreender a construção de movimentos deliberativos em torno da questão – dos quais a entidade que nos desafiou foi a emergência dos “Guardiões das Águas”. Uma entidade que não foi tomada por nós como objeto de estudo, pelo contrário, que se fez visível no processo de investigação.

Nessa tese, não temos verdades sobre a gestão das águas minerais: oferecemos uma descrição, uma análise e algumas possibilidades. Dessa forma, seguindo a tipologia de Robert Merton, buscamos proporcionar, no máximo, uma teoria de “médio alcance” não universal, empiricamente orientada e contextualista (MJØSET, 2009) e que não visa regularidades, mas relações causais substantivas (SAYER, 2000).

A pesquisa emerge da relação entre teoria e trabalho de campo. Portanto, é elaborada a partir de múltiplas discussões teóricas, fundamentação substantiva, estudos empíricos no âmbito do Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS) e da cooperação de acadêmicos e praticantes (GUERRA, 2015) em diferentes perspectivas. Em especial, resulta da atividade e interação constante com membros das organizações da sociedade civil: Nova Cambuquira, Sociedade de Amigos do Parque das Águas de Caxambu (AMPARA) e Caxambu Mais. Além das entidades “Programa Ondas”, “Pesquisadores das Águas”, “Colóquio Esferas em Diálogo”, “I Fama Minerais”, “Fundação Parque das Águas”, dentre outras, que co-performam a entidade denominada de “Guardiões das Águas” e os “Povos das Águas”.

Estes elementos são importantes para pesquisadores da Gestão Social que quiserem “levar a sério” o que Habermas (1998; 2004) chama de “busca cooperativa da verdade”, na medida em que construímos uma comunidade de intérpretes (HABERMAS, 1997a) ou um coletivo de pesquisadores-ativistas e ativistas-pesquisadores. Portanto, a relação entre teoria e prática de pesquisa é co-construtiva e não se parte da aplicação de uma teoria, *a priori*, em um contexto (*locus*) de estudo. A relação aqui defendida é dialética (FAIRCLOUGH, 2003; 2012), prova disso é que a proposta teórica da tese somente foi construída após mais de um ano de envolvimento com o “campo de estudo”.

Nessa direção a cooperação é importante (PEREIRA; CABRAL; PEREIRA, 2015; ALCÂNTARA et al., 2017), pois abre caminhos para formas de saberes-conheceres-fazeres pautados pela interdisciplinaridade, pela falibilidade e pela necessidade do reconhecimento (intersubjetivo) dos avanços teórico-práticos, especialmente em uma noção de pesquisa voltada para problemas públicos (MJØSET, 2009) e de um processo contínuo de aprendizagem (HABERMAS, 1989). A falibilidade é a ideia defendida por realistas críticos e habermasianos de que o conhecimento é sempre falível e incompleto (BHASKAR, 1978; HABERMAS, 2000).

Como estamos tratando de práticas e movimentos é preciso notar que “[...] o ator humano não é nunca um indivíduo discreto separado do contexto, mas sim um ser social cujas possibilidades são definidas pelas práticas em que ele ou ela está imerso” (VAARA; WHITTINGTON, 2012, p. 288). Nenhuma prática e movimento aqui estudado encontra-se separado do contexto do Circuito das Águas de Minas Gerais – um território conhecido pelas suas águas minerais e pelos conflitos em torno delas. Também não temos um objeto de estudo duro, sólido, sempre em progresso, linear, com suas linhas e limites bem traçados – nossas entidades se modificaram ao longo da tese e as redes não são mais as mesmas: das águas aos ativistas, dos conflitos aos interesses, das estratégias aos silêncios, dos pesquisados aos pesquisadores, dos valores aos fatos. Segundo Peci (2014, p. 729) isso representa um avanço, tendo em mente que, dessa forma, “[a] crise do discurso administrativo centrado na organização abre espaço para novas concepções do nosso objeto de estudo, de natureza mais processual, focalizando o processo de organizar ou as práticas organizacionais” (PECI, 2014, p. 730).

Nesse caminho, o estudo das práticas, dos movimentos e da formação de grupos, amplia a compreensão “[...] do desenrolar das práticas de organizar através das quais uma dada organização estabelece certa estabilidade e se mostra como tal” (SANTOS; SILVEIRA, 2015, p. 93). Quando os “Guardiões das Águas” se estabilizaram é que fomos capazes de explicitá-los. Quando os movimentos deliberativos emergiram é que fomos capazes de explicitar o poder causal da gestão social.

1.2 Questão de pesquisa e contexto

A questão central a que chegamos após diferentes momentos de pesquisa teórica e de campo é: como foram, no contexto dos conflitos entre práticas de gestão das águas minerais, constituídos movimentos deliberativos? Esse problema teórico-empírico surge das relações entre Gestão Social, Sistema Deliberativo e Teoria Social do Discurso com o contexto da

questão das águas minerais no Circuito das Águas. O contexto de investigação é apresentado nesta seção.

As fontes das águas minerais de Araxá, Lambari, Caxambu e Cambuquira foram exploradas pela Superáguia Empresa de Águas Minerais até 2005, quando a produção foi paralisada com o fim do arrendamento com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG)¹. No final do ano de 2005 a CODEMIG abriu um edital que foi recebido por organizações da sociedade civil como uma tentativa de privatizar as águas minerais. Diante disso, “considerando a água como um interesse difuso” (SALES, 2017, p. 25) movimentações, especialmente da ONG Nova Cambuquira, junto a moradores locais e com a ação do Ministério Público, engendram um processo deliberativo no intuito de modificar e/ou cancelar o edital. Após diversas mobilizações, debates e mudanças no edital, não havendo habilitantes, as águas foram entregues para exploração da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) por meio de uma subsidiária (Águas Minerais de Minas). Um cenário similar havia ocorrido anos antes, em 2001.

No ano de 2001, um edital da Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG) também foi impedido por meio de movimentos da sociedade civil e do Ministério Público, que engajaram também em um processo deliberativo. Estes dois editais são dois dos momentos centrais deste trabalho, uma vez que os movimentos deliberativos que foram organizados exerceram poderes causais, especificamente, o cancelamento dos editais. Essas questões revelam que o contexto do município de Cambuquira, Minas Gerais é historicamente marcado por disputas, conflitos e tensões entre diferentes atores em torno de diferentes práticas de gestão das águas minerais.

Para sintetizar essa dinâmica e outros conflitos, o Quadro 1 resume alguns acontecimentos e controvérsias nos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari – lembrando que apesar de focar em Cambuquira, existem relações de proximidades históricas entre estes três municípios: as “três irmãs” (GUIMARÃES, 2009; CRUZ, 2017).

¹ “A Codemig é detentora da concessão das fontes de águas minerais das marcas Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, localizadas nesses municípios. Em 2015, a Companhia implementou o novo modelo de gestão referente aos Direitos Minerários, Equipamentos e Instalações de Envasamento dessas águas. A empresa tem conferido especial atenção a essa relevante frente de ação, assegurando a continuidade de operação, manutenção e vendas das águas minerais e considerando sempre a importância de sua atuação estratégica em prol do desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 2018).

Quadro 1 - Histórico dos conflitos envolvendo a exploração das águas minerais em municípios do Sul de Minas Gerais. (Continua)

Data	Descrição
1981	Efetivou-se a exploração das águas minerais de Caxambu, Araxá, Lambari e Cambuquira.
1994	A Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG) passou a responder pelos títulos minerários da Hidrominas.
Out. 2001	Término do contrato com a Superágua S/A. A COMIG abriu novo processo licitatório.
	A população do Circuito das Águas reclama maiores informações sobre futuro edital.
Nov. 2001	A COMIG publicou o edital de licitação.
Nov. 2001	População, instituições privadas, câmaras municipais e ONGs representam aos membros do Ministério Público de Caxambu, Lambari e Cambuquira, pedindo providências.
	Cresceu a mobilização da sociedade civil em torno de movimento populares e ONGs, arregimentando técnicos na discussão da questão e dos termos do edital.
Dez. 2001	Reunião entre os representantes do Ministério Público de Cambuquira e Lambari e COMIG, junto ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente (CAO-MA), entre outros setores e órgãos.
	Representante do Ministério Público de Caxambu ajuizou ação civil pública ambiental e pediu liminar de suspensão do edital à Justiça da Comarca de Caxambu.
Dez. 2001	Enviada petição ao então Governador Itamar Franco pedindo o cancelamento da licitação. A petição foi assinada por deputados e subscrita por movimentos sociais, sociedade civil e empresários, dentre outros.
Dez. 2001	ONGs recorreram ao Ministério Público Federal.
Dez. 2001	O Governador anulou a licitação.
2002	A Superágua continuou a exploração das águas minerais. Foram realizadas audiências públicas em cada cidade e a COMIG passou a participar e a fornecer amplas informações.
Abr. 2003	Realizada audiência pública em São Lourenço com intensa participação das entidades civil, ONGs, Poder Público e população em geral para defesa das águas minerais. Formou-se a Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas.
Jul. 2005	A Superágua deixou de efetuar a exploração de águas minerais nos municípios de Caxambu, Lambari, Cambuquira e Araxá.
Dez. 2005	A CODEMIG (antiga COMIG) abriu novo edital para arrendamento dos direitos minerário, equipamentos e instalações de envasamento das águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá. A minuta do contrato impôs novas obrigações à contratada.
Fev. 2006	Após movimentos da sociedade civil novas obrigações foram adicionadas ao edital e aberto os envelopes no dia 16 de fevereiro, não houve habilitantes.
Jan. 2007	Publicada no Diário Oficial Lei autorizativa de criação da Copasa – Águas Minerais de Minas, subsidiária da Copasa para exploração das águas minerais do Circuito das Águas.
2014	O MPMG e a Procuradoria da República entram com ação civil pública, sob o número 0005197-96.2014.4.01.3809, questionando várias questões relacionadas às águas, após laudos técnicos apontarem redução da vazão das fontes de Cambuquira e aumento de níveis de nitrato (que torna a água imprópria para consumo), colocando os aquíferos sob grave risco.
Mar. 2014	Cambuquira recebe o título de “Comunidade Azul”.
2015	A Copasa que vinha explorando as águas minerais desiste da concessão alegando prejuízos.

Quadro 1 - Histórico dos conflitos envolvendo a exploração das águas minerais em municípios do Sul de Minas Gerais. (Conclusão)

Fev. 2017	A CODEMIG lança Consulta Pública n. 01/17.
Mar. 2017	ONGs fazem diversos protestos e mobilizações contra a Consulta Pública e o Ministério Público pede que a CODEMIG não dê continuidade ao processo. Nos meses seguintes a CODEMIG não lança o edital como tinha previsto.
Abr. 2017	A Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça e o MPMG encaminham recomendação à Codemig e ao Governo de Minas para que não licitassem a constituição de SCP, suspendendo a atividade de envase.
Mai 2017	O juiz federal Luiz Antônio Ribeiro da Cruz indeferiu o pedido liminar da Procuradoria da República e MPMG, alegando que não havia motivos que mostrassem que a exploração privada do parque impediria a aplicação das medidas a serem determinadas judicialmente.
Jun. 2017	O MPMG entrou com Agravo de Instrumento no Tribunal Regional Federal, em Brasília, contra a decisão do juiz de não conceder a liminar que suspendia a licitação.
Nov. 2017	A CODEMIG lançou a licitação para seleção de parceiro privado (em Caxambu e Cambuquira). Os “Guardiões das Águas” se mobilizam contra o edital.
Dez. 2017	Mesmo com ações da sociedade civil, decisões judiciais contra e favoráveis ao processo licitatório, a CODEMIG seleciona uma empresa.
Jan. 2018	ONGs (ONG Nova Cambuquira, Associação Caxambu Mais e Sociedade Amigos do Parque das Águas – AMPARA) entram com Ação Civil Pública contra à CODEMIG.
Jan. 2018	O processo licitatório foi concluído e homologado. Há dois agravos de instrumento a serem julgados em Brasília contra a decisão, mas a empresa Maximus Prestação de Serviços, vencedora da licitação, já começou a operar as unidades.
Fev. 2018	Câmara Municipal de Caxambu pede o ingresso como <i>amicus curiae</i> em favor das ONGs. Juiz Federal indefere a habilitação, mas a Câmara recorre.
Mar. 2018	Prefeitura de Caxambu pede a habilitação como litisconsorte simples em favor dos pedidos das ONGs. Magistrado defere. Juiz federal indefere na ação 100021-80.2018.4.01.3809 o pedido das ONGs de tutela de urgência quanto à suspensão da exploração. As ONGs recorrem da decisão, através do agravo de instrumento nº. 1006483-34.2018.4.01.0000, que será julgado em conjunto com o agravo de instrumento 0032464-19.2017.4.01.0000 do MPF e MPMG/Cambuquira.
Mai 2018	Um oficial de Justiça foi ao endereço da Proprietária que consta no contrato social da empresa Maximus, encontrando o imóvel fechado e, informando-se com vizinhos, é esclarecido que não há moradores no endereço há pelo menos dois anos.
Jun. 2018	Realização de audiência de conciliação do processo 100021-80.2018.4.01.3809, no qual ficou determinado o prazo de até 12 de julho de 2018 para que as partes formulassem questões à ANM.
Set. 2018	Os atores envolvidos realizam eventos e debates na busca por solucionar os conflitos em torno da questão.
Nov. 2018	A empresa Maximus Prestação de Serviços, vencedora da licitação, já começou a operar as unidades.

Fonte: Ampliado a partir de Guimarães (2009, pp.157-163).

No que tange aos conflitos desde 2008 não havia acontecido nada mais significativo na região. De 2008 até 2017 foi um período em que houve uma relativa estabilização dos conflitos, sem eventos que mobilizassem protestos, manifestações ou grandes disputas. No entanto, a

realidade social é notadamente, na visão realista crítica de Bhaskar (1978) e Sayer (2000), um “sistema aberto” e a estabilidade é sempre uma “questão de tempo” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Assim sendo, no dia 07 de fevereiro de 2017, a CODEMIG lançou a Consulta Pública n. 01/17 cujo objeto era “consulta pública sobre a licitação para o projeto de exploração de águas minerais” e também minuta de edital, que seria aberto em março. O efeito causal mais evidente do evento social foi romper com a aparente estabilidade, a emergência de novos conflitos, manifestações, enfim, colocando novamente em movimento e oposição diversas práticas de gestão das águas minerais. A Consulta Pública de 2017 é o terceiro evento social de interesse da tese. Esses eventos, entradas para o entendimento da possível formação de um sistema deliberativo, a partir das práticas de gestão das águas sociais e das articulações da gestão social nesse processo. O quarto evento que acompanhamos foi o lançamento do edital de 2017, em que a empresa Maximus Prestação de Serviços venceu e começou a explorar as águas minerais.

Na Consulta Pública os documentos divulgados pela CODEMIG informavam sobre as minutas disponíveis, as formas de participar com sugestões, críticas e questionamentos, no prazo de até 23 de fevereiro de 2017, e a informação de que a resposta seria em 10 de março de 2017. O “Aviso de Consulta Pública” sobre a “Consulta pública sobre a licitação para o projeto de exploração de águas minerais” com data de 03 de fevereiro de 2017 foi publicado no sítio da CODEMIG em conjunto com “Minuta de edital e anexos”. No dia 7 de fevereiro de 2017 a CODEMIG publicou na sua própria página institucional uma notícia intitulada “CODEMIG realiza consulta pública sobre gestão das águas minerais”. No documento a empresa tornava público “a consulta sobre as minutas dos instrumentos convocatórios da licitação destinada a selecionar parceiro para a constituição de sociedade em conta de participação, a atuar na exploração do negócio de águas minerais e correlatos” (MINAS GERAIS, 2017). Houve repercussão na mídia.

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) abriu uma consulta pública para saber a opinião dos moradores de Cambuquira (MG) e Caxambu (MG) sobre a privatização da exploração das águas minerais dos municípios. O serviço funcionaria de forma parecida como já acontece em São Lourenço (MG). (G1, 2017).

Até 2015, era a Copasa quem fazia a exploração das águas minerais em Cambuquira. No entanto, a companhia rompeu o contrato alegando ter prejuízos. Desde então, a Codemig passou a explorar o recurso na cidade. Só que agora, a companhia que privatizar a exploração no mesmo molde que já acontece em São Lourenço. (G1, 2017).

O Parque das Águas em Caxambu está na mesma situação. A Codemig anunciou nesta semana que busca parceria com uma empresa no setor de alimentos e bebidas para aumentar o lucro e ampliar o mercado das águas minerais. Essa é justamente a crítica das ONGs. (G1, 2017).

A reação à Consulta Pública foi rápida. Os participantes da ONG Nova Cambuquira mobilizaram abaixo-assinado (CODEMIG: VAMOS SALVAR AS ÁGUAS MILAGROSAS DE CAMBUQUIRA E CAXAMBU²), manifestações e outras formas de resistência ao edital – em articulação com outras organizações da sociedade civil do município de Caxambu (que também faz parte da Consulta), pesquisadores, moradores locais, prefeitos e vereadores. Esse processo mobilizou postagens em redes sociais, jornais e redes de televisão regionais.

Alguns acontecimentos foram: a ONG Nova Cambuquira ficou sabendo da Consulta Pública na manhã do dia 08 de fevereiro de 2017 e por volta das 14:00 o abaixo-assinado já estava na internet (Avaaz). A receptividade foi bastante negativa (mesmo com alguns posicionamentos divergente dentro da própria ONG Nova Cambuquira). O abaixo-assinado criado pela ex-presidente da ONG destacava que a Consulta visava vender³ as águas para empresas predadoras e que as águas tinham valor gastronômico, cultural e terapêutico (Figura 1). Foram mobilizados discursos de que as águas deveriam impulsionar o turismo e a saúde, sendo entendido como bem cultural, natural e patrimônio do município.

² Foi enviado à CODEMIG um documento de 72 páginas que constava “Vimos, por meio desta, encaminhar nosso total descontentamento com o projeto de exploração das águas minerais de Cambuquira e Caxambu. Fizemos um abaixo assinado físico e online com a população cambuquirense e caxambuense, que se manifestaram contra o edital, em anexo”. O abaixo-assinado no Avaaz tinha alcançado 2.440 assinaturas e mais de 200 assinaturas de abaixo-assinado físico. Disponível em: <<http://www.codemig.com.br/wp-content/uploads/2017/03/abaixo-assinado-nova-cambuquira.pdf>>. Acesso em 14 de julho de 2017.

³ No abaixo-assinado estava presente o seguinte texto: “Água não é mercadoria. O município não ganha benefícios com o envase das garrafas e, ademais, como seria possível se garantir um ‘bom’ contrato no caso da exploração comercial de um bem que é essencial à vida? Cambuquira, ao se colocar como uma cidade azul, por meio do decreto 2121/2014, comprometeu-se em proteger as águas, como um direito humano e não um bem comercial. E é isso que todas as cidades do circuito deveriam fazer. A licitação abre margens para a exploração com o fito de lucro e conseqüente para o esgotamento dos fontanários. Atualmente, a água mineral faz parte do código de mineração, o que significa que pode ser explorada até o seu esgotamento, assim como aconteceu com o ouro. A Maude Barlow colocou quando veio à Cambuquira, disse: ‘O planeta está com sua água se esgotando. A crise de água é a maior hoje em dia. Tudo que aprendemos nas escolas sobre a água está errado. Colocamos a água onde queremos e não onde deve ser colocada. Minam a água como já fizeram com o ouro (...). Nossa água é explorada e exportada’. Abrir as portas para essas empresas privadas é colocar o bem mais valioso na mão de poucos. Temos que ficar alertas, porque água não é mercadoria, mas sim um bem essencial à vida! Fundamental para o futuro das presentes e futuras gerações. Nossos filhos, netos, bisnetos, dependem da nossa sensibilização quanto a este bem tão precioso e raro na natureza que tem valor, além de gastronômico, cultural e também terapêutico” (CODEMIG: VAMOS SALVAR AS ÁGUAS MILAGROSAS DE CAMBUQUIRA E CAXAMBU, 2017).

Figura 1 - Abaixo assinado contra o processo licitatório.

The image shows a screenshot of the Avaaz.org website. At the top left is the logo 'AVAAZ.ORG Petições da COMUNIDADE'. To the right are navigation links: 'ASSINE', 'ENTRAR', 'QUEM SOMOS', and 'AJUDA'. Below this is a blue banner with the text 'A maior e mais efetiva comunidade de campanhas online para mudanças' and a pink button that says 'INICIE UMA PETIÇÃO'. The main content area features a petition titled 'CODEMIG: VAMOS SALVAR AS ÁGUAS MILAGROSAS DE CAMBUQUIRA E CAXAMBU'. To the left of the title is a cartoon illustration of a man with a long nose drinking from a yellow dollar sign faucet. Below the illustration is a progress bar showing '3.155' signatures out of a total of '5.000'. To the right of the title is a sign-up form with the heading 'ASSINE A PETIÇÃO' and the text 'VAMOS SALVAR AS ÁGUAS MILAGROSAS DE CAMBUQUIRA E CAXAMBU'. The form includes a field for 'Email' and a pink button labeled 'ASSINE >'. Below the form, there is a privacy notice: 'Avaaz.org protegerá sua privacidade, e te manterá atualizado sobre isso e campanhas similares.' and a disclaimer: 'Esta petição foi criada por Ana Paula S. e pode não representar a visão da comunidade da Avaaz.'

Fonte: Avaaz (2017).

Por estes elementos fica evidente que diversas práticas de gestão das águas estavam sendo “convocadas” contra a prática do engarrafamento industrial que a Consulta Pública indica e que diversos conflitos haviam sido gerados em municípios como Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço (GUIMARÃES, 2009; CRUZ, 2017). Como exemplo das movimentações, no dia 4 de março de 2017, aconteceram protestos contra o edital em Caxambu, organizados pela Amigos do Parque das Águas (Ampara) e a ONG RenovaMata, com a participação da ONG Nova Cambuquira e moradores locais (Figura 2). Essas mobilizações da sociedade civil são entendidas a partir de Cançado, Pereira e Tenório (2015) como ações gerenciais dialógicas. Destacamos nos processos contra o edital articulações com vereadores e prefeitos locais: a ex-presidente da ONG Nova Cambuquira afirmou “Temos força popular e união. Até a Câmara de Vereadores, por meio de todos os vereadores, se posicionou contra, oficialmente, perante a Codemig” (ANDRÉ, 2017).

Figura 2 - Protestos contra o edital em Caxambu (04 de março de 2017).



Fonte: Família Ayres (2017).

Essa imagem é significativa de vários movimentos. Nela, práticas, incluindo discursos, semioses, relações sociais, ações e pessoas evidenciam um movimento contrário ao edital. Os cartazes dizem “Parem o Edital” e “#SomosGuardõesdasÁguas”. Foi uma das primeiras aparições coordenadas e de maior visibilidade dos “Guardiões das Águas”.

Como continuação desse processo foi movida, em março de 2017, a Ação Civil Pública pelo Ministério Público. Foram realizadas audiências (como em 13 de junho de 2017, em Belo Horizonte e promovida pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais) e houve a mobilização de processos visando a deliberação pública

(HABERMAS, 1997b; MENDONÇA, 2011; CRUZ, 2017). Mesmo após o edital e seleção de empresas para exploração das águas, os embates deste processo ainda continuaram.

Todo esse processo promoveu articulações a partir de práticas sociais de gestão das águas. No final fomos capazes de descrever as seguintes práticas: “sustentabilidade ambiental”, “crenoterapia”, “engarrafamento industrial”, “turismo nas fontes”, “uso doméstico/comum”, “gerenciamento administrativo”, “contestação pública”, “pesquisa-extensão acadêmica”, “valorização simbólica” e “gestão social das águas”. Um questionamento se torna evidente: existe um número exato de práticas de gestão das águas minerais? A resposta é negativa. Na visão do realismo crítico, adotada pela Teoria Social do Discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), podem existir um número não conhecido de práticas com efeitos causais sobre a gestão das águas no Circuito Turístico das Águas de Minas Gerais que não fomos capazes de descrever.

Conforme Sayer (2000) e Vandenberghe (2010), esse é um pressuposto ontológico, pois as práticas sociais não dependem da sua descrição ou reconhecimento para existirem (o que seria uma falácia epistêmica). Isso não significa que a pesquisa não tenha efeitos causais sobre as práticas. Pelo contrário, dado que a visão da Teoria Social do Discurso, com base na crítica explanatória e transformacional de Roy Bhaskar, é de busca da mudança (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Argumentamos que as práticas sociais de gestão das águas apresentam um panorama substancial das relações observadas em Cambuquira, Minas Gerais. Essas práticas sociais se tornam importantes para compreendermos os conflitos relacionados ao lançamento de editais e outros instrumentos de gestão da CODEMIG, bem como entender a contraposição a eles. A partir disso, podemos elucidar também os movimentos deliberativos. Nesse caso, nosso estudo enfatiza quatro eventos sociais, os quais identificamos como: Edital de 2001, Edital de 2005, Consulta Pública de 2017 e Edital de 2017.

Os eventos sociais não podem ser estudados por si só sem a relação com elementos relativamente estáveis (práticas sociais) que fazem a intermediação com as estruturas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006). Portanto, ampliamos a visão analisando outros elementos. Como exemplo, podemos começar considerando que os editais são momentos semióticos da Prática Social do Engarrafamento Industrial dado que, em termos de propósito (FAIRCLOUGH, 2003) do gênero discursivo, visava a privatização da exploração das águas minerais (editais de 2001, 2005 e 2017) e construir uma parceria público-privada para a exploração (Consulta Pública 2017 e Edital 2017). Inspirados pela notação de Brei e Böhm (2014), podemos afirmar que esses

eventos sociais mostram a reprodução de práticas sociais com efeitos causais nas relações de poder e ideológicas de articulação hegemônica sobre práticas alternativas de gestão das águas. As práticas alternativas e que resistiram ao Engarrafamento Industrial historicamente são, dentre outras, Crenoterapia e Sustentabilidade Hídrica que foram mobilizadas e articuladas nos movimentos deliberativos engendrados.

Percebemos que nos eventos de 2001 e 2005 houve a configuração de movimentos deliberativos. Isto é, a partir da movimentação de atores da sociedade civil (com outros atores também) os editais que se originaram nos meios sistêmicos do Estado de Minas Gerais foram “barrados”. Esses eventos serão fundamentais para estabelecer que, no contexto de Cambuquira, se configurou, historicamente, um Sistema Deliberativo ou não.

Conforme Jane Mansbridge (1999) e Mansbridge et al. (2012) a noção de sistema aqui não tem referência na teoria dos sistemas de Luhmann, mas indica apenas que são formados por partes que se inter-relacionam. Ressaltamos que a discussão sobre sistemas deliberativos é mais recente e está em aberto dentro das discussões do campo da democracia deliberativa (de terceira e quarta geração), marca que está sendo chamada de *systemic turn* (OWEN; SMITH, 2015; DRYZEK, 2016). Elstub, Ercan e Mendonça (2016) colocam que o conceito de sistema deliberativo vem recebendo bastante atenção entre os democratas deliberativos, pois abre novas formas de pensar a deliberação pública. A investigação empírica é destacada como fundamental para estes autores deliberacionistas. Para Elstub, Ercan e Mendonça (2016) os sistemas deliberativos anunciam uma quarta geração para a democracia deliberativa.

Nesta tese buscamos uma concepção em que os sistemas deliberativos não podem ser entendidos somente no momento discursivo (linguagem, discurso e comunicação) das práticas: na perspectiva da Teoria Social do Discurso é preciso considerar outros elementos e momentos como semiose, atividade material, ações, interações, pessoas e relações sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003). Tais noções nos permitem o entendimento dos sistemas deliberativos (em seus elementos discursivos e extradiscursivos) por meios das práticas que os constituem. Ao incluir a noção de sistemas deliberativos estamos sendo dialógicos (BAKHTIN, 1997) com a tese de Portugal Júnior (2016), que apresentou uma proposta de integração institucional e de políticas públicas para o segmento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos e buscou uma “[...] discussão sobre a questão institucional que regula a exploração e gestão das águas minerais no Brasil, bem como os impactos, conflitos e implicações oriundas dessa institucionalidade vigente” (PORTUGAL JUNIOR, 2016, p. 149).

O modelo proposto pelo autor destaca a existência de outras institucionalidades para além do Departamento Nacional de Produção Nacional (DNPM), atualmente Agência Nacional de Mineração (ANM). No sentido do autor, as águas minerais devem ser “alimento” (sob a égide da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA) e “recurso hídrico” (gerida pelos comitês de bacia hidrográfica e égide da Política Nacional de Recursos Hídricos).

O estudo com especialistas verificou a “importância das instituições para uma gestão hídrica sustentável, bem como a necessidade de se integrar as águas minerais no âmbito da gestão dos recursos hídricos” (PORTUGAL JÚNIOR, 2016, p. 149). Em sua tese, Portugal Júnior (2016) tratou apenas da institucionalidade das águas minerais, sendo marcante que as mudanças desta somente se fará como rearticulações de resistência ao processo hegemônico, o que não se faz sem as diversas lutas políticas-econômicas-culturais em curso no nível local e intermediado por práticas.

A presente tese tratou dessas possibilidades seguindo direcionamentos da Gestão Social (TENÓRIO, 1998; 2005; CABRAL, 2011; ARAÚJO, 2012; 2014; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015), agregando outros atores concernidos, como moradores locais, comerciantes, ativistas, membros do Poder Público local. Outros relacionados a CODEMIG e ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), tendo em vista não descrever um sistema de cima para baixo, mas a partir da *práxis* cotidiana, vivida pelos diferentes praticantes. Por isso, tendo em vista a efetividade de potenciais deliberativos e a participação dos atores-praticantes locais na construção do sistema deliberativo, indicamos a relevância do entendimento da Gestão Social dada as noções de saberes híbridos (GUERRA, 2015), orientações pelo interesse público (ARAÚJO, 2014, p. 88), o bem comum (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015), a expansão da esfera pública (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015) e a coprodução do bem público (ARAÚJO, 2014).

Nesse contexto as práticas sociais de gestão das águas podem ser articuladas, desarticuladas e rearticuladas (HARVEY, 1996; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 2001). De forma minuciosa visamos explorar as relações entre o discurso e outras práticas sociais, dado que são dialeticamente articulados com outros momentos, como o material e o mental. Especificamente, o momento da semióse se relaciona com outros elementos das práticas sociais e dos eventos sociais na ação (modos de agir), na interpretação (representação) de aspectos do mundo e na constituição das identidades (modos de ser). As três categorias semióticas (ou analíticas do discurso) que se referem a isso são: gêneros, representações e estilos (FAIRCLOUGH, 2012). Nessa visão, para explorarmos os campos sociais, ordens do discurso, instituições e organizações, entendemos que elas são constituídas por redes de práticas sociais

(CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003). Nosso avanço é compreender que os sistemas deliberativos são constituídos por redes de práticas sociais em suas diversas articulações, especialmente por meio da gestão social.

Notadamente, na visão ontológica adotada, o problema acadêmico não gera, reduz ou transforma (imediatamente e *per si*) os diversos problemas envolvidos na gestão das águas minerais em Cambuquira, mas enquanto pesquisa social, o estudo busca, além de interpretar, contribuir para mudanças nas práticas. Afinal, conforme o realismo crítico adotado na Teoria Social do Discurso o futuro é aberto às emergências e potencialidades (SAYER, 2009).

A seguir, apresentamos os objetivos da pesquisa (gerais e específicos) e, em seguida, justificativas e possíveis contribuições.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo da tese é compreender a emergência de movimentos deliberativos a partir do poder causal da gestão social no contexto dos conflitos entre práticas de gestão das águas minerais no Circuito das Águas de Minas Gerais.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Descrever o contexto histórico das práticas de gestão das águas minerais em Cambuquira, Minas Gerais;
- b) Descrever a constituição do movimento de justiça hídrica “Guardiões das Águas”, no sul de Minas Gerais, a partir da perspectiva do mundo-da-vida dos atores concernidos;
- c) Explicar a formação e estruturação dos “Guardiões das Águas” no Circuito das Águas de Minas Gerais, evidenciando os seus poderes causais;
- d) Compreender como foram constituídas e articuladas práticas de gestão social das águas minerais e se elas formaram um sistema deliberativo de tomada de decisões públicas.

O primeiro objetivo específico está presente durante toda a tese e os demais (três) são alcançados por meio de três artigos (Parte 2 da tese). A seguir, apresentamos justificativas e relevância da presente pesquisa.

1.4 Relevância e justificativas

Nessa parte apresentamos cada contribuição (que justifica este estudo) como um argumento (Quadro 2) que, em termos de Habermas (1989; 2012a; 2012b), reclama “pretensão de validade” em relação aos mundos social (correção normativa), subjetivo (veracidade) e objetivo (verdade), além de inteligibilidade. Temos em vista o potencial de entendimento dos elementos que destacamos entendendo que “a aceitação não vem definida em um sentido objetivista a partir da perspectiva do observador, mas desde a atitude performativa dos participantes na comunicação” (HABERMAS, 2015, p. 24).

Quadro 2 - Resumo dos argumentos (justificativas e contribuições da pesquisa).

Tema	Argumento
a) Água, natureza, sociedade e gestão	(1) A tese busca superar a lacuna de pesquisas acadêmicas no campo da Gestão Social que não enfatizam a problemática das águas. (2) As problemáticas envolvendo as águas minerais perpassam pelas relações de colonialidade, dicotomia e contraposição históricas entre natureza e sociedade. (3) A gestão das águas minerais somente se explicita nas inter-relações e tensões entre os campos ambiental, social, jurídico, popular, científico, religioso, cultural, político e econômico.
b) Águas minerais no Brasil e disputas	(4) As águas minerais não são, do ponto de vista jurídico-institucional, consideradas bens comuns ou recursos de domínio público, mas recursos minerais (minério), denotando desequilíbrios e assimetrias em relação às demais águas (recursos hídricos, especialmente). (5) Existe uma diversidade de conflitos e disputas em torno das águas minerais no Brasil, que decorrem das lutas hegemônicas para estabilização e rearticulação de práticas de gestão das águas. (6) O estudo das práticas de gestão das águas minerais é um instrumento de construção e mudança de políticas públicas e governança das águas, contribuindo para influenciar as decisões políticas democráticas.
c) Teoria Social do Discurso	(7) A Teoria Social do Discurso é uma perspectiva que contribui para explicitar as práticas de gestão das águas minerais. A partir dela é possível compreender como se articulam as práticas e como emergem hibridismos e tensões. (8) A Teoria Social do Discurso enfatiza que a análise não deve ser focada apenas no discurso, mas nas práticas sociais das quais o discurso é um dos momentos.
d) Sistema Deliberativo, Gestão Social e Práticas Sociais	(9) A discussão sobre sistemas deliberativos ainda é uma lacuna no campo da Gestão Social e pode contribuir com a ampliação do potencial analítico, teórico e empírico do conceito. (10) Um sistema deliberativo se forma na rede de práticas sociais (de gestão e outras práticas) articuladas por meio da gestão social (não exclusivamente). Nesse processo é fundamental o poder causal da gestão social de formar movimentos deliberativos.

Fonte: Do autor (2018).

A seguir, apresentamos discussões sobre cada um dos itens listados. Destacamos que discussões mais amplas sobre justiça ambiental, sustentabilidade, questões econômicas do mercado de águas minerais, gestão socioambiental, políticas públicas ambientais, discussões sobre racionalidade ambiental e modelos de gestão das águas são indicadas e tomadas como saber de plano de fundo da tese, são problematizados apenas de forma pontual. Na tese há bibliografia específica indicada para estes debates.

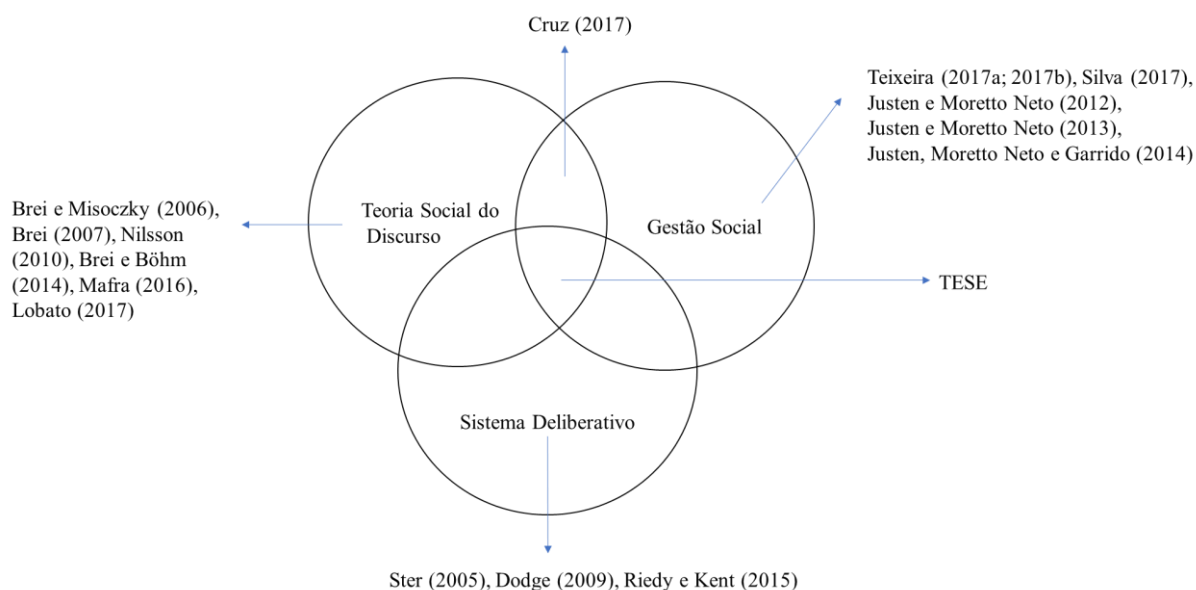
1) A tese busca superar a lacuna de pesquisas no campo da Gestão Social que não enfatizam a problemática das águas.

Realizamos uma busca nacional por meio das bases SciELO Brasil (*Scientific Electronic Library Online*), SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*) e Portal de Periódicos Capes e não foram encontrados trabalhos focados na problemática da água (e água mineral) na direção da Gestão Social que adotamos – nessa direção apenas os trabalhos desenvolvidos em conjunto com esta tese no Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS). Nas bases internacionais *Web of Science*, *Latindex*, *Scopus* e *Science Direct* também não foi encontrada pesquisa no campo da Gestão Social focada na questão das águas, sejam elas minerais ou recursos hídricos.

De forma mais ampla, quando voltamos para os estudos sobre Sistema Deliberativo, Gestão Social e Teoria Social do Discurso (TSD) encontramos poucos trabalhos que focaram a questão das águas (até mesmo meio ambiente em geral). No campo da democracia deliberativa existem mais discussões a partir da “democracia deliberativa ambiental” e *deliberative environmental politics*. São destaques as discussões do deliberacionista John Dryzek, que pesquisa questões como discursos ambientais e ecologia (DRYZEK, 1990). No entanto, especificamente nas discussões sobre sistema deliberativo, isso ainda é uma lacuna.

A Figura 3 apresenta um breve mapeamento (não-sistemático) dos trabalhos cujos temas envolvem natureza a partir da Gestão Social, Sistema Deliberativo e TSD.

Figura 3 - Trabalhos sobre natureza a partir da Gestão Social, Sistema Deliberativo e TSD.



Fonte: Do autor (2018).

No que se refere a água, no campo da Gestão Social destacamos o trabalho de Silva (2017) sob gestão de recursos hídricos a partir de bacias hidrográficas e, no que tange as águas minerais, Teixeira (2017a; 2017b), Sales (2017) e Cruz (2017). Todos eles desenvolvidos sob a orientação de pesquisadores do Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS). Os trabalhos de Justen e Moretto Neto (2012), Justen e Moretto Neto (2013) e Justen, Moretto Neto e Garrido (2014), entre outros, destacaram a questão ambiental e da natureza e alertaram para essa carência no campo da Gestão Social, especialmente Justen, Moretto Neto e Garrido (2014). Sobre as intersecções a partir da gestão social tratando da água, Cruz (2017) explorou a questão dos gêneros discursivos e teve sua pesquisa realizada acerca das águas minerais em Cambuquira.

Um dos sintomas dessa lacuna é que o campo da Gestão Social discute muito os conceitos de “racionalidade comunicativa” e “racionalidade substantiva” (CANÇADO, 2011; ALCÂNTARA, 2015) e pouco a “racionalidade ambiental”. Especialmente na abordagem habermasiana isso se torna problemático, pois a questão da natureza e do meio ambiente é muito pouco discutida nas suas obras (HABERMAS, 1997a; 1997b; 2012a; 2012b; 2000; 2004), sem ter sido um dos seus temas de trabalhos, além dos critérios de competência comunicativa, como capacidade de falar e agir, retira da “esfera pública” a natureza (avanços nessa área a partir de Habermas foram feitos por Enrique Leff).

Finalmente, apesar de ser um bem público o campo de estudo da Gestão Social ainda não reconheceu que sem a “água” não é possível defender o “social” que ela carrega em sua

denominação. Invertendo a lógica, os momentos nos quais as águas se constituem de questões sociais, ou ainda, como gerir dialogicamente com uma entidade que não argumenta por meio de pretensões de validade e possui suas próprias ontologias.

2) As problemáticas envolvendo as águas (minerais) perpassam pelas relações de colonialidade, dicotomia e contraposição históricas entre natureza e sociedade.

O “esquecimento” no nosso escopo das questões relativas a natureza pode ser melhor compreendida quando visitamos as obras “Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia” de Bruno Latour (2004), “Racionalidad ambiental: La reapropiación social de la naturaleza” de Enrique Leff (2004) e “O mito moderno da natureza intocada” de Diegues (1996). Além disso, essas discussões podem ser também abordadas a partir das obras “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas” (Edgardo Lander, Walter D. Mignolo e Anibal Quijano e outros), autores como de Fritjof Capra, Boaventura de Sousa Santos, Ignacy Sachs, Edgard Morin e Guerreiro Ramos. Em específico, a “Dialética do Esclarecimento” de Adorno e Horkheimer (1985) mostra que a dominação social perpassa pela dominação da natureza: na dialética do esclarecimento o processo de “desencantar o mundo é destruir o animismo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 18). Essa lista bastante plural não tem como objetivo mostrar que estes autores “conversam” ou não, mas apenas que deles se retira que, historicamente, as ciências conceberam relações assimétricas entre natureza e sociedade.

Um dos elementos que precisam ser considerados é que a relação com a natureza é historicamente marcada pela colonialidade proporcionando “tensão, conflito, incertezas, dúvidas, [e] controvérsias” (PIMENTEL PEQUENO, 2014, p. 12). Para o autor isso se deve a matriz antropocêntrica de pensamento ocidental. Justen, Moretto Neto e Garrido (2014) colocam que, nesse processo, a natureza passa a servir a partir de uma racionalidade instrumental, uma relação que precisa ser repensada para além da racionalidade, envolvendo novas “formas de vida” e de entendimento da relação sociedade-natureza.

A natureza, desvinculada de sua complexidade ecológica e convertida em matéria-prima do processo econômico, passa a ser codificada em termos de capital, transformando-se em uma forma de capital, o chamado capital natural. A natureza, assim, passa a ser valorizada em sua perspectiva econômica, em uma estratégia de naturalização da mercantilização da natureza. [...] a relação homem/natureza precisa ser repensada, fundamentando-se na premissa de reconhecer a interdependência inerente a todos os fenômenos e no fato de que,

enquanto indivíduos e sociedades, todos estamos inseridos nos processos cíclicos da natureza (CAPRA, 2006). Em outras palavras, não há predomínio de qualquer perspectiva particular, tão somente a existência de um pensamento ecológico, que percebe o mundo vivo como uma rede inseparável de relações. (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014, p. 246).

Ao argumentar, como essa tese faz, no campo da Gestão Social procuramos não cair no problema da “dupla consciência” nos termos colocados por Justen, Moretto Neto e Garrido (2014), especialmente enfatizando aqui a colonialidade da natureza:

Como saber e prática situados, a Gestão Social necessita desenvolver um duplo reconhecimento: primeiro, de que a realidade latino-americana tem, em sua gênese, a tensão colonial/moderno marcada por uma matriz de poder particular, a colonialidade, inibidora de uma relação intersubjetiva e dialógica entre sujeitos que apenas terá condições de se materializar quando tal colonialidade for enfrentada; segundo, de que, ante o princípio ecológico fundamental – a interdependência –, comunidade humana e comunidade ecológica estão intrinsecamente relacionadas e que, portanto, o homem deve lidar com a natureza da mesma forma que trata com um semelhante seu, mediante o reconhecimento de que o outro (a natureza) não é objeto, mas, sim, sujeito. O meio ambiente, assim como o homem, também é um sistema vivo que compartilha da mesma essencialidade, exigindo tratamento semelhante [...]. (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014, p. 248).

Para nós, os autores citados trazem duas questões importantes e ainda bastante abertas no campo: (1) a relação humano/natureza, que preferimos ao uso de homem/natureza, dado que as relações, homem/natureza e mulher/natureza⁴ foram simbolicamente diferenciadas; e (2) a colonialidade do poder/saber. Essas questões foram pouco enfrentadas pela Gestão Social e precisam ser, dado que enquanto ciência ela se constitui permeado por ambas.

A consideração da colonialidade do poder e da ecologia é um convite para que a Gestão Social interpele a realidade social em lócus de enunciação que não tenha exclusividade sobre os saberes existentes, como tende a ser com as universidades; em outras palavras, que se espraie para “[...] todos os lugares onde o saber é convocado a converter-se em experiência transformadora”

⁴ “Essa atitude de objetividade diante de uma natureza considerada como passiva pode também ser relacionada com as maneiras de perceber a relação homem-mulher. Assim, Stengers (1984) mostra como, para se libertar, a ciência moderna lutou contra uma concepção animista da natureza, em que a ‘feiticeira’ tem um lugar importante. A feiticeira simboliza uma relação com ‘a natureza que é também temível e dotada de poder’. Ela se comunica com a Natureza ‘de maneira não racional, mas eficaz’. Ao passo que, segundo Stengers, para a ciência moderna, a metáfora feminina, para falar da Natureza, remete a ‘uma mulher passiva, que se pode penetrar à vontade, que se pode conhecer ao penetrar, que não é mais temível; a análise de uma série de textos permite estabelecer um paralelo entre a descoberta coletiva da Natureza, a sua apropriação coletiva e uma espécie de violação coletiva, penetração coletiva dos homens em posição de iniciativa voluntarista em relação a algo que é por si submisso, entregue ao conhecimento, que basta ter vontade de penetrar para conhecer’ [...]”. (FOUREZ, 1995, p. 160).

(SANTOS, 2010, p. 558), enfim, para a vida em sua diversidade humana e ecológica [...]. (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014, p. 248).

Como breve nota para fugir da colonialidade, na sua ontologia do realismo crítico, Roy Bhaskar busca, na cultura budista e oriental, elementos para uma filosofia de cunho emancipatório (BARROS; VIEIRA; RESENDE, 2016) e afasta-se do modelo Iluminista do Esclarecimento europeu, colonizador da natureza e dos “modernos” – como também se afasta Latour (2003). O título da obra de Bhaskar que enfatiza isso diz dessa busca: *From East to West: Odyssey of a Soul*. Por isso,

Com Bhaskar, refletimos que a ADC [Análise de Discurso Crítica – Teoria Social do Discurso] pode nos auxiliar a construir a mudança em direção à conscientização linguística crítica, que é também uma conscientização social, como via de (auto)transformação e superação das estruturas de opressão, alienação e miséria. Uma postura alinhada com o movimento de descolonização epistemológica de um suposto ‘pensamento universal’ dualista e mecanicista predominante nas ciências, na economia, em favor de uma postura ética mais respeitosa no mundo, e da qual somos parte [...] (BARROS; VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 24).

Em outro momento, Justen e Moretto Neto (2012, p. 747) afirmam: “[...] a gestão social possibilita que a mediação entre homem e natureza, organização e recursos ecológicos seja pautada por uma forma de pensar e por um conjunto de valores marcados pelo caráter integrativo, cooperativo, qualitativo e de parceria”. Todavia, vale destacar que, para nós, o campo da Gestão Social ainda não mostrou por completo esse diferencial ao tratar da natureza e da relação humano-natureza, sendo este um tema ainda bastante aberto, pois demanda problematizar o antropocentrismo, a colonização do poder/saber europeu, as relações humano-natureza e a noção de social hegemônico em nossa sociedade. Esta tese pretende caminhar na direção deste “possibilita”, mas ainda conforme nosso diagnóstico no sentido de “potencial” em aberto e não de “realizado”.

Não podemos também afirmar que a superação das relações assimétricas sociedade-natureza é solução (“panaceia para todos os males”) ou que consegue dar conta de todos os “problemas” e de todas as problemáticas. Afinal, tais questões são dialéticas, dialógicas, tensas, contraditórias e marcadas por incompletudes.

No nosso estudo as dicotomias são elementos que também são problematizados, dado que nos lembra Justen, Moretto Neto e Garrido (2014, p. 242) em nota a partir de Boaventura de Sousa Santos que separações absolutas “[...] como sujeito/objeto, Estado/sociedade civil, conhecimento científico/senso comum, homem/natureza, corpo/alma, moderno/colonial, bárbaro/civilizado, tempo/espço” reduzem o entendimento da realidade. Na perspectiva da

Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001; 2003) é importante observar como essas separações se constituem em elementos de representação e identificação em redes de práticas sociais, legitimando relações de poder e distinção. Por exemplo, enunciados que podem marcar isso, a depender das categorias da enunciação (tempo, espaço e pessoa): “aqui não é lugar de ...”, “isso não é ciência...”, “é preciso usar a cabeça e não ...”, “dominar a natureza...”, “não interfira no objeto de pesquisa...”, “isso é ciência, temos provas...”, “lá tudo funciona melhor, aqui somos atrasados...” e outras. Na TSD isso pode ser analisado como operacionalização da ideologia.

Ainda sobre essas dicotomias, Roy Bhaskar em trabalho mais recente, conforme citam Barros, Vieira e Resende (2016, p. 15-16), coloca que as separações e fragmentações tem efeitos causais muito negativos em que,

[...] o ser humano se reconhece como ‘superior’ às demais formas de vida, legitimando, por exemplo, a percepção do meio ambiente natural como algo ‘fora’ e não como parte de sua própria natureza, de sua própria realidade. A mesma fragmentação também leva ao não reconhecimento de si mesmo no outro, naturalizando práticas de competitividade, concorrência, agressividade, violência, exclusão. (BARROS; VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 15-16).

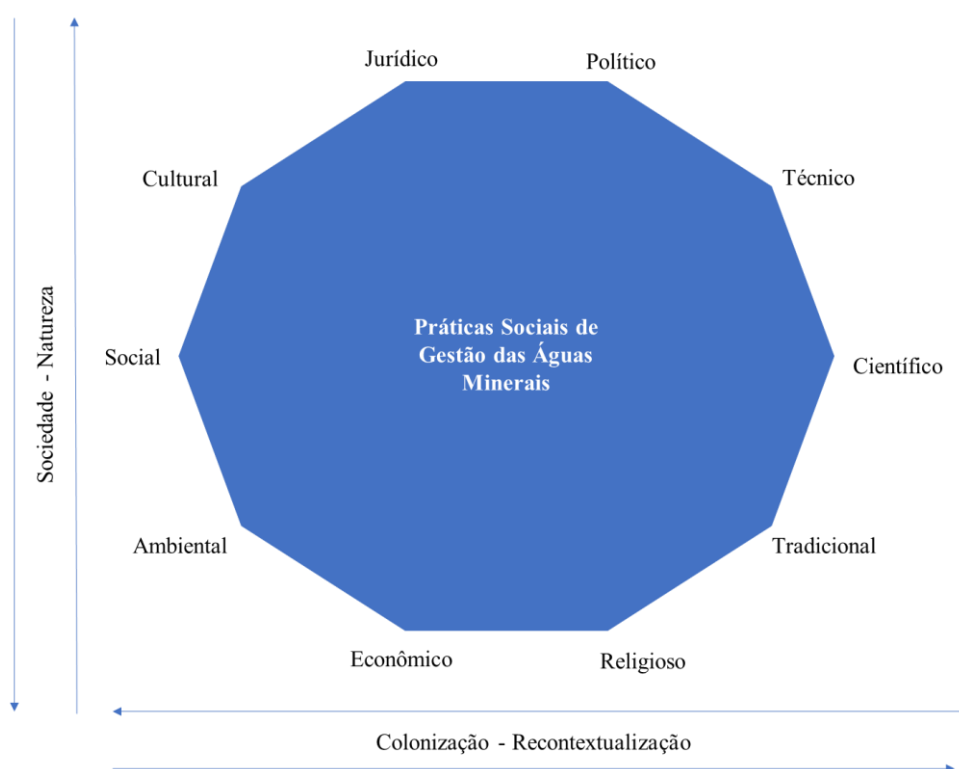
Assim existem entre natureza-sociedade relações causais, e, portanto, deve ser mantida uma questão ética para além da “ética do discurso” de Habermas (1989), pois o “outro”, agora, é incapaz de “fala” e de expor argumentos racionais tendo em vista alcançar o consenso: o outro, agora, é uma entidade com outras ontologias.

3) A gestão das águas minerais somente se explicita nas inter-relações e tensões entre os campos ambiental, social, jurídico, popular, científico, religioso, cultural, político e econômico.

Devido a isso é importante ampliar os estudos sobre as águas minerais no Brasil como uma questão ambiental, social, jurídico, religioso, científico, cultural, político e econômico, todos os elementos apenas analiticamente diferenciados na visão da Teoria Social do Discurso. Porém, mais que separações entre estes é entender como se formam os diversos híbridos. Por exemplo, uma entidade econômico-política como as grandes multinacionais (LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015) que exploram as águas minerais e a oposição ambiental-cultural-social-política de grupos que lutam pela justiça hídrica e que envolve outros saberes e cosmologias.

No sentido da Teoria Social do Discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001; 2003) os campos listados na sua dimensão discursiva são ordens do discurso específicas com seus funcionamentos internos e suas inter-relações nas configurações hegemônicas, sendo que as práticas de gestão das águas, conforme estamos concebendo, se constituem no “mosaico” dessas ordens (e outras). A Figura 4 ilustra as ordens e relações entre sociedade e natureza (a partir das concepções hegemônicas), colonização e recontextualização (na figura a posição não é fixa) que envolve as práticas de gestão das águas minerais.

Figura 4 - Ordens do discurso na gestão das águas minerais (mosaico).



Fonte: Do autor (2018).

As ordens do discurso se constroem nas relações sociedade e natureza (algumas como a econômica historicamente privilegia a sociedade e suas relações de utilidade sobre a natureza). É como se fossem lógicas de desenvolvimento dessas ordens. A partir da Teoria Social do Discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001; 2003) essas ordens podem ser recontextualizadas, tendo em vista, por exemplo, um desenvolvimento sustentável⁵ (que busca articular econômico, social, ambiental no modelo clássico do *Triple Bottom Line*).

⁵ Andreas Kläy, no Seminário “Transformação local para o desenvolvimento sustentável” em Cambuquira (de 01 à 11 de fevereiro de 2017) no que tange a gestão das águas afirmou que o importante é articulação dos diversos campos em prol da sustentabilidade.

Pode ser em práticas, como a Crenoterapia que observamos, recontextualiza ordens científicas e culturais. E ainda se percebe que a crenoterapia do século XX coloniza a crenoterapia do saber popular dos povos originários (SOUZA, 2018).

Notadamente, conforme noções de Laclau e Mouffe (FAIRCLOUGH, 2003) esses campos podem se articular para formar postos antagônicos. Finalmente, internamente cada campo tem suas disputas. Por exemplo, no jurídico existem aqueles que defendem as águas minerais como bem difuso e recursos hídrico (GUIMARÃES, 2009), mas a Legislação vigente as estabelece como minério. Até mesmo no campo econômico é preciso ter essa visão, dado que a economia não comporta somente o mercado, existindo uma pluralidade de formas econômicas (ELDER-VASS, 2017). A exemplo, existem modos diferentes de se fazer o engarrafamento das águas, que já foi artesanal. Existe ainda a economia gerada pela coleta de águas nas fontes em litros e venda na casa das pessoas. Portanto, até mesmo internamente estes campos são plurais. Indagações em aberto: é possível uma recontextualização híbrida como “economia comunicativa” (ELDER-VASS, 2017) a partir dos usos das águas minerais de Cambuquira? Essa economia comunicativa seria com ou sem engarrafamento? Ou isso representaria um tipo de “colonização” da ordem do discurso econômica? A pesquisa de campo revela que, para a maioria dos “Guardiões das Águas”, isso não é possível atualmente, com o modelo de gestão da CODEMIG e de exploração das empresas. Nesse sentido, a questão da valoração econômica que não será objeto deste estudo é um tema a ser desenvolvido no âmbito dos estudos da gestão social, aliás, a discussão da diferença entre econômico e mercantil trazida por França Filho (2003) é bastante pertinente.

Cruz (2017) coloca que os conflitos em torno da água mineral abrangem questões técnicas, gerenciais, ambientais, culturais, políticas e sociais sendo, portanto, um objeto que precisa ser visto sob uma ótica interdisciplinar. Envolve não somente o saber acadêmico, mas os saberes-dizeres do cotidiano e suas formas de organizar, que são desenvolvidos na comunidade local. Conforme anteriormente dito, apesar do diagnóstico atual de Adorno e Horkheimer (1985), no que tange a natureza e questões bioéticas, existem formas e posições concorrentes de se conceber a natureza e as relações com a sociedade, sendo os outros modos de existência parte deles, sintetizados na obra “Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil” (SOUZA et al., 2018) e, de certa forma, produto dessa tese em cooperação com outros pesquisadores e organizações da sociedade civil. O livro mostra que o modelo moderno de lidar com natureza não é o único. Com ele, coexiste em conflito, na maioria dos casos, outras possibilidades e práticas sociais de gestão dos bens comuns, bens naturais e das águas. Esta tese é uma “presença” de outras formas.

Além do apresentado, o município de Cambuquira se situa, notadamente, entre dinâmicas e relações Estado (nos diferentes âmbitos nacional, estadual e municipal), mercado (desde pequenas empresas, distribuidoras, até multinacionais) e organizações da sociedade civil e Ministério Público. Tendo em vista que nesse espaço há a presença de fluxos comunicacionais (PEREIRA, 2012), tensões (ALCÂNTARA, 2015), movimentações (TEIXEIRA, 2017), conflitos de interesses (CRUZ, 2017), lógicas (SALES, 2017) e disputas diversas (QUEIROZ, 2011). Uma das questões centrais envolve: o que é água mineral e para quem? (LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015; CRUZ, 2017).

4) As águas minerais não são, do ponto de vista jurídico-institucional, consideradas bens comuns ou recursos de domínio público, mas recursos minerais (minério) denotando desequilíbrios e assimetrias em relação às demais águas (recursos hídricos, especialmente).

As águas minerais não são consideradas “bem público” como as águas comuns, mas recurso mineral (minério), desde o Código de Águas Minerais, Decreto-lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 ela se submete a Agência Nacional de Mineração e isso segundo Cruz (2017) traz paradoxos para sua gestão. Na própria interpretação da Constituição Federal de 1988 e outras legislações mais recentes se tem que a água mineral também deveria ser considerada um bem de “domínio público” (NINIS; DRUMMOND, 2008; GESICKI; SINDICO, 2013). Segundo Cruz (2017), esse cenário faz com que movimentos de proteção e preservação das águas minerais venham de coletividades envolvidas com a água mineral.

O Código de Águas Minerais de 1945 (Decreto-Lei nº 7.841 de 8 de agosto de 1945) conceitualmente estabelece nas Disposições Preliminares: “águas minerais são aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa” (BRASIL, 1945).

A primeira leitura revela rapidamente que para serem águas minerais elas devem possuir “composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns” e “ação medicamentosa”. Notadamente, há o elemento da ordem do discurso científico médico que as difere das “águas comuns”, sendo ele a composição/propriedades e ação medicamentosa. Tal noção de “ação medicamentosa” deixou de ser hoje um consenso por parte de diferentes atores (NINIS; DRUMMOND, 2008; GESICKI; SINDICO, 2013; PORTUGAL JÚNIOR, 2016). O Código de Águas Minerais insiste em outros momentos usando da expressão “valor terapêutico” (conforme Art. 6º), destacando no § 2º: “Poderão ser, também, classificadas como

minerais, águas que, mesmo sem atingir os limites da classificação estabelecida nos Capítulos VII e VIII possuam incontestemente e comprovada ação medicamentosa” (BRASIL, 1945).

Sobre as águas minerais convocadas no § 2º, o inciso terceiro acrescenta que “[...] deverá ser comprovada no local, mediante observações repetidas, estatísticas completas, documentos de ordem clínica e de laboratório, a cargo de médicos crenologistas, sujeitas as observações à fiscalização e aprovação da Comissão Permanente de Crenologia” (BRASIL, 1945). Aqui, aparece a figura do crenologista e da Comissão Permanente de Crenologia (criada pelo Decreto-lei e subordinada na época ao Ministro da Agricultura). Percebemos também que já no início o Código de Águas Minerais não estabelece com precisão o que é conceituado como água mineral, deixando aberto também para a validade conferida mediante o discurso clínico-científico do crenologista. Portanto, na década de 1940 a crenoterapia tinha outra força no campo do saber-poder médico.

Além do Código de Águas Minerais (Decreto-Lei 7.841/1945) as águas minerais seguem também o Código de Mineração (Decreto-Lei 227/1967). Este último baixado pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco. Segundo Costa, Guarido Filho e Gonçalves (2013) o Código não estabeleceu nenhuma visão sustentável da exploração das águas “[...] refletindo o espírito dominante no Brasil até a década de 1970, ou seja, o de que a água era um recurso renovável, portanto infinito” (COSTA; GUARIDO FILHO; GONÇALVES, 2013, p.106).

Na gestão das águas, o foco na preservação, descentralização e participação somente emerge com a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que ampliou a visão sobre a água (recursos hídricos) no sentido de um bem comum, mas deixando de lado as águas minerais. Pois desde o Código de Águas Minerais, de 1945, fica estabelecida a competência do DNPM (atual ANM) em relação às águas minerais. E, como visto, essa competência é juridicamente constituída dado que a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que “Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos” não menciona as águas minerais. Portanto, legalmente as águas minerais são entendidas como minério e isso tem consequências institucionais, econômicas, sociais, políticas e ambientais (NINIS; DRUMMOND, 2008; GUIMARÃES, 2009; PORTUGAL JÚNIOR; REYDON; PORTUGAL, 2015; LOBATO; NAVES; FONTOURA, 2015; CRUZ, 2017).

Em decorrência da água mineral, “porquanto minério” (BRASIL, 2010) ela pode ser explorada como os demais minérios. Nesse sentido, Gesicki e Sindico (2013, p. 70) colocam que “as águas minerais brasileiras são, na verdade, uma *commodity*, tratadas juridicamente como recursos minerais e cuja produção é voltada ao mercado de bebidas industrializadas, seja

ele nacional ou importado”. Nesse processo histórico, a visão mineral se tornou predominante frente às tradições locais.

O segmento da água mineral no Brasil há muitas décadas deixou de ser destinado ao uso terapêutico. Atualmente, os empreendimentos são primordialmente (86% das fontes) voltados ao comércio de bebidas engarrafadas, ao invés de serem balneários (QUEIROZ 2004). Mesmo no caso dos balneários, perdeu-se o foco no uso medicamentoso das águas minerais e termais, que migrou para o que se conhece hoje por “termalismo recreativo”, ou simplesmente, turismo de lazer. Esta mudança de foco ocorreu por dois motivos: o declínio das práticas clínicas com uso de águas minerais e termais devido à extinção da especialidade médica Crenologia [...], além da atuação intermitente da CPC [Comissão Permanente de Crenologia] como instância superior técnica e fiscalizadora do uso medicamentoso das águas minerais [...] (GESICKI; SINDICO, 2013, p. 75-76).

Novamente como qualquer estabilidade é provisória (FAIRCLOUGH, 2003) existe um diagnóstico que emerge das ordens do discurso científico e do cotidiano de ativistas que demandam mudança institucional “[...] para que as questões ambientais nesse segmento passem a ser fiscalizadas e normatizadas por meio de instrumentos mais recentes e descentralizados através de uma ampla participação dos agentes e organizações da sociedade” (PORTUGAL JUNIOR et al., 2015, p. 72). Por isso, Portugal Júnior et al. (2015) defendem mudanças na legislação e no arranjo institucional de forma que ela não fosse apenas um recurso econômico, mas social, ambiental e de domínio público, já que, atualmente, as águas minerais estão sob tutela do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atual Agência Nacional de Mineração (ANM) e as águas comuns sob a tutela da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Órgãos e políticas cujas visões de desenvolvimento e preservação são até mesmo contraditórias. Segundo Portugal Júnior, Reydon e Portugal (2015), isso marca uma diferença substantiva em termos de entendimento das águas minerais e arranjos institucionais de gestão destas, tal como concepções de desenvolvimento contrastantes pelos binômio exploração-preservação.

O Código de Águas Minerais, o Código de Mineração e a Lei das Águas têm visões econômicas que também são antagônicas. O código de Água Mineral, de 1945, e o Código de Mineração, de 1940, dão ao proprietário ou detentor da outorga da lavra direitos de extrair e até mesmo exaurir o recurso natural denominado genericamente de água mineral. Já a Lei das Águas, apesar de designar a água como bem dotado de valor, fundamenta-se nos princípios de uso múltiplo e de gestão participativa, procurando garantir o recurso para as gerações futuras, em uma linha de pensamento fundamentada na economia ambiental. (NINIS; DRUMMOND, 2008, p. 154).

Por isso, ativistas e pesquisas acadêmicas insistem em uma mudança institucional, a saber: a “consideração da água mineral como recurso hídrico, incluída na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), e não mais como um minério” (PORTUGAL JÚNIOR; REYDON; PORTUGAL, 2015, p. 413). Conforme mostra Cruz (2017), estas relações, quando pensadas em nosso contexto, leva a questão que as águas minerais não estão sob a tutela do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), mas da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG). Existe demanda também para que não seja somente um recurso hídrico, mas um “recurso hídrico diferenciado”, como defende membros da ONG Nova Cambuquira.

Essas questões se tornaram mais relevantes e problemáticas em um contexto em que, se por um lado emerge a água (“água potável”) como direito humano fundamental, por outro, com dados da Organização das Nações Unidas de 2014, “[...] cerca de 1,2 bilhão de pessoas vivem em áreas de escassez física de água. Até 2015 as previsões desse estudo indicam que 1,8 bilhão de pessoas viverão em países ou regiões com escassez absoluta de água” (PORTUGAL JÚNIOR; REYDON; PORTUGAL, 2015, p. 415). Cabe ainda destaque para um cenário em grandes empresas multinacionais exploram de forma insustentável tanto as águas (recursos hídricos) quanto as águas minerais (LOBATO et al., 2016).

Nesse debate, outro elemento amplo diz respeito a comodificação de bens naturais. Para Fairclough (2001), a comodificação é um processo que se configura na organização de domínios sociais diversos – cujo alvo não é a produção de bens de consumo – em estruturas de produção, distribuição e consumo. A comodificação é um tipo de “colonização”, nos termos de Habermas (2012b). A comodificação da natureza e das águas é um processo marcado pela concepção da natureza somente a partir do “valor de troca” em detrimento de “valor de uso” de uma racionalidade instrumental e não ambiental e de visões econômicas e mercantis da natureza (LEFF, 2001; MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008). Nisso, Wilk (2006) mostra como a água engarrafada se transformou em um negócio globalizado por meio de grandes empresas.

Adicionamos para não cairmos em uma inautenticidade do modelo brasileiro de gerir a água que estes conflitos e atrasos no trato da água mineral estão presentes em vários países: “Em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, há uma discussão polêmica entre a indústria de bebidas envasadas e entidades civis que defendem o consumo de água de torneira, provida por abastecimento público” (GESICKI; SINDICO, 2013, p. 70). A seguir, observamos, para ampliar a relevância, que esta questão da legislação (dentre outras) tem efeitos causais em uma diversidade de conflitos e disputas em torno das águas minerais.

5) Existe uma diversidade de conflitos e disputas em torno das águas minerais no Brasil que decorrem das lutas hegemônicas para estabilização e rearticulação de práticas de gestão das águas.

Esse argumento engloba a questão destacada por Cruz (2017): a gestão da água envolve relações (atores) do Estado, mercado e sociedade civil (e Ministério Público) e é marcado historicamente e mundialmente por conflitos diversos. Em Cambuquira, em relação às diferentes instituições envolvidas, uma ex-presidente da ONG Nova Cambuquira chamou isso de “gestão conflitiva de siglas”: DNPM, ANA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), IGAM, Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (ABINAM), CODEMIG, COPASA, entre outras. No entendimento dos conflitos o trabalho de Queiroz (2011) será central neste item.

As disputas em torno da água mineral envolvem atores do Estado (DNPM, CODEMIG, prefeitura local, etc.), mercado (empresas locais, multinacionais, etc.), sociedade civil (ONGs, ativistas, etc.) e Ministério Público. Nos termos de Queiroz (2011), a partir de Pierre Bourdieu consiste em diversos sistemas simbólicos em disputa. A autora destaca que:

As dinâmicas que são desenvolvidas dentro do campo das águas envasadas produzem determinados efeitos de dominação, como o estabelecimento de determinados significados hegemônicos, e esse é um dos jogos que se joga dentro deste campo. Isso faz com que protestos podem acontecer em determinadas direções e sejam produzidos efeitos de dominação, aviltamento de pessoas e de populações, adesão de consumidores e problemas ambientais. (QUEIROZ, 2011, p. 38).

Na visão de Queiroz (2011, p. 39), os agentes (usa este termo em decorrência do arcabouço teórico ser a partir de Bourdieu) “organizam as relações sociais para as configurações de estabilidade e/ou instabilidade dos campos são fruto de processos sociais que opõem agentes sociais com dotações assimétricas de capital [capitais] e que estão posicionados de forma desigual no campo”. Assimetrias essas que também estamos encontrando no contexto de Cambuquira, Minas Gerais.

A autora, a partir do Quadro 3 (que adaptamos do texto da mesma), faz uma relevante categorização dos agentes e/ou grupos que compreendem o desenho do campo das águas.

Quadro 3 - Categorias dos agentes que compreendem o campo das águas envasadas.

Grupo	Descrição
Classe empresarial	“engloba os agentes que representam todas as tipologias de indústrias envasadoras, como também, as transnacionais, bem como as distribuidoras e os comerciantes, além de entidades que as representam. Classe que nem sempre prima pela segurança sanitária dos produtos e muitas vezes, não se preocupa com os resíduos, refugos e emissões gerados, além de superexplorar os aquíferos”;
Poder público	“agentes que têm o papel de regular, normatizar e fiscalizar as ações dos outros agentes do campo com poderes auferidos pela legislação. São os agentes do sistema de mediações”;
Grupos não governamentais, movimentos sociais e segmentos da comunidade científica	“representados, principalmente, por agentes das mobilizações sociais que atuam junto à sociedade. Estes grupos buscam também reivindicar ações visando primar pela saúde, pela qualidade da água, meio ambiente, pela preservação do patrimônio público e identidades de comunidades locais. Suas ações incluem a monitorização das atitudes dos outros agentes do campo”;
Consumidores e sociedade em geral	“representados pelos consumidores e potenciais consumidores de águas envasadas”.

Fonte: Queiroz (2011, p. 35-36).

Existe, para cada categoria, relações específicas e interrelações. Segundo a autora, no que tange a classe empresarial, é de se observar que ela, com forte acúmulo de capital, busca a adesão do Poder Público e da sociedade nas práticas de exploração econômica das águas. Internacionalmente o estudo de Wilk (2006) sobre marketing e o Brei e Böhm (2014) sobre responsabilidade social, mostram como isso foi engendrado para a busca da hegemonia do mercado de águas engarrafadas/engasadas. O Poder Público, por sua vez,

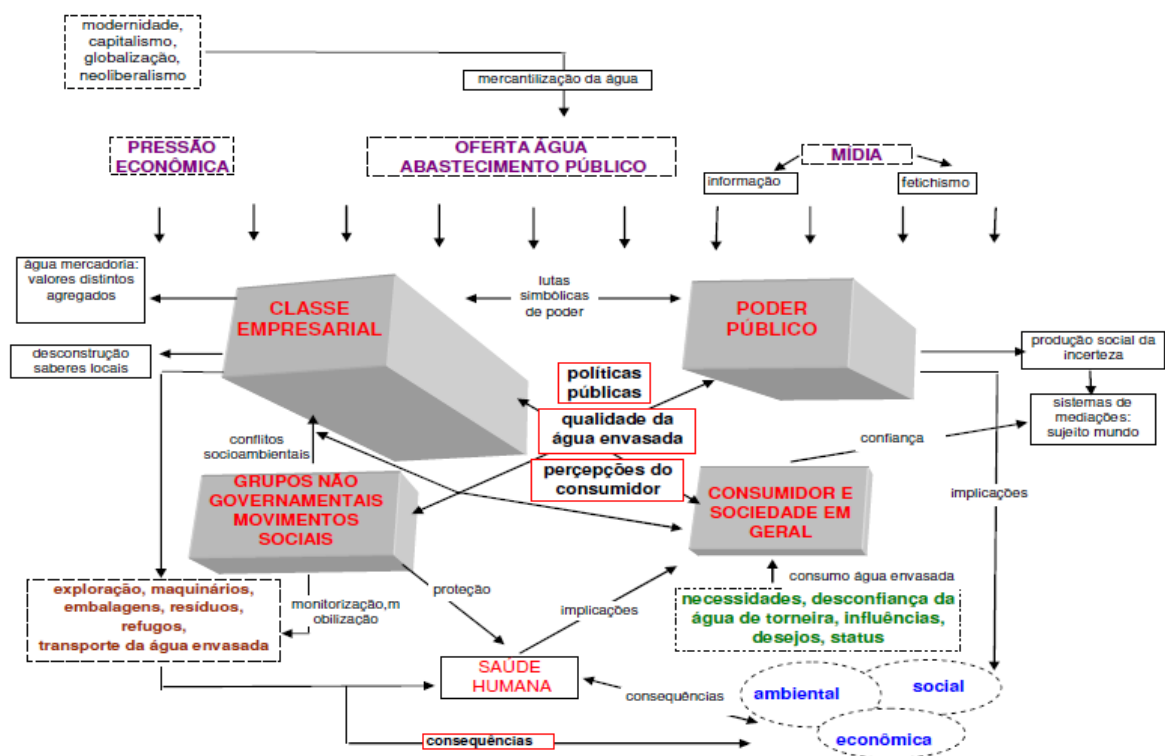
[...] tem como instrumentos de mediação as políticas públicas de normatização, regulação e fiscalização. Estas classificam as águas e são aplicadas para legitimar a luta simbólica para a nomeação do mundo e das coisas como instrumentos de poder [...] O poder público, por meio de instrumentos jurídicos, trava lutas simbólicas, criando então “coisas” e não mais “água”. Distintas instituições governamentais a nomeiam por meio de normatizações diferentes, disputando o poder sobre estas novas “coisas”, distanciando a água do seu caráter de direito e necessidade de hidratação”. (QUEIROZ, 2011, p. 41).

No processo descrito isso fica claro pelo uso de “bem mineral” e “recurso mineral” entre outros rótulos para as águas minerais. Isso é importante na tese no que Fairclough (2003) denomina de significados das palavras que se constroem em amplas lutas sociais. Bakhtin (1997) já nos revelou que uma palavra pode ser campo de amplas lutas sociais e água mineral é uma delas. Por sua vez, grupos não governamentais, movimentos sociais e segmentos da comunidade científica mobilizam redes, contradiscursos buscando exercer poder e influenciar as decisões do poder público. Queiroz (2011, p. 42) interpreta que “[...] os movimentos sociais

e suas ações e mobilizações dentro do campo das águas envasadas são exemplos de resistência contra os agentes dominantes [...]”. E cita, exemplificando, a resistência, “[...] a mercantilização da água está sob o manto do discurso ‘aparentemente neutro’ do interesse público; entretanto, este discurso tem sido contestado no Circuito das Águas do Sul de Minas Gerais, do qual fazem parte os municípios de São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira” (QUEIROZ, 2011, p. 42). Em São Lourenço, “[...] a mobilização da sociedade local contra a exploração das águas minerais pela transnacional Nestlé, ocorre há dezessete anos por meio da associação Amar’Água”. (LOBATO; MAFRA; FONTOURA, 2015, p. 6).

A partir disso, constrói a Figura 5, mostrando essas relações que, para ela, não são fixas. Esta seria apenas uma representação de campos simbólicos em movimentação e luta.

Figura 5 - Relações atuais no campo das águas envasadas.



Fonte: Queiroz (2011, p. 45).

Finalmente, é importante destacar que a classe empresarial é a mais organizada e tem seus interesses vigentes em torno das águas minerais – sendo de destaque a presença de multinacionais (LOBATO, 2018). Essa classe se mobiliza para moldar os sistemas de relação e influenciar de forma direta o Poder Público e os consumidores (FLORES; MISOCZKY, 2015). Portanto, o Estado assume um papel que contribui para a exploração das águas minerais. Outro

ator presente na Figura 5 e que merece destaque é a mídia. Sobre o Estado e a mídia a tese de Lobato (2018) indica:

O Estado brasileiro constitui um instrumento de articulação dos interesses do poder externo ou elites locais desde o Período Colonial, se desinteressando pelas demandas sociais desde então. No sistema mundo moderno, o Estado brasileiro integra então o *hall* de dependência, configurando-se, sob a ótica decolonial, como subalterno ou colonizado. Em função dessa configuração, tem perdido, cada vez mais, sua soberania sobre sua biodiversidade e, principalmente, sua soberania política. Apoiado pela mídia, massifica o conhecimento sobre questões urgentes relacionadas ao meio ambiente. Estes atores (Estado e mídia), vinculados a grandes interesses econômicos, se rendem aos “caprichos” das multinacionais, que se instauram no país sob a égide do progresso e desenvolvimento, o que se caracterizou nesse estudo como a colonialidade do poder. (LOBATO, 2018, p. 112).

A partir da visão crítica realista da Teoria Social do Discurso a Figura 5 nos revela que um estudo empírico relacionado à água mineral não pode ser entendido em uma visão do “individualismo metodológico”, desconsiderando estruturas sociais amplas e inter-relações (PROCTOR, 1998). A partir do estudo realizado em Cambuquira, Cruz (2017) destaca em termos discursivos também representações conflitantes: a água mineral como bem público, água mineral como mercadoria/minério, como saúde, como turismo, como produto, como elemento formador de identidade, entre outras que, para nós, estão sendo construídos a partir de diferentes práticas.

O Circuito das Águas no Sul de Minas Gerais não é o único que tem sua água mercantilizada, pois está surgindo uma grande profusão de exploradores das águas, modalidade de negócio que se alastra, transformando qualquer fonte em “a melhor água do universo”. O reconhecimento do Circuito das Águas, conforme sugere Ninis (2006), como patrimônio da humanidade, pela importância de suas águas e pela singularidade mundial da localidade por possuir suas fontes diferenciadas, levaria a um processo de preservação. E este reconhecimento é um dos significados que os agentes das mobilizações sociais defendem em disputa à mercantilização da água. Em um jogo do campo, em particular o caso do Circuito, pois a água mineral é para o turismo, para a localidade, para a singularidade do local, para a saúde ou é para a industrialização, para a exportação? São significados que estão em disputa pelos agentes do campo. (QUEIROZ, 2011, p. 144).

A seguir, continuamos os argumentos para mostrar que o estudo das práticas é importante para revelar esse contexto e buscar alternativas de gestão que possam constituir as possibilidades de um sistema deliberativo.

6) O estudo das práticas de gestão das águas minerais é um instrumento de construção e mudança hegemônicas de políticas públicas e governança das águas, contribuindo para influenciar as decisões políticas democráticas.

Isso se estabelece nessa tese pela sua visão de crítica e de mudança social, bem como da busca por conhecimento que sejam nos termos, de Paes de Paula (2015; 2016), práticos, técnicos e emancipatórios. Esse argumento mobiliza tanto a Teoria Social do Discurso (práticas de gestão das águas minerais e mudança social, além da perspectiva transformacional), quanto noções de Sistema Deliberativo e Gestão Social (influenciar as decisões políticas democráticas, deliberação pública e bem comum). Assim, a perspectiva emancipatória (HABERMAS, 2012a; 2012b) e pautada na mudança social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003) se faz presente na visão ontológica do realismo crítico: “Porque os eventos não são pré-determinados antes que ocorram, mas dependem de condições contingentes, o futuro é aberto – as coisas podem ocorrer de muitas maneiras diferentes” (SAYER, 2000, p. 15). A mudança é possível e é sempre uma questão em aberto.

Para deixar mais evidente é preciso estabelecer que Teoria Social do Discurso cria pontes entre os estudos da linguagem e da teoria social e que o foco utilizado aqui não privilegia o discurso e a semiose, *per se*, mas as práticas sociais das quais eles são um momento. Além disso, parte da visão realista crítica que os discursos têm efeitos causais de dominação, deliberação e mudança social que precisam ser estudados.

7) A Teoria Social do Discurso é uma perspectiva que contribui para explicitar as práticas de gestão das águas minerais.

Para construir esse argumento faremos a articulação com outros dois. O argumento 8 é necessário, pois estabelece que a Teoria Social do Discurso é relevante para o caso em foco, em que elementos discursivos, materiais, relações sociais, ações, práticas diversas culturais, econômicas, políticas e outras constituem um amplo arranjo de práticas sociais que não podem ser interpretadas, descritas ou explicadas apenas pelo discurso. Em conjunto, este argumento sobre a importância da Teoria Social do Discurso para estudar práticas de gestão, a questão do potencial democrático das pesquisas se junta ao fato da análise ser ampla e de diferentes elementos e momentos das práticas nas relações dialéticas entre eventos, práticas e estruturas.

8) A Teoria Social do Discurso enfatiza que a análise não deve ser focada apenas no discurso, mas nas práticas sociais das quais o discurso é um dos momentos. A partir disso, a gestão social é tomada como uma prática, especificamente nos interessamos pela prática da gestão social das águas minerais.

Portanto, vamos estabelecer os argumentos 7 e 8 em prol da visão transformacional (SAYER, 2000), de mudança social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), emancipação (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015) e trazer a presença o argumento 6 novamente.

Existem várias visões de análise de discurso. Norman Fairclough (2001; 2003; 2005; 2012), desde 1985, desenvolve a Teoria Social do Discurso e se tornou um autor muito relevante dado a sua interdisciplinaridade, pois considera os avanços de outros autores e acrescenta uma visão que defendemos: a crítica e a emancipação. Sobre as práticas sociais, é notório que o autor, a partir do final da década de 1990, defende que a análise do discurso não deve apenas se fixar no discurso, mas no discurso como momento das práticas sociais junto com outros momentos. O autor busca isso, principalmente, em David Harvey, Raymond Williams e no realismo crítico de Roy Bhaskar. Portanto, o discurso, *per si*, não dá conta da compreensão da vida social.

Apesar de não ser notadamente reconhecido, como teórico da prática assim como Foucault, Bourdieu, Garfinkel, Vygotsky, De Certeau, Giddens, Reckwitz e Schatzki, autores como Vaara e Whittington (2012) colocam Fairclough também como um teórico da prática. Portanto, a sua maneira e influenciado por David Harvey e Raymond Williams, Fairclough (2012, pp. 307-308) concebe que a Teoria Social do Discurso é “uma perspectiva teórica [...] sobre a semiose [...] como um elemento ou momento do processo social material [...], que dá margem a análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões mais amplas sobre o processo social”. Portanto, discurso (e semiose) é um elemento das práticas sociais (não se reduz práticas à discurso), tendo em vista ainda defende também relações dialéticas eventos, práticas sociais e estruturas (HARVEY, 1996; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006).

As pesquisas recentes nessa direção permitem o estudo de práticas organizativas para além daquelas burocráticas e também práticas emergentes, plurais, que se organizam a partir de coletivos e atores individuais. Os movimentos sociais e outras formas de ação coletiva são um palco de estudo das práticas de gestão. Além disso, as práticas tornam-se importantes para o estudo daquilo que a literatura deliberacionista trata como “sistema deliberativo”, dado que as

diversas práticas, em conjunto, formam ordens ampliadas por meio das redes de práticas, permitindo, nesse ínterim o estudo dos poderes causais e movimentos deliberativos.

No âmbito da TSD o estudo dos significados do discurso, especialmente, nos permitirá entender o papel do discurso nesses processos como ação, representação e identificação. Isto é, o texto como forma de interação e ação, representações de aspectos do mundo e a construção de identidades (RESENDE; RAMALHO, 2006). Sobre a questão identitária observam Ninis e Drummond (2008, p. 150), que “a história da água mineral no Brasil entreteceu-se com a vida das localidades onde se localizam as suas fontes”. A água mineral representa conforme falas de participantes da ONG Nova Cambuquira um elemento de construção da “identidade do Cambuquirense” e “a água somos nós” (utilizada recentemente em várias movimentações). Em destaque, emerge a identidade coletiva de “Guardiões das Águas”.

Após isso, podemos voltar ao argumento 6, de que estudo das práticas sociais pode oferecer direcionamentos para políticas públicas de gestão das águas minerais no Brasil; incentivar a discussão acadêmica sobre este tema, especialmente, no campo da Gestão Social; oferecer argumentos em prol da articulação democrática das práticas em um sistema deliberativo; sistematizar informações que podem contribuir para novas relações, representações e identificações com as águas minerais. Nesse caminho, algumas das mudanças possíveis são:

A gestão do recurso hídrico e mineral deveria, antes de tudo, ser uma questão de justiça social, fortemente sustentada por uma base ética. É necessário, portanto, haver uma melhor regulamentação do acesso à água e uma política participativa funcional, capazes de atender às necessidades regionais, e fundamentadas nas estruturas econômica, cultural e ambiental de cada região. Essa visão sistêmica está quase ausente no atual sistema gerencial das águas minerais. Uma gestão eficiente das águas minerais deveria partir de uma análise interdisciplinar dos problemas gerados pelos conflitos em torno dos sistemas ambientais, contemplando as relações entre natureza, sociedade, processos econômicos e processos culturais. Haveria também a necessidade de se disseminar a concepção do acesso à água mineral como um direito fundamental das populações que vivem da exploração sustentável desse recurso, em associação com uma outra concepção: a das águas minerais como um patrimônio da humanidade. (NINIS; DRUMMOND, 2008, p. 164).

A citação acima possui elementos dialógicos com esta tese acerca das águas minerais: justiça social, política participativa, outras dimensões além da econômica, interdisciplinaridade, relações natureza-sociedade e água como direito.

9) A discussão sobre sistemas deliberativos ainda é uma lacuna no campo da gestão social e pode contribuir com a ampliação do potencial analítico, teórico e empírico do conceito.

Inicialmente, observamos que o deliberacionismo é um campo amplo e com variadas perspectivas e os trabalhos mais recentes visam superar antigas dicotomias entre teorias normativas e descritivas, razão e emoção, formas ideais e reais e entre a visão do consenso e a do conflito (MANSBRIDGE, 1999; MANSBRIDGE et al., 2012; FARIA, 2012; DRYZEK, 2016). No decorrer da discussão mostraremos também o argumento 11. Portanto os argumentos 9, 10 e 11 constroem relações entre Sistema Deliberativo, Gestão Social e Teoria Social do Discurso.

10) Um sistema deliberativo se forma na rede de práticas sociais (de gestão e outras práticas) articuladas por meio da gestão social (não exclusivamente). Nesse processo é fundamental o poder causal da gestão social em formar movimentos deliberativos.

O deliberacionismo é um campo plural (Habermas, Cohen, Bohman, Dryzek, Mansbridge, entre outros). Portanto, não há somente um conceito sobre o tema. Para usar um termo de Dryzek (2010), podemos dizer que há, no máximo, um “meta-consenso” em torno de diferentes visões. Nesse escopo, a discussão dos sistemas deliberativos é uma das mais emergentes e relevantes no momento (DRYZEK, 2016).

Conforme esclarece Mendonça (2016, p. 756) “O conceito de sistema deliberativo não foi [...] criado por Habermas. Jane Mansbridge (1999) foi a primeira a trabalhar com ele e, desde então, um crescente número de autores tem tentado aplicá-lo e desenvolvê-lo”. Mansbridge (1999) começa argumentando que a conversação cotidiana é parte crucial do sistema deliberativo que, para ela, faz parte, além disso, fóruns, espaços formais, espaços privados, governos eleitos, entre outras instâncias e arenas. O sistema é capaz de filtrar os temas públicos mais relevantes e problematizá-los. Esse sistema também destaca a importância da relação entre ativistas e não-ativistas (MANSBRIDGE, 1999).

A discussão sobre sistemas deliberativos ainda é uma lacuna no campo da Gestão Social e pode contribuir com a ampliação do potencial analítico, teórico e empírico do conceito, sendo abordada apenas na tese de Peres Júnior (2013) e Peres Júnior, Pereira e Oliveira (2013), artigo publicado da tese. Estes autores articulam a noção de sistemas deliberativos com a Teoria da Estruturação de Giddens. Essa proposta original de discutir os sistemas deliberativos é resgatada por nós e ampliada na direção das discussões mais recentes sobre o tema e em articulação com a noção de prática sociais na Teoria Social do Discurso. Lembrando que não

seguimos as mesmas concepções ontológicas que Peres Júnior (2013) e Peres Júnior, Pereira e Oliveira (2013).

O sistema deliberativo destacado por Peres Júnior, Pereira e Oliveira (2013) a partir de Conover e Searing (2005) considera desde as conversas cotidianas até os locais de decisão político-administrativo formais, reproduzindo parcialmente o modelo centro-periferia de Habermas (1997b; 2008). Segundo Peres Júnior, Pereira e Oliveira (2013, p. 20) a partir de Giddens relações entre agência e estrutura são importantes para “compreender a formação do cidadão deliberativo como agente principal da Gestão Social”. A ideia desta tese de que as práticas sociais de gestão das águas podem formar um sistema deliberativo (sua produção e reprodução) emerge também da leitura de Peres Júnior, Pereira e Oliveira (2013) e Peres Júnior (2013) mesmo que com consequências diferentes.

Uma diferença é que, a partir de autores deliberacionistas mais recentes, como Dryzek (2016), não se pressupõe que somente as práticas de gestão social são formadoras do sistema deliberativo, mas uma rede que se articula e inclui práticas e ações não deliberativas dentro do sistema deliberativo. E também não somente por “dinâmicas de conversação que ocorrem em espaços formais e informais de discussão” (PERES JÚNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 31), mas por diferentes elementos e momentos das práticas, discursivos e não discursivos.

O sistema deliberativo aqui discutido seguindo deliberacionistas de terceira e quarta geração (MENDONÇA, 2011; FARIA, 2012; DRYZEK, 2016; ELSTUB; ERCAN; MENDONÇA, 2016; SMITH, 2016) e após nosso debate sobre inter-relações e tensões entre mundo-da-vida e sistema (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017) integra práticas sociais (a partir de articulações) relacionadas ao que Peres Júnior (2013) colocou a partir de Whittington (1992) como sistema comunitário, econômico, doméstico, político e intelectual. Afinal, organizações como empresas, igrejas, famílias, universidades, CODEMIG, DNPM, IGAM, Prefeitura Municipal, Ministério Público também estão inseridos neste sistema e agem produzindo e reproduzindo práticas de gestão das águas.

Ainda sobre sistemas deliberativos, Peres Júnior, Pereira e Oliveira (2013) e Peres Júnior (2013) abrem, mesmo que de forma breve, uma agenda importante de debate no campo da gestão social: poder. Abarcamos essa categoria por meio da Teoria Social do Discurso, pois o que mantém redes de práticas sociais são relações de poder e isso é constitutivo delas.

Os autores colocam também: “[...] uma vertente interessante de pesquisa estruturacionista da Gestão Social: as relações de poder em contextos de ação gerencial dialógica” (PERES JÚNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 43), isto é, para eles, nos contextos de práticas de gestão social. Aqui, abordaremos tais debates a partir dos resultados

de nosso estudo, indicando, *a priori*, que não se trata de uma “seara perigosa” (PERES JÚNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 41). É necessário e importante por três motivos: 1) o primeiro é que a vida social e as práticas sociais são permeadas por relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; WODAK, 2011); 2) o segundo é que uma diversidade de autores no campo da gestão social como Araújo (2012), Guerra (2015), Fischer et al. (2006), Justen, Moretto Neto e Garrido (2014) e outros já mencionaram a questão do poder; e, 3) a questão do poder é um dos temas mais controversos no debate em democracia deliberativa, mas já conta com o reconhecimento de que não é possível pensar a deliberação sem pensar também as relações de poder (HENDRIKS, 2009; FARIA, 2012).

Os poderes social, político, econômico, da mídia e o comunicativo (HABERMAS, 1995) estão na formação dos sistemas deliberativos. O poder comunicativo é ainda mais central a partir das discussões de Gestão Social: Ele resulta da “[...] geração informal da opinião desemboca em decisões eleitorais institucionalizadas e em decisões legislativas por meio das quais o poder gerado comunicativamente se transforma em poder passível de ser empregado em termos administrativos” (HABERMAS, 1995, p. 48). O poder comunicativo é o poder causal da deliberação pública – em termos da leitura realista crítica. Obviamente não haverá efeito causal sem gerar conflitos e controvérsias. Portanto, supera-se a visão de que a deliberação não se constrói em meio ao conflito – Mendonça (2011; 2016), Kreide (2016), White e Farr (2012) destacam essa dimensão conflitiva da deliberação.

Finalmente, este debate mostra que a partir da noção de sistema deliberativo as análises perpassam diferentes espaços, esferas e arenas, desde os eventos sociais mobilizados pelos atores, passando pelas práticas sociais até a mudança de institucionalidade das águas minerais (estruturas sociais).

1.5 Estrutura da tese

A tese está dividida em duas partes (Quadro 4). Na primeira apresentamos a introdução, revisão de literatura (Gestão Social, Sistema Deliberativo e Teoria Social do Discurso) e questões onto-epistemológicas e considerações gerais. Na parte dois apresentamos quatro artigos para responder aos objetivos específicos e após isso as considerações finais.

Quadro 4 - Organização da tese.

Parte	Descrição
Parte 1	Introdução Contexto do estudo Problemática Objetivos Justificativas e relevância
	Revisão de literatura Gestão Social Sistemas Deliberativos Teoria Social do Discurso
	Caminhos metodológicos
	Considerações gerais
Parte 2 (Artigos)	Artigo 1 – As águas minerais a partir do mundo-da-vida: constituição dos “guardiões das águas” no Sul de Minas Gerais
	Artigo 2 – Os poderes causais dos “guardiões das águas” no Circuito das Águas de Minas Gerais: a estruturação da ação coletiva e seus movimentos
	Artigo 3 – Práticas de gestão social das águas no Sul de Minas: composições e desvios na formação de um sistema deliberativo

Fonte: Do autor (2018).

A seguir apresentamos uma ampla revisão de literatura sobre os temas centrais da tese: Gestão Social, Sistema Deliberativo e Teoria Social do Discurso, destacando as relações entre eles.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nessa revisão de literatura apresentamos de forma ampla três elementos, a saber: (1) a discussão sobre o campo da gestão social e suas abordagens; (2) o modelo deliberacionista e as especificidades das noções de sistemas deliberativos e (3) as perspectivas da teoria social do discurso, especialmente, as relações entre discurso e prática social.

2.1 O campo de teorias e práticas da Gestão Social

A questão da água mineral não pode ser vista de uma forma monocular, pois demanda um entendimento interdisciplinar e intersubjetivo de suas dimensões naturais, sociais, culturais, econômicas, políticas, dentre outras. Nessa seção, indicamos que gestão social é um campo de pesquisa que considera essa pluralidade de formas de representar, usar e se relacionar com as águas minerais, considerando ciências, valores, crenças e interesses que perpassam pela visão da água como minério, mercadoria, bem comum, produto turístico, saúde-crenoterapia, elemento identitário, entre outros.

2.1.1 Elementos introdutórios do campo da Gestão Social

As perspectivas do campo de estudos da gestão social ainda se encontram em construção, não poderia ser diferente se olharmos a partir da visão do conhecimento como dimensão transitiva. O realismo crítico, posição onto-epistemológica adotada neste estudo, se apresenta como uma alternativa à visão idealizada e isenta de valores das ciências positivistas e do positivismo lógico, bem como ao construcionismo radical (especialmente, aquele atrelado a noção de pós-modernidade que perde muito da noção de luta pela emancipação social que “desconstrói” fundamentos possíveis da ciência e da sociedade) (HABERMAS, 2000).

Segundo Cruz (2017), a gestão social emerge de práticas intersubjetivas, incluindo práticas científicas que, segundo a autora, estabelecem relações e disputas por validade e legitimidade de seus saberes-fazeres. Por meio da perspectiva do realismo crítico adotado por Fairclough (2003), acrescentamos que a Gestão Social se encontra como todo conceito, teoria, lei científica, em uma dimensão transitiva da realidade. Isso faz lembrar um dos sentidos possíveis à afirmação de Tenório (2012) de que a gestão social não existe. Na nossa visão, o “real conceitual” da gestão social tem poderes causais: para Cançado, Pereira e Tenório (2015) a emancipação é o “efeito” esperado.

As pesquisas no campo da gestão social encontram-se em amplo crescimento com ampliação de suas bases teóricas, procedimentos metodológicos, experiências empíricas e institucionalização de cursos e eventos (CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012; MENON, 2016). No entanto, no contexto de crescimento institucional, teórico e empírico da gestão social, Guerra (2015, p. 14) indica que “[...] existem importantes debates e divergências acerca de sua constituição e natureza, bem como sobre o campo em que se manifesta e reproduz na vida social contemporânea”.

No campo da gestão social são marcantes diferentes entendimentos como: uma área em busca de consolidação como campo de conhecimento científico – com a formação do primeiro paradigma (CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015); a existência de consistências e inconsistências (ARAÚJO, 2012); de ser um constructo inovador (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009; ARAÚJO, 2012); multiparadigmática e de natureza interdisciplinar (FISCHER et al., 2006) e ainda um campo de natureza híbrida (GUERRA; TEODÓSIO, 2014).

Segundo Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013, p. 21), “a Gestão Social encontra-se em fase de busca de consolidação conceitual e teórica, absorvendo conceitos interdisciplinares de diversas perspectivas teóricas” e almejando a transdisciplinaridade (TENÓRIO, 2016). Recentemente, Guerra e Teodósio (2015, p. 47) colocaram que o campo da gestão social está sendo formado por “múltiplos saberes, definições e práticas” que não se limitam a um conceito único – esta também é a posição de Justen, Moretto Neto e Garrido (2014, p. 248): “[...] para além de constituir a possibilidade unificada de outra gestão, importa olhar a Gestão Social como a possibilidade plural de outras gestões, construídas a partir de saberes e de práticas situados”.

2.1.2 Gestão Social: paradigma, gerações, abordagens, *locus* e campo

No Brasil entre a década de 1980 e 1990, a emergência dos estudos do campo da gestão social se relaciona contingencialmente com questões como o processo de redemocratização, movimentos sociais, fortalecimento do terceiro setor, reformas da administração pública, dentre outros (ALCÂNTARA, 2015). Dessa forma, segundo Tenório (2013, p. 2), “[...] são vários os elementos que animam este repto, entre os quais destacamos que, à semelhança de outras, a sociedade brasileira, desde os anos 1990, e inspirada na Constituição de 1988, tem exigido mudanças no modo como a sua relação ocorre com o Estado e o mercado”. Menon e Coelho (2016, p. 01) consideram que este campo se desenvolve como modelo alternativo de gestão e “[...] tornou-se objeto de estudo em programas de pós-graduação, cursos de graduação, centros

de pesquisa, eventos e publicações”. O processo de expansão do campo é marcado por três gerações, segundo Menon (2016),

A primeira geração refere-se ao período de 1998 a 2004, em que alguns pesquisadores buscavam definir de maneira exploratória o conceito de Gestão Social. A segunda geração (2005 a 2012) é marcada pela institucionalização do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) e pela expansão do número de pesquisas na área. Por fim, a terceira geração é caracterizada pela publicação de trabalhos mais recentes que visam sedimentar o conceito de Gestão Social. (MENON, 2016, p. 48-49).

Os trabalhos acadêmicos em gestão social envolvem hoje um conjunto de artigos científicos, livros, dissertações, teses e outros materiais bibliográficos que são produzidos em diferenciadas instituições de ensino e pesquisa, com diferentes abordagens teóricas e estudos empíricos (CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012; ALCÂNTARA, 2015; GUERRA, 2015; MENON, 2016). O referido campo conta com pesquisadores referências como Fernando Guilherme Tenório, Airton Cardoso Cançado, José Roberto Pereira, Ana Paula Paes de Paula, França Filho e Tânia Fischer – na análise de referências esses autores são os mais citados do campo (ALCÂNTARA, 2015; GARCIA, 2016; MENON, 2016).

A institucionalização do campo se destaca pela existência de congressos científicos, periódicos e cursos que mobilizam agências de financiamento, professores, alunos e outros diversos profissionais (CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012). Para Araújo (2012), o processo de institucionalização ocorreu de forma muito precoce. Segundo o autor, “de modo precoce, às vezes prematuro, criaram-se novas institucionalidades, fundando diferentes grupos e centros de pesquisa numa tentativa de diálogo entre a gestão e outros campos do conhecimento” (ARAÚJO, 2012, p. 17). Cançado, Pereira e Tenório (2015) discordam disso.

Além dessa questão, existem outras controvérsias no campo relacionado a questões como “paradigma *versus* campo”, “paradigmático *versus* multiparadigmático”, “disciplinar *versus* multidisciplinar/interdisciplinar”, “emancipador *versus* ideológico”, “ideal *versus* real”, dentre outros (Cf. TENÓRIO, 2005; MAIA, 2005; CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012; ALCÂNTARA, 2015; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015; GUERRA, 2015; MENON, 2016; PERSSON, 2016). A título de outro exemplo das disputas, Araújo (2012) defende a concepção da gestão social como campo multiparadigmático, polissêmico e em construção (*in progress*): “[...] se trata de um campo de conhecimentos em construção em estágio ainda preliminar no qual prevalece o caráter multidisciplinar, tendendo a interdisciplinaridade” (ARAÚJO, 2012, p. 225). Por sua vez, Cançado (2011) e Cançado, Pereira e Tenório (2015)

defendem que a gestão social já alcançou muito progresso e possui um corpo teórico consistente se aproximando do seu primeiro paradigma “com fundamentos teóricos específicos” (CANÇADO, 2011, p. 19).

Neste processo de desenvolvimento teórico os pesquisadores do campo da gestão social buscaram discutir diversos conceitos: esfera pública, inovação social, território, cidadania, economia solidária, movimentos sociais, arranjos produtivos locais, democracia, participação, empreendedorismo social, dentre outros. Desses movimentos multidisciplinares e interdisciplinares resultou uma diversidade de conceitos/definições/noções de gestão social propostas por diferentes autores conforme apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Diversidade de conceitos de gestão social. (Continua)

Conceito	Fonte
“[...] um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais”.	Tenório (1998, p. 16)
“Por gestão social entendemos a substituição da gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento participativo, dialógico, no qual o processo decisório em uma dada sociedade é exercido por meio dos diferentes sujeitos sociais”.	Tenório (1999, p. 151)
“[...] um processo de mediação transformador que: articula múltiplas escalas de poder individual e societal; trabalha a identidade de processos, refletindo e criando pautas culturais; coordena interorganizações eficazes; promove ação e aprendizagem coletivas; comunica-se e difunde resultados; presta contas à sociedade; reavalia e recria estratégias, tendo por processo, alvo e motor, o desenvolvimento, considerando dimensões tangíveis e intangíveis, objetivas e subjetivas, que conformam organizações complexas e instituições”.	Fischer (2002, <i>apud</i> Menon, 2016, p. 42)
“[...] modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele (tradicional) do mercado e do Estado [...]”.	França Filho (2003, p. 4)
“[...] um conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário emancipatório e transformador. É fundada nos valores, práticas e formação da democracia e da cidadania, em vista do enfrentamento às expressões da questão social, da garantia dos direitos humanos universais e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade”.	Maia (2005, p. 15-16)
“[...] o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação”.	Tenório (2005, p. 102)
“[...] ato relacional capaz de dirigir e regular processos por meio da mobilização ampla de atores na tomada de decisão, que resulte em parcerias intra e interorganizacionais, valorizando as estruturas descentralizadas e participativas, tendo como norte o equilíbrio entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva, para alcançar enfim um bem coletivamente planejado, viável e sustentável a médio e longo prazo”.	Gondim, Fischer e Melo (2006, p. 4)

Quadro 5 - Diversidade de conceitos de gestão social. (Conclusão)

“A gestão adjetivada como social orienta-se para a mudança e pela mudança, seja de microunidades organizacionais, seja de organizações com alto grau de hibridização, como são as interorganizações atuantes em espaços territoriais micro ou macroescalares. Múltiplas formas de poder são exercidas em diferentes escalas, na construção paradoxal e controvertida de utopias traduzidas em programas, projetos e ações de desenvolvimento que ocorrem em espaços territoriais e virtuais”.	Fischer et al. (2006, p. 796)
“A Gestão Social é o modo de gestão praticado por organizações que não são nem do mercado e nem do Estado, porém, muitas vezes, mantêm relações de parceria com essas esferas para a implantação e execução de determinados projetos.”.	França Filho (2008, p. <i>apud</i> Menon, 2016, p. 43)
“[...] a gestão social seja tratada como instância que reproduz valores sociais e produz os bens públicos que permitem o florescimento do espaço articulado pelo TS [terceiro setor]”.	Cabral (2011a, p. 52)
“[...] um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido, e que tem por finalidade a emancipação”.	Cançado (2011, p. 205)
“[...] tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”.	Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697)
“[...] tem como objeto de estudo a gestão de problemáticas sociais e ambientais que necessitam de uma visão intersetorial e interorganizacional, considerando seu espaço de articulação em um contexto de constante fortalecimento democrático, onde múltiplos atores compartilham interesses, visões e ações dentro de um território”.	Mendonça, Gonçalves-Dias e Junqueira (2012, p. 1392)
“[...] ação gerencial dialógica própria da sociedade, do interesse público não estatal e voltado para o bem comum”.	Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 17)
“[...] gestão social é uma forma de gestão que valoriza a concordância, em que o outro deve ser incluído e a solidariedade é a sua motivação. Além disso, a gestão social caracteriza-se por seu caráter coletivo, enquanto a gestão estratégica, pelo caráter individual, ou seja, baseado no monólogo e no indivíduo (Tenório, 2005)”.	Iizuka e Junqueira (2013, p. 73)
“A gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevalecem a lógica humanitária, do interesse público e do social em detrimento dos interesses privados, individuais e monetários”.	Araújo (2014, p. 88)
“Essa [gestão social] emergente é empírica, porque o seu conhecimento é real e vem do campo; ela é normativa também porque ela não é neutra, mas crítica e se inspira em princípios normativos e valores éticos que prezam a autonomia; e aplicada, porque ela é pensada como uma tecnologia de emancipação e de participação. [...] essa ciência emergente do social visa o crescimento da autonomia (aquela do campo e dos seus objetos que são sujeitos)”.	Vandenberghe (2015, p. 110)
“A gestão social, [...], remete a um processo em que os próprios indivíduos se tornam sujeitos sociais, expressando, nos atos de linguagem, suas demandas e anseios, e aproximando o Estado do verdadeiro sentido do “social” que caminha junto com a gestão pública”.	Freitas, Freitas e Ferreira (2016, p. 290)

Fonte: Adaptado e ampliado de Garcia (2016, p. 62) e Menon (2016, p. 42-43).

Apesar de existirem elementos comuns e convergentes nessas conceituações, indicamos que diante da diversidade de conceitos de gestão social, fica patente o pluralismo e a inexistência de um entendimento único sobre ela (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014). Araújo (2012), Alcântara (2015), Garcia (2016) e Menon (2016) também consideram a polissemia do termo e a diversidade de temas tratados.

Segundo Paiva et al. (2016) a chamada do próprio Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social de 2016 – IX Enapegs revela a multiplicidade de temas e conceitos:

[...] uma pluralidade de temas, adjetivos e conceitos, a saber: campos de aplicação (espaço público e esfera pública; cooperativas; empreendimentos da economia solidária; organizações do terceiro setor; sociedade civil); sinônimos (gestão colaborativa; gestão democrática; gestão dialógica; gestão participativa); característica do processo (tomada de decisão coletiva; racionalidade comunicativa e substantiva; ações coletivas; deliberação; democracia); valores/princípios (bem comum; participação social; transparência; cooperação) (PAIVA et al., 2016, p. 5-6).

Também neste sentido, Alcântara (2015) sistematizou diversos *loci* na literatura de gestão social destacando também divergência no que tange a delimitação entre as “esferas pública e privada” e “Estado, mercado e sociedade civil” que ele interpreta sob a ótica habermasiana como tensões nas relações entre “mundo da vida” e “sistema” (ALCÂNTARA, 2015). Na visão de Pinho e Santos (2015), as divergências e polissemias indicam imprecisão conceitual, pois gera uma falta de “identidade”.

O fato é que, nos tempos atuais, a noção de GS [gestão social] trafega em distintos campos gramaticais, semânticos, teóricos e epistemológicos enveredando, muitas vezes, pela indeterminação, trafegando entre as condições de substantivo, adjetivo, de sujeito e de suporte, reportando-se a múltiplas possibilidades de prática e de concretização. Seus formuladores qualificam a GS como “processo”, “produto” ou “subproduto”, relacionando-a a formas bastante diferenciadas de produção de *saberes*, de *realidade*, e mesmo a *métodos particulares de gestão da res publica* (PINHO; SANTOS, 2015, p. 4).

Todavia, a pluralidade é entendida por outros autores como uma via positiva (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017), pois sendo um valor normativo defendido pelo campo nas suas práticas, haveria incoerência em “coagir” o mesmo no campo científico. Trabalhos como de Cabral (2008; 2011) também dão margem para a importância dessa diversidade. A autora em trabalho recente coloca a heterogeneidade, a

multiplicidade e a diversidade como determinantes para o conceito de gestão social (Cf. ALCÂNTARA et al., 2017).

Maia (2005) contribuiu para indicar as diferentes concepções e debates acerca do que se denomina gestão social, apontando para “distintas perspectivas de gestão social” enquanto “construção social e histórica, constitutiva da tensão entre os projetos societários de desenvolvimento em disputa no contexto atual” (MAIA, 2005, p. 02). Mais recentemente, esta questão ainda permanece já que para Freitas, Freitas e Ferreira (2016, p. 279) “ainda há grande imprecisão conceitual em relação à noção de Gestão Social”. Pimentel (2014, p. 146) indica que “por se tratar de um conceito em construção, a noção de gestão social ainda não é consensual” e segundo Justen, Moretto Neto e Garrido (2014, p. 240): “[...] a Gestão Social não é uma narrativa uniforme e homogênea”. Disso tudo, diversos trabalhos recentes como Alcântara (2015), Freitas, Freitas e Ferreira (2016), Garcia (2016), Cançado, Villela e Sausen (2016) e Justen (2016) se inserem na discussão da consolidação e ampliação do campo.

As discussões anteriormente apresentadas (pluralidade, heterogeneidade, multiplicidade e diversidade) nos levam a existência de diferentes abordagens no âmbito da Gestão Social. Peres Junior e Pereira (2014) apresentaram quatro abordagens ou escolas de pensamento da gestão social, a saber: abordagem crítica frankfurtiana, abordagem da gestão do desenvolvimento social interorganizacional, abordagem da administração pública societal e abordagem puquiana. Discussões recentes destas aparecem em Cruz (2017) que trata da abordagem habermasiana como mais explicativa do que abordagem crítica frankfurtiana.

Atualmente o campo é formado pelas abordagens: habermasiana, do desenvolvimento e interorganizações, puquiana, híbrida, valorativa, da economia social, pública societal, da prática, do serviço social e crítica à gestão social. Aqui apontamos isso como algo a ser desenvolvido futuramente. As abordagens possuem tamanho, atores, capitais científicos e influências diferenciadas e ainda possuem relações e tensões. Esta tese é produto de várias abordagens para afirmar e dar os passos iniciais de uma abordagem da prática da gestão social (ou da gestão social como prática). Aqui é uma proposição bastante provisória.

É importante destacar que a multiplicidade de conceitos revela e é efeito das aproximações da gestão social com diversos domínios do saber como administração, administração pública, estudos organizacionais e serviço social. Tenório (2005) indica, inclusive, a noção de gestão social como uma administração pública ampliada e Paes de Paula (2005) indica a gestão social como forma de gestão do modelo societal de administração pública. Por sua vez, Maia (2005) e Araújo (2012) indicam as discussões presentes no serviço

social sobre gestão social e França Filho (2012) defende um diálogo entre gestão social, administração pública e serviço social.

Cançado (2011) e Cançado, Pereira e Tenório (2015, p. 23) entendem a gestão social como “uma área do conhecimento em Administração”. Sobre a questão da administração, Guerra e Teodósio (2014) indicam que apesar das aproximações com a administração, sua natureza parece se configurar mais como híbrida.

Apreende-se que os aspectos aqui apontados acerca da gestão social a aproximam dos domínios da Administração, o que permite configurá-la como tal, porém, ao considerar sua natureza híbrida nota-se que ela expressa conhecimentos oriundos de outras áreas, ressaltando perspectivas de outros campos e outras lógicas que não se vinculam a gestão exclusivamente proveniente do mercado produtivista. (GUERRA; TEODÓSIO, 2014, p. 51).

Acerca dos estudos organizacionais, é Justen (2016, p. 140) que indica: “Gestão social, por certo, tem a interface mais elementar com o campo dos estudos organizacionais”. Nisso compartilham temas, referências, debates e perspectivas diversas, especialmente, na linha das influências da teoria crítica, especificamente, da teoria da ação comunicativa de Habermas (TENÓRIO, 1998; 2005) e também do debate sobre racionalidade e organizações advindas de Guerreiro Ramos (SCHMITZ JUNIOR et al., 2014). Adiante, a gestão social vem sendo tratada no Brasil especialmente dentro do “campo de públicas” que seria formado por administração pública, gestão de políticas públicas, gestão pública, gestão social e políticas públicas (PIRES et al., 2014).

Isso tudo reafirma a questão de que a gestão social é um “conhecimento construído por múltiplas disciplinas” (FISCHER, 2002, p. 11). Neste sentido, a breve revisão nos permite constatar a multiplicidade conceitual enquanto campo de saber e práticas híbridas. A questão conceitual ainda é foco de diversos textos. Para Justen, Moretto Neto e Garrido (2014, p. 240): “a Gestão Social não é uma narrativa uniforme e homogênea, como se pressupõe à primeira vista, mas um campo socialmente construído a partir da diversidade e da heterogeneidade sociocultural [...] nacional”.

Considerando isso, Cruz (2017) apresenta alguns autores que influenciaram conceitos e debates na gestão social (Quadro 6).

Quadro 6 - Contribuições ao campo da gestão social.

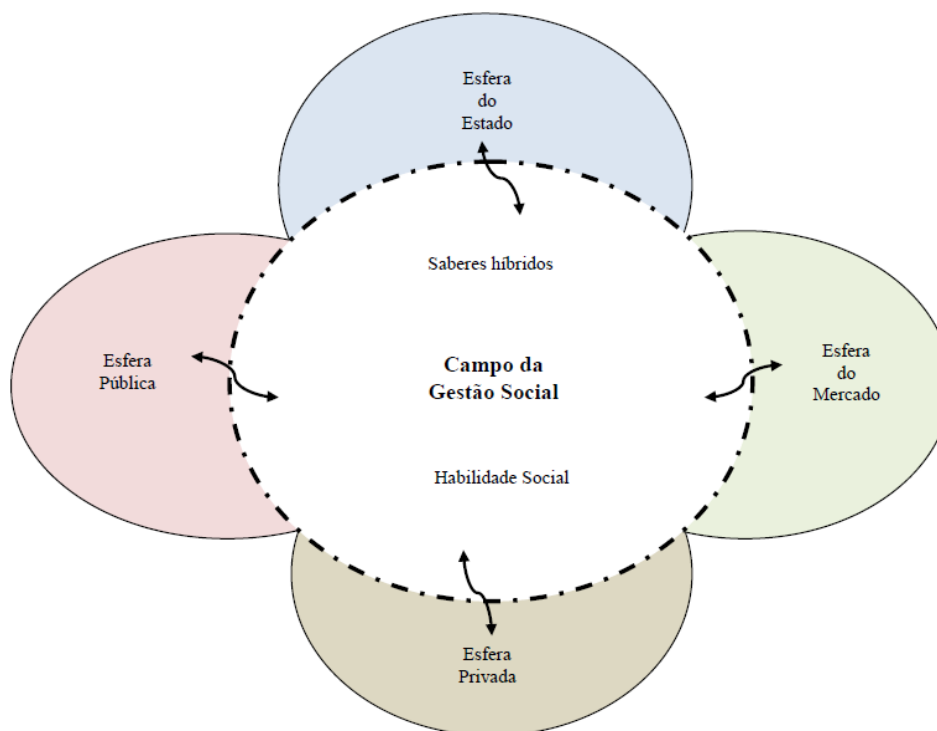
Autor	Referência na gestão social	Contribuição central
Jürgen Habermas	Tenório (1998; 2005; 2008; 2013); Cançado (2011); Pereira (2012); Alcântara (2015); Cançado, Pereira e Tenório (2015); Garcia (2016); Cruz (2017)	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Conceito de ação comunicativa, esfera pública e democracia deliberativa; ❖ Discussão sobre modelos de democracia; ❖ Ética do discurso, relações entre mundo-da-vida e sistema, intersubjetividade e validade.
Alberto Guerreiro Ramos	Tenório (2008); França Filho (2003; 2008); Cançado (2011); Schmitz Junior et al. (2014)	❖ Debate sobre racionalidades, racionalidade substantiva e superação da visão unilateral do mercado.
Boaventura de Sousa Santos	Silva e Moretto Neto (2016); Pereira (2012); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014)	❖ Discussões sobre terceiro setor, saber, conhecimento e colonialidade.
Bernardo Kliksberg	Cançado (2011); Cançado, Tenório e Pereira (2011)	❖ Discussões sobre desenvolvimento, políticas públicas e gerência social.
Paulo Freire	Oliveira, Cançado e Pereira (2010); Cançado e Pinheiro (2014); Tenório e Kronemberger e Lavinias (2014)	❖ Discussões sobre autonomia, emancipação, extensão e dialogicidade.
Hilary Putnam e Amartya Sen	Cabral (2006; 2008; 2011); Alcântara et al. (2015)	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Debate sobre fatos e valores e a superação da dicotomia. ❖ Discussão sobre as <i>capabilities</i> e possibilidades de avaliação.
Hannah Arendt	Pimentel e Pimentel (2010); Cançado (2011); Araújo e Boullosa (2013); Oliveira e Cançado (2015)	❖ Discussão sobre esfera pública e esfera social.
Anthony Giddens	Peres Junior (2013); Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013)	❖ Superação das dicotomias entre nível micro e macro; agência e estrutura por meio da teoria da estruturação.
Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Walter Mignolo e Enrique Dussel	Martins e Carrion (2012); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a).	❖ Discussões sobre ciência, eurocentrismo, colonialidade e América Latina.
Axel Honneth	Calado (2012); Bauer e Carrion (2016)	❖ Teoria do reconhecimento social e relações de poder.
Nancy Fraser	Persson e Moretto Neto (2015); Garcia (2016); Persson (2016); Alcântara e Pereira (2017); Persson e Moretto Neto (2018)	❖ Desigualdades e relações de poder nas esferas públicas, concepção de contrapúblicos e relações entre públicos fortes e públicos fracos.

Fonte: Ampliado de Cruz (2017, p. 24-25).

Em texto mais recente, Guerra e Teodósio (2015) e Guerra (2015) apresentam a gestão social como um campo híbrido de processos de gestão heterogêneos. Guerra e Teodósio (2015) destacam com ênfase a noção de que a gestão social é formada por múltiplos saberes (Figura 6) na interseção das esferas pública, do Estado, do mercado e privada. Essa noção, apesar de matriz diferente, se refere as inter-relações possíveis entre mundo-da-vida e sistema delineado por

Alcântara e Pereira (2017), dado que essa visão também concebe, a partir das reconstruções, relações públicas (estatais), privadas (mercantil e não mercantil) e público não estatal (como esfera pública e sociedade civil).

Figura 6 - Campos de Poder da Gestão Social.



Fonte: Guerra (2015, p. 97).

Segundo Guerra (2015, p. 97) “observa-se o campo social redimensionado no centro das esferas sociais, o qual demonstra [...] a constituição do campo social que se ancora em atores organizacionais híbridos cuja atuação, mesmo oriunda de outros campos, convergiria para dinâmicas de cunho social”. Os saberes híbridos são “gerados pelos atores sociais tanto no âmbito da universidade quanto na prática da Gestão Social” (GUERRA, 2015, p. 24). A habilidade social é interpretada a partir de Fligstein como a “capacidade de fazer o outro a cooperar para um fim comum” (GUERRA, 2015, p. 23). Portanto, integra nesse processo a questão da cooperação na formação do campo da gestão social. Guerra (2015, p. 200; grifo no original) argumenta que essa discussão “[...] evidencia possibilidades de transformação e ressignificação do campo da Gestão Social ao observar que a produção de conhecimento, mesmo mediada por embates, se baseia em saberes múltiplos e em propósitos que envolvem a noção de coletividade social”. Finalmente, “essa perspectiva aponta uma construção mediada por múltiplos saberes que contribui para a sua pluralidade discursiva e para a constituição de um campo híbrido” (GUERRA; TEODÓSIO, 2015, p. 50).

Por isso, para Guerra e Teodósio (2014), a natureza híbrida apresenta-se na inserção de perspectivas de outros campos e de outras lógicas. Araújo (2012) constatou empiricamente uma pluralidade de leituras do campo com múltiplos entendimentos, defendendo com isso que o hibridismo aparece como elemento constitutivo da gestão social. Finalmente, tendo apresentado isso, concluímos com passagem de Guerra (2015, p. 87) acreditando na “[...] possibilidade de produção de conhecimento cujos pilares se baseiam na convergência e na cooperação entre os campos, bem como nos distintos poderes que são precedidos de conflitos por se fundarem pela multiplicidade de saberes e de interesses”. De forma mais específica, a seguir apresentamos a Abordagem Habermasiana da Gestão Social e algumas questões para ampliá-la.

2.1.3 Abordagem Habermasiana da Gestão Social

O texto seminal é “Gestão Social: uma perspectiva conceitual” (TENÓRIO, 1998), seguido, posteriormente por “(Re)Visitando o Conceito de Gestão Social” de Tenório (2005). Estes textos são centrais da gestão social e já foram bastante discutidos. Apresentaremos suas noções centrais. Tenório (1998) diferencia gestão social de estratégica.

A gestão social contrapõe-se à *gestão estratégica* na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais [...]. Portanto, no contexto da gestão social orientada pela racionalidade comunicativa, os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações. (TENÓRIO, 1998, p. 16; grifo no original).

Posteriormente, o autor narra a construção destes conceitos e discute sua importância para as relações gestão e sociedade.

O conceito de gestão social desde então pretendido significaria o uso coletivo da razão por meio da livre argumentação, promovendo, no mundo social, acordos corretos e desejáveis à prática do bem comum. Utopia que possivelmente possa servir de referência crítica ao status quo imperante de uma gestão alheia aos anseios republicanos, aos anseios da cidadania deliberativa, do controle social. (TENÓRIO, 2013, p. 15).

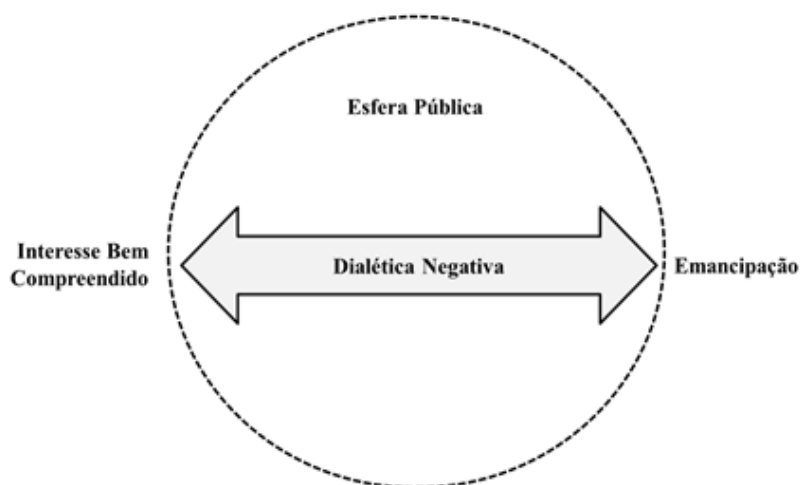
Por sua vez, o texto de Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 18) apresenta “uma primeira aproximação de construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social e uma primeira delimitação dessa área enquanto campo do conhecimento científico” e delimita as categorias:

interesse bem compreendido, comunidades de prática, democracia deliberativa, dialogicidade, emancipação, interorganizações, intersubjetividade, racionalidade, esfera pública, solidariedade e sustentabilidade. Posteriormente, interorganizações e comunidades de prática deixam de ser categorias e passam a ser modos de organização (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Os autores apresentam uma aproximação para a gestão social:

Em síntese, tem-se uma primeira aproximação da delimitação do campo: a Gestão Social é a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, a transparência como pressuposto e na emancipação na condição de fim último. (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 132).

Emergem características da gestão social como tomada de decisão coletiva, sem coerção, inteligibilidade da linguagem, dialogicidade e entendimento esclarecido, transparência e emancipação (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). A Figura 7 apresenta a síntese final destacada pelos autores da gestão social como “um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido e que tem por finalidade a emancipação” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 178). A definição apresenta a gestão social como um conceito dialético por não pretender ser prescritivo e que tem “potencial” (poderes causais nos termos do realismo crítico) de mudança. Recentemente Pereira e Cançado (2018) indicaram que as três grandes categorias da gestão social são: interesse bem compreendido, esfera pública e emancipação (Figura 7).

Figura 7 - Aproximação teórica para a gestão social.



Fonte: Pereira e Cançado (2018, p. 40)⁶.

⁶“A Esfera Pública apresentada na [Figura] se refere a uma nova Esfera Pública que consiga aproximar a população da política, configurada pela tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na transparência e no entendimento.

Sintetizando isso, Silva (2017) coloca como características dessa abordagem da gestão social: democracia deliberativa, interesse público não estatal, racionalidade (comunicativa e substantiva) e o protagonismo da ação na sociedade.

Diante do levantamento teórico realizado, a abordagem de gestão social pode ser caracterizada por uma democracia deliberativa, pautada em um interesse público não estatal, uma vez que a sociedade é a protagonista da ação. A racionalidade que permeia é a comunicativa, marcada por processos dialógicos e participação da sociedade nas decisões públicas, e a substantiva levando em consideração o contexto do indivíduo, sem ter como base apenas o fim. (SILVA, 2017, p. 38).

Elementos presentes, especialmente, nas discussões que referenciam Habermas:

As características da gestão social advindas da Teoria Crítica estão diretamente relacionadas ao conceito de emancipação social, a crítica ao funcionalismo e à racionalidade instrumental que fundamentam as abordagens tradicionais da administração e da administração pública. Verifica-se a influência habermasiana nos conceitos e pressupostos da gestão social quando se considera e se utiliza da dialogicidade, da democracia deliberativa, da esfera pública e da racionalidade comunicativa. (ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2015, p. 21).

Silva (2017) defendeu também que na relação entre democracia, interesse, racionalidade e protagonismo da ação emerge um paradigma social da gestão em que os conceitos de gestão social, governança pública e governança deliberativa se tornam centrais.

Na mesma linha em texto recente buscamos responder à questão: “como os loci da gestão social podem ser repensados e problematizados a partir do contexto das inter-relações e tensões entre mundo-da-vida e sistema de Habermas e sua recepção crítica?” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 2), tendo por objetivo: “repensar e problematizar os loci da gestão social no contexto das inter-relações e tensões entre o mundo-da-vida e o sistema, à luz de Jürgen

O Interesse Bem Compreendido, resgatado da obra de Tocqueville (1997), se refere à interdependência entre bem-estar coletivo e bem-estar individual ou, em outras palavras, o interesse coletivo é pré-condição para o interesse individual de forma sustentável. Emancipação, por fim, refere-se a pensar por conta própria, livrar da tutela (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2014), ao passo que a dialética negativa adormecida é construída a partir da tese e antítese, sem pretensão de síntese (ADORNO, 2009). Essa aproximação teórica considera essas categorias como tipo ideal weberiano, que se (re)constrói à medida que acontece, pois, obviamente, elas não vão existir na realidade de forma plena. A inter-relação entre as categorias teóricas é o cerne da proposta. Quanto mais Emancipação na Esfera Pública com essa configuração, mais se avança o Interesse Bem Compreendido, e vice-versa, em uma relação dialética negativa, sem síntese (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Nessa perspectiva, fica clara a relação processual de construção e reconstrução da Gestão Social” (PACIFICO FILHO; CANÇADO; BORGES, 2015, p. 32-33).

Habermas e sua recepção crítica” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 2). Para isso consideramos que a relação mundo-da-vida e sistema precisa ser mais discutida, pois elas “contribuem para a análise e compreensão da sociedade contemporânea na perspectiva crítica construída por Habermas [...] e para uma construção epistemológica da gestão social” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 2). Defendemos que a compreensão do *locus* da gestão social pode ser pensada a partir das inter-relações e tensões entre mundo-da-vida e sistema e que, nisso, se visualiza “as possibilidades de equacionar o histórico embate entre as forças colonizadoras e emancipatórias, bem como as possibilidades de democratizar o mundo-da-vida e o sistema” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 4).

Adicionamos um debate sobre concepções de mundo-da-vida e sistema e optamos por um caminho mais relacional, no entanto, “[...] as distinções são necessárias, mas devem ser sempre relativas e permeadas por inter-relações [...]” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 3). Portanto,

[...] parte da proposta de superação das relações entre mundo-da-vida e sistema como lógicas totalmente opostas, que separam de forma fictícia “normas/valores” e “poder” (HONNETH, 1993), reprodução simbólica e material (FRASER, 2003), e caminha para uma rearticulação do dualismo social habermasiano, como propõe Fraser (2003) ao relativizar as fronteiras e considerar a importância de pensar as tensões e inter-relações – especialmente no âmbito da gestão social. Portanto, consideramos a necessidade de diferenciar os mecanismos, mas apenas cabendo (em termos epistemológicos e sociais) os qualificativos: relativamente diferenciados; conflitos de lógicas; fronteiras fluidas; interações mútuas (FRASER, 2003; BRESSIANI, 2011), que devem ser exploradas empiricamente. Para isso, não podemos abandonar a importância das perspectivas do mundo-da-vida e dos sistemas, argumentando ainda com Habermas que, sem ambas, a visão da sociedade se torna unilateral e restrita (HABERMAS, 2012b), tanto das patologias sociais e relações de dominação quanto dos potenciais de emancipação [...]. (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 11).

Na parte dos *loci* estabelecemos uma visão que busca ampliar a capacidade analítica da gestão social, considerando inter-relações e tensões presentes nas perspectivas do participante e do observador, ação comunicativa e estratégica, reprodução simbólica e material, poder comunicativo e administrativo, entre outras.

Nossa proposta relacional permite (potencialmente) à gestão social identificar os elementos colonizadores, bem como as forças emancipatórias que emergem dos relacionamentos possíveis entre mundo-da-vida e sistema. E, além disso, ampliar na direção de “[...] examinar as relações de dominação presentes no interior da própria interação social” (BRESSIANI, 2011, p. 345). Argumentamos também que, ao se diferenciar da gestão privada e pública

hegemônica que está voltada quase exclusivamente para o sistema, a gestão social não deve “fechar seus olhos” para ele e voltar-se apenas para o mundo-da-vida, mas considerar as relações entre essas esferas constituintes da sociedade moderna, suas inter-relações e tensões como *locus* de suas práticas, discursos e teorias. (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 17).

Assim, lendo a partir de Alcântara e Pereira (2017), observamos que para pensar as inter-relações e tensões entre mundo-da-vida e sistema, o trabalho de campo (empírico) precisa estar aberto às possibilidades de complementaridades, justaposições, intercâmbios, fronteiras fluidas, momentos dialéticos e conflitos de lógicas. No nosso caso de estudo, isso fica claro quando na “luta” contra o edital de 2017 vereadores (especialmente de Caxambu) estão sendo verdadeiros ativistas – assumindo de dentro do “sistema” (legislativo) uma posição contra a influência sistêmica do edital da CODEMIG. Tais dinâmicas, aliás, bastante consideradas por atores relacionados a discussões de interações socioestatais precisam ser estudadas.

Essa reconstrução ganha também os elementos das formas de conhecimento e interesse apresentadas por Habermas na década de 1960, além das questões sobre interação e trabalho, poder comunicativo e poder administrativo, reprodução simbólica e reprodução material, perspectiva do observador e do participante. Para os autores a proposta de Paes de Paula (2015; 2016) é relevante dado a necessidade de reconstruções epistêmicas e de articulações entre interesses cognitivos, para se propor “a pensar as tensões e inter-relações que emergem da vida humana, suas práticas e suas instituições” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 18), a partir dos três interesses que orientam o conhecimento: técnico (ciências empírico-analíticas), prático (ciências histórico-hermenêuticas) e emancipatório (ciências críticas).

Segundo os autores, “como encontrado na revisão de literatura, as práticas de pesquisas na gestão social podem ser direcionadas também ao interesse técnico e prático, isto é, pode apresentar tanto perspectivas críticas como também empírico-analíticas e histórico-hermenêuticas” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 19). Isso mostra novamente a pluralidade do campo de pesquisa e prática da gestão social.

[...] o direcionamento epistêmico dessa abordagem é a busca por “conversações” entre matrizes epistemológicas e interesses, na linha do que Paes de Paula (2015) defende como reconstruções epistêmicas. A forma como Vandenberghe (2014) define a gestão social como ciência social empírica, normativa e aplicada é coerente com essa proposta: é “[...] empírica, porque o seu conhecimento é real e vem do campo; ela é normativa também porque ela não é neutra [...] e aplicada, porque ela é pensada como uma tecnologia de emancipação e de participação” (VANDENBERGHE, 2014, p. 4). Paes de Paula (2015) advoga a possibilidade de diálogos entre diferentes perspectivas epistêmicas. A autora em questão discute as possibilidades envolvendo funcionalismo, interpretativismo, estruturalismo e outros – essa questão tem

respaldo, ainda, em Habermas (2012a; 2012b; 1997a; 1997b), na aproximação deste com abordagens como o funcionalismo, pragmatismo, hermenêutica, fenomenologia e outras. (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 20).

Tal articulação pode ser pensada tendo em vista os termos de Paes de Paula (2013; 2015; 2016), em que o interesse emancipatório orienta interesses técnicos e práticos. Indo além de Paes de Paula (2015; 2016) destacamos que as relações entre os interesses cognitivos e conhecimentos não são apenas de cooperação⁷, mas permeadas por tensões (zonas de compartilhamento e conflitos de perspectivas e orientações) e que a pesquisa empírica deve ser considerada também no momento de delinear essas relações. Portanto, não é uma visão, *a priori*, do próprio estudo. No texto destacamos uma interdisciplinaridade com a questão do direito:

Para a gestão social, essa linguagem adquire também grande relevância empírica e teórica de análise ao se alinhar com o interesse público – elemento também essencial quando as inter-relações passam a “ferir” as liberdades positivas e negativas dos sujeitos. O direito pode ser explorado, ainda, no que tange às suas interfaces com práticas de gestão – nos possíveis processos de transformação de poder comunicativo em poder administrativo, [...] e em que medida elas se aproximam ou se distanciam de ações gerenciais dialógicas. (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 21).

A partir de Habermas (1997a), o direito na sociedade moderna é elemento nas relações entre mundo-da-vida e sistema e se constitui de uma categoria que pode ser aproximada dos estudos em gestão social – não é a única via, mas é uma via possível.

[...] o código do direito não mantém contato apenas com o *medium* da linguagem coloquial ordinária pelo qual passam as realizações de entendimento, socialmente integradoras do mundo-da-vida; ele também traz mensagens dessa procedência para uma forma na qual o mundo-da-vida se torna compreensível para os códigos especiais da administração dirigida pelo poder, e da economia, dirigida pelo dinheiro. Nesta medida, a linguagem do direito pode funcionar como um transformador na circulação da comunicação entre sistema e mundo da vida, o que não é o caso da comunicação moral, limitada à esfera do mundo da vida. (HABERMAS, 1997a, p. 112).

⁷ Apesar de destacar que não busca prescrever o consenso, a autora acaba não trazendo a presença a também rica literatura sobre campos científicos (a partir de Bourdieu, por exemplo) e não dá muita voz as dificuldades da sua proposta, o que sinalizamos aqui pelas tensões e conflitos que emergem entre as perspectivas e entre os pesquisadores-agentes. Paes de Paula (2016, p. 44) destaca isso de certa forma quando afirma que: “Não estou advogando, no entanto, que o objetivo primordial no campo dos estudos organizacionais deve ser o consenso entre as abordagens, mas que debates e esforços analíticos em torno do que as teorias, metodologias e abordagens sociológicas têm em comum, e de como se constroem pontes entre elas para gerar novos conhecimentos parecem ser mais produtivos do que incentivar a rivalidade e as diferenças entre as mesmas”.

Nesse sentido, a gestão social tem sua discussão entre facticidade e validade conforme podemos retirar de Habermas, sem, evidentemente, querer comparar essa proposta teórica com a sua ao discutir fatos e normas, direito e democracia. Enfim, o trabalho de Alcântara e Pereira (2017) é uma chamada para superar visões essencialistas do mundo-da-vida, da sociedade civil e das relações Estado-mercado-sociedade: “na ótica habermasiana (e nos caminhos abertos por ele, indo além dele) a gestão social deve se desenvolver voltada para a democratização do mundo-da-vida e do sistema e as inter-relações e tensões entre essas perspectivas” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 21). O texto oferece ainda critérios de julgamentos da proposta:

Essas possibilidades, a partir de Habermas, devem possuir os seguintes critérios de validade: devem ser coerentes, crítico-reflexivas e falíveis. A falibilidade se revela no sentido de que não advogamos “verdades absolutas”, conceitos fechados ou dogmatismo, assim, relacionando-se sempre com uma crítica que seja reflexiva – aqui, a proposta se torna aberta também às críticas tecidas a Habermas [...]. É importante destacar também que a relação entre teoria e prática de gestão não pode ser desenvolvida, *a priori*, sem respaldo das práticas concretas (da *práxis* cotidiana), afinal, o próprio Habermas já alertou que a utilização “prática” enquanto atividade política (p. ex., por organizações da sociedade civil, partidos, tribunas, grupos, etc.) de uma teoria é uma questão empírica: “[...] é significativo que não possa existir teoria que, *per si*, sem a consideração das circunstâncias, obrigue a militância [ação, prática, etc.]” (HABERMAS, 2013, p. 69), mesmo que possamos distinguir aquelas que se relacionam a uma emancipação possível – como acreditamos ser o caso da gestão social. Esse debate indica que outro critério de validade deve ser a crítica-reflexiva. (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 22-23).

Recentemente o texto de Elder-Vass (2017) esclarece que apesar da proposta de Habermas seguir as relações interação e trabalho, poder comunicativo e poder administrativo, reprodução simbólica e reprodução material, perspectiva do observador e do participante, isso precisa ser melhor compreendido. Cita, por exemplo, que há incoerências quando se relaciona mundo-da-vida e perspectiva do participante e sistema com perspectiva do observador e que Habermas não deu a devida atenção a tais questões – nisso a proposta de Alcântara e Pereira (2017) mesmo com avanços ainda é limitada. No entanto, Elder-Vass (2017) nos auxilia no caminho da tese ao estabelecer que mundo-da-vida e sistema podem ser pensados a partir da ontologia do realismo crítico como mecanismos causais que podem ter efeitos causais tanto em uma organização da sociedade civil, quanto no Estado ou mercado sem existir nisso uma separação substantiva para o *locus* do efeito.

Assim, a noção de práticas elimina as separações clássicas entre mundo-da-vida e sistema. As práticas são formadas por entendimentos, racionalidades, materiais, discurso, entre

outros elementos, que transitam entre diferentes campos – por mais que possam existir práticas mais “puras”, elas são formadas por elementos heterogêneos, estão sempre em articulação cooperativa e/ou conflituosa e nisso reside a importância de considerar as práticas. Nas práticas diferentes atores podem ser engajar.

2.2 O amplo campo da democracia deliberativa

Começamos apresentando de forma breve o campo deliberacionista apresentando conceitos e debates neste campo. Em seguida, discutimos as perspectivas dos sistemas deliberativos e seus avanços.

2.2.1 Deliberacionismo e democracia deliberativa

Existem diversos modelos de democracia que emergiram em contexto sócio-históricos diversos e com perspectivas divergentes e convergentes. A partir de Bobbio (1987), Habermas (1995) e Ferraz (2005) observamos algumas denominações como: democracia direta, liberal, representativa, participativa, deliberativa, social, substancial e formal – “A agregação de adjetivos ao substantivo ‘democracia’ parece não ter fim” (FERRAZ, 2005, p. 21). Desde o final do último século são comuns as discussões sobre democracia deliberativa, democracia agonística e democracia adversativa. Especialmente, os dois últimos modelos são críticos do modelo deliberativo e dão ênfase ao conflito, ao poder e às assimetrias que perpassam a democracia.

Todavia, esse processo de adjetivação (e substantivação) da democracia não é consensual, mas parte de amplos debates e práticas em torno da democracia: “O movimento de adjetivação da democracia é simultaneamente político e teórico” (FERRAZ, 2005, p. 21). Além de que “põe em evidência as restrições e ausências do modelo liberal-representativo vigente nas democracias do mundo inteiro” (FERRAZ, 2005, p. 22). Nesse escopo reside a adjetivação “deliberativa” que consiste o amplo campo do deliberacionismo que emerge desde a década de 1980 e ganha forma com a publicação da obra “Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade” do filósofo alemão Jürgen Habermas em 1992 com sua proposta procedimentalista de “política deliberativa” e também com as discussões de John Rawls em sua versão mais liberal. Vale nota que antes deles as discussões sobre democracia deliberativa (como um campo em emergência) já existiam como no texto Cohen (1989), *The Economic Basis of Deliberative Democracy*, publicado no periódico *Social Philosophy & Policy* e o texto *On Legitimacy and*

Political Deliberation publicado no *Political Theory* de Manin (1987). No entanto, é provável que a origem da expressão “democracia deliberativa” surgiu em 1980 com o texto *Deliberative democracy: the majority principle in republican government* de Joseph Bessette. Para nós, vale notar a passagem de Cohen (1989):

The notion of a deliberative democracy is rooted in the intuitive ideal of a form of social order in which the justification of the terms of association proceeds through public argument among equal citizens. A deliberative democracy is a social order whose basic institutions embody that ideal. The members of a deliberative democracy share a commitment to the resolution of problems of collective choice through public reasoning, and regard their basic institutions as legitimate insofar as they establish a framework for free public deliberation. (COHEN, 1989, p. 30).

A democracia deliberativa assim como outros modelos (especialmente, o participativo, salvo as diferenças que geram controvérsias entre ambos) foram desenvolvidos em contraste com o modelo representativo de democracia. Em síntese, o modelo normativo deliberacionista busca avançar também em diversos elementos dos modelos participacionistas de democracia (ALCÂNTARA et al., 2014), especialmente, pelo foco nas discussões sobre argumentação, deliberação pública, debate racional e diálogo (COHEN, 1989; HABERMAS, 1995; 1997b; BOHMAN, 1998). Daí ser lembrado, pelos giros/viradas deliberativa, argumentativa e comunicativa. São autores que influenciaram essa perspectiva: John Rawls, James Bohman, Joshua Cohen e Jürgen Habermas (GARCIA et al., 2016). Outros pesquisadores importantes e com trabalhos mais recentes são: Dennis Thompson, Maeve Cooke, Denis Thompson, John Dryzek e Simone Chambers (MARQUES, 2008). No Brasil, a vertente habermasiana da democracia deliberativa influenciou a construção do campo da Gestão Social, especialmente por meio dos conceitos de ação comunicativa, esfera pública e deliberação (TENÓRIO, 1998; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). De forma ampla, esse referencial foi utilizado para estudar arranjos institucionais participativos, legitimidade das instituições, experiências deliberativas e relações Estado-sociedade (ALCÂNTARA et al., 2014; PAES DE PAULA, 2005; ANDREWS, 2011; AVRITZER, 2012; GARCIA et al., 2016).

São temas comuns nessa vertente legitimidade, bem comum, igualdade, esfera pública e deliberação pública (ALCÂNTARA et al., 2014). Todavia, este campo também não é consensual, sendo formado por abordagens, gerações e diferentes perspectivas. Temas como “consenso”, “razão”, influência comunicativa, entre outros, não são mais unanimidade entre seus principais teóricos. Ao tratar da discussão de Dryzek (2016) sobre sistema deliberativo, um de seus temas mais recentes, nos atentaremos à crítica de Parkinson: “teóricos têm atribuído

o rótulo de deliberativo para tudo – fóruns, conselhos, assembleias, esfera pública, representantes, pequeno grupo de juristas, entre outros” (GARCIA et al., 2016, p. 2).

Segundo Elstub (2010), é possível destacar três gerações, das quais autores Jürgen Habermas e John Rawls fazem parte da primeira marcadamente caracterizada pelos modelos normativos. A segunda geração apresenta autores como James Bohman, Amy Gutmann e Dennis Thompson – estes iniciam discussões mais profundas sobre diversidade, pluralidade e outros tipos de comunicação e trocas (destacadas por Iris Marion Young, Lynn Sanders e outros) se distanciando da ideia central de consenso da primeira geração. Por fim, a terceira geração foca no desenho institucional da democracia como John Parkinson e Jane Mansbridge.

Como nosso foco é sistema deliberativo, a política deliberativa de Habermas será apresentada de forma rápida, dado que existem leituras recentes dele na Gestão Social em Alcântara (2015), Garcia (2016), Cruz (2017) e na crítica de Persson (2016), os três com foco na esfera pública. No ver de Habermas (1995), o modelo normativo da democracia deliberativa diferencia-se do liberalismo político (do modelo liberal) e também das abordagens republicanas (comunitaristas. Apesar de críticas a simplificação feita por Habermas no estudo dos “Três Modelos Normativos de Democracia” (HABERMAS, 1995) ele nos ajuda a compreender como o autor situa sua proposta procedimentalista. O modelo deliberativo de Habermas (1995, p. 45) “[...] apoia-se precisamente nas condições de comunicação sob as quais o processo político pode ter a seu favor a presunção de gerar resultados racionais, porque nele o modo e o estilo da política deliberativa realizam-se em toda a sua amplitude”.

A visão de Habermas (1995; 1997a; 1997b) destaca a sociedade civil (como separada do mercado e do Estado) e sua importância na formação das decisões políticas por meio das esferas públicas. Para Habermas (2008, p. 11), o importante é que o processo democrático tenha certas características, especialmente, o poder causal de mudanças que seria inerente a argumentação:

[...] deveria gerar a legitimidade através de um procedimento de formação da opinião e da vontade que garante (a) publicidade e transparência para o processo deliberativo, (b) inclusão e igual oportunidade para a participação, e (c) uma pretensão justificada para resultados obtidos através da troca de argumentos (principalmente em vista do impacto dos argumentos nas mudanças racionais de preferências) [...].

Como a apresentação aqui será rápida para focar na discussão de sistema deliberativo, segue no Quadro 7 pontos centrais da concepção deliberativa de Habermas.

Quadro 7 - Dez elementos da democracia deliberativa de Habermas.

1. Seu modelo normativo (discursivo, procedimental, deliberativo) é desenvolvido avançando e apontando as falhas dos modelos liberal e republicano de democracia;
2. Dentre as características da deliberação temos que observar: justificação, razões públicas, provisoriedade; reciprocidade; legitimidade, igualdade, dentre outras;
3. Por meio da deliberação, diferente da agregação, os indivíduos podem mudar de opinião por meio da comunicação e da troca livre de argumentos;
4. As pessoas são sujeitos dos processos e todo cidadão possui competência para agir democraticamente;
5. O processo deve ser contínuo e não termina com a “deliberação formal”;
6. A esfera pública (democrática) é condição essencial da democracia deliberativa;
7. A sociedade civil (nela os movimentos sociais) é ator central para que os problemas públicos sejam solucionados;
8. O direito é <i>médium</i> pelo qual em um Estado Democrático de Direito as demandas enfileiradas nas esferas públicas podem ser “generalizadas”;
9. As relações entre esfera pública, mundo-da-vida, sistema, opinião pública, direito e democracia são categorias que edificam o modelo habermasiano;
10. A razão pública é um determinante da concepção deliberativa (BOHMAN, 1998) e a característica central é exigência de justificação (GUTMANN; THOMPSON, 2007).

Fonte: Do autor (2018).

As críticas centrais enfrentadas pelo campo, especialmente, na versão habermasiana são sintetizadas em: problema de escala, capacidade real de reciprocidade e cooperação do indivíduo, sociedades divididas por diferentes conflitos como políticos (o Brasil é um desafio), assimetrias econômicas, conflitos religiosos, desconsideração do poder e dos antagonismos das relações sociais e desconsideração das desigualdades e assimetrias, além de foco apenas no discursivo (GARCIA et al., 2016). Alguns avanços e respostas à essas críticas foram discutidas em Mendonça (2011; 2016) e no campo da gestão social em Garcia (2016) e Alcântara e Pereira (2017). Todavia, essas críticas ainda permanecem muito pouco exploradas e discutidas pelos autores do campo da gestão social. Lembrando que o próprio Habermas também reconhece parte dessas questões.

Essa “diferenciação funcional [entre esferas formais e informais de deliberação] de tipos de ação e da prática discursiva, que é dependente do lugar que a deliberação e a decisão ocupam no interior de um contexto mais amplo do sistema político como um todo”, possibilita, segundo o próprio Habermas (2005, p. 390), construir hipóteses mais específicas sobre a permeabilidade desses espaços aos diferentes tipos de deliberação e/ou negociações em função da diferença nos tipos de conflitos produzidos nesses espaços. Ou seja, o autor reconhece a diferenciação funcional nos tipos de ação e nas práticas discursivas como decorrência das diferenças de conflitos gerados em espaços diferentes. (FARIA, 2012, p. 77).

Vale lembrar ainda que, na versão “clássica” [Habermasiana] da deliberação, a troca de argumentos bem como a demanda por justificação pública, mais do que as outras formas de comunicação, podem ensejar a revisão de posições,

interesses e preferências, forjando uma perspectiva mais pública dos mesmos, sem, com isso, precisar descartar interesses e conflitos derivados de sua coordenação. (FARIA, 2012, p. 78).

Para Ferraz (2006, p. 187), uma crítica central levantada por diversos pesquisadores é que o modelo deliberacionista toma “[...] como fato dado a igualdade. Há uma pressuposição de uma igualdade substancial, pois os processos de comunicação na esfera pública são tomados como discussão racional entre indivíduos iguais”. Miguel (2014) sintetiza outras críticas existentes:

(1) a relativa insensibilidade ao impacto das assimetrias sociais na produção das competências discursivas dos indivíduos, já que apenas se postula que todos devem ser “livres e iguais” [...] (2) o apego a um ideal decalcado da comunicação face a face, que encontra dificuldades em lidar com os problemas de escala, centrais nas democracias contemporâneas e com as necessidades de mediação daí decorrentes – em particular, a representação política e os meios de comunicação de massa; e (3) [...], a negligência em relação ao caráter conflitivo da política, reverso da valorização do consenso. (MIGUEL, 2014, p. 21-22).

Tais críticas se pautam em geral em dicotomias que foram reproduzidas no campo deliberacionista e também na sua recepção nacional: emoção x razão, mundo-da-vida x sistema, conflito x consenso, coerção x espaço livre de fala, público x privado, argumentação x negociação, local x global, Estado x sociedade, normativo x descritivo, fatos x valores, fala x ação, enfim, uma série de dicotomias que reduziram o poder explicativo do deliberacionismo (ALCÂNTARA, 2015; GARCIA, 2016; ALCÂNTARA et al., 2017) e que tem impactos nas teorizações. Devido a isso, essas dicotomias precisam ser enfrentadas e superadas (dialeticamente para evitar qualquer unilateralidade) – algumas delas podemos ser superadas a partir do retorno ao próprio Habermas (1997a; 1997b; 2012a; 2012b). Apesar de não ser exclusividade, é visível que os deliberacionistas historicamente enfatizaram as dimensões: consensual, normativa, comunicativa, racional e argumentativa. Diante das críticas e das assimetrias teóricas, gerações mais recentes de teóricos deliberacionistas foram ampliando e buscando superar as críticas aos modelos marcados pela visão de Jürgen Habermas e de John Rawls (ou reconstruir seus fundamentos) – nesse processo surgiu as discussões sobre sistemas deliberativos a partir da proposta inicial de Mansbridge (1999).

Outra questão que visamos avançar é superar a unilateralidade da concepção apenas discursiva que reduz o poder explicativo ao não estudar a relação entre discurso e outras práticas sociais – o que é central para a Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough. Para conferir essa unilateralidade basta ir as definições de deliberação. Em Habermas (1997b) é notada a ênfase

na linguagem, sendo a esfera pública uma entidade discursiva, rede de comunicações e uma estrutura comunicativa. Na abordagem dialógica, para Bohman (2009, p. 36), a deliberação pública é o “processo dialógico de troca de razões com o propósito de solucionar situações problemáticas”.

Para Cooke (2009, p. 144), é “uma troca de argumentos livre de constrangimentos” e sintetizando, para Marques (2009, p. 13), é “atividade discursiva capaz de conectar esferas comunicativas formais e informais, nas quais diferentes atores e discursos estabelecem um diálogo, que tem por principal objetivo a avaliação e a compreensão de um problema coletivo ou de uma questão geral”. Percebemos a possibilidade de ampliar as discussões considerando, assim como Persson (2016), no caso das esferas públicas, a necessidade de elementos sociomateriais e outras práticas sociais que estão interagindo nesse processo – mesmo que os pesquisadores as desconsiderem.

A seguir, passamos para a discussão da visão deliberacionista utilizada nesta tese: sistemas deliberativos. Vale considerar que a proposta de Habermas apresentada em 1992, *Direito e Democracia*, não é descartada, mesmo com críticas, pois, para Mansbridge et al. (2012), o modelo do autor se encaixa em uma visão ampla de sistema deliberativo.

2.2.2 Sistemas deliberativos

Na introdução apresentamos alguns debates e noções de sistema deliberativo, aqui complementamos tratando de critérios de julgamento, especificidades e importância dos sistemas deliberativos. Cabe destacar que exploramos mais a diversidade da “base intelectual” (influências) deste campo de forma mais sistemática e que possui como autores centrais mapeados até o momento: Dryzek, Parkinson, Mansbridge, Goodin, Hendriks, Habermas, Fung, Gutmann e Bohman. No que tange a autores como Mansbridge, Goodin e Hendriks, Faria (2012, p. 64) coloca:

O valor dessas propostas reside em tratarmos a dinâmica deliberativa não mais como espaços unitários de deliberação, mas como uma “sequência integrada de momentos deliberativos”. Nelas, a deliberação passa a se constituir como um entre os diversos padrões de ação que conformam o processo político e cujas relações conformam esse sistema.

Em texto recente, *Reflections on the Theory of Deliberative Systems*, Dryzek (2016) comenta os pontos fortes e fracos da abordagem dos sistemas deliberativos. O autor começa comentando 4 gerações de autores da democracia deliberativa. Segundo Dryzek (2016) foi

somente na década de 1990 que a problemática da democracia deliberativa ganhou maior escopo.

[...] a principal potencialidade da ideia de sistema deliberativo é a de precisar as condições e os contextos através dos quais a deliberação poderá produzir uma opinião pública mais informada e decisões vinculantes mais legítimas, tanto do ponto de vista democrático quanto redistributivo. (FARIA, 2012, p. 76).

Para ele a questão dos sistemas deliberativos representa a última e mais recente preocupação do campo da democracia deliberativa e narra que a abordagem de sistemas deliberativos foi introduzida pela primeira vez por Mansbridge (1999) ao apresentar a importância da “conversa cotidiana” e é agora um tema crescente na literatura, principalmente, na quarta geração da democracia deliberativa e sugere uma vindoura quinta geração. Essas mudanças se devem ao fato de que para ele “*deliberative democracy as a field is actually very good at recognizing and remedying its own weaknesses, as well as reformulating itself in response to critics*” (DRYZEK, 2016, p. 02).

Focando na questão dos sistemas deliberativos a questão central para o autor perpassa pelos critérios para sua identificação.

How do we recognize a deliberative system when we see one? It is possible to specify what a deliberative system should look like in some normatively ideal sense – though even here there is little consensus among theorists. When it comes to the empirical study of real-world phenomena in deliberative system terms, I believe there is no escape from interpretive judgment in the definition of the system. (DRYZEK, 2016, p. 02).

Nisso fica evidente as divergências entre os critérios para delimitar um sistema deliberativo e que no caso empírico a interpretação é parte desse processo. Dryzek (2016) coloca que se deve evitar pensar que um sistema já deva ser deliberativo ou, *a priori*, satisfazer algum limiar mínimo de deliberatividade. Para o autor, o caminho mais proveitoso é pensar que é possível que um determinado sistema possa ser “potencialmente” deliberativo – é nesse sentido que estudamos a questão das águas em Cambuquira, tendo como meta defender a constituição do sistema deliberativo (com já um ano de trabalho de campo), mas sem partir, *a priori*, de que ele existe e em que medida ele é efetivo e está “realizado”.

Segundo Dryzek (2016), isso possibilita que os pesquisadores possam analisar o desempenho real dos sistemas deliberativos à luz de padrões deliberativos (não há aqui consenso sobre quais são estes padrões ou critérios, mas iremos sistematizar uma diversidade deles). Para ele com este *idiom of inquiry* é possível identificar sistemas deliberativos com

arranjos de governança, por exemplo. Poderia ser visto, como no nosso caso todo o Circuito das Águas de Minas Gerais como um potencial sistema deliberativo ou apenas em um município ou em sentido amplo todo o arranjo de gestão das águas minerais no Brasil. Essa delimitação é parte do trabalho de pesquisa – para delimitar as possíveis “fronteiras” e inter-relações dos sistemas deliberativos.

Dryzek (2016) cita trabalhos que tratam disso de forma mais rígida como Smith (2016) que apresenta testes para admissão de componentes específicos de um sistema deliberativo. Este autor, invés do potencial deliberativo (que defendemos), exige uma “realidade deliberativa”:

Here, Smith appears to reject what is to many others (for example, Mansbridge et al. 2012, 3) a core axiom of the deliberative systems approach: that non-deliberative practices can have positive systemic deliberative consequences, and as such should be treated as part of the system. On closer inspection, however, Smith does actually allow the kind of effect in question – he just wants to put it in a box outside the system as he defines it. In the end, I think it matters little whether non-deliberative practices with positive systemic consequences are defined in or out, provided they can still be connected with the system. (DRYZEK, 2016, p. 3).

Dryzek (2016) afirma também que é importante considerar que as práticas deliberativas e não deliberativas possam estar conectadas aos sistemas. A questão colocada por Mansbridge et al. (2012) é central nesta tese, pois significa que práticas não deliberativas podem ser articuladas com práticas deliberativas dentro do sistema, vice-versa.

[...] a systemic approach allows us to analyse the division of labour among parts of a system, each with its different deliberative strengths and weaknesses, and to conclude that a single part, which in itself may have low or even negative deliberative quality with respect to one of several deliberative ideals, may nevertheless make an important contribution to an overall deliberative system. (MANSBRIDGE et al., 2012, p. 2-3).

É também relevante para o estudo das práticas de gestão das águas nesta tese a relação entre as partes dos sistemas deliberativos.

Parts of a system may have relationships of complementarity or displacement. In a complementary relationship, two wrongs can make a right. Two venues, both with deliberative deficiencies, can each make up for the deficiencies of the other. Thus an institution that looks deliberatively defective when considered only on its own can look beneficial in a systemic perspective. Conversely, an institution that looks deliberatively exemplary on its own, such as a well-designed minipublic, can look less beneficial in a systemic perspective when it displaces other useful deliberative institutions, such as partisan or social movement bodies. In another instance of displacement,

legislatures are less likely to take their deliberative responsibilities seriously when a constitutional court is treated as the primary deliberative forum. (MANSBRIDGE et al., 2012, p. 3).

No que tange a delimitação existe uma divergência entre o “real” e o “ideal” nos termos de Faria (2012).

O fato de uma teoria normativa parecer ultrapassada não pressupõe que ela esteja errada. Entretanto, quando a teoria passa a ser vista como ultrapassada precisamente porque ela não se enquadra à realidade empírica que ela alegadamente justifica, talvez alguma coisa mais profunda esteja faltando (DRYZEK, 2000, p. 26 *apud* FARIA, 2012, p. 63).

Nesse sentido, se o julgamento for muito rigoroso – seguindo Smith (2016) – o sistema deliberativo perde o nexo empírico. O autor afirma que é sempre difícil, afinal, pode ter sistemas com muito pouco elementos deliberativos e a maioria não deliberativos, e assim, se o julgamento for demais “tolerante”, o sistema deliberativo perde sua distinção e seu projeto normativo. A relação dialética proposta nesta tese visa clarear essas questões, pois o foco nas práticas sociais pode possibilitar melhor entendimento das relações entre os eventos e estruturas e, com isso, a formação do sistema deliberativo (onde certos efeitos causais das estruturas também são ativados).

Dryzek (2016) insiste que se o julgamento das práticas deliberativas for muito rigoroso, o sistema deliberativo perde todo o suporte empírico, visto que é um ideal normativo, por outro lado, se o julgamento for nada rigoroso o sistema perde seu caráter peculiar. Nesse mesmo sentido, Mendonça (2011) coloca que nem toda comunicação pode ser chamada de deliberação. Mas também não deve assumir somente a argumentação racional, devendo estar aberta a outras formas de “razão”, “outras formas de comunicação poderão ser mobilizadas” (FARIA, 2012, p. 78). No entanto, a troca de razões não é a mesma coisa que a fala cotidiana (é preciso ter cuidado para isso não criar distinções ideológicas) e a deliberação enquanto forma de comunicação, “[...] é excepcional, constitui uma resposta às falhas das relações sociais, das instituições e sistemas e, por isto, ela é uma forma de comunicação exigente” (WARREN, 2007, p. 276 *apud* FARIA, 2012, p. 78).

Por isso, segundo Mendonça (2011, p. 213), é necessário ter precaução para “estabelecer critérios definidores para que a deliberação não perca sua especificidade e se torne sinônimo de comunicação”. O autor, a partir de Dryzek (2006), cita como critérios: reflexão, não coerção, ligação entre o individual e o coletivo.

No ver de Smith (2016) as práticas devem incorporar as virtudes deliberativas como reflexão, respeito e diálogo. Dryzek (2016) comenta que as questões são mais amplas e que:

A real puzzle arises once we recognize the corollary of the fact that non-deliberative practices can have positive consequences for the deliberative system: for it is also the case that intrinsically deliberative practices can have negative consequences for the system as a whole (as Smith recognizes). (DRYZEK, 2016, p. 4).

Por isso, Mansbridge et al. (2012) e Dryzek (2016) ressaltam que as práticas não deliberativas podem ter consequências positivas para os sistemas deliberativos e, portanto, podem ser tratadas como parte do sistema – apresentando que a noção de sistema deliberativo não se refere a um “sistema idealizado”. Essa concepção, então, confere maior realismo para a teoria deliberativa (FARIA, 2012).

Moore (2017) coloca que práticas deliberativas podem ter também consequências não deliberativas ou mesmo anti-deliberativas – Mansbridge et al. (2012) e Dryzek (2016) também aceitam isso. Pensando no campo da gestão social, a questão se traduz no fato de que em um sistema deliberativo há tanto elementos da gestão social como também da gestão estratégica, tanto argumentação quanto negociação, pois a ideia de um sistema deliberativo em que somente há gestão social pode levar conforme Dryzek (2016) ao distanciamento do nexos empírico das práticas sociais. Esse argumento da inclusão foi, em outro contexto, defendido em Alcântara e Pereira (2017) e Alcântara et al. (2017) a partir das noções de tensões e hibridismo. O reconhecimento disso é importante para delimitar os “critérios” normativos que devem ser postos frente aos dados empíricos – dialeticamente postos na relação princípios normativos e dados teórico-empíricos.

O texto de Mendonça (2016) traz preocupações com o grau em que uma democracia oferece múltiplas oportunidades para entrada nos sistemas deliberativos, a forma que os tomadores de decisão podem tomá-las sem respaldo na opinião pública, e que diferentes discursos podem dominar (emergência da hegemonia nos termos da Teoria Social do Discurso) diferentes fragmentos de um sistema deliberativo e não permitindo a comunicação entre eles. Este último seria, segundo Dryzek (2016), o exemplo dos discursos antiglobalização que são ignorados na tomada de decisão de diversos atores. Mendonça (2016) sugere a ideia de conectividade, no entanto, para Dryzek (2016), existem problemas que superar esta questão e dependem da economia política em que os sistemas deliberativos estão situados, portanto, de aspectos materiais, relações sociais, ações, pessoas, interações, entre outros elementos.

Moore (2016) pensa a integração entre conhecimento especializado e “cidadãos comuns” em um sistema deliberativo – ressaltamos que na visão deliberacionista para além da tecnocracia é fundamental a deliberação do “homem comum” que emerge desde Dewey:

Inevitavelmente associado à ideia de democracia como um modo de vida, está um outro conceito importantíssimo correlato à teoria democrática de Dewey: a fé. Evidentemente, não se está falando de qualquer fé. Trata-se de uma fé democrática, digamos assim. Essa fé deweyana, por sua vez, decerto expressa a mais interessante das crenças do seu autor, qual seja, a crença no “Homem Comum”. “A democracia é um modo de vida comandado por uma operante fé nas possibilidades da natureza humana. A crença no Homem Comum é um artigo familiar do credo democrático. Essa crença não tem base nem significado senão quando significa fé nas potencialidades da natureza humana na medida em que essa natureza é exibida em todo ser humano sem distinção de raça, cor, sexo, nascimento e família, riqueza material ou cultural. Essa fé pode ser decretada em leis, mas ela será apenas papel a não ser que seja colocada em vigor nas atitudes que os seres humanos possuem uns com os outros em todas as circunstâncias e relações da vida cotidiana” (ibidem). (POGREBINSCHI, 2004, p. 50).

Voltando a questão entre conhecimento especializado e outros, para Dryzek (2016), os denominados mini-públicos são úteis nesse processo. O que se precisa pensar mais são as conexões entre amplos sistemas deliberativos e mini-públicos. Conforme Faria (2012, p. 78) coloca: “o grande desafio ainda é conectá-las com vistas a assumir uma forma mais integrada que gere impactos na vida dos cidadãos de uma comunidade”.

Este estudo avança também na possibilidade de estudar sistemas deliberativos “reais” e que pode também ajudar a delinear discussões teóricas sobre estes, especialmente, no Brasil onde há poucos estudos sobre.

The deliberative systems approach does, however, currently feature a lot of theorizing (though this theorizing does have empirical illustration) and relatively little close study of actual deliberative systems in the terms that theorists specify. Many of the theoretical worries raised by critics ought to be capable of amelioration (or at least illumination) by close analysis of actual cases. (DRYZEK, 2016, p. 6).

Para ampliar as discussões, Mendonça (2011, p. 213) nota que é preciso superar dicotomias entre razão e emoção, bem como entre deliberação e retórica (e outras formas de comunicação). Sobre isso, Mansbridge (1999) indica que a razão pública deve envolver razão e emoção. Atores como Dryzek e Parkinson buscam Aristóteles para afirmar que a deliberação não depende somente do *logos*, mas também do *pathos* e do *ethos* (MENDONÇA, 2011).

A partir de Mansbridge (1999), a deliberação “aparece como um *continuum* com várias instâncias que se atravessam” desde a conversação cotidiana até o sistema político-institucional, portanto, “Conversas de diversas naturezas e formatos circulam entre ambientes privados, arenas midiáticas e esferas decisórias, gerando um debate abrangente” (MENDONÇA, 2011, p. 216). Na tese, nos atentamos para como práticas sociais discursivas e não discursivas formam os sistemas deliberativos.

O debate mais recente mostra que os sistemas deliberativos não exigem completa harmonia em seus processos (DRYZEK, 2016).

Isso permite ultrapassar a ideia de que a deliberação requer uma comunidade de ursinhos carinhosos. Ela é uma prática que ocorre também em meio a disputas de poder e interesses (HENDRIKS, 2006b; DEVEAUX, 2003). A deliberação se constrói dialogicamente na trama discursiva que une os atores e os faz operar em conjunto. Ela não exige que cada participante abra mão dos próprios interesses e se comporte magnanimamente (CHAMBERS, 2003, p. 309; YOUNG, 2000, p. 7; DRYZEK, 2000a, p. 169) [...]. (MENDONÇA, 2011, p. 210).

Se assim fosse, nossa discussão de sistema deliberativo no âmbito do Circuito das Águas de Minas Gerais não teria como se sustentar dado que nesse contexto diversos atores historicamente se relacionam de forma conflitiva, com diferentes interesses e disputas (GUIMARÃES, 2009; CRUZ, 2017). Por isso, Garcia (2016) e Persson (2016), por caminhos diferentes, propõem “conceber as esferas públicas não somente como *locus* do consenso, mas também do conflito e da pluralidade de opiniões e interesses” (GARCIA, 2016, p. 204). Além disso, em certas áreas da sociedade, a ausência de conflito se deve notadamente a hegemonia vigente e não ao consenso democrático (FAIRCLOUGH, 2003), por exemplo, os diversos conflitos gerados nos movimentos feministas, por exemplo, foram importantes para desnaturalizar a “dominação masculina” – Habermas (1997b) reconhece na luta feminista um exemplo de luta motivada pela indignação e sofrimento concreto e citando Honneth defende que “essa disputa pela interpretação de necessidades não pode ser delegada aos juízes e funcionários, nem mesmo ao legislador político” (HABERMAS, 1997b, p. 169).

Em outro escopo sobre os diferentes interesses e disputas, como exemplo de pesquisa que considera isso temos a tese de Hendriks (2004) sob a orientação de John Dryzek e que estudou como grupos de *lobby* e ativistas respondem a formas inovadoras de participação pública. A autora trabalhou com quatro casos envolvendo questões complexas e contestadas como tecnologia genética, gestão de resíduos, proteção do consumidor e diagnóstico genético. Os resultados de Hendriks (2004) indicam que os atores não tinham conhecimento das questões

e que a relação entre peritos e representantes dos interesses levaram ao uso ilegítimo do poder. Em contrapartida, revela que a deliberação permite formas mais inclusivas e democráticas, especialmente, organizações mais fracas são mais abertas a se envolver com os cidadãos leigos, pois acreditam que isso potencializa as mesmas à influenciar o debate público e os tomadores de decisão.

Hendriks (2004) indica no que tange a democracia deliberativa que: (1) diferentes tipos de grupos e atores na sociedade civil variam em sua disposição e capacidade de participar da deliberação pública – argumento semelhante foi teoricamente defendido por Garcia (2016) no âmbito da gestão social; (2) o modelo deliberativo demonstra que os atores partidários, como as organizações de interesse, se envolverão na deliberação pública de forma estratégica e (3) os fóruns deliberativos estão intimamente ligados ao contexto discursivo dentro do qual eles operam (HENDRIKS, 2004).

Sobre questão das assimetrias e desigualdades, Mendonça (2011) coloca que “a deliberação é possível mesmo em face de assimetrias. Desigualdades não tornam a deliberação inútil ou impossível”, além de que “[...] seria ingênuo esperar sua integral existência em condições reais. Isso porque, obviamente, os participantes desse processo discursivo ampliado possuem recursos e habilidades distintos” (MENDONÇA, 2011, p. 218). Cabe notar que além das diferenças de acesso, há também diferenças nos níveis de eficácia dos atores (MIGUEL, 2014).

O “giro” da democracia deliberativa, que permitiu a incorporação de formas discursivas para além do argumento racional, não chegou sequer a percorrer toda a crítica da sociolinguística aos privilégios concedidos à norma culta. Menos ainda a compreender o vínculo entre as hierarquias permanentemente atuantes, que concedem legitimidade variável aos diferentes padrões de fala, e o acesso a determinados espaços sociais. Vale lembrar da crítica de Bourdieu a Labov: não basta dizer que a fala dos guetos negros possui uma estrutura tão sofisticada quanto a que os estudantes de Harvard falam, sem lembrar que a linguagem destes últimos “abre todas as portas, notadamente as de Harvard, ao passo que as invenções linguísticas mais surpreendentes dos primeiros continuam totalmente desprovidas de valor no mercado escolar e em todas as outras situações sociais do mesmo tipo” (BOURDIEU, 1994, p. 232). Em suma, impõe-se a questão da eficácia diferenciada e *socialmente produzida* dos diferentes modos expressivos. (MIGUEL, 2014, p. 123).

Portanto, ainda há avanços dado que os deliberacionistas ainda não debateram uma diversidade de relações entre linguagem e sociedade que autores das teorias discursivas, como da Teoria Social do Discurso trazem. Habermas (1997b), apesar de não explorar essa questão a fundo, admite a existência de assimetrias diversas – o que também é afirmado em Habermas

(2008) quando faz menção a diferentes capitais e relações de poder: “os atores da sociedade civil, se comparados aos políticos e aos lobistas, ocupam a posição mais fraca” (HABERMAS, 2008, p. 17) e que “a privação social e a exclusão cultural dos cidadãos explicam o acesso seletivo e uma participação irregular na comunicação mediada” (HABERMAS, 2008, p. 20).

Em outro momento:

Os jogadores que se encontram no palco virtual da esfera pública podem ser classificados em termos do poder ou do “capital” que possuem à sua disposição. A estratificação das oportunidades de transformar o poder em influência pública através dos canais da comunicação mediada revela, assim, uma estrutura de poder. Esse poder é coagido, contudo, pela reflexividade peculiar de uma esfera pública que permite a *todos* os participantes a chance de reconsiderar o que entendem por opinião pública (HABERMAS, 2008, p. 18).

Portanto, mesmo defendendo que pela esfera pública seria possível superar isso, essas estruturas são reais e influenciam. Habermas (1997c) reconhece em outro momento que é preciso superar as desigualdades para efetivamente caminhar na direção de “direitos sociais”.

As lutas pelo reconhecimento no estado de direito democrático só possuem força legitimamente na medida em que todos os grupos tenham acesso à esfera pública política, tenham voz ativa e possam articular suas necessidades, e ninguém seja marginalizado ou excluído. Já deste ponto de vista da representação e da ‘qualificação cívica’ é importante assegurar as premissas efetivas para o gozo em igualdade de chances dos direitos formalmente iguais. Tal não se aplica apenas aos direitos de participação política, mas também aos de participação social e aos direitos individuais, pois ninguém pode agir politicamente de forma autônoma se as condições de emergência de sua autonomia privada não estiverem asseguradas. Neste contexto, sou também favorável ao estabelecimento de cotas; por exemplo, por uma política de *preferred hiring* em todos os setores de formação e de ocupação nos quais apenas por esta via possa ser assegurado o ‘justo valor’ dos direitos iguais para grupos estrutural e historicamente desfavorecidos (HABERMAS, 1997, p. 97c).

Portanto, autores como Habermas, James Bohman e Young citam assimetrias de competências comunicativas, níveis de informações e motivações, impedimentos de falar e atores que falam e não são “ouvidos” (MENDONÇA, 2011). Mesmo assim, a deliberação é importante para buscar também superar essas desigualdades (MENDONÇA, 2011), afinal, sem ampliar a deliberação e participação as assimetrias também não reduzem. Os sistemas deliberativos ao discutir também a importância dos arranjos institucionais e sua integração busca ampliar as “condições” para que a deliberação seja possível e eficaz.

Para finalizar esse debate, fica posto que os deliberacionistas enfatizam muito a questão da representação e deliberação política, todavia, não adentram ainda com limitações nas discussões sobre redistribuição e somente mais recentemente sobre reconhecimento (MENDONÇA, 2011). Apesar da deliberação não necessitar conforme indicado de um “local ideal” é uma agenda ainda pouco aberta nos deliberacionistas o estudo dos impactos causais do poder, assimetrias, desigualdades e ideologias nos processos deliberativos (HEYSSE, 2006; KADLEC; FRIEDMAN, 2007; HENDRIKS, 2009; DODGE, 2009; MANSBRIDGE et al., 2009; FARIA, 2012). Afinal, como os realistas críticos (SAYER, 2000; FAIRCLOUGH, 2001; 2003) sempre afirmam: não tratar disso no campo de pesquisa não indica que estas questões não existam e não tenham influência (seria uma falácia epistêmica).

Portanto, na dialética desse debate precisamos ainda notar os critérios para que a partir deles a própria transformação social possa ser potencializada e demandada. Por isso, a partir de Faria (2012) a discussão de sistema deliberativo na tese não segue o caminho linear “do ideal ao real”, mas dialético e realista crítico entre os diferentes níveis do real, afinal, o ideal deliberativo é também real: *ideally real* (FLEETWOOD, 2005) e tem seus efeitos causais. Assim, como discute Faria (2012), não se pode desprezar também os ganhos normativos.

Mesmo com todas as restrições, as deliberações podem ser encontradas nos mais diversos espaços. Nesse sentido, não existe um *locus* específico de deliberação. Para Dryzek (2009), a deliberação pode acontecer nas instituições centrais do Estado e em esferas públicas informais na relação com as formais – conforme apresentado por Habermas (1997b). Ao enfatizar a dispersão das capacidades deliberativas, Dryzek (2009) procura mostrar que a virada deliberativa não deve partir de cima para baixo, de instituições do Estado para a esfera pública informal. Para o autor, cada sociedade possui sua capacidade deliberativa dispersa em diferentes locais e cada um desses locais pode contribuir em diferentes proporções para o sistema deliberativo como um todo. Além disso, Dryzek (2009) destaca que a capacidade deliberativa pode ser encontrada também em redes de governança que transcendem os limites do Estado. Estas redes envolvem diversos atores, do Estado, da sociedade civil, de organização do terceiro setor, de organizações transnacionais, entre outros.

Dryzek (2009) coloca que a democratização pode ser entendida a partir da construção da capacidade deliberativa, relacionada com o grau de completude do sistema deliberativo que depende de uma deliberação autêntica, inclusiva e de instituições informais. Nesse caminho, um sistema deliberativo necessita, inicialmente, de um espaço público em que as restrições sobre quem participa sejam poucas, assim como ao que se pode dizer e apresentar como “pontos de vista” – inclusão dos públicos e contra-públicos nos termos de Fraser (1990).

Além disso, Dryzek (2009) ressalta a necessidade de um espaço capacitado – *empowered space*, isto é, assembleias legislativas, conselhos, comitês, entre outros que também devem ser inclusivos. Mas para que o processo ocorra é preciso que as deliberações nos espaços públicos sejam filtradas (HABERMAS, 1997b) para os espaços autorizados – para tanto é necessário transmissores. A deliberação em um mini-público não deve ter somente consequências restritas e internas (que são importantes). Ela deve atravessar outras arenas.

Além disso, um sistema deliberativo necessita também de *accountability*. Nesse sentido, o espaço autorizado deve responder ao espaço público. Em termos deliberativos, essa responsabilidade pode ser entendida como justificção, ou seja, o espaço autorizado precisa se justificar para o espaço público – que é, *per si*, um critério exigente. O último elemento colocado por Dryzek (2009) para um sistema deliberativo é *decisiveness*.

Não basta a existência de um espaço público que não exerça influência alguma sobre o espaço autorizado (sobre as instituições do Estado, por exemplo). Da mesma forma, a existência de espaço público e espaço autorizado sem que existam transmissores e *accountability* desqualifica um sistema deliberativo (DRYZEK, 2009). Todavia, existem variações nos critérios dado que existem muitos tipos de sistemas deliberativos, com diferentes graus de efetividade. Os requisitos são somente pontos de partida para a descrição dos sistemas deliberativos reais.

Mansbridge et al. (2012) ressaltam que a qualidade e importância da deliberação há tempos são valorizados por teóricos. Entretanto, a discussão centrava-se no *locus* dessa deliberação, ou seja, se era restrita a esferas formais ou contemplava também as esferas informais. Essa discussão foi superada pela ideia de sistemas deliberativos. Nesse sentido, esferas formais e informais não seriam paralelas e independentes. Existe uma ligação e uma relação de interdependência entre estas duas esferas. Por isso, Mansbridge et al. (2012) sugerem que para entender o processo deliberativo é necessário estudar não apenas processos individuais, mas a interação entre as diversas esferas e instituições que constituem um sistema deliberativo.

Para Mansbridge et al. (2012), a ideia de um sistema deliberativo permite pensar a divisão da deliberação entre todos os membros do sistema, cada um com suas fraquezas e forças deliberativas que contribuem para o sistema como um todo – sem ter que negar as inter-relações e tensões (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017). Nesse sentido, podemos entender as forças e fraquezas deliberativas, como o que Fraser (1990) chamou de públicos fortes e públicos fracos. Apesar do tom mais crítico adotado por Nancy Fraser, podemos entender, por meio da ideia de um sistema deliberativo, que ambos os públicos são importantes, com seus diferentes gêneros

discursivos, formas de expressão e usos da linguagem, da semiose e outros elementos e momentos das práticas sociais. Mansbridge (1999) cita Fraser para afirmar que a esfera pública fraca deve incluir conversações cotidianas. Por isso, Mansbridge et al. (2012) colocam que as diferentes partes de um sistema deliberativo – os diferentes públicos (FRASER, 1990) ou as diferentes esferas (HABERMAS, 1997b) – são complementares.

Outra vantagem é que a ideia de sistema deliberativo permite um maior diálogo com as críticas da ideia de deliberação e também encontrar as lacunas deliberativas do sistema, nesse sentido, “Uma abordagem sistêmica nos permite ver mais claramente onde um sistema pode ser melhorado e recomendar instituições ou outras inovações que possam complementar o sistema em áreas de fraqueza” (MANSBRIDGE et al., 2012, p. 4). A tese também busca contribuir a partir da participação dos concernidos (HABERMAS, 1989), dos atores envolvidos na gestão das águas minerais em Cambuquira, Minas Gerais.

Finalmente, Mansbridge et al. (2012) destacam três funções para o sistema deliberativo, a saber: funções epistêmicas, funções éticas e funções democráticas. Segundo Mansbridge et al. (2012, p. 11), “A função epistêmica de um sistema deliberativo é produzir preferências, opiniões e decisões adequadamente informadas por fatos e lógicas e que são o resultado de uma consideração substantiva e significativa de razões relevantes”. Processo esse que insere o que apresentamos como critério normativo importante da “busca da verdade” (HABERMAS, 1997b) e da cooperação a partir de diferentes racionalidades (ALCÂNTARA et al., 2017).

Por sua vez, a função ética está amparada no pressuposto de promover o respeito mútuo entre os cidadãos. O respeito mútuo, por sua vez, pode ser conceituado como “entender o outro como uma fonte de autoria de razões e reivindicações” (MANSBRIDGE et al., 2012, p. 11) – isto é um critério de alteridade que o próprio sistema pode ajudar a construir não sendo condição que ele exista, *a priori*, em uma situação ideal. Por fim, a função democrática consiste em “promover um processo político inclusivo em termos de igualdade” (MANSBRIDGE et al., 2012, p. 12). Significa, portanto, incluir os múltiplos públicos (FRASER, 1990; AVRITZER; COSTA, 2004), as múltiplas esferas (HABERMAS, 1997b) e as múltiplas vozes, interesses e reivindicações (MANSBRIDGE et al., 2012; GARCIA, 2016).

Finalmente, a realização bem-sucedida de todas estas três funções promove a legitimidade da tomada de decisão democrática. A legitimidade, neste sentido, maximiza as chances de as pessoas que compartilham um destino comum concordarem com os termos de sua cooperação comum.

Pelo apresentado mostramos a importância das discussões sobre sistemas deliberativos no escopo deliberacionista e para o estudo das práticas de gestão das águas em Cambuquira, Minas Gerais. A seguir apresentamos a Teoria Social do Discurso.

2.3 Teoria Social do Discurso

A questão das águas minerais no Brasil é múltipla e marcada por diversas controvérsias. Por ser um recurso com valor social, político, cultural e econômico, há uma diversidade de atores e instituições que se mobilizam para o uso e gestão das águas minerais – essas mobilizações partem de diferentes atores e organizações de forma que há um amplo campo de disputas, com variados interesses, posições e articulações. Em termos de Fairclough (2003), são espaços de lutas hegemônicas. Essa tese como parte de uma cadeia intertextual (FAIRCLOUGH, 2001, 2003) se insere nessas lutas. Em termos de Bakhtin (1997; 2006), nos inserimos em um contexto onde uma pluralidade de vozes se entrecruzam (campo de forças), com algumas buscando impor a homogeneidade (o edital quer “impor” o engarrafamento) e outras revelando a heterogeneidade (que passa pela crenoterapia, turismo, consumo local, preservação, entre outras).

Entendendo que este contexto é marcado por relações dialéticas entre discurso e sociedade, e, por diferentes momentos das práticas sociais, buscamos o referencial da Teoria Social do Discurso (TSD). Nisso, as noções mais importantes deste estudo se referem às práticas sociais e ao discurso na perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), na qual a Teoria Social do Discurso de Fairclough (2001; 2003) vê a linguagem como prática social e estuda seu papel na reprodução e transformação da sociedade. Em geral, a Análise de Discurso Crítica rejeita a noção de ciência neutra nos termos do positivismo e do funcionalismo. Para Fairclough (2001; 2003), a análise de discurso se pauta em “lançar luz” sobre as naturalizações (ideologias que se tornam senso comum⁸), revelar determinações sociais e os efeitos do discurso que servem para manter relações de dominação e poder: “Por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, busca-se desnaturalizar crenças que servem de suporte a

⁸ Aqui é preciso ter cuidado. Nem todo senso comum é ideológico. Demo (1995) fala de um senso comum enquanto saber cotidiano e sensível, enquanto ideologia tem caráter de justificação de posições sociais assimétricas. Na visão da TSD a ideologia precisa ser estudada pelo efeito causais nas relações de poder, portanto, nem todo saber, linguagem, senso comum é ideologia, pois, conforme Eagleton (1997) se ideologia é tudo, ela não é nada. Generalizada dessa forma ela não serviria como categoria de pesquisa. Assim, como para o julgamento do “científico” e do ideológico, Demo (1995) é contra o relativismo do “vale tudo”. Os critérios de Thompson sobre a ideologia auxiliam nesse processo.

estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação de tais estruturas” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 186).

No caso da Administração, o naturalizado para Tenório (1998, p. 10) é o determinismo do mercado: “Os seus métodos e técnicas são moldados de acordo com o determinismo de mercado”. A neutralidade se torna problemática também para a visão ontológica do realismo crítico, afinal, “só podemos estudar esse mundo real partindo de nossas experiências sobre ele” (PERSSON, 2016, p. 182). Nesse caminho, a ADC e a TSD ao invés de evitar problemas sociais se constitui tendo como foco explicitá-los e procurar elementos para a mudança social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Isso coloca a ADC em uma perspectiva de crítica. Não se trata de Teoria Crítica, especificamente, por se tratar de um rótulo específico do Marxismo e da Teoria Crítica de Frankfurt (NOBRE, 2011), mas com aproximações claras com a visão de Teoria Crítica conforme delineado por Max Horkheimer ainda na década de 1930 – aliás, visão que Tenório (1998) busca para construir seu conceito de Gestão Social. Nesse caminho, o “[...] papel da Teoria Crítica seria desvelar o modo como a estrutura social coíbe a autonomia dos sujeitos, revelando chaves conceituais que fomentem a emancipação humana” (MENDONÇA, 2013, p. 51). Noção essa que a ADC assume, considerando nesse processo o papel da agência reflexiva (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

A Análise de Discurso Crítica é um campo plural com autores centrais como Teun A. van Dijk, Lilie Chouliaraki, Carmen-Rosa Caldas-Coulthard, Malcolm Coulthard, Norman Fairclough, Ruth Wodak, Theo van Leeuwen e outros. Assim, apesar de formarem um grupo na divulgação da ADC, o mesmo é bastante heterogêneo. Por exemplo, a perspectiva de van Dijk (seus estudos são focados no discurso racista) passa pela questão mental (*Socio-Cognitive Approach*) que difere da visão mais social de Norman Fairclough. Ruth Wodak tem seu modelo histórico (*Discourse-Historical Approach*), com o qual que estuda migrações, feminismo, discurso nazista, entre outros temas. Theo van Leeuwen se dedica ao estudo da semiótica e publicou com Gunther Kress um livro referência nessa área: *Reading Images: The Grammar of Visual Design*.

A partir de van Dijk, Calderón (2017) destaca que a análise de discurso crítica se apresenta como uma forma de investigação analítica que tem como “objeto” o discurso, mostrando como ele se relaciona com o poder, a dominação e as desigualdades. Por isso, sintetiza a partir deste autor que a análise de discurso crítica: “trata de problemas sociais”, concebe que “relações de poder são discursivas”, “o discurso é histórico”, “o discurso faz um

trabalho ideológico”, o estudo do “discurso é interpretativo e explicativo”, “o discurso é uma forma de ação social”, entre outros elementos (CALDERÓN, 2017, p. 05).

Devido a isso, observamos que para melhor delimitar, esta tese utiliza da concepção de Norman Fairclough e suas contribuições com Lilie Chouliaraki, Isabela Fairclough, Bob Jessop, Ruth Wodak e Andrew Sayer que constitui a Teoria Social do Discurso. Essa denominação que o autor adota se deve à mediação interdisciplinar que Fairclough busca desde 1985 entre ciência social e linguística. Notamos que na literatura os rótulos de Análise de Discurso Crítica, Análise Crítica do Discurso e Teoria Social do Discurso são usados de forma bastante indiscriminada. A presente tese no amplo campo da ADC enfatiza a Teoria Social do Discurso.

2.3.1 A Teoria Social do Discurso em quatro movimentos

Para esta tese, seguindo especialmente Resende e Ramalho (2004; 2006) e ampliando, dividimos quatro escopos centrais (movimentos) da ADC: 1) modelo tridimensional do discurso de Fairclough de 1992; 2) modelo das práticas sociais e discurso proposto em Chouliaraki e Fairclough (1999); 3) práticas sociais e significados do discurso de Fairclough (2003) e 4) discussão sobre política e deliberação em Fairclough e Fairclough (2012; 2013). Esse processo é significativo para mostrar a ênfase que passa ser dada às práticas sociais e à ontologia do realismo crítico que não existia na obra inaugural em mesma intensidade. Notadamente, estes escopos não são discretos, mas possuem características que os diferenciam. Silva e Gonçalves (2017)⁹ mostram que Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentaram mudanças significativas à TSD, sem que isso seja uma ruptura, já que o interesse sempre foi estudar a relação dialética entre discurso e sociedade, dimensões textual, prática discursiva e prática social. Concordamos com Silva e Gonçalves (2017) sobre não haver ruptura, mas concordamos com Resende e Ramalho (2004; 2006) sobre diferenças marcantes.

A seguir, apresentamos brevemente o modelo tridimensional de 1992 e que foi primeiramente apresentado em 1989 (RESENDE; RAMALHO, 2004) e a seguir o modelo de

⁹ Considero que estes autores não se atentaram à passagem seguinte de Resende e Ramalho (2004, p. 204) “A formulação desse quadro teórico-metodológico de ADC por Chouliaraki e Fairclough e sua adoção por diversos pesquisadores parece ter sublinhado o viés crítico da disciplina. Não se pretende com isso afirmar que o modelo precedente não tivesse em seu cerne a reflexão crítica. Embora o paradigma tridimensional de ADC seja também perpassado pelo conceito de prática social, e embora as três dimensões do discurso permaneçam presentes, ainda que de maneira dispersa, no método de 1999; a abordagem atual, voltada para as redes de práticas e suas articulações, resulta em uma análise mais acurada de relações conflituosas envolvidas com o discurso”.

Chouliaraki e Fairclough (1999) que para Resende e Ramalho (2004, p. 185) marca “um movimento do discurso para as práticas sociais, das quais o discurso é um momento” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 185). Isso é entendido pelas autoras como a passagem da centralidade do discurso para a centralidade das práticas sociais, das quais o discurso é uma.

2.3.1.1 Discurso e Mudança Social: o modelo tridimensional

O modelo tridimensional de Fairclough desde sua concepção não é apenas uma metodologia. Na visão do autor, a ADC é uma perspectiva teórico-metodológica que articula de forma interdisciplinar e transdisciplinar linguística e ciência social. O texto de 1992, com tradução nacional em 2001, coloca que “o discurso [é] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Portanto, o discurso é entendido como prática social “reprodutora e transformadora de realidades sociais” e assim “a língua é uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldada por ela” (MELO, 2009, p. 3).

Nesse sentido, Fairclough (2001) já indica que o discurso participa da construção de relações sociais, identidades e modos de ação. Para isso o autor busca na gramática sistêmico-funcional de Halliday macro-funções da linguagem: ideacional, interpessoal (que fica dividida em identitária e relacional) e textual. Nesse momento, Fairclough (2001) propõe um modelo tridimensional de análise: texto, prática discursiva e prática social (conforme Quadro 8).

Quadro 8 - Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional.

Texto	Prática Discursiva	Prática Social
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura textual	Produção Distribuição Consumo Contexto Força Coerência Intertextualidade	Ideologia Sentidos Pressuposições Metáforas Hegemonia Orientações econômicas Políticas, culturais, ideológicas

Fonte: Resende e Ramalho (2006, p. 29).

O modelo se pauta em três dimensões analíticas do discurso: textos, prática discursiva e prática social. Na análise dos textos (análise textual) temos as categorias vocabulário (palavras individuais), a gramática (combinação de palavras), a coesão (ligação entre frases) e a estrutura textual (organização do texto). Por sua vez,

Na análise das práticas discursivas, participam as atividades cognitivas de *produção, distribuição e consumo* do texto. Analisam-se também as categorias *força, coerência e intertextualidade*. A força dos enunciados refere-se aos tipos de atos de fala desempenhados; a coerência, às conexões e inferências necessárias e seu apoio em pressupostos ideológicos; a análise intertextual refere-se às relações dialógicas entre o texto e outros textos (intertextualidade) e às relações entre ordens de discurso (interdiscursividade) (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 187).

São categorias das práticas sociais: ideologia e hegemonia. Sobre a ideologia, Fairclough (2001, p. 123) a considera como “uma concepção do mundo que está implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e nas manifestações da vida individual e coletiva”.

[...] significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Para Thompson a ideologia é uma forma de poder (RESENDE; RAMALHO, 2006). Os modos gerais de operação da ideologia são a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação. Assim, para Thompson (1990) a ideologia serve para estabelecer relações de dominação, existindo cinco modos gerais: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação (RESENDE; RAMALHO, 2004, 2006). Mas a ideologia não é algo estável, fixa. Ela sofre transformações por estar inserida e ser entendida em seu contexto. Na visão de Fairclough (2001; 2003) não temos “a” ideologia, temos “ideologias”.

Para Fairclough (2001; 2003), assim como Thompson (2011, p. 90), “as formas simbólicas são ideológicas somente enquanto servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder”¹⁰. Importante mencionar que a crítica da ideologia deve ser para garantir seu caráter emancipatório, um processo dialético sempre aberto: algo que podemos começar, mas nunca terminar (RICOEUR, 1990).

Sobre hegemonia, Fairclough (2001, p. 122) indica que é a liderança em campos como econômico, social, cultural e político, sendo “um foco de constante luta sobre pontos de maior

¹⁰ “Pode-se situar esse tópico sugerindo-se que ideologia é mais uma questão de ‘discurso’ que de ‘linguagem’. Isto diz respeito aos usos efetivos da linguagem entre determinados sujeitos humanos para a produção de efeitos específicos. Não se pode decidir se um enunciado é ideológico ou não examinando-o isoladamente de seu contexto discursivo, assim como não se pode decidir, da mesma maneira, se um fragmento de escrita é uma obra de arte literária. [...]. O fato então é que o mesmo fragmento de linguagem pode ser ideológico em um contexto e não em outro; a ideologia é uma função da relação de uma elocução com seu contexto social” (EAGLETON, 1997, p. 22).

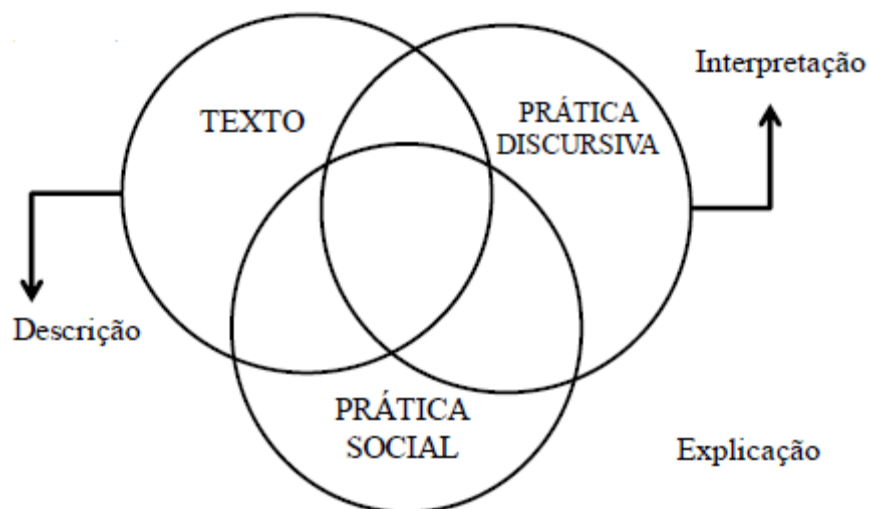
instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas”. Relacionando com a prática discursiva, “a produção, a distribuição e o consumo de textos são uma faceta de luta hegemônica que contribui para a reprodução ou transformação da ordem de discurso existente e das relações sociais e assimétricas constitutivas” (SOUZA, 2012, p.12). Devido a isso, para Arantes (2015, p. 80), com essa visão “reconhece-se o papel do pesquisador-analista como integrante do processo discursivo, no qual ele obtém responsabilidade política pela análise e pela mudança social da realidade pesquisada”, pois essa forma de análise do discurso tem como meta a mudança social e a emancipação.

Finalmente, o modelo tridimensional é uma operacionalização apenas. Já adiantando a visão realista crítica de Fairclough (2003), Arantes (2015, p. 86) coloca:

Vale lembrar que esse movimento de detalhar e dividir as dimensões do discurso (textual, discursiva e prática) é ilusório, pois tem apenas uma função didática (FAIRCLOUGH, 2001), que consiste na operacionalização da análise diante da proposta da interferência discursiva na realidade e para promover as mudanças sociais defendidas por Fairclough (2003). Por se pautar em uma visão ontológica realista (embebida das orientações do Realismo Crítico de Roy Bhaskar), Fairclough (2003) assume que a realidade não pode ser reduzida ao conhecimento que temos dela, de tal modo que a análise do texto nunca é completa, é sempre seletiva e por essa razão, não é objetiva, pois há de se considerar também a subjetividade do analista no processo.

Arantes (2015) coloca que a partir disso temos descrição no nível textual, interpretação no nível da prática discursiva e explicação na prática social.

Figura 8 - Dimensões de análise.



Fonte: Arantes (2015, p. 86).

Em geral, o modelo tridimensional apresentado é o mais usado nas pesquisas em gestão e organizações no Brasil (SILVA; GONÇALVES, 2017). Todavia, a partir de Chouliaraki e Fairclough (1999), mudanças importantes na TSD foram realizadas, especialmente, com a discussão que passou a ser focada nas práticas sociais.

2.3.1.2 Práticas sociais e o discurso como momento

Chouliaraki e Fairclough (1999) em *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis* abordam a relação entre vida social e ciência social crítica. Esse trabalho marca uma passagem importante: o movimento da linguagem “como” prática social para linguagem “como parte” de práticas sociais – que são dialeticamente ligadas a outros momentos das práticas. A linguagem não é apenas “meio” ela participa da constituição de práticas sociais junto com outros elementos (RESENDE; RAMALHO, 2004; 2006).

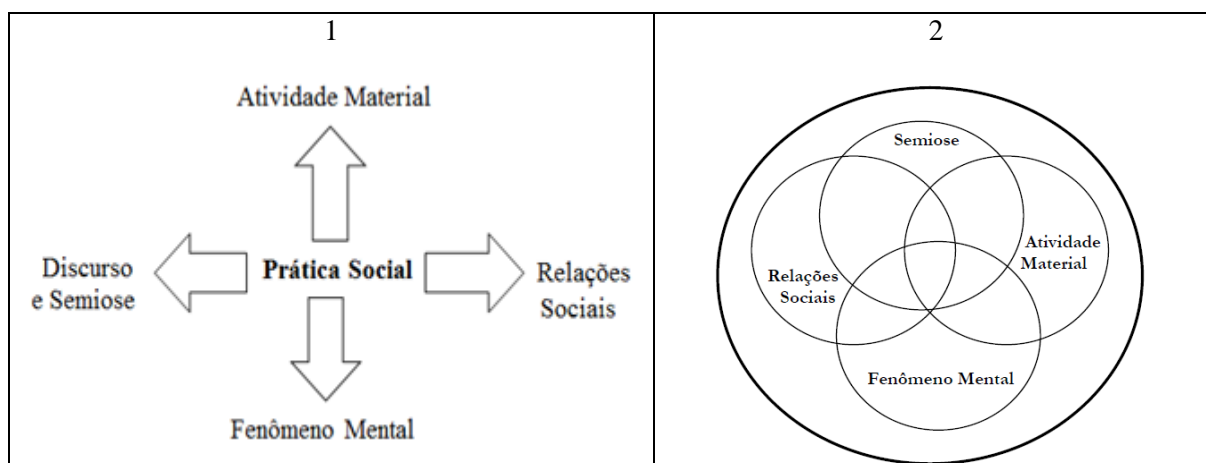
Primeiramente, a autora e o autor se situam a partir do conceito de Giddens de “modernidade tardia” significando novas dinâmicas tempo-espaço, o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe e a apropriação reflexiva do conhecimento. Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), a linguagem passa a ter mais relevância no capitalismo da “modernidade tardia” e por isso sua análise é cada vez mais importante (para a crítica social), porém a linguagem por si só não dá conta deste processo: a análise social ganha força a partir do entendimento das relações entre linguagem (discurso e a semiose) e outras práticas sociais.

Para compreender melhor as relações no modelo de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60), temos que compreender a relação entre práticas sociais e discurso. Para Chouliaraki e Fairclough (1999), já a partir da visão realista crítica a vida natural e social é um “sistema aberto” formado por dimensões – física, química, biológica, psicológica, econômica, social, semiótica, todas reais com seus mecanismos e poderes – portanto, é notório que nenhuma delas consegue explicar a vida humana ou as relações sociedade-natureza, *per si*, e que todas as disciplinas que enfatizam essas dimensões da física à psicológica tem suas contribuições e “coisas a ensinar”. As dimensões da vida possuem suas próprias estruturas, que exercem efeitos geradores sobre eventos por meio de mecanismos particulares. Os mecanismos se relacionam entre si e desta forma desencadeiam eventos (SAYER, 2000). Portanto, não é possível entender a realidade apenas pelo estudo do evento, sem considerar os mecanismos de diferentes instâncias que os constituem – esse motivo que leva a entender as relações dialéticas entre eventos, práticas sociais e estruturas. Para entender isso Chouliaraki e Fairclough (1999) vão primeiramente em David Harvey para entender a relação do discurso com outras práticas.

Harvey (1996) procura posicionar o discurso diante de outros processos não-discursivos da vida social. Ele define seis momentos distintos do processo social: a) o momento do discurso/linguagem; b) o momento do poder; c) o momento das crenças, valores e desejos; d) o momento da construção de instituições e rituais; e) o momento das práticas materiais; e f) o momento das relações sociais. Por isso, Chouliaraki e Fairclough (1999) recorrem a essas noções para pensar o discurso como um momento da prática.

Resende e Ramalho (2006) mostram os momentos da prática social propostos, a saber: discurso (e semiose), atividade material, relações sociais (relações de poder e luta hegemônica) e fenômeno mental (crenças, valores e desejos) (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; RESENDE; RAMALHO, 2004; 2006). A forma apresentada por Melo (2013) se diferencia apenas por deixar mais evidente que entre os diferentes momentos das práticas existem relações – não existe dicotomia entre atividade material e discurso, por exemplo.

Figura 9 - Momentos da prática social.¹¹



Fonte: (1) Resende e Ramalho (2006, p. 39) e (2) Melo (2013, p. 50).

A partir disso temos uma visão da constituição das práticas e da sociedade. A sociedade é formada por práticas sociais (com seus momentos) que se ligam por internalização e articulação em que temos práticas culturais, econômicas, políticas e outras (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) também defendem que as práticas “constituem um ponto de conexão entre estruturas abstratas e seus mecanismos, e

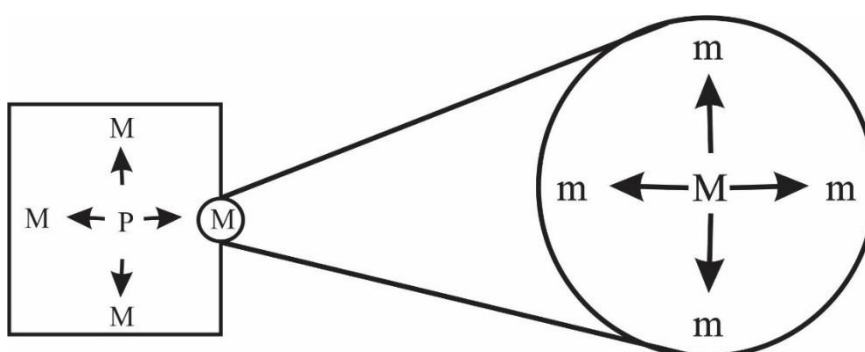
¹¹ Posteriormente, Fairclough (2003) apresenta cinco momentos: ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias), mundo material, discurso. Estes cinco momentos serão os utilizados nesta tese como “momentos das práticas sociais”, notadamente, a pesquisa empírica e teórica pode nos levar a propor outro momento ou articular alguns destes. Quais seriam os momentos da prática da gestão social?

eventos concretos – entre a sociedade e as pessoas vivendo suas vidas”. Nisso, uma prática em particular envolve formas locais e relacionamentos – tipos particulares de atividades relacionadas a materiais localizados no tempo e espaço; relações entre pessoas com experiências e conhecimentos próprios; bem como recursos semióticos e meios de se utilizar a linguagem – de forma habitual e histórica (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Uma prática pode ser entendida tanto como uma ação social, o que é feito em um determinado tempo e espaço, bem como algo que tem se estabilizado em uma permanência relativa – uma prática no sentido de um modo habitual de agir. Esta ambiguidade é útil na medida em que salienta o posicionamento intermediário de práticas entre estruturas e eventos, estrutura e agência – as práticas possuem parcialmente o caráter de ambos. Nós assumimos uma visão dialética da prática, rejeitando tanto um determinismo que coloca toda a ênfase em estruturas estáveis [...], quanto um voluntarismo que coloca toda a ênfase na atividade concreta [...]. Nós vemos a ação social como dependente e limitada pela por permanências relativas [ou rotinas, algo habitualizado] as quais ela mesma reproduz, contudo [...], pelas quais nós entendemos que parcialmente sustentam, parcialmente transformam, embora o balanço entre elas varie de acordo com circunstâncias sociais. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21-22).

Por isso, as práticas são constituídas no seio da vida social e material, cultural e natural, em suas diferentes instâncias. Chouliaraki e Fairclough (1999) colocam que a partir da noção de articulação se entende também que cada momento de uma prática social é formado por elementos em uma articulação interna (Figura 10).

Figura 10 - Articulação na estrutura interna de cada momento da prática social.



Fonte: Resende e Ramalho (2006, p. 40).

A Figura 10 ilustra, por exemplo, que um momento discursivo (M qualquer) de uma prática social (P) é formado pela articulação de recursos discursivos representados por momentos (m) com relativa permanência (no caso do momento discurso gêneros, representações e estilos). Nesse sentido, ao pensar as inúmeras possibilidades considerando os demais momentos das práticas e suas articulações internas e depois externas temos que “a

articulação é fonte de criatividade” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 194). Chouliaraki e Fairclough (1999), a partir de noções de Laclau e Mouffe, mostram que esses momentos se articulam dialeticamente: “o momento do discurso de qualquer prática é uma articulação inconstante de recursos simbólico/discursivos (tais como gêneros, discursos, vozes) que por si próprios tornam-se articulados em momentos do discurso de permanência relativa, e assim são transformados no processo” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

Para entender as articulações externas, entre práticas sociais, é preciso considerar que as ações sociais são constrangidas pelas práticas sociais, que, por sua vez as transforma por meio de articulações: “A articulação entre os momentos da prática assegura que a hegemonia seja um estado de relativa permanência de articulações dos elementos sociais [...]” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 194). Lembrando que a hegemonia diz respeito a uma “visão de mundo” (moral, política e intelectual) que se estabelece como “o que é visto como dado” – sempre de forma instável e não permanente.

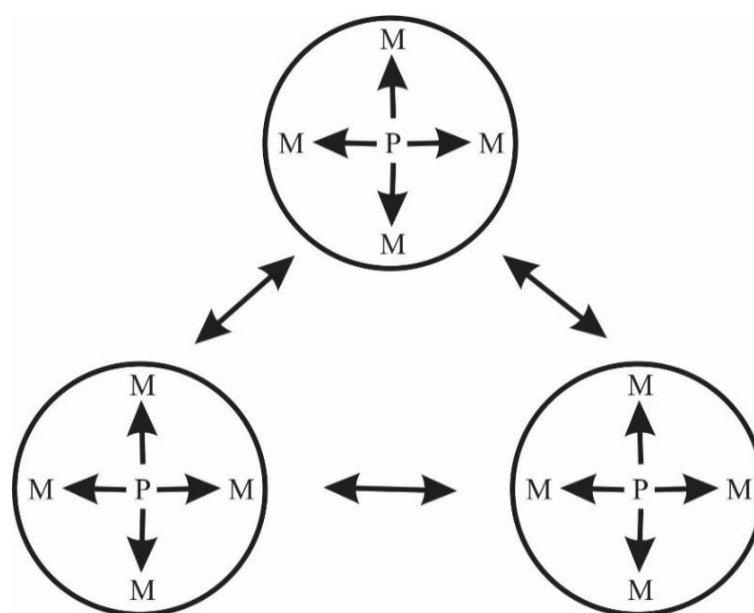
É essa noção de instabilidade (relativa permanência) que permite a articulação entre elementos e momentos, afinal, a hegemonia é relativa: como, por exemplo, a forma que avaliamos estudantes hoje é comumente prova, sendo o modo aceito como mais legítimo, mais justo e objetivo. Mesmo assim, existem formas alternativas (hegemonia não pressupõe uma imposição totalitária) e pessoas que articulam outros modos de “avaliação”. Este exemplo simples se torna mais controversos quando se trata de questões de gênero, raça/etnia, poder econômico em temos outras tantas hegemonias em permanência em seus diversos campos.

A relativa permanência e mudança nas relações de poder abrem, então, para a mudança social, pois é sempre pautada pela articulação e rearticulação – a hegemonia é o fechamento de certas práticas como formando uma “caixa-preta” que pode ser “rompida”, pois o social conforme ontologia adotada pelo autor a partir do realismo crítico é aberto (SAYER, 2000). Para entender essas relações precisamos abrir as mãos das relações entre conjunturas, estruturas e eventos. Conjunturas são entendidas como conjuntos mais estáveis (pessoas, materiais, tecnologias e práticas) – devido à especificidade das discussões marxianas acerca deste conceito e seguindo o realismo crítico, esta tese se atenta as relações entre estruturas e eventos, notando que Fairclough (2003) passa a tratar somente das relações estruturas-práticas-eventos. Estruturas são, conforme Resende e Ramalho (2004), condições da vida social que lentamente podem ser modificadas, enquanto eventos são acontecimentos individuais da vida social – exatamente o que estudaremos para apresentar a formação de um “sistema deliberativo”.

As estruturas sociais são entidades mais abstratas, mais rígidas, tais como a estrutura econômica, a classe social, [raça/etnia], a língua e etc.. O que torna possível a existência, a permanência e a possível mudança dessas estruturas, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p.21), são as práticas sociais. Estas são modos habituais vinculados ao tempo e espaço, praticados pelos agentes sujeitos que aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir no mundo. Essas práticas, de estabilidade relativa, constituem as diversas atividades sociais, políticas, econômicas, culturais e cotidianas dos sujeitos, tais como aulas, negociações, consultas médicas, casamentos etc.. (OLIVEIRA; PIMENTA, 2016, p. 384).

Dessa forma, podemos observar que as redes de práticas constituem momento essencial do estudo, pois mostram que as práticas se relacionam umas com as outras – as práticas também se constituem na alteridade para ampliar a visão de Bakhtin (1997) sobre a constituição do eu a partir do “outro”; que as práticas podem articular outras práticas e que isso revela efeitos sociais (RESENDE; RAMALHO, 2004). A Figura 11 apresenta uma ilustração de uma rede de práticas. Cada P significa uma prática social e M seus momentos, lembrando que cada M também possui momentos (m).

Figura 11 - Articulação entre práticas formando rede de práticas.



Fonte: Resende e Ramalho (2006, p. 42).

A questão que tem que ser respondida é: O que faz com que essas práticas permaneçam articuladas ou se desarticulem? “As redes de práticas são sustentadas por relações sociais de poder, e as articulações entre práticas estão ligadas a lutas hegemônicas”, e, portanto, “permanências de articulações entre práticas são compreendidas como efeito de poder sobre redes de práticas, e tensões pela transformação dessas articulações são vistas como lutas

hegemônicas” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 196). Nesse escopo, hegemonia é “[...] um conceito que sugere processo e luta articulatória com pressões e limites específicos mutáveis” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 197).

Nesse processo é fundamental a ideologia que assegura consentimento em relações de poder. A concepção de ideologia permanece a mesma discutida anteriormente por meio de Thompson. Existe outra noção importante: os discursos de uma prática podem colonizar discursos de outras práticas. Em um processo em que a ideologia se torna vista como uma representação de práticas (portanto, parte das práticas) e que são naturalizadas. Em outras palavras, assim, como em Fairclough (2003), a ideologia tem efeito causal. A análise da ideologia é difícil, pois na visão da ADC as ideologias podem ser identificadas nos textos, porém, precisa ser ampliada para uma análise social (não somente textual).

Para superar as ideologias é importante a reflexividade e, portanto, a crítica das ideologias.

Uma vez que a hegemonia é vista em termos da permanência relativa de articulações entre elementos sociais, existe uma possibilidade intrínseca de desarticulação e rearticulação desses elementos. Essa possibilidade relaciona-se à agência humana: o elemento ativo da ação individual. [...]. A reflexividade sugere que toda prática tem um elemento discursivo, não apenas porque toda prática envolve, em grau variado, o uso da linguagem, mas também porque as construções discursivas sobre práticas são também parte das práticas. (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 199).

Todavia, é preciso destacar que a reflexividade não é tal como Giddens generaliza (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) desconsiderando as amplas desigualdades sociais, econômicas e culturais. A Teoria Social do Discurso concebe que existem pessoas posicionadas de diferentes formas e desigualdades que possuem efeitos causais (no âmbito da linguagem e das outras práticas sociais), daí, com Manuel Castells afirma existem identidades hegemônicas e identidades de resistência dentro da sociedade (PAIVA et al., 2015).

Para Fairclough, o agente-sujeito é uma posição intermediária, situada entre a determinação estrutural e a agência consciente. Ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, ele trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las conscientemente. É como se a estrutura estivesse em constante risco material em função de práticas cotidianas de agentes conscientes. (MELO, 2009, p.16).

Nesse âmbito, Chouliaraki e Fairclough (1999) colocam que a noção de esfera pública de Habermas é importante para a mudança por meio da reflexividade. Harvey também é citado

por explorar as formas de mudanças considerando o hibridismo de práticas e os “novos movimentos sociais” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Finalmente, do modelo tridimensional de 1992 ao modelo da articulação entre práticas acrescenta-se uma ciência social que se fundamenta na crítica explanatória do realismo crítico e busca a prática-teórica emancipatória. Chouliaraki e Fairclough (1999) afirmam isso ao revisar as relações entre interesse e conhecimento de Habermas (“Conhecimento e Interesse” de 1968), defendendo um interesse emancipatório que implica em uma teoria social dialética. Nesse sentido, analisar a dialética do discurso historicamente nos permite compreender os processos de mudança social (FAIRCLOUGH, 2010; 2012). Em resumo,

O movimento do modelo tridimensional para o método de ADC que privilegia a articulação entre práticas sociais na análise é, sobretudo, um movimento do discurso para as práticas sócio-discursivas. As implicações desse movimento descentralizador nas análises empíricas são importantes, especialmente no que concerne ao foco na dialética e ao caráter emancipatório da prática teórica em ADC. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 143) explicam que, embora um foco central na linguagem e no semiótico seja uma inclinação normal em lingüística, seria uma centralização problemática para uma teoria que visa ser dialética, daí a importância de se enquadrar a Análise de Discurso na análise de práticas sociais concebidas em sua articulação. (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 201).

A seguir, passamos para o trabalho de Fairclough (2003). Neste toda a discussão de práticas sociais e dialética se mantém, o autor adiciona uma discussão ao momento discursivo da prática social, a partir dos significados do discurso.

2.3.1.3 Práticas sociais e significados do discurso

Em 2001, Norman Fairclough publica o texto *The Dialectics of Discourse*¹² na revista *Textus*. Nessa obra, referida como Fairclough (2010), o autor já caminha para a noção que ficará

¹² Brevemente o autor toca na questão do “construtivismo social” (*social constructionism*, no original) afirmando que a concepção de entidades sociais são construídas, no entanto, considera que “o construtivismo social se torna problemático quando desconsidera a relativa solidez e a permanência das entidades sociais, bem como a sua resistência à mudança” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 229), e, conclui, então que “Ao utilizar a teoria dialética do discurso na pesquisa social, é preciso considerar, caso a caso, as circunstâncias que condicionam se e em que nível as entidades sociais resistem a novos discursos” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 229). Assim como Habermas (2000), Fairclough (2003) apesar de utilizar alguns autores “pós-modernos” em sua discussão ele não se engaja nessa virada. Talvez, como Habermas ele ainda acredita que a “modernidade é um projeto inacabado” e que dela é possível retirar potenciais emancipatórios e transformacionais. Contra o ceticismo em relação a crítica e a emancipação, Habermas (2000), Fairclough (2003) e Bhaskar (1978) tem posições próximas.

mais forte na obra de 2003 (*Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*) e já com as noções apresentadas em conjunto com Lilie Chouliaraki em *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. O texto de Fairclough (2010) parte já da noção de que o discurso é um elemento dos processos sociais e trabalha a dialética entre as práticas discursivas e as demais práticas sociais. O autor entende “a vida social como redes interconectadas de práticas sociais de diferentes tipos: econômicas, políticas, culturais, familiares etc.” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 225). E essa visão das práticas permite considerar os movimentos entre estrutura social e agência que são importantes para a pesquisa social.

O autor frisa novamente que toda prática é articulação de elementos diversos em uma configuração relativamente estável (FAIRCLOUGH, 2003, 2010). Ressalta novamente que os elementos são diferentes, mas não separáveis, isto é, “sem que possa ser reduzido a qualquer outro” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 226) ou “são elementos diferentes, mas não totalmente separados e distintos” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 308). Como exemplo disso, o autor cita que “relações sociais, valores culturais e consciência são, em parte, semióticos, o que não significa que seja possível teorizar e pesquisar relações sociais da mesma forma com que teorizamos e pesquisamos a linguagem” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 226). Compreender a relevância do discurso em certas práticas é trabalho também de pesquisa transdisciplinar e não de afirmação *a priori*.

A ACD [ADC] é a análise das relações dialéticas entre discurso (incluindo não apenas a linguagem verbal, mas outras formas de semiose, como a linguagem corporal e as imagens visuais) e os outros elementos das práticas sociais. No enfoque assumido por mim, a ACD está especialmente voltada para as mudanças radicais na vida social contemporânea, para os modos pelos quais o discurso está inscrito nelas e para as configurações atuais da relação entre a semiose e os outros elementos sociais nas redes de práticas. Não é possível assumir o papel do discurso nas práticas sociais como dado, devendo ele ser estabelecido a partir da análise. E o discurso pode ser mais ou menos importante em conjuntos específicos de práticas, além de poder mudar no/com o tempo. (FAIRCLOUGH, 2010, p. 226).

Para Fairclough (2010) o discurso é concebido de três modos nas práticas: (1) “parte da atividade social dentro de uma prática” – se relaciona como o uso da linguagem em determinada prática, o autor cita que um vendedor na sua prática usa a linguagem de modo particular, assim como um governante; (2) “o discurso figura nas representações” – os atores produzem representações das suas práticas e de outras práticas, podendo, recontextualizar e incorporar outras práticas a sua prática, e (3) “o discurso integra os modos de ser, a constituição das

identidades” – a identidade é em parte semioticamente construída (FAIRCLOUGH, 2010, p. 222).

Em *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*, Fairclough (2003) trata práticas sociais como articulações de ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias), mundo material e discurso, portanto, com pequenas modificações em relação à Chouliaraki e Fairclough (1999).

Notadamente, neste momento ele apresenta três significados do discurso: “gêneros” (forma de ação), “discursos¹³” (forma de representação) e “estilos” (forma de ser). Portanto, Fairclough (2003) apresenta a existência analítica de três significados do discurso: o acional, o representacional e o identificacional. Os discursos são modos de interação, representação e construção de identidades (FAIRCLOUGH, 2003). Esses significados são relevantes para compreender também os efeitos causais das ideologias:

Como a função do discurso na prática social é dialética/ transformacional, entende-se que representações ideológicas (discursos ideológicos) circulam e são disseminadas nas ações e interações no mundo (gêneros discursivos), e inculcadas em modos de identificar e de ser, na ‘estrutura fina’ do *self* (estilos, identidades), reproduzindo ou não representações ideológicas em ações e interações no mundo (gêneros discursivos), e assim por diante. (BARROS; VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 21).

A seguir apresentamos cada um dos significados dado que as relações entre práticas sociais e discurso já foram estabelecidas. Apresentaremos as noções centrais e no decorrer da tese, os demais conceitos serão “convocados” para a análise.

2.3.1.3.1 Os três significados do discurso

- **Significado acional**

No significado acional o foco recai sobre os gêneros que Fairclough (2003) busca em Bakhtin. Para Bakhtin (1997, p. 279) “[...] qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*”. Dentro da proposta do significado acional, para Fairclough (2003, p. 65), “gêneros são aspectos discursivos específicos de maneiras de agir e interagir no curso de eventos sociais” ou ainda, “diferentes modos de agir, de produzir a atividade social, do ponto de vista semiótico”.

¹³ O autor diferencia usando “d” minúsculo e no plural. Usaremos representações ou significado representacional para evitar confusões.

Como exemplos, temos conversas cotidianas, reuniões, entrevistas e livros (FAIRCLOUGH, 2010), portanto, gêneros secundários e primários conforme notação de Bakhtin (1997). Os primários se relacionam à vida cotidiana, imediata, informal como conversa espontânea, conversa no âmbito familiar e contemporaneamente *e-mails* pessoais. Por sua vez, os gêneros secundários do discurso são comunicações mais complexas (palestras, entrevistas, relatórios, formulários burocráticos, documentos e ritos jurídicos, reportagens, notícias, artigos). Para a análise do significado acional são categorias: atividade (propósitos), relações sociais e tecnologias comunicacionais.

Segundo Fairclough (2003), o gênero pode ser definido em termos dos propósitos da atividade. Fairclough (2003) sugere que um único gênero pode ter vários propósitos comunicativos, mas estes podem ser ordenados de maneira hierárquica. Compreender a hierarquia é importante para entender como um texto se constitui dentro de redes de práticas. A partir de Habermas (2012a), indicamos que os gêneros com propósitos instrumentais e estratégicos definidos são típicos dos sistemas (como editais, atos administrativos, Diário Oficial, leis, etc.) e outros gêneros são relacionados à racionalidade do mundo-da-vida (conversação cotidiana entre amigos, por exemplo). No entanto, Fairclough (2003) alerta que, apesar de o propósito ser considerado relevante para a identificação do gênero, o foco não deve ser apenas nele.

A segunda categoria é relações sociais e refere-se a relações entre agentes sociais, que podem ser organizações, grupos ou sujeitos. Conforme Fairclough (2003), os gêneros discursivos como formas de interação constituem tipos particulares de relações sociais formadas por dimensões de poder, solidariedade, hierarquia social e distância social, que podem ser analisadas por meio das redes de práticas e dos gêneros utilizados. Com relação às tecnologias comunicativas, podemos classificar os discursos a partir das mediações tecnológicas existentes entre os sujeitos/agentes. Fairclough (2003) defende que a crescente complexidade da rede de práticas sociais está ligada às novas tecnologias da comunicação – telefone, rádio, televisão, internet, etc. Isso tudo é relevante, já que a mudança nas tecnologias acompanha o desenvolvimento de novos gêneros (como o e-mail com sua multimodalidade) e a combinação de diferentes gêneros.

- **Significado representacional**

O significado representacional está relacionado com a representação dos processos e dos atores sociais no discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Essas representações dependem das posições que as pessoas ocupam e suas relações. Para Fairclough (2003), as representações

estão relacionadas com posições sociais, econômicas, dentre outras e, diante disso, um mesmo episódio pode produzir vários discursos distintos.

Essa análise é relevante, pois conforme Fairclough (2010, p. 228), “os discursos incluem representações de como as coisas são e têm sido, bem como imaginários, entendidos como representações de como as coisas seriam, deveriam ou poderiam ser”. Desse ponto de vista, são criadas representações que “imaginam práticas sociais e redes de práticas sociais possíveis, como sínteses de atividades, sujeitos, relações sociais, instrumentos, objetos, tempos-espacos (Harvey, 1996), valores e formas de consciência” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 228) que podem ser materializadas. Em síntese, nos termos do realismo crítico as representações são “reais”, pois, possuem efeitos causais sejam de construir novos aparelhos, novas relações ou manter assimetrias e poderes instituídos.

Há notadamente o processo em que as pessoas também se posicionam ou reproduzem certas representações sem refletir sobre as mesmas. Os discursos racistas, sexistas, homofóbicos, discriminatórios, modos de fazer, falar, se relacionar, enfim, que possuem efeitos nas organizações e na gestão são relacionados com essa a questão.

A análise do significado representacional é operacionalizada pelas categorias representação dos atores sociais, interdiscursividade e significado das palavras.

Sobre a representação dos atores sociais, Fairclough (2003) considera que os atores são representados nos discursos. A partir de Theo van Leeuwen, destaca também as diversas representações dos atores sociais que podem ser analisadas por meio das relações de inclusão/exclusão, voz ativa ou passiva, específico ou genérico, dentre outros. Por meio disso, a análise das representações dos atores “[...] pode ser útil no desvelamento de ideologias em textos e interações” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 72).

Para Fairclough (2003), a análise da interdiscursividade de um texto é a análise do conjunto de gêneros, discursos e estilos por meio dos quais os sujeitos se apoiam em suas articulações nos textos. Com isso, a interdiscursividade é uma forma de “constituição heterogênea de textos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). De outra forma, representa “um tipo de discurso [que] é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 152). Portanto, interdiscursividade se refere também à mistura de gêneros discursivos, discursos e estilos que pode ser “potencialmente criativo e inovador” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 216).

Quanto ao significado das palavras, Fairclough (2003) afirma que ele faz parte de disputas dentro de outras disputas hegemônicas. Isso porque “as palavras têm tipicamente vários significados, e estes são ‘lexicalizados’ tipicamente de várias maneiras”

(FAIRCLOUGH, 2001, p. 230). Portanto, a lexicalização de significados envolve “[...] lutas entre atribuições conflitantes de significados – e a variação semântica é vista como um fator de conflito ideológico, pois os significados podem ser política e ideologicamente investidos” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 75).

Neste estudo é relevante especialmente para os significados atribuídos e construídos a partir da água mineral: minério, bem comum, bem cultural, saúde, lazer, turismo, alimento, enfim, mostra lutas em torno do “significado de palavras”, em que, no caso do Estado, por meio do DNPM e da CODEMIG impõem a visão de minério que é contestada por membros do Ministério Público, pesquisadores, ativistas, e outros atores – são socialmente contestadas em “processos sociais e culturais mais amplos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230). Na dialética do discurso a questão dos significados não é apenas discursiva, pois se relaciona internaliza e articula com outros momentos das práticas.

Além disso, a relação entre palavra e significado não é uma constante transhistórica, ao contrário, muitos significados potenciais são instáveis, o que pode envolver lutas entre atribuições conflitantes de significados – e a variação semântica é vista como um fator de conflito ideológico, pois os significados podem ser política e ideologicamente investidos. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 75).

A partir do pensamento de Bakhtin, Fairclough (2001) considera que é preciso entender as significações como “construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais” (FARACO, 2009, p. 51).

- **Significado identificacional**

No significado identificacional o foco é o estudo de como o discurso também contribui para as construções identitárias. Afinal, “como parte dos modos de ser, o discurso constitui estilos, como os de administradores de negócios e os de líderes políticos” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 226).

Apenas como indicação, a construção identitária “nós somos as águas”, utilizada por membro da ONG Nova Cambuquira revela muito dessa dinâmica, da resistência às identidades atribuídas a água e construídas em torno delas no seu entendimento apenas como minério. A identidade é importante neste estudo pelas palavras dos próprios atores locais, de que as águas são elementos da identidade de Cambuquira e que a cidade foi formada em volta das águas (CRUZ, 2017). Fairclough (2003) destaca as categorias de análise: avaliação, modalidade e

metáfora. A primeira se refere às afirmações avaliativas (juízo de valor) que estão sujeitas a uma escala de intensidade. Para Fairclough (2003, p. 166), a relevância da modalidade, para a construção discursiva de identidades é que “[...] o quanto você se compromete é uma parte significativa do que você é – então escolhas de modalidade em textos podem ser vistas como parte do processo de texturização de auto-identidades”. A modalidade é importante para revelar relações hegemônicas, afinal, “o uso restrito de elementos modalizantes e a predileção por modalidades categóricas e por modalidades objetivas permitem que perspectivas parciais (discursos particulares) sejam universalizadas” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 85). Nesse processo é preciso desnaturalizar “entidades”, “consequências” e “fatos” que são representadas como desprovidas de alternativas.

Quanto à metáfora, ela permite realçar ou encobrir alguns aspectos representados. Para Fairclough (2003) quando significa-se algo por meio de uma metáfora e não de outra, se revela elementos da identidade e como ele representa o mundo. Assim, “[...] todos os tipos de metáforas necessariamente realçam ou encobrem certos aspectos do que representam” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 88). Aqui as expressões: “nós somos água”, “turismo na fonte” “fonte da felicidade”, “água é saúde” e outras expressões que aparecem e podem ser discutidas como metáforas que constroem relações em torno da gestão das águas minerais.

Ainda é preciso destacar que a metáfora revela “[...] filiação a uma maneira particular de representar aspectos do mundo e de identificá-los” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 88). Portanto, se água é saúde, vida e bem comum, não é minério, por exemplo, ou se é produto e mercadoria está inserida na mesma na lexificação da ordem do discurso econômico.

Cabe notar que o significado identificacional pode ser discutido com relação ao de identidade em Habermas (2002) para o qual ela se constitui mediante a linguagem na relação entre normas legítimas, aspectos culturais e a subjetividade da pessoa. Dessa forma, a identidade se constrói em processo de aprendizagem, socialização e aculturação. Nesse sentido, “nós descobrimos quem nós somos porque aprendemos, ao mesmo tempo, a nos ver numa relação com os outros” (HABERMAS, 2002, p. 99). Habermas (2002) fala também nesse contexto da importância do reconhecimento, afinal, as identidades passam também por um processo de legitimidade, ou de reconhecimento de identidades coletivas, onde, “os próprios envolvidos precisam lutar em fóruns públicos pelo reconhecimento das interpretações reprimidas ou marginalizadas sobre suas carências, a fim de que novas situações factuais sejam reconhecidas como relevantes ou carentes de regulamentação [...]” (HABERMAS, 2002, p. 334-335). O que é possível discutir sobre as identidades construídas em torno e nas práticas de gestão das águas minerais em Cambuquira.

Finalmente, os três significados do discurso se articulam de variadas formas e emerge o conceito de ordem do discurso: “a configuração específica assumida pela rede das práticas sociais constitui uma ordem social”, a exemplo, do neoliberalismo¹⁴ ou “o ordenamento da educação no tempo e no espaço de uma sociedade. Ao aspecto discursivo/semiótico de uma ordem social, chamamos ordem de discurso” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 227).

A seguir, passamos para o último movimento da Teoria Social do Discurso, o que marca a aproximação com as teorias deliberacionistas.

2.3.1.4 A Teoria Social do Discurso encontra a deliberação

Esse tópico foi um encontro “inesperado”. Inesperado dado os campos científicos em que a análise do discurso e os deliberacionistas se construíram, em especial, pelo “otimismo” dos deliberacionistas em relação ao discurso e à linguagem, chegando a acreditar na noção de “situação ideal de fala”, discurso livre de poder e linguagem sem distorções, em detrimento da visão mais crítica da Teoria Social do Discurso. Todavia, as visões apresentadas por Fairclough e Fairclough (2012; 2013) denotam uma inovação ao abranger a argumentação e deliberação pública, defendendo antes de tudo a interdisciplinaridade da própria abordagem.

Nosso texto principal aqui é *Argument, Deliberation, Dialectic and the Nature of the Political: A CDA Perspective* (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH 2013) que trata de uma réplica dos autores a comentários do seu livro Fairclough e Fairclough (2012): *Political Discourse Analysis: A Method for Advanced Students*. Após o livro, autores como Finlayson (2013) e Hay (2013) afirmaram que, por se concentrar na argumentação e deliberação, Fairclough e Fairclough (2012) perdem o entendimento da natureza do político. Para Finlayson (2013) a abordagem do livro se diferencia muito das anteriores, existindo uma quebra, uma descontinuidade em relação as obras anteriores.

Notamos que a autora e o autor (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH 2013) visam manter categorias importantes das perspectivas anteriores, como a visão dialética, realista crítica e a crítica exploratória das ideologias, mas notadamente acrescentam questões que não estavam presentes, como a forte presença da argumentação e da perspectiva normativa. Portanto, buscam interagir a crítica normativa e a crítica explanatória.

¹⁴ “[...] o neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria de práticas de política econômica que propõe que o bem-estar humano pode ser melhorado através da capacidade individual das liberdades e habilidades empreendedoras, dentro de um quadro institucional caracterizado pelo fortalecimento dos direitos à propriedade privada, liberdade de mercados e de comércio” (HARVEY, 2005, p. 2).

In proposing our own view of the structure and evaluation of practical reasoning, we have tried to contribute to the further specification of the normative framework of a pre-eminently dialectical approach. Such an approach can contribute to explanatory critique in providing a systematic basis for addressing participants' evaluation of each other's arguments, as an aspect of the reflexive assessment of social life, which explanatory critique aims to explain. And it contributes to normative critique by offering a systematic basis for the evaluation of actual argumentation practices from an external normative perspective. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2013, p. 103).

Essa mudança é destacada, mas Fairclough e Fairclough (2012; 2013) argumentam também em prol da continuidade das propostas anteriores. Desde início já apresentam uma visão deliberativa da política. Portanto, defendem que o político está inerentemente ligado à argumentação (prática) e à deliberação (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2013). Para a autora e o autor: “*We conceive of politics in a broadly Aristotelian way – in terms of deliberation on the common good, leading to decision and action*” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2013, p. 336).

A controvérsia inicial é que para Colin Hay (2013) a política tem a ver com poder (marcando aqui uma velha separação entre agonistas e deliberacionistas) e que privilegiar a argumentação e a deliberação é extremamente unidimensional, levando a uma concepção idealizada e ingênua. Em resposta, para Fairclough e Fairclough (2013), a proposta desenvolvida é de uma noção dialética e pragmática de argumentação a partir da pragmática linguística de Searle (para este a construção do mundo social se dá por atos de fala) e a pragma-dialética (*A systematic theory of argumentation: the pragma-dialectical approach*) dos autores Van Eemeren e Grootendorst. Nesse sentido, a argumentação aparece “*as a verbal social activity with an illocutionary and a perlocutionary dimension: people do things by means of arguing and this activity has effects*” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2013, p. 337). Observamos aqui uma aproximação bastante forte com a pragmática.

Em seguida, afirma que há casos em que o poder político pode ser o direito dos cidadãos à justiça, mas pode também ser quando por meio do poder se impõe um argumento e que o melhor argumento pode, por exemplo, ser ignorado pelos governos; ou quando uma razão (que é a melhor) é anulada por razões constituídas por poder político e/ou econômico. Nesse sentido, ainda mantém discussões importantes sobre poder e política.

Outro elemento importante é que Fairclough e Fairclough (2013) consideram que nem todas as situações deliberativas são políticas, considerando que a deliberação privada, de

indivíduos particulares, não é política (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2013). Essa noção é discordante de Mansbridge (1999) acerca da relação política e vida privada.

Fairclough e Fairclough (2013) concordam com Hay (2013) que nem tudo que é político é deliberativo (gênero de deliberação) como negociação, adjudicação, mediação (são argumentativos, mas não deliberativos). A autora e o autor ressaltam também que em situações permeadas por poder ainda existe deliberação ou ainda é deliberação: *“It may not be ‘due deliberation’, but it is still deliberation. Both good and bad arguments are arguments, and deliberation that would fail normative standards of evaluation is deliberation nonetheless”* (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2013, p. 338). Essa noção se torna importante para a discussão de sistemas deliberativos, dado seus momentos de deliberação e “não deliberação”, e se aproxima da discussão tratada em Mendonça (2013) e também Dryzek (2016).

Argumentação é entendida pelos autores como atividade de dar e receber razões, de justificar e criticar proposições – tal como Habermas (1997b) que também pensa isso em um Estado Democrático de Direito. No entanto, usam um sentido mais fraco de deliberação que os autores deliberacionistas, especialmente, os da vertentes habermasiana, afinal:

Similarly, for Hay, deliberation only seems to mean collective and possibly even democratic deliberation: an agent reasoning with others (maybe in a formal democratic setting) and examining various alternative options. We do not use deliberation (just) in this very strong sense; to allow one’s economic interest to prevail over one’s duties, in deliberating with oneself only, is also a form of deliberation. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2013, p. 339).

A visão destacada pela autora e pelo autor acerca da deliberação em Dryzek (2000) é bastante relevante para esta tese:

Dryzek (2000) acknowledges that there is a conflict within theories of deliberative democracy, between those more influential versions which overstate consensus and understate conflict, such as Habermas’s (1996a) and Rawls’s (1971) proceduralist models of deliberative democracy, and other versions which acknowledge the irreducible value pluralism of modern societies, hence the impossibility of consensus. According to Dryzek, deliberative democracy can be rescued only if deliberation is understood as including not only dialogue oriented to achieving consensus on ‘the best available course of action’ but also dialogue characterized by conflict over different courses of action based on different interpretations of political situations, different goals and different values, differences which cannot generally be resolved through deliberation. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 32).

O ator e a autora apresentam a discussão de Habermas sobre ação comunicativa. Apresentam também outras visões deliberacionistas como o modelo de Bohman que defende que o de Habermas é muito normativo e incoerente com a realidade pluralista. O modelo de Bohman denominado de “dialógico” é não procedimentalista (diferente do de Habermas) e mostra que a deliberação, como atividade cooperativa, funciona em condições de pluralismo irreduzível (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Segundo a visão de Bohman, o principal objetivo da deliberação é restaurar a cooperação entre atores em situações problemáticas e permitir a coordenação de ações (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Devido a isso, ele vai falar de um acordo plural em que as razões e motivos das partes envolvidas são reconhecidas – se aproximando da noção de meta-consenso de Dryzek (2010). Concluem nessa parte, que a divergência, no entanto, entre autores como Habermas e Bohman não são tão profundas e, portanto, defendem a importância da deliberação na política – visão que também defendemos.

Fairclough e Fairclough (2013) tratam das mudanças de perspectiva levantada por Finlayson (2013). Para a autora e os autores, a “nova” perspectiva expande a visão da Teoria Social do Discurso ao construir pontes entre a crítica explicativa e normativa (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2013). Os autores respondem, e nesse momento, as questões de poder, ideologia e hegemonia voltam a figurar no debate, denotando que os avanços não rompem com conceitos centrais das visões anteriores.

Analysts may find that a widely circulated argument does not withstand critical examination, yet seems to go unchallenged; or that an argument widely thought to be unreasonable is not rejected but allowed to inform policy. In both situations, questions of power, ideology and hegemony arise in connection with questions of argument reasonableness. Second, the critical questions match the range of questions that participants can ask in principle, but may not always ask. Why certain questions are asked and others are not can again be linked to CDA-type concerns with ideology and power. Third, standards of reasonableness hold for particular evaluative practices, they vary between practices and can be argued and fought over. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2013, p. 340-341).

Finalizando, fica apresentado que a crítica e a argumentação são importantes dentro do projeto da Teoria Social do Discurso, na busca por mostrar que os questionamentos críticos frente às argumentações são elementos de crítica social e que podem ser avaliados por meio de padrões normativos. Por isso, Fairclough e Fairclough (2012; 2013) defendem que a análise normativa dos argumentos não deve se separar da crítica social explicativa – visão essa à qual nos atentaremos ao avaliar empiricamente as características da Gestão Social e do Sistema Deliberativo de gestão das águas minerais em Cambuquira. No mais, segundo Fairclough e

Fairclough (2013), sua abordagem fornece um meio de identificar diferentes práticas de avaliação em diferentes contextos e fornecer uma crítica de uma prática particular contra padrões que são externos a essa prática. Finalmente, essa proposta ainda considera amplos elementos da semiose e das práticas sociais, como imagens, gestos, *performances*, e, outras relações, portanto, a argumentação não se relaciona somente com o discursivo.

Até que ponto essa nova proposta avança, ou é mais limitante do que a anterior, ou até que ponto fazem parte de um mesmo projeto, é questão em aberto. Na agenda final do artigo Fairclough e Fairclough (2013) tratam da possível virada argumentativa na teoria social e na ciência política. Já estabelecemos que ao fazer essa “virada”, a Teoria Social do Discurso encontrará “lá” no campo deliberacionista a abordagem da Gestão Social, à qual nos filiamos na tese (Abordagem Habermasiana da Gestão Social), e a discussão dos sistemas deliberativos. A tese toma a iniciativa de colocá-los para “conversar” logo, já que demonstraram recentes “afinidades eletivas”.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

As posições ontológicas da tese estão presentes durante toda sua construção: realismo crítico que é a ontologia adotada pela Teoria Social do Discurso.

3.1 A posição do realismo crítico

O realismo crítico é uma proposta filosófica abrangente e profícua em pesquisas em administração, especialmente por considerar diversos domínios do real e com isso não excluir das pesquisas os diversos componentes das relações sociomateriais, discursivas e extradiscursivas. Haja visto, sob estes domínios se interessam uma multiplicidade de teorias e disciplinas acadêmicas e não acadêmicas (SAYER, 2000; REED, 2005a; FLEETWOOD, 2005).

Enfatizamos as seguintes questões inerentes ao estudo do realismo crítico: (a) a ênfase na questão da ontologia; (b) a visão de que existe um mundo real que independe de nosso conhecimento dele; (c) a crítica às abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas, bem como àquelas que conferem primazia “exagerada” à linguagem/discurso; (d) as acusações de que o construcionismo social se tornou falacioso ao repetir o mantra: tudo é socialmente construído, e; (e) a defesa da importância de pensar a relação entre agência e estrutura.

É interessante notar que é fundamental a ênfase dada pelo realismo crítico à questão da ontologia (a), isto é, “a maneira como pensamos que o mundo é” (FLEETWOOD, 2005, p. 197) e como podemos alcançar segurança em termos do “real”. Esta dimensão foi perdida nas teorias discursivas pós-estruturalistas (REED, 2005a; FLEETWOOD, 2005) que desconsideram a questão do referente (SAYER, 2000), ou, de outra forma, acredita no reducionismo de construções retóricas ou linguísticas que não têm referência em um mundo objetivo independente (REED, 2005a). Para Reed (2005a) e Fleetwood (2005), a ontologia foi perdida nos estudos das organizações e da gestão em prol de uma autonomia ou mesmo primazia da epistemologia. Isso seria decorrente, dentre outras coisas, da virada linguística nestes estudos, especialmente, nas duas últimas décadas do século passado. O realismo crítico indica, ao contrário, que a realidade não deixa de existir sem nossas descrições e, portanto, a ontologia não pode ser reduzida à epistemologia (formas e meios de produzir conhecimento sobre os diversos domínios do “real”).

O argumento da carência da ontologia (e da busca pelo seu retorno) é destacado pelo maior expoente do realismo crítico, Roy Bhaskar. Desde a década de 1970 este filósofo levanta discussões nesse sentido, mesmo sendo sua obra também bastante plural e marcada por fases (VANDENBERGHE, 2010). Sobre as questões de ontologia, realismo e discurso, Bhaskar critica, em um debate realizado com Ernesto Laclau (expoente da teoria do discurso pós-marxista e pós-estruturalista), as perspectivas pós-estruturalistas. Segundo Bhaskar, estas perspectivas reduzem tudo ao nível do discurso e não concebem que o referente existe independente de sua constituição discursiva (LACLAU; BHASKAR, 1998). Nisso reside grande parte das críticas às abordagens pós-estruturalistas, além disso, reside também no fato que dissolvem estrutura e agência em forma de linguagem e discurso, perdendo o potencial analítico destas categorias. A questão da relação entre agência e estrutura é recuperada de forma mais marcante por outra realista crítica, Margaret Archer, especialmente, na sua tradução do realismo crítico filosófico para a sociologia (ARCHER, 1995).

No que se refere a Bhaskar, Vandenberghe (2016) afirma que ele contribuiu decididamente para importantes avanços em torno da discussão da ontologia. Com ele é possível pensar que é um superidealismo acreditar que a mudança de paradigma leva a mudança do mundo. Em outras palavras, “sem a pressuposição de que diferentes teorias oferecem retratos alternativos do *mesmo* mundo, nenhuma ciência é possível” (VANDENBERGHE, 2010, p. 19). Adiante, com base em Roy Bhaskar, é possível construir uma ampla crítica ao positivismo, bem como ao construcionismo social. Considerando isso é preciso diferenciar as dimensões transitiva e intransitiva.

O realismo crítico aceita sinceramente o relativismo epistêmico, mas, para evitar o irracionalismo da multiplicação de mundos, introduz uma distinção categórica entre as dimensões *intransitiva* (ou ontológica) e *transitiva* (ou epistêmica) da realidade. A dimensão intransitiva refere-se a entidades no mundo que são reais e existem independentemente do que pensamos (externalismo), enquanto a dimensão transitiva refere-se a coisas também reais, mas cuja existência depende daquilo que pensamos (internalismos). [...] Graças a este duplo foco, o realismo crítico consegue combinar e reconciliar o realismo ontológico, o relativismo epistemológico e racionalidade de julgamento. Ele é, assim, singularmente compatível com uma sociologia da ciência e da tecnologia, ao mesmo tempo que evita os excessos do (des)construcionismo radical. (VANDENBERGHE, 2010, p. 19-20).

Isso significa que não se produz conhecimento somente pelo realismo raso, daquilo que pode ser experienciado, medido e mensurado, nem também a partir da visão que somente aquilo que conhecemos é o que existe e que a realidade depende de como vemos e em que contexto vemos. Para Roy Bhaskar (1978), Margaret Archer (1995), Andrew Sayer (2005) e para os realistas críticos em geral, é preciso equilibrar as coisas e levar a sério o “real” e seus domínios.

Reed (2005a) e Fleetwood (2005; 2009) usam essas noções para afirmar que não é possível argumentar que: (i) as organizações são apenas textos e discursos; (ii) que estruturas podem ser concebidas apenas como discursividade e; (iii) que a dimensão material só é possível pela sua apreensão pela linguagem. Ao criticar isso os autores apresentam caminhos para pesquisas realistas que considerem questões como as relações entre estrutura e agência; a dimensão sociomaterial das organizações; a relação com outras entidades como as discursivas – isto é, considere a existência e contingência tanto do real (potencial), do actual (realizado) e do empírico nos termos da estratificação proposta por Bhaskar ainda na década de 1970.

Segundo Fleetwood (2005, p. 202-203), o argumento central do realismo crítico é: “*An entity may exist independently of its identification by social analysts and actors. We (i.e. all human beings) may not have discovered it*”. Desta forma, não podemos conhecer toda a realidade, isto é, não somos capazes de ter acesso direto e visível ao real (SAYER, 2000, REED, 2005a). Isso leva a uma característica importante que é a falibilidade: “*All theoretical descriptions, explanations and evaluations are grounded in knowledge generating and diffusion processes that are temporally and spatial located in historical and social settings that makes them fallible, contested and revisable*” (REED, 2005a, p. 1632). Portanto, o realismo crítico busca superar a falácia da redução do que existe ao que somos capazes de conhecer.

O discurso e a linguagem não são descartados pelo realismo crítico, mas ele os coloca em relação a estratificação do real, assim como estilos, sinais, crenças, entendimentos, teorias

e outras entidades discursivas são consideradas como parte do real ideal (SAYER, 2000; FLEETWOOD, 2005). Estas entidades possuem eficácia causal com efeito no comportamento e na ação. É devido a essa aceitação dos efeitos do discurso que na Análise de Discurso Crítica, Norman Fairclough (2003) entende o realismo crítico como uma ontologia coerente com sua proposta – isso aparece também em Chouliaraki e Fairclough (1999). Cabe mencionar que não há desprezo pela hermenêutica (SAYER, 2000), pois os realistas críticos concebem que o acesso do pesquisador é mediado e ele está inserido em contextos sociais (SAYER, 2000).

Desta forma, como destacam Fleetwood (2005; 2009), Sayer (2000) e Reed (2005a), a ontologia do realismo crítico é aberta para diversas epistemologia e metodologias desde que aceitem, dentre outras coisas, a noção básica de que existe um real que é independente de nós.

Conforme mencionado anteriormente a questão da agência e estrutura (e) é relevante nessa concepção. Para além dos extremos de delimitar as diferenças ou escolher uma em detrimento de outra, os realistas críticos indicam que “agência e estrutura também devem ser articuladas” (Sayer, 2000, p. 30). Fleetwood (2005, p. 215) complementa: “*For critical realists, by contrast, agency and structure are central to their social ontology*”. E, nisso, uma visão interessante é a de Margaret Archer (1995): agentes e estruturas estão em interação e as estruturas restringem ou potencializam a ação dos agentes – noções que ela amplia a partir de Giddens e também Bourdieu. Aplicando ao campo do estudo da organização e da gestão, Fleetwood (2005) entende que algumas vantagens desta abordagem é que não é preciso privilegiar uma das polaridades e marginalizar a outra. Nem tão pouco as absorve como construções discursivas, que são apenas uma maneira de classificar como os pós-modernos fazem.

Finalmente, importante lembrar que o realismo crítico abre também possibilidades para discutir a emancipação ao considerar os elementos referentes a mudança social, a contingência e o entendimento do que hoje é, pode ter sido ou vir a ser de outra forma – Bhaskar (2000) é referência central nisso. Nos autores clássicos do campo além de Bhaskar, que sob a influência marxista pensa a dialética (VANDENBERGHE, 2016), Archer (2000) também se volta para a ideia da transformação e da mudança. Com isso é possível um fértil diálogo entre a ontologia do realismo crítico e as abordagens dos estudos críticos em administração e também no campo da Gestão Social.

3.2 A natureza da investigação

Tendo em vista as posições ontológicas e epistemológicas assumidas, bem como a especificidade do estudo optamos por uma pesquisa qualitativa¹⁵ (FLICK, 2009). Neste estudo essa abordagem atribui importância central aos elementos e momentos das práticas sociais que podem ser estudados por meio de observações, depoimentos e discursos e contextos em que os atores estão inseridos (GODOY, 1995), bem como as práticas materiais, portanto, inclui o estudo de elementos discursivos e não-discursivos (BHASKAR, 1978; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

A Teoria Social do Discurso defende que a regularidade não pode ser medida apenas por frequência (BHASKAR, 1978; SAYER, 2000). Notadamente, não visar regularidade não nos faz ter que terminar a pesquisa afirmando “os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados” (MATTOS, 2011, p. 450). Isso se tornou um hábito que mantém relações de poder entre as ciências, entre as pesquisas qualitativas e quantitativas (MATTOS, 2011), afinal, as pesquisas quantitativas não costumam se desculpar pelas generalizações estatísticas, por exemplo. O realismo crítico trabalha com a ideia de relações substantivas e diferentes formas de generalizações possíveis (generalização empírica, generalização teórica e testes teóricos). Essas questões perpassam pelas formas de generalização discutidas por pesquisadores qualitativos como Uwe Flick, Yvonna Lincoln e Egon Guba, Robert Yin e Robert Stake.

Sobre a natureza da pesquisa, a visão defendida é que os fenômenos sociais são significativos entendendo com isso que “significado não é apenas uma descrição exterior dos fenômenos sociais, mas constitutivo dos mesmos” (SAYER, 2000, p. 18). A hermenêutica, então, é abertamente reconhecida, afinal, “significado deve ser compreendido, não podendo ser medido ou contado e, assim, sempre existe uma dimensão interpretativa ou hermenêutica na ciência social” (SAYER, 2000, p. 18). Existe também nas ciências naturais, mas nas ciências humanas e sociais a hermenêutica é dupla (SAYER, 2000; HABERMAS, 2012a).

Coerente com a perspectiva na Teoria Social do Discurso a investigação assume uma trajetória circular (FAIRCLOUGH, 2003; ALENCAR, 2007), onde as inserções em campo alimentaram os objetivos e as teorias de forma contínua e dialética – conforme foi feito durante

¹⁵ A questão aqui não é levantar argumentos contra a pesquisa quantitativa. Fairclough (2003) deixa claro que na TSD é possível usar de métodos quantitativos para complementar: contagem de palavras, análise da distância do uso de certas palavras, redes e outras formas de análise.

todo o estudo. Consoante Mjøset (2009), esses movimentos possibilitam que a teoria seja fundamentada e não apenas formal e abstrata. Por isso, o estudo é uma pesquisa de teórico-empírica procurando evitar o *déficit* de trabalhos que não interagem com as pessoas diretamente relacionadas aos fenômenos em estudo. O foco na pesquisa empírica é central também neste estudo, lembrando que, para Maranhão e Vilela (2017), a Teoria Crítica é mobilizada mais no Brasil para estudos teóricos, o que acontece com muitos estudos habermasianos como o que já desenvolvemos em Alcântara (2015). No campo da Gestão Social, Alcântara (2015) e Garcia (2016) ao tratar das tensões entre descrição e padrões normativos, indicam a necessidade de pesquisas empíricas a partir de diversas categorias teóricas da gestão social como deliberação e esfera pública.

O chamado para realizar pesquisa empíricas a partir da visão crítica é defendida por diversos autores da Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; WODAK, 2011). Isso é um dos diferenciais dessa proposta que se preocupa pela constante pesquisa social empírica defendendo que teoria e prática não são categorias dicotômicas.

Na abordagem qualitativa adotada, o pesquisador é também sujeito em relação com outros sujeitos em que “[...] descobre e produz sentidos, na mediação entre teoria e campo de pesquisa, uma vez que o processo é histórico, social, cultural, dinâmico e dialético” (VENÂNCIO, 2015, p. 3). Dessa forma, coerente com Tenório (1998, p. 9) que afirma pela lente crítica que “o pesquisador é sempre parte do objeto que estuda, principalmente se este objeto é social. Sua percepção está condicionada por categorias sociais sobre as quais não se pode sobrepor” – como a linguagem que não podemos sair de seu horizonte para produzir conhecimento (HABERMAS, 2004). Finalmente, isso se deve ao fato de que após a “virada linguística”, todo conhecimento do “real” se dá por meio da linguagem que também é “real” (performática e possui efeitos causais) (BHASKAR, 1978; FAIRCLOUGH, 2003). Não significando, obviamente, que não existem entidades extradiscursivas, o que levaria à falácia epistêmica – de todas as questões ontológicas reduzidas em questões epistemológicas (BHASKAR, 1978; VANDENBERGHE, 2010) que marcam um antropocentrismo relativista e pós-moderno que é criticado por Habermas (2000), Bhaskar (1978) e Fairclough (2003).

Finalmente, nos termos de Sayer (2000), a pesquisa é denominada “intensiva” buscando relações substanciais: “Uma abordagem intensiva começaria pelos indivíduos (mais uma vez, não necessariamente pessoas individuais), traçaria as principais relações causais (inclusive discursivas) nas quais eles entram e estudaria sua natureza qualitativa [...]” (SAYER, 2000, p. 23-24), além de que este tipo de pesquisa “preocupa-se, primariamente, com o que faz certas coisas ocorrerem em casos específicos ou, de maneira mais etnográfica, que tipo de universo

de significado existe em uma situação particular” (SAYER, 2000, p. 24). Nesse sentido, a pesquisa em torno das práticas de gestão das águas no município de Cambuquira é teórico-empírica, qualitativa e intensiva.

3.3 O *locus* de estudo e sua perspectiva histórica

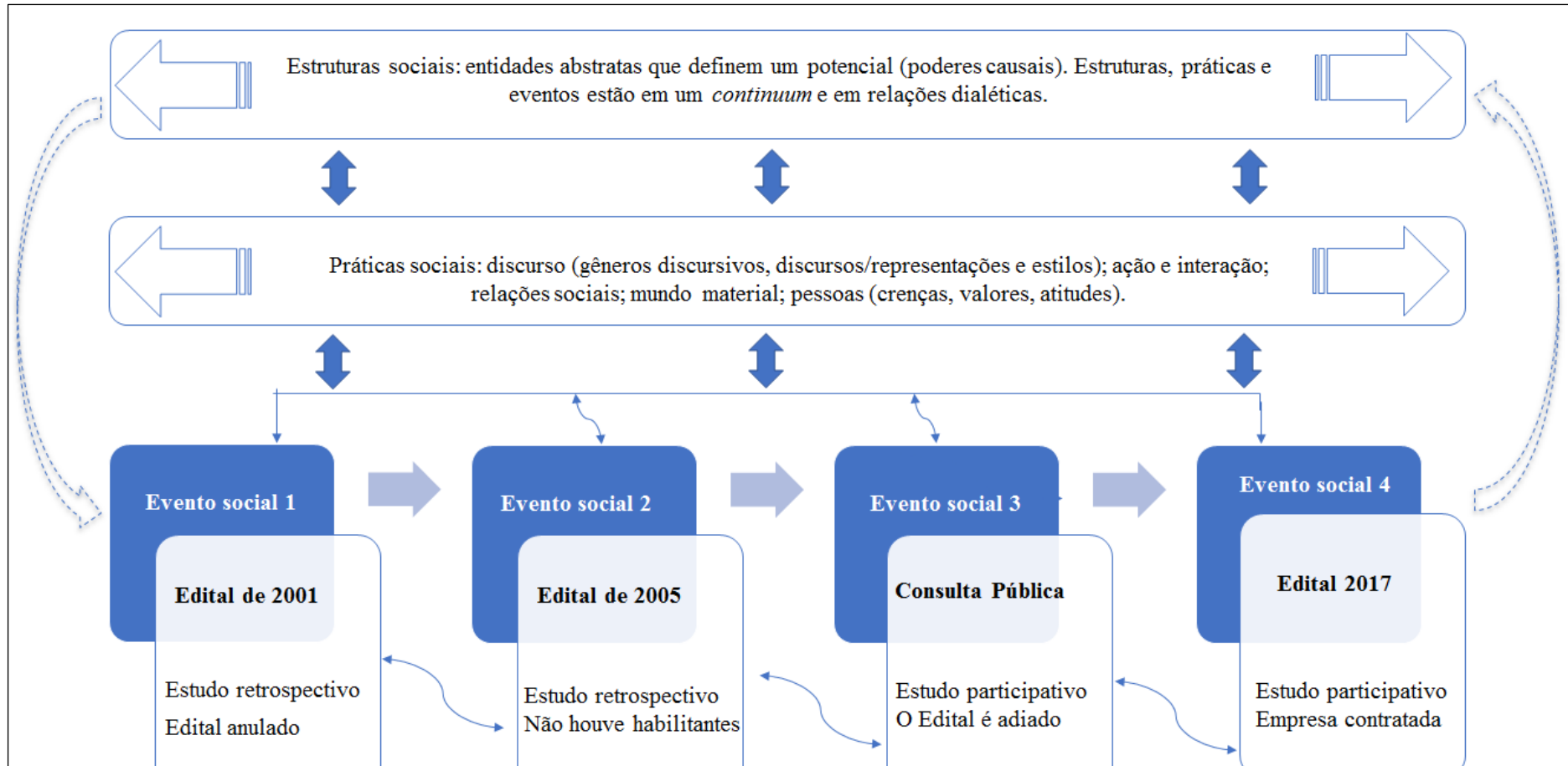
Essa pesquisa está sendo realizada no município de Cambuquira, Minas Gerais. Algumas características deste município já foram apresentadas anteriormente, assim, como um breve contexto. Aqui acrescentamos questões mais pontuais.

Nossa delimitação do *locus* de estudo perpassou por diferentes escolhas (incluindo que a temática de forma emergente se tornou tema de estudo no Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social) e pelas posições ontológicas, epistemológicas e metodológicas. A partir de mais de dois anos de pesquisa desenvolvida pelo grupo, esta tese demarcou inicialmente para a investigação quatro eventos sociais – dado a impossibilidade de analisar um número muito grande de eventos nas suas relações dialéticas com práticas e estruturas. A partir dos eventos foram identificadas as práticas sociais. Portanto, os eventos são momentos iniciais da análise, que não se restringem aos mesmos.

Os eventos pelos quais iniciamos o estudo são: Edital da CODEMIG lançado em 2001 e que foi cancelado pelo Governador após uma série de resistências e deliberações (denominamos Edital 2001); o Edital da CODEMIG do final de 2005 e após mudanças (critérios mais rígidos exigidos por ONGs e pelo Ministério Público) foi aberto sem habilitantes no início de 2006 (Edital 2005); a Consulta Pública lançada em 07 de fevereiro de 2017 pela CODEMIG que foi contestada por organizações da sociedade civil, prefeitos e vereadores e o Ministério Público entrou com ação civil pública (Consulta Pública 2017) e o Edital de 2017 que selecionou a empresa Maximus Prestação de Serviço.

Como visualizamos na Figura 12 o estudo dos dois primeiros eventos foi retrospectivo e os dois últimos participativos (os pesquisadores acompanharam o processo que ainda não há decisão final). A Figura 12 apresenta também que o “processo social” (HARVEY, 1996) está representado em três níveis: estruturas sociais, práticas sociais e eventos sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Conforme coloca Fairclough (2012) as práticas sociais mediam a relação entre estruturas sociais gerais e abstratas e eventos sociais particulares e concretos. As relações representadas entre os três níveis são dialéticas.

Figura 12 - Eventos sociais, práticas sociais e estruturas no contexto de Cambuquira.



Fonte: Do autor (2018).

O modelo no fundo representa uma relação estrutura-ação (BHASKAR, 1978; FAIRCLOUGH, 2003) e direciona as relações que serão construídas no estudo. Esses quatro eventos pelo caráter deliberativo são essenciais para compreender a emergência de um sistema deliberativo – conforme tese que defendemos. Nesse sentido, é importante destacar que “[...] as propriedades estruturais encontradas em qualquer sociedade são continuamente dependentes da atividade. Não obstante, é possível separar estrutura e agência por meio do dualismo analítico e examinar suas relações de forma a dar conta da estruturação e reestruturação da ordem social” (ARCHER, 2011, p. 161-162). O que fica evidente no processo de estruturação dos “Guardiões das Águas”.

Os quatro eventos se tornam inter-relacionados já que os anteriores geram, por exemplo, representações que são reproduzidas ou transformadas pelos atores nos eventos seguintes. Assim, conforme modelo transformacional da ação social de Bhaskar as relações ação-estrutura (evento-estrutura; texto-língua, etc.) vão sendo reproduzidas e transformadas oferecendo recursos e constrangimentos para novos processos (RESENDE, 2008). Fairclough (2003) adiciona que essas relações são dialéticas na direção da análise do discurso crítica.

Especialmente, sobre o Evento Consulta Pública 2017 e Edital 2017 a partir de Mjøset (2009) marca um momento de intervenção em que o pesquisador pode interferir no processo. Nessa visão o estudo requer participação (entrevista, trabalho de campo, observação participante, etc.) – cabe notar que este pesquisador estava participando de um seminário junto com membros da ONG Nova Cambuquira (principal organização de resistência aos processos de exploração das águas minerais em Cambuquira) quando foram informados da Consulta Pública 2017 – essa possibilidade marca a noção aqui defendida de participação e presença do “campo” na elaboração da pesquisa – até esse momento os objetivos e grande parte do referencial da tese ainda não estavam definidos (práticas sociais, sistema deliberativo e perspectiva realista crítica da TSD se tornaram presentes após este período).

Além de demarcar eventos sociais, os editais 2001; 2005, 2017 e Consulta Pública de 2017, *per si*, são gêneros do discurso secundários (BAKHTIN, 1997) que se articulam com outros momentos do discurso como estilos e representações que, por sua vez, se articulam com outros momentos das práticas e as práticas com outras práticas – portanto, por meio dos editais, ampliando as análises estamos estudando redes de práticas (articulações internas e externas) para compor um sistema deliberativo. Frisamos novamente nesse caminho que o estudo somente do momento discursivos dos eventos (textos, editais, etc.) não consegue abraçar as demandas de Fairclough (2003) para estudo das relações entre discurso e outras práticas, e entre eventos, práticas e estruturas. Notamos ainda a partir de Resende (2008) na relação estruturas-

práticas-eventos precisamos considerar ainda na dimensão discursiva: texto, ordem do discurso e estruturas da linguagem (sistema linguístico).

A questão histórica diz respeito principalmente aos dados documentais que foram coletados em um período de 30 anos (1986-2016), os quais foram trabalhados por Cruz (2017) sobre a ótica das esferas públicas. Esta tese, como parte do NEAPEGS, utilizou deste material (que este pesquisador também participou da coleta), além de textos que foram coletados em notícias de jornais que datam desde 1920. A questão do contexto histórico dos eventos nos permitiu analisar como representações dos eventos e outros elementos mudaram ao longo do tempo e como esse processo articulou práticas sociais diversas. A questão histórica é fundamental para seguir a agenda interdisciplinar proposta por Wodak e Fairclough (2010) e Fairclough (2005): estudo do surgimento de discursos, contestação e relações de hegemonia entre discursos, recontextualização de discursos e operacionalização de discursos. Especialmente, sobre a recontextualização, Wodak (2011) apresenta que é um dos processos centrais para analisar as mudanças históricas (e sua manifestação na intertextualidade e na interdiscursividade).

3.4 Organização analítica da tese

A organização da segunda parte da tese se dá em três artigos. Estabelecemos que cada momento tem uma das três “emergências” como foco de análise. O primeiro artigo permite visualizar a emergência (dos eventos/ações às práticas sociais) e o segundo artigo permite visualizar a emergência as práticas aos movimentos deliberativos – no qual focamos os “Guardiões das Águas”. Por sua vez, o artigo três investigou se houve a passagem dos movimentos deliberativos ao sistema deliberativo.

Na parte 2 são apresentados três artigos cada um referente a um objetivo específico (objetivos específicos 2, 3 e 4).

- **Artigo 1 - As águas minerais a partir do mundo-da-vida: constituição dos “guardiões das águas” no Sul de Minas Gerais.**

Este artigo foi publicado no XXI SEMEAD Seminários em Administração em 2018 na área de Administração Pública.

- **Artigo 2 - Os poderes causais dos “guardiões das águas” no Circuito das Águas de Minas Gerais: a estruturação da ação coletiva e seus movimentos.**

Este artigo foi publicado no V Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP/SBAP), 2018, na área de “Governança e Cooperação no Setor Público” e foi publicado

também como capítulo de livro em “Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil” (2018).

- **Artigo 3 - Práticas de gestão social das águas no Sul de Minas: composições e desvios na formação de um sistema deliberativo .**

Uma versão inicial deste artigo (Práticas de gestão social das águas minerais de Cambuquira, Minas Gerais, Brasil) foi publicado no XX Encontro da REALP (Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa) e também no V Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP/SBAP) – O V EBAP permitia a publicação de artigos publicados em outros eventos.

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1 Sobre a pluralidade de teorias

A tese defendeu a pertinência do diálogo com diferentes teorias. Uma reconstrução epistêmica que trata de construir diálogos entre diferentes matrizes e interesses cognitivos: “As recombinações entre teorias e metodologias devem ser empreendidas com o fim de aprimorar suas abordagens e possibilitar maior amplitude no conhecimento da realidade social” (HONORATO; COUTO; GONTIJO, 2017, p. 737). Isso possibilitou a criação de “hibridações” e ampliou “as possibilidades de artesanato intelectual para abordar a complexa realidade do campo” (HONORATO; COUTO; GONTIJO, 2017, p. 738). A partir do que propomos aqui várias pesquisas empíricas podem buscar compreender a prática da gestão social e/ou as práticas de gestão social a partir de diferentes ontologias.

A tese mostra que ao considerar-se “uma construção simbólica que continuamente problematiza-se e problematiza o mundo” (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014, p. 248), a gestão social amplia sua capacidade de entendimentos das tensões, hibridismo, incertezas e articulações que compõem o mundo das práticas ou os mundos performados pelas práticas de gestão das águas.

4.2 Sobre as águas minerais, seus públicos e seus problemas

A concepção da Teoria Social do Discurso de Fairclough (2001; 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) também se volta para problemas públicos e sociais, tendo como norte a busca pela mudança social. O autor mais profícuo dessa abordagem nos indaga: “[...]. Por que não

trabalhamos com ativistas no projeto e desenvolvimento da pesquisa, amarrando essa experiência, por exemplo, a campanhas de pessoas deficientes a favor de reformas da assistência social? [...]” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 325). Isso foi feito durante toda a tese por meio das atividades em conjunto com as organizações de sociedade civil (Nova Cambuquira, AMPARA e Caxambu Mais) e em prol da preservação das águas minerais.

Considerando os problemas, Garcia (2016, p. 16) trata da importância das pesquisas diagnosticarem “em meio as patologias sociais os potenciais de emancipação presentes, no intuito de fornecer a esses potenciais novas ‘energias utópicas’, discursos e ações”, isto é, com momentos de críticas negativas e positivas (FAIRCLOUGH, 2003). Já ressaltamos que na visão do realismo crítico tais “energias utópicas” – que para Habermas (2015) emergem agora da comunicação intersubjetiva – são “reais”, pois possuem efeitos causais como foi demonstrado com os discursos, representações e identidades dos “Guardiões das Águas”.

Notamos durante a tese que com a ampliação dos atores sociais (culturais e naturais), os conflitos se amplificaram em torno de diferentes questões de interesse. Os conflitos pelas águas minerais nos municípios do Circuito das Águas evidenciam isso. Nesse contexto, foi sendo problematizado, dentre outras coisas, o engarrafamento industrial das águas minerais. Este problema mobiliza atualmente diversas organizações da sociedade que se organizaram constituindo a identidade coletiva de “Guardiões das Águas”. Envolve ainda em diferentes escalas o Poder Público local (prefeitos, vereadores, secretários), pesquisadores, empresários e outros atores. Concluímos sobre isso que o problema dos “Guardiões das Águas” se divide em dois. Para uma parte dos atores e organizações é a superexploração das águas minerais e para outra parte é qualquer tipo de exploração. Uma agenda de pesquisa aqui é compreender até que ponto e de que forma os atores diferenciam estes dois processos (exploração e superexploração) e quais os impactos disso nos arranjos de gestão a serem criados. Até o momento ficou visível que a formação do sistema deliberativo ganha aliados quando o problema é superexploração, pois, um sistema deliberativo poderia possibilitar a prática do engarrafamento das águas minerais de forma sustentável.

4.3 Sobre práticas sociais

Para Andion et al. (2017) com as práticas sociais é possível analisar problemas públicos e questões problemáticas (no nosso caso envolvendo as águas minerais) superando as limitações das dimensões micro e macro, pois considera uma pluralidade de formas de engajamento, de ações e de dinâmicas sociais. Diante das diferentes práticas que envolvem as águas que podem

ser enfatizadas, delimitamos as práticas de gestão das águas minerais, as explicitando como fazeres-dizeres sobre como usar, preservar, gerenciar, controlar, explorar as águas minerais. Com essa noção, concluímos a partir desta tese: a) os conflitos em torno das águas minerais podem ser melhor compreendidos a partir do estudo das práticas sociais; b) as práticas de gestão das águas minerais revelam diferentes entendimentos compartilhados, regras e valores que têm impacto em questões relacionadas à preservação e à exploração econômica das águas; c) entre diferentes práticas sociais de gestão das águas minerais se constroem relações cooperativas e conflitivas; d) historicamente as práticas de gestão das águas minerais se formaram compartilhando elementos em comum e, portanto, houveram transformações internas às práticas e entre as práticas; e e) as práticas articulam entendimentos sobre a relação sociedade e natureza, regras de uso, preservação, estruturas valorativas e diferentes formas de consumo das águas minerais.

4.4 Sobre práticas de gestão das águas minerais

Durante a tese a partir da pesquisa empírica no município de Cambuquira, Minas Gerais, descrevemos as seguintes práticas: Sustentabilidade Hídrica, Crenoterapia, Turismo nas Fontes, Uso Doméstico/Comum, Engarrafamento Industrial, Pesquisa-Extensão Acadêmica e Contestação Pública. Outras práticas foram encontradas, mas não foram exploradas nessa tese, a saber: Gerenciamento Administrativo e Valorização Simbólica. A prática da Pesquisa-Extensão Acadêmica não foi detidamente descrita, nem seus efeitos por completo, mas indicamos que essa tese é um de seus elementos. Por fim, a questão da prática da gestão social voltará ainda nessa tese – indicamos que tratamos de entender (Artigo 3) traços da gestão social nas práticas. Emergiu como concepção a ser explorada futuramente a noção da gestão social com uma prática específica – isso ficou evidente nas relações estabelecidas, no entanto, não foi explorada nesta tese.

Mostramos que a partir das relações históricas entre estas práticas, emergiram conflitos diversos representados por entendimentos, interações, representações, discursos, que divergem e convergem formando articulações e redes de práticas de gestão das águas minerais. A prática que mais potencializa por sua existência os conflitos é a do Engarrafamento Industrial. A pesquisa mostrou também que a água mineral é plural, com valores, significados, regras e finalidades diferentes em cada uma das práticas. Por isso, como coloca Bezerra (2018, p. 35): “Ora remédio, ora recurso mineral, ora alimento, ora recurso hídrico, a água mineral é de difícil definição”.

Nesse sentido, as práticas de gestão permitem descrever os conflitos dado que as práticas e seus agenciamentos capacitam cursos de ação que colidem. Os conflitos em São Lourenço envolvendo organizações da sociedade civil (principalmente o Movimento Cidadania pelas Águas) e a multinacional Nestlé se tornaram mundialmente conhecidos. Neles, uma prática de Engarrafamento Industrial (marcado pela superexploração) acabou por originar uma prática da Contestação Pública da exploração e superexploração das águas minerais. Os atores aqui engajados foram diversos desde o Movimento Cidadania pelas Águas e até os que se denominam “Guardiões das Águas”.

No geral, a região Sul de Minas desde o final dos anos 1990 tem convivido com narrativas sobre os efeitos da exploração das águas minerais no sabor, na vazão, no entorno, enfim, na disponibilidade do recurso. Tais narrativas vem de estudos geológicos, de ações do Ministério Público, de pesquisas científicas e de mobilizações de organizações da sociedade civil. Para técnicos da CODEMIG não há problemas: existem apenas processos naturais e a exploração das águas. Aparece assim, alguns que, em nome de muitos, dizem que se trata de um problema e outros que dizem que são poucos que reproduzem intrigas (ROCHA, 2017). Nisso tudo, mostramos que “na região do Circuito das Águas, ainda hoje, a existência clara de controvérsias em torno da exploração mercadológica da água mineral, que pressupõe a existência de atores sociais de interesses díspares [...], ou ainda, a constelação de controvérsias em torno da água mineral engarrafada sobre quem controla a água...” (SOUZA, 2018, p. 29).

No que se refere ao Engarrafamento Industrial, como mostramos, um ator marcante é a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), que é detentora da concessão das fontes dessas localidades, e na busca de um parceiro para explorar as águas minerais foi ator central dos eventos que denominamos de Edital 2001, Edital 2005, Consulta Pública de 2017 e Edital 2017. Nesse processo, práticas como Sustentabilidade Hídrica, Crenoterapia, Turismo nas Fontes e Uso Doméstico/Comum se tornam resistência aos processos da CODEMIG. Enfim, no que tange a isso seguimos a conclusão de Bezerra e Branquinho (2017, p. 104) para o caso de São Lourenço: “[...] outras discordâncias atuam como uma matriz para o aparecimento de novas controvérsias, cujo final ainda nos parece distante”.

4.5 Sobre as práticas que praticam os “Guardiões das Águas”?

Existem diferentes práticas de gestão das águas minerais. Os “Guardiões” não são uníssonos nas práticas em que se engajam, no entanto, de forma geral a Sustentabilidade Hídrica, o Uso Doméstico/Comum e a Contestação Pública são praticadas. Porém, existem

tensões nas relações conforme foi constatado. Para parte dos Guardiões das Águas” a Crenoterapia sempre foi elitista, para alguns não se deve deixar o consumo livre e aberto de forma ampla, enquanto para outros se deve buscar a cooperação com a CODEMIG. Para alguns é possível o engarrafamento desde que seja com sustentabilidade e para outros é impossível a sustentabilidade dessa prática. O que ficou mais evidente na pesquisa de campo é que essas posições mudam. Como sabemos um praticante pode praticar mais de uma prática.

Alguns atores buscam construir/engajar-se na Valorização Simbólica enquanto uma prática específica outros se engajam na Pesquisa-Extensão Acadêmica (são ativistas-pesquisadores). No mais, um resultado que emerge da tese e precisa ser explorado é que os “Guardiões das Águas” são os praticantes de uma prática específica: a prática da gestão social.

4.6 Sobre os “Guardiões das Águas”, praticantes da gestão social das águas

Observamos a luta dos guardiões pela preservação das águas minerais, contra a privatização das águas, contra processos insustentáveis que podem levar as águas minerais à exaustão. Seguindo Castells (2004) são característicos três tipos de identidades e que auxilia nesta pesquisa (legitimadora, resistência e projeto. Para este estudo os “Guardiões das Águas” é uma identidade de resistência – atores em condições desvalorizadas e se construindo como foco de resistência – aos editais da CODEMIG ou ainda a colonização das águas minerais pela lógica do mercado. É também uma identidade de projetos em que os “atores sociais constroem uma nova identidade redefinindo sua posição na sociedade” (PAIVA et al., 2015, p. 10) – isto é, possuem visões e ações que desejam construir, daí o Programa Ondas, a Proposta da Fundação e do Conselho Gestor.

4.7 Sobre poderes causais, movimentos e sistemas deliberativos

Sabemos que “a articulação é fonte de criatividade” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 194). Dessa forma, estivemos preocupados na tese na forma como diferentes práticas foram articuladas ao longo dos conflitos. Vimos que a discussão sobre sistemas deliberativos ainda é uma lacuna no campo da Gestão Social, com exceção de poucos trabalhos (PERES JÚNIOR, 2013). O conceito de sistema deliberativo indica que ele é formado por partes (como atores, ações, práticas e organizações) que se inter-relacionam em torno de elementos em comum e decisões que afetam os envolvidos.

Sobre isso a conclusão da pesquisa é que práticas de gestão das águas minerais ao articularem-se por meio da gestão social, buscaram constituir um sistema deliberativo de gestão de águas minerais. Esse processo alcançou avanços significativos em torno das decisões políticas e práticas deliberativas articuladas na região. No entanto, mesmo com avanços na possível constituição de um sistema deliberativo, notamos que as deliberações públicas ainda estão restritas a movimentos e momentos específicos em decorrências diversas questões históricas.

Klaus Eder (2001, p. 05) indica que “as sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar”. Mudanças são possíveis e a perspectiva realista crítica entende a emergência. Há possibilidades de transformação já que “os eventos não são pré-determinados antes que ocorram, mas dependem de condições contingentes, o futuro é aberto – as coisas podem ocorrer de muitas maneiras diferentes” (SAYER, 2000, p. 15). Isso permite, enfim, continuar lutando de uma forma realista e crítica contra a desesperança (HABERMAS, 2013). Finalmente, não se deve esquecer que tanto humanos quanto não humanos possuem poderes causais. Assim, se investigamos os poderes causais dos Guardiões das Águas e da gestão social fica patente o estudo das relações destes com os poderes causais das águas.

4.8 Sobre as naturezas das águas na deliberação

Percebemos nas análises que em vários momentos se formam antagonismos entre a visão como bem comum e a visão como mercadoria. No antagonismo, a deliberação fica comprometida, pois os lados não se reconhecem o suficiente para alcançar um consenso – e nesse caso nem uma barganha justa. Na visão da CODEMIG as águas aparecem como uma “enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 113). Na CODEMIG e para o Estado, em geral, Agência Nacional de Mineração (antes DNPM) e empresas as águas são estas mercadorias, para os “Guardiões das Águas” elas tem outros significados: remédio, bem comum, recurso hídrico, alimento, fonte de vida, enfim, uma pluralidade que em conjunto se opõe a noção de mercadoria. Quando essas águas se opõem e colidem tão frontalmente o sistema deliberativo fica comprometido, por mais que ele seja aberto ao conflito, a tensão e ao desentendimento. O sistema deliberativo comporta disputas entre adversários, mas não comporta inimigos, isto é, quando se quer aniquilar o outro para usar a formulação de Chantal Mouffe. No Circuito das Águas vimos isso presente na relação entre as diferentes práticas, especialmente as que envolve o Engarrafamento Industrial e a CODEMIG.

4.9 A Ciência e as ciências da pesquisa nessa tese

Na segunda parte do século XX as teorias sociais procuraram romper com dicotomias marcantes e que implicaram em visões simplistas ou limitadas. Dentre as principais dicotomias que foram quebradas em prol de visões de hibridismo, imbricação, dualidade ou inseparabilidade estão: teoria e prática; passado e presente; participante e observador; agência e estrutura; ação e discurso; coletivo e individual; sujeito e objeto; sociedade e natureza; universal e particular; global e local, dentre outras. O argumento defendido é que para avançarmos em termos da gestão dos bens naturais é preciso repensar a noção de social incorporando e ressignificando as relações sociedade-natureza, humano-natureza e gestão-natureza.

Não há mudança possível sem superar a colonialidade sobre a natureza e o saber. Portanto, estamos repensando os argumentos das relações entre natureza, sociedade, humano e gestão. Nisso, o social diz respeito às relações seja entre humanos, objetos e natureza que se estabelecem dinamicamente em uma diversidade de arranjos e configurações. A gestão social pode ser entendida como campo de estudo de como se formam, mantêm, mudam, articulam estes arranjos humano-objeto-natureza.

4.10 A Ciência e as ciências da pesquisa nessa tese

A ciência é uma forma específica de se produzir conhecimento e formas de entendimento sobre assuntos específicos. Na concepção desta tese, a ciência não é a única forma de se construir o conhecimento. Fizemos ciência por meio de uma coprodução da relação entre sociedade e ciência. Fizemos ciência com os “Guardiões das Águas” – e também como “Guardiões das Águas”. O sociólogo Michel Callon afirma em uma entrevista uma passagem relevante:

Eu sugiro que a escolha de objetos de pesquisa seja baseada nas oportunidades de elas gerarem pesquisas colaborativas. Deve-se começar com as questões de interesse, problemas que não tenham sido enfocados, situações de forte incerteza, a fim de constituir um coletivo de investigação que irá beneficiar as pessoas interessadas e os investigadores “profissionais” [...]. Obviamente estamos muito longe da pesquisação, na qual os atores sociais chegam com perguntas para as quais eles esperam respostas dos acadêmicos. A idéia não é mais estudar as pessoas que vêm até nós e pedem que nós, os peritos, digamos o que devem fazer, mas aqueles que estão fazendo perguntas sobre o que são e sobre a sua forma de ser. No primeiro caso a divisão entre especialista e leigo é mantida; no outro uma pesquisa cooperativa é estabelecida para revelar

novas identidades e construir a sociedade que será composta por estas identidades. (MATTEDI et al., 2009, 405).

Avaliamos que isso se fez presente no percurso desta tese. Mais que isso, quando o pesquisador passa a se inserir em dinâmicas dos movimentos ele passa, de certo modo, a “fazer parte” dos mundos vividos pelos atores. Nesse caso, não se pretendeu uma objetividade e neutralidade positivistas do afastamento do objeto em prol de sua compreensão, afinal, como seria possível argumentar sobre isso quando para destacar a presença do pesquisador há mais de uma semana na casa de uma “pesquisada” outros “pesquisados” fazem uma montagem em uma foto com seu nome ao lado do nome do filho? Por isso, a pesquisa iniciou-se sem sabermos dos poderes do afeto e o que os afetos podem provocar. Todavia, no processo quanto mais afetos, mais engajamento e mais pesquisas foram sendo realizadas.

Se algumas palavras pudessem resumir esta tese elas seriam: **Águas minerais e seus Guardiões: do objeto aos afetos!**

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALCÂNTARA, V. C. **Mundo-da-vida e sistema: o locus da gestão social sob a abordagem habermasiana**. 2015. 421 p. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.
- ANDRÉ, G. M. 2017. Disponível em: < <http://www.oeco.org.br/reportagens/municipios-mineiros-questionam-exploracao-publico-privada-de-suas-aguas/>>. Acesso em 01 de julho de 2017.
- FAMÍLIA AYRES. 2017. Disponível em: <<https://familiaayresontemhojesempre.blogspot.com/2017/07/o-vigia-das-aguas-1839-guardioes-das.html>>. 2017. Acesso em 05 de dezembro de 2018.
- ALCÂNTARA, V. C.; CABRAL, E. H. S.; MUZY, P. T.; PEREIRA, J. R. Fatos, valores e o mundo-da-vida: argumentos epistemológicos para a avaliação no âmbito da gestão social. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), 2017.
- ALCÂNTARA, V. C.; CORDEIRO NETO, J. R.; VALADÃO, J. A. R. Consulta Pública como Instrumento Político: Controvérsias em torno da Exploração da Água Mineral no Circuito das Águas em Minas Gerais. **XLI Encontro da ANPAD 2017**, 2017.
- ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. O locus da gestão social no contexto das interrelações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 82, 2017.
- ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F.; PRADO, J. W.; VIEIRA, K. C. Mundo-da-vida e Sistema: refletindo sobre o locus da gestão social e suas tensões. In: **XVIII SemeAd - Seminários em Administração**, São Paulo, 2015.
- ALCÂNTARA, V.C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, É. A. F. Gestão Social e Governança Pública: aproximações e (de) limitações teórico-conceituais. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, 2015.
- ALENCAR, E. **Pesquisa em Turismo**. Lavras: UFLA, 2007.
- ANDREWS, C. W. **Emancipação e legitimidade: uma introdução à obra de Jürgen Habermas**. São Paulo: Ed. Unifesp, 2011.
- ARANTES, I. C. S. **Concepções simbólico-discursivas do trabalho docente universitário na contemporaneidade**. 2015. 321 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.
- ARAÚJO, E. T. **(In) consistências da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, E. T. **Gestão social**. In: BOULLOSA, R. F. Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.

ARAÚJO, E. T.; BOULLOSA, R. Esfera pública, esfera social e gestão social: aproximações epistemológicas e ontológicas. In: 9ª CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA A AMERICA LATINA Y CARIBE, 9., 2013, Santiago - Chile. **Anais...** Santiago: ISTR, 2013.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.

AVRITZER, L; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, 2004.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARROS, S. M.; VIEIRA, V. RESENDE, V. M. Realismo crítico e análise de discurso crítica: hibridismos de fronteiras epistemológicas. **Polifonia**, v. 23, n. 33, p. 11-28, 2016.

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Sussex: Harvester Press, 1978.

BOHMAN, J. O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica. In: Marques, A. C. S. (Org. e trad.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas**: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 31-84, 2009.

BOHMAN, J. Survey article: the coming age of deliberative democracy”. **The Journal of Political Philosophy**, v.6, n.4, pp.400-25, 1998.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de Lampedusa? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, III 2009, Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). **Anais...** Petrolina e Juazeiro BA: RGS, 2009.

BOULLOSA, R.; SCHOMMER, P.C. Limites da Natureza da Inovação ou Qual o Futuro da Gestão Social? In: XXXII ENANPAD – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.841 de 8 de agosto de 1945. **Código de Águas Minerais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7841.htm>. Acesso em: 20 de jun. de 2017.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. 2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000083439&base=baseMonocraticas>>. Acesso em 01 de jun. de 2017.

BREI, V.; BÖHM, S. '1L=10L for Africa': Corporate social responsibility and the transformation of bottled water into a 'consumer activist' commodity. **Discourse & Society**, v. 25, n. 1, p. 3-31, 2014.

CABRAL, E. H. S. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. **Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 21-34, 2008.

CABRAL, E. H. S. Espaço público e controle para a gestão social no Terceiro Setor. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 86, p. 30-55, 2006.

CABRAL, E. H. S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1915-1941, 2011.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. 313 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2015.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, p. 681-703, 2011.

CANÇADO, A. C.; VILLELA, L. E.; SAUSEN, J. O. Gestão social e gestão estratégica: reflexões sobre as diferenças e aproximações de conceitos. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 10, n. 3, p. 69, 2016.

CHOULIARAKI, L. e FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

CIRCUITO DAS ÁGUAS. **Página Oficial**. Disponível em: <www.curcuitodasaguas.org>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

COHEN, J. The economic basis of deliberative democracy. **Social Philosophy and Policy**, v. 6, n. 2, p. 25-50, 1989.

CONOVER, P. J.; SEARING, D. D. Studying "Everyday Political Talk" in the Deliberative System. **Acta Política**, v. 40, n. 3, p. 269–283, set. 2005.

COOKE, M. Cinco Argumentos a favor da Democracia Deliberativa. In: Marques, A. C. S. (Org. e trad.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte: Autêntica. pp.143-174, 2009.

COSTA, M. C; GUARIDO FILHO, E. R; GONÇALVES, S. A. Lógicas institucionais e formação da governança de recursos hídricos: análise do caso brasileiro. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, 2013.

CRUZ, E. S. T. **Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais**. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

DEMERRITT, D. What is the ‘social construction of nature’? A typology and sympathetic critique. **Progress in Human Geography**, v. 26, n. 6, p. 767-790, 2002.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DRYZEK, J. S. Democratization as deliberative capacity building. **Comparative political studies**, v. 42, n. 11, p. 1379-1402, 2009.

DRYZEK, J. S. **Foundations and frontiers of deliberative governance**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

DRYZEK, J. S. Green reason: Communicative ethics for the biosphere. **Environmental Ethics**, v. 12, n. 3, p. 195-210, 1990.

DRYZEK, J. S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Org.). **Participação e Deliberação. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo, Editora 34, 2004.

DRYZEK, J. S. Symposium commentary: Reflections on the theory of deliberative systems. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 2, p. 209-215, 2016.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Unesp, 1997.

EDER, K. As sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar. **Lua Nova**, n.53, p.5-28.

ELDER-VASS, D. Disassembling actor-network theory. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 45, n. 1, p. 100-121, 2015.

ELDER-VASS, D. Lifeworld and systems in the digital economy. **European Journal of Social Theory**, p. 1–18, 2017.

ELSTUB, S. Interview: A Genealogy of Deliberative Democracy. **Summer**, v. 2, n. 1, p. 100-117, 2015.

ELSTUB, S.; ERCAN, S.; MENDONÇA, R. F. The fourth generation of deliberative democracy. **Critical Policy Studies**, v. 10, p. 1-13, 2016.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. Argument, deliberation, dialectic and the nature of the political: A CDA perspective. **Political Studies Review**, v. 11, n. 3, p. 336-344, 2013.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. **Political discourse analysis: A method for advanced students**. Routledge, 2013.

FAIRCLOUGH, N. ‘Peripheral vision: discourse analysis in organization studies: the case for critical realism. **Organization Studies**, v. 26, p. 915–39, 2005.

FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. **Revista Teias**, v. 11, n. 22, p. 10, 2010.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London; New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FARIA, C. F. Do ideal ao real: as consequências das mudanças conceituais na teoria deliberativa. **Lua Nova**, n. 87, 2012.

FARIA, J. H. de. Análise de Discurso em Estudos Organizacionais: as concepções de Pêcheux e Bakhtin. **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, n. 2, p. 51-71, 2015.

FERRAZ, A. T. R. Pensando a democracia e seu processo de adjetivação. **Agalia**, v. 85/86, p. 173-200, 2006.

FINLAYSON, A. Critique and political argumentation. **Political Studies Review**, v. 11, n. 3, p. 313-320, 2013.

FISCHER, T. et al. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 5, p. 789-808, 2006.

FISCHER, T. M. D. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. M. D. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, p.12- 32, 2002.

FLEETWOOD, S. Ontology in organization and management studies: A critical realist perspective. **Organization**, v. 12, n. 2, p. 197-222, 2005.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. São Paulo: Editora ARTMED, 2009.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**. São Paulo: Unesp, 1995.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária. p. 26-37, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. Gestão Social entre a administração pública e o serviço social: um diálogo necessário. **Gestão social: mobilizações e conexões**. São Paulo: LCTE Editora, v. 6, p. 105-110, 2012.

FRANÇA FILHO, G. C. Gestão Social: um conceito em construção. In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FRASER, N. Transnationalizing the public sphere. **Theory, Culture & Society**, n. 24, p. 7-30, 2007.

FREITAG, B. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; FERREIRA, M. A. M. Gestão social como projeto político e prática discursiva. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, p. 278, 2016.

GADAMER, H-G. **Verdade e Método**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARCIA, A. S. **Esferas públicas como uma categoria fundante da gestão social**. 273p. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, 2016.

GESICKI, A. L. D; SINDICO, F. Gestão das águas minerais no Brasil: panorama legal atual e perspectivas futuras. **Revista do Instituto Geológico**, v. 34, n. 2, p. 69-88, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GONDIM, S.; FISCHER, T. M. D.; MELO, V. P. Formação em Gestão Social: um olhar crítico sobre a experiência de pós-graduação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** Salvador: ANPAD, p. 1-16, 2006.

GUERRA, J. F. C. **A produção de conhecimento sobre Gestão Social: um estudo da relação entre academia e praticantes**. 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GUERRA, J. F. C.; TEODÓSIO, A. S. S. Dialogismo e Reflexividade: uma análise da contribuição dos centros e programas de estudos de Gestão Social no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, p. 45-62, 2015.

GUERRA, J. F. C.; TEODÓSIO, A. S. S. Gestão Social: aspectos que a aproxima dos domínios da administração. **Reuna**, v. 19, p. 49-64, 2014.

GUIMARÃES, B. C. **Direitos coletivos ambientais e a exploração (in)sustentável das águas minerais**. Editora Mandamentos, Belo Horizonte, 2009. 231 p.

GUTMANN, A; THOMPSON, D. O que significa democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, v. 1, 2007.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HABERMAS, J. **A nova obscuridade**. São Paulo: Unesp, 2015.

HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, Ano XI, n. 21, p. 9-21, 2008.

HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Dialética e Hermenêutica**: para a crítica da hermenêutica de Gadamer. Porto Alegre: L&PM, 1987.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a. Vol. I.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b. Vol. II.

HABERMAS, J. **Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, J. **Passado como futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, J. **Teoria e práxis**: estudos de filosofia social. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua nova**, v. 36, p. 39-53, 1995.

HABERMAS, J. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

HARDT, M. Para que servem os afetos? **Intersemiose: Revista Digital**, ano IV, n. 07, p. ix-, xiv, 2015.

HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

HARVEY, D. **Neoliberalism**: a short history. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HAY, C. Political discourse analysis: The dangers of methodological absolutism. **Political Studies Review**, v. 11, n. 3, p. 321-327, 2013.

HENDRIKS, C. M. 2006. Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy. **Political Studies**, v.54, n.3, p. 486-508, 2006.

HENDRIKS, C. M. Deliberative governance in the context of power. **Policy and Society**, v. 28, p. 173–184, 2009.

HONORATO, B. E. F.; COUTO, F. F.; GONTJIO, F. M. C. Repensando os estudos organizacionais: por uma nova teoria do conhecimento. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 736-739, 2017.

IIZUKA, E. S.; JUNQUEIRA, L. A. P. Produção acadêmica em gestão social: visita aos anais dos Enapegs de 2007 a 2012. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 71-85, 2013.

JUSTEN, C. E. O Angelus Novus emoldurado à gestão social - reflexões acerca da construção de políticas públicas emancipadoras. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 36, p. 135-157, 2016.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 3, p. 736-750, 2012.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. Para além da dupla consciência: Gestão Social e as antessalas epistemológicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, p. 237-251, 2014.

JUSTEN, C. E; MORETTO NETO, L. Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 736-750, 2012.

KREIDE, R. Digital spaces, public places and communicative power in defense of deliberative democracy. **Philosophy & Social Criticism**, p. 1-11, 2016.

KRESS, G. R.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: The grammar of visual design**. Psychology Press, 1996.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Artmed; UFMG, 1999.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LOBATO, C. B.; MAFRA, F. L. N.; FONTOURA, Y. A Nestlé e o lado sombrio da exploração de água mineral no Brasil: um olhar decolonial. In: **III Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, SBEO: Vitória, 2015.

MAIA, M. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Textos & Contextos**, n. 4, p. 1-18, 2005.

MANIN, B. On legitimacy and political deliberation. **Political theory**, v. 15, n. 3, p. 338-368, 1987.

MANSBRIDGE, J. et al. A systemic approach to deliberative democracy”. In: PARKINSON, J.; MANSBRIDGE, J. J. **Deliberative systems**: deliberative democracy at the large scale. Cambridge: CUP, pp.1-26, 2012.

MANSBRIDGE, J. et al. A systemic approach to deliberative democracy. In **Deliberative Systems: Deliberative Democracy at the Large Scale**, edited by J. Parkinson and J. Mansbridge, pp. 1–26. Cambridge: Cambridge University Press. 2012.

MANSBRIDGE, J. Everyday talk in the deliberative system. In: MACEDO, S. (org.) **Deliberative politics**: essays on democracy and disagreement. Oxford/ New York: OUP, pp.211-39, 1999.

MARANHÃO, C. S.; VILELA, J. R. A Imanência entre a Teoria Crítica e a Pesquisa Empírica: contribuições para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 82, 2017.

MARQUES, A. C. S. As interseções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In: MARQUES, A. C. S. (Org. e trad.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas**: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica Editora. pp.11-28, 2009.

MARQUES, Â. C. S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 23-38, 2008.

MATTEDI, M. A. et al. A coperformação das ciências e da sociedade: Entrevista com Michel Callon. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 383-408, 2009.

MATTOS, P. L. C. L. “Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados”: pondo os pingos nos is de tal ressalva. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, p.450-468, 2011.

MELO, M. L. A. Contribuições da hermenêutica de Paul Ricoeur à pesquisa fenomenológica em psicologia. **Psicologia USP**, v. 27, n. 2, p. 296-306, 2016.

MENDONÇA, P. M. E.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão Social: notícias sobre o campo de estudos e práticas a partir das interações e debates do VI Enapegs. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1391-1408, 2012.

MENDONÇA, R. F. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 3, p. 741-768, 2016.

MENDONÇA, R. F. Reconhecimento e (qual?) deliberação. **Opinião Pública**, v. 17, n. 1, p. 206-227, 2011.

MENDONÇA, R. F. Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 19, p. 49-64, 2013.

MENON, I. O. **Gestão Social como campo do saber no Brasil**: uma análise de sua produção científica pela modelagem de redes sociais (2005-2015). 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MENON, I.; COELHO, F. S. Gestão Social como Campo do Saber no Brasil: uma análise de sua produção científica pela modelagem de redes sociais (2005-2015). In: VII Encontro Nacional de Administração Pública e Governo (EnAPG), 2016, São Paulo. **Anais... do VII EnAPG**, 2016.

MIGUEL, L. F. Deliberacionismo e os limites da crítica: uma resposta. **Opinião Pública**, v. 20, p. 118-131, 2014.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **Organização & Sociedade**, v. 15, n. 45, 2008.

MJØSET, L. The contextualist approach to social science methodology. **The Sage handbook of case-based methods**, p. 39-68, 2009.

MOORE, A. Deliberative elitism? Distributed deliberation and the organization of epistemic inequality. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 2, p. 191-208, 2016.

MUSSALIM, F. **Análise do discurso**: Introdução à lingüística: domínios e fronteiras, 2001.

NINIS, A. B.; DRUMMOND, J. A. Áreas (des)protegidas do Brasil: As estâncias hidrominerais. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 11, n.1, p. 149-166, 2008.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, K. C.; PIMENTA, S. M. O. O racismo nos anúncios de emprego do século XX. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 16, n. 3, p. 381-399, 2016.

OLIVEIRA, N. Entre Cila e Caríbdis, O realismo social de Margaret Archer. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 65, p. 119-139, 2011.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, 4, p. 613–626, 2010.

PACIFICO FILHO, M.; CANÇADO, A. C.; BORGES, T. P. A Sociologia de Michel Maffesoli e a Gestão Social: gerencie-me ou te devoro. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 3, p. 30-44, 2015.

PAES DE PAULA, A.P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 1, p. 24, 2016.

PAES DE PAULA, A. P. Abordagem Freudo-Frankfurtiana, pesquisa-ação e socioanálise: uma proposta alternativa para os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, p. 520-542, 2013.

PAES DE PAULA, A. P. **Repensando os Estudos Organizacionais**: por uma nova teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

PAIVA, A. L. et al. Construindo identidades a partir de práticas discursivas de estratégia: contribuições da análise de discurso crítica à estratégia como prática. In: **XVIII SemeAd - Seminários em Administração**, 2015, São Paulo. Estratégia em Organizações, 2015.

PAIVA, A. L.; ALCÂNTARA, V. C.; GARCIA, A. S.; CRUZ, E. S. T. Teorias da prática e gestão social: uma contribuição inicial em busca de perspectivas epistemo-metodológicas. In: XL Encontro da ANPAD, 2016. **Anais...** Costa do Saúipe: ANPAD, 2016.

PEREIRA, J. R. Gestão Social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, Mercado e Sociedade. In: XII Colóquio Internacional Sobre Poder Local, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2012.

PEREIRA, J. R. Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 3, n. 2, p.3-11, 2001.

PEREIRA, J. R.; CABRAL, E. H. S.; PEREIRA, J. R. Gestão social e Governing the commons: a cooperação como elo de convergência. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 43, p. 112, 2015.

PEREIRA, J. R.; CABRAL, E. H. S.; PEREIRA, José Roberto. Gestão Social e Governing the Commons: a Cooperação como Elo de Convergência. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 43, p. 112, 2015.

PERES JÚNIOR, M. R. **Gestão social sob a ótica da teoria da estruturação**. 2013. 373 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais. 2013.

PERES JÚNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens Teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, p. 221-236, 2014.

PERES JÚNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, L. C. Gestão Social sob a lente estruturacionista. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 18-49, 2013.

PERSSON, E. **Burocracia, ideologia e gestão social**: uma abordagem crítica à luz da categoria habermasiana da esfera pública. 2016. 353 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PERSSON, E.; MORETTO NETO, L. Implicações da apropriação da noção habermasiana de esfera pública na gestão social à luz das refrações da burocracia. XXXIX ENCONTRO DA ANPAD, 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2015.

PIMENTEL PEQUENO, M. A. **Entre biocentrismo e antropocentrismo**: uma ecologia democrática para o enfrentamento da questão ambiental. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

PIMENTEL, T. D. O Espaço em Situações de Gestão: entre a gestão estratégica e a gestão social. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 141-150, 2014.

PINHO, J. A. G. Gestão Social: Conceituando e Discutindo os Limites e Possibilidades Reais na Sociedade Brasileira. In: RIGO, A. S. et al. **Gestão social e Políticas Públicas de Desenvolvimento**: Ações, Articulações e Agendas. Recife: UNIVASF, 2010.

PINHO, J. A. G.; SANTOS, M. E. P. Aporias em torno do conceito de Gestão Social: dilemas teóricos e políticos. **REGE - Revista de Gestão**, v. 22, n. 2, p. 155-172, 2015.

PIRES, V. A.; MIDDLEJ, S. A.; FONSECA, S. A.; VENDRAMINI, P.; COELHO, F. S. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.

PORTUGAL JÚNIOR, P. S. **A controvérsia sobre as águas**: uma proposta de integração institucional e políticas públicas para o segmento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

PORTUGAL JÚNIOR, P. S. P.; REYDON, B. P.; PORTUGAL, N. S. As águas minerais no Brasil: uma análise do mercado e da institucionalidade para uma gestão integrada e sustentável. **Revista Ambiente & Água**, v. 10, n. 2, p. 413-430, 2015.

PROCTOR J. D. The social construction of nature: relativist accusations, pragmatist and critical realist responses. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 88, n. 3. p. 352-376, 1998.

QUEIROZ, J. T. M. **O campo das águas envasadas**: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade das águas e percepções. Tese de Doutorado (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RESENDE, V. M. e RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, V. M. Representação discursiva de pessoas em situação de rua no “Caderno Brasília”: naturalização e expurgo do outro. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 12, n. 2, p. 439-465, 2012.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

SALES, C. S. **Água como bem público**: A análise exploratória sob a luz da sociologia pragmática. Monografia (Graduação em Administração Pública). Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2017.

SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R.; MORAIS, R. Como avaliar a deliberação online?: um mapeamento de critérios relevantes. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 470-489, 2012.

SAYER, A. Características-chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo. Estudos de Sociologia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v. 6, n. 22000, p. 7-32.

SCHMITZ JUNIOR, et al. O legado do pensamento de Alberto Guerreiro Ramos para a gestão social. **Revista Gestão Organizacional**, v. 7, n. 3, p. 47-60, 2014.

SILVA, E. R.; GONCALVES, C. A. Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. **Cadernos EBAPE.BR**, v.15, n.1, pp.1-20, 2013

SILVA, G. B. R. **Gestão social na bacia do alto rio grande/mg**: um estudo na unidade de planejamento e gestão. Dissertação de mestrado (Mestrado em Administração Pública). Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2017.

SMITH, W. The boundaries of a deliberative system: the case of disruptive protest. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 2, p. 152-170, 2016.

SOUZA, R. B. **Mais Brasil para Mais Brasileiros**: campanha ou marketing político? Um estudo discursivo crítico. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Viçosa. 2012.

TEIXEIRA, T. S. **A construção dos sentidos e interesses no uso da água mineral pelas organizações da sociedade civil do município de Cambuquira-MG**: um estudo à luz da gestão social. Monografia (Graduação em Administração Pública). Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2017b.

TEIXEIRA, T. S. **Gestão Social, Esfera Pública e Governança Deliberativa no Circuito Turístico das Águas**. Universidade Federal de Lavras – UFLA, Relatório de Iniciação Científica, 2017a.

TENÓRIO, F. G. (Re)Visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. Administração e a questão social: entre o “robinsonismo” e o “étiennismo”. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 460-486, 2016.

TENÓRIO, F. G. et al. Da redução sociológica à aplicação de critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos em arranjos institucionais na esfera pública. In: Encontro de Estudos Organizacionais. **Anais...** Florianópolis: Anpad, 2010.

TENÓRIO, F. G. Gestão social, um conceito não idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JÚNIOR, J. T. (Org.). **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, p. 23-36, 2012.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

TENÓRIO, F. G. Tem razão a gestão social? In: Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 3.; 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-17, 2013.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; PORTO, E. C.; VIANA, B. F. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de

políticas públicas. In: Encontro de Administração Pública e Governança, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2008.

TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S.; LAVINAS, L. V. Gestão social, extensão e Teologia da Libertação: uma análise a partir de um projeto junto a comunidades. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 39, p. 224-235, 2014.

THOMPSON, J. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

VAARA, E.; WHITTINGTON, R. Strategy-as-practice: taking social practices seriously. **Academy of Management Annals**, v. 6, n. 1, p. 285-336, 2012.

VANDENBERGHE, F. Gestão social: Uma disciplina em busca de teoria. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), 8., 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014.

VANDENBERGHE, F. Os livros que Habermas não escreveu. **Boletim CEDES**, p. 1-7, 2010.

VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIANNA, R. Sobre os recursos híbridos. In: SOUZA, A. P. L. et al. (Org.). **Clamor das águas**: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018, p. 35-48.

WHITE, S. K.; FARR, E. R. “No-Saying” in Habermas. **Political Theory**, v. 40, n. 1, p. 32-57, 2012.

WHITEBOOK, J. The problem of nature in Habermas. **Telos**, v. 1979, n. 40, p. 41-69, 1979.

BEZERRA, R. V. M.; BRANQUINHO, F. T. B. **Quem controla a água? Mapeamento de Controvérsias na Guerra das Águas em São Lourenço**, Minas Gerais. In: VI REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DAS TÉCNICAS (REACT), 2017, São Paulo: Departamento de Política Científica e Tecnológica, v. 3. p. 87-106. 2017.

WILK, R. Bottled water: the pure commodity in the age of branding. **Journal of Consumer Culture**, v. 6, n. 3, p. 303-325, 2006.

WODAK, R. Complex texts: Analysing, understanding, explaining and interpreting meanings. **Discourse Studies**, v. 13, n. 5, p. 623-633, 2011.

WODAK, R.; FAIRCLOUGH, N. Recontextualizing European higher education policies: The cases of Austria and Romania. **Critical Discourse Studies**, v. 7, n. 1, p. 19-40, 2010.

SEGUNDA PARTE - ARTIGOS

ARTIGO 1 – AS ÁGUAS MINERAIS A PARTIR DO MUNDO-DA-VIDA: CONSTITUIÇÃO DOS “GUARDIÕES DAS ÁGUAS” NO SUL DE MINAS GERAIS

RESUMO

As águas minerais carregam em si diversos motivos de conflitos e de interação social: são almeçadas pela exploração mineral, por suas características físico-químicas, e para consumo humano, por sua potabilidade e seu potencial para tratamento da saúde. Contrários aos processos de exploração e mercantilização das águas surgiram diferentes movimentos de “justiça hídrica”. Notadamente, os movimentos de “justiça hídrica” são formados, principalmente, por organizações da sociedade civil. Em geral, estes grupos são porta-vozes de outros saberes e fatos-valores nas relações humano-natureza. A questão que se coloca como fio condutor deste artigo é: como se formou o movimento dos “Guardiões das Águas” na luta pela proteção e preservação das águas minerais no contexto do Circuito das Águas de Minas Gerais? Assim, neste artigo descrevemos a constituição do movimento de justiça hídrica “Guardiões das Águas”, no Circuito das Águas de Minas Gerais, a partir da perspectiva do mundo-da-vida dos atores concernidos. Habermas (2012) considera os componentes do mundo-da-vida (cultura, sociedade e personalidade) como recursos, não apenas como restrições, tanto para a manutenção dos próprios componentes quanto para a reprodução do agir orientado para o entendimento. Destacamos que mesmo com os avanços da perspectiva habermasiana da Gestão Social não foi identificada pesquisa que mobilizou o conceito de mundo-da-vida em estudos empíricos. Dessa forma, este artigo busca contribuir nessa direção. O estudo emerge a partir de mais de dois anos de interação constante entre pesquisadores e organizações da sociedade civil, nos quais foram realizadas visitas, observações, diagnóstico participativo, conversas informais, coleta, sistematização e análise de documentos, enfim, um conjunto de práticas de vivências e de pesquisa. A interpretação dos dados se deu por meio do conceito de mundo-da-vida e, especificamente, utilizando-se das categorias sociedade, cultura e personalidade para explicitar a constituição de um movimento social. O “Guardiões das Águas” é um movimento cuja identidade unifica a luta pela valorização e proteção das águas minerais como bem comum, direito humano, patrimônio, saúde e identidade local, e se opõe aos processos de exploração comercial das águas minerais no Circuito das Águas. O movimento é formado, principalmente, por organizações da sociedade civil, e também por atores do poder público e moradores locais. Constituiu-se em resistência, desde os anos 2000, aos processos licitatórios da CODEMIG, interpretados pelos “Guardiões” como privatização das águas e colonização das tradições e valores. Concluímos mostrando entrelaçamentos entre cultura-personalidade-sociedade nos entendimentos das águas como elementos que os une, socializa, identifica, transmite saberes e são a maior “riqueza” na construção simbólica dos “povos das águas” e de seus guardiões.

Palavras-chave: Conflitos Hídricos. Sociedade Civil. Gestão Social.

1 INTRODUÇÃO

A água presente de diferentes formas na vida humana, incluindo no âmbito dos diversos conflitos socioambientais e nas mais diversas formas de interação social. Em específico, as águas minerais carregam em si diversos motivos de conflitos e de interação social: são almeçadas pela exploração mineral, por suas características físico-químicas, e pelo consumo humano, por sua potabilidade e seu potencial para tratamento da saúde. Devido a água ser fonte de vida ela está envolvida em diversos conflitos socioambientais, destacando aqueles que ferem os direitos humanos – lembrando que em 2010, a Assembleia-geral das Nações Unidas reconheceu o “direito humano à água”. Apesar deste reconhecimento, no âmbito local dos municípios e diversas regiões do Brasil, o “direito à água” ainda não se concretizou. A questão se torna menos pacífica ainda no caso das águas minerais as quais, segundo a Legislação Brasileira, é considerada minério e não bem de domínio público. Isso impossibilita que se adjudique sobre elas o necessário conceito de bem público para sua preservação de forma sustentável.

Historicamente, os conflitos em torno das águas envolvem questões como os direitos humanos (direito humano à água e, mais recentemente, o debate sobre o direito da natureza à água), a colonialidade da natureza, a atuação de multinacionais na lógica de mercado e a ótica econômica de tratamento das águas em detrimento da cultural, da social e da ambiental - fazem parte destes conflitos também questões de classe, gênero e etnia. Além disso, entre nós, a “doutrina brasileira ainda possui resistência de aceitar um possível direito da natureza à água” (CORTE, 2015, p. 564), no contexto desta tese, agravado pelo fato das águas minerais serem tratadas como minério e não como recursos hídricos de domínio público.

Contrários aos processos de exploração e mercantilização das águas surgiram diferentes movimentos de “justiça hídrica” (CORTE, 2015). Dentre eles um “[...] dos marcos da militância pela justiça hídrica [...] foi o caso *Guerra del Agua* ocorrido em Cochabamba na Bolívia entre 1998 a 2003” (CORTE, 2015, p. 565). Nossa pesquisa destaca os conflitos presentes no Circuito das Águas de Minas Gerais, mundialmente conhecido pelo caso de São Lourenço, que envolveu a multinacional *Nestlé Waters*. Com características específicas, os conflitos nessa região giram em torno da exploração das águas minerais.

Notadamente os movimentos de “justiça hídrica” são formados, principalmente, por organizações da sociedade civil. Em geral, estes grupos são porta-vozes de outros saberes e fatos-valores nas relações humano-natureza atualmente existentes. No caso da água mineral os movimentos demandam, principalmente, o reconhecimento dessas águas como bem cultural,

bem comum, direito humano e de domínio público e, conseqüentemente, advogam também uma mudança jurídica para que essas águas não sejam mais tratadas como apenas recursos minerais.

As legislações das águas minerais datam de períodos em que a questão ambiental ainda não era pauta do debate internacional e nacional (CORTE, 2015), e as modificações que tiveram não incluíram a sustentabilidade e a gestão descentralizada como elemento determinante da exploração, uso e gestão dessas águas. Atualmente as águas minerais estão sob a égide da Agência Nacional de Mineração (ANM), criada pela Medida Provisória nº 791 de 2017, que extinguiu o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Dessa forma, a Agência Nacional das Águas (ANA) não regula a exploração das águas minerais. Por isso, existe a discussão sobre uma mudança institucional, a saber: que as águas minerais passem a ser consideradas recursos hídricos e sejam incluídas na Política Nacional de Recursos Hídricos (GUIMARÃES, 2009; ALCÂNTARA; PEREIRA; VIEIRA, 2018).

Por isso, analisando o contexto do Estado de Minas Gerais, observamos que as águas minerais não estão sob a tutela do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), mas da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), que é detentora da concessão das fontes, ou melhor, do “negócio das águas minerais”, conforme a própria se refere. Vale notar que, após fevereiro de 2018, as atividades da CODEMIG referentes às águas minerais (e outras como turismo, indústria criativa, distritos industriais, etc.) passaram a ser executadas pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE).

No âmbito local do Circuito das Águas de Minas Gerais observamos disputas entre diferentes critérios de justificação. Dentre eles figuram aqueles da CODEMIG, pautados pelo negócio das águas minerais e pela “legalidade” do arranjo institucional delas no Brasil, e, por outro lado, as proposições dos “Guardiões das Águas”. Esses são um conjunto de atores e organizações locais que se denominam coletivamente de “Guardiões”, fundamentados na preservação ambiental, nos direitos humanos, nas tradições culturais locais e na concepção da água como bem cultural e como bem comum.

A identidade coletiva de “Guardiões das Águas” foi articulada nos últimos anos, principalmente em disputas contra processos licitatórios que visavam a exploração comercial das águas minerais, lançados pela CODEMIG. Tal identidade resulta de processos de resistência à colonização do mundo-da-vida pelo sistema, no sentido conceitual atribuído por Habermas (2012). Nesse contexto, a questão que se coloca como fio condutor deste artigo é: como se formou o movimento dos “Guardiões das Águas” na luta pela proteção e preservação das águas minerais, no contexto do Circuito das Águas de Minas Gerais, à luz do conceito de mundo-da-vida?

Considerando isso, neste artigo objetivamos descrever a constituição do movimento de justiça hídrica “Guardiões das Águas”, no sul de Minas Gerais, a partir da perspectiva do mundo-da-vida dos atores concernidos. O estudo se insere em uma ampla investigação a partir do campo de estudos da gestão social, especialmente a partir de uma perspectiva habermasiana (PERES JÚNIOR; PEREIRA, 2014; TEIXEIRA CRUZ, 2017; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017). Assim, este estudo emerge a partir de mais de dois anos de interação constante entre pesquisadores e organizações da sociedade civil. Nestas, foram realizadas visitas, diagnóstico participativo, conversas informais, coleta, sistematização e análise de documentos, enfim, um conjunto de práticas de vivências e de pesquisa com diferentes atores sociais. O estudo traz contribuições ao campo da Gestão Social ao apresentar uma dinâmica participativa e diacrônica de pesquisa empírica focada em uma problemática pouco investigada pelo campo e que envolvem conflitos pela exploração e gestão das águas. Além disso, apresenta a possibilidade de operacionalizar o conceito de mundo-da-vida (HABERMAS, 2012) como fundamentação teórica, guia para pesquisas empíricas e interpretação dos dados a partir das categorias sociedade, cultura e personalidade.

Além desta introdução (seção 1), o artigo apresenta uma discussão teórica sobre mundo-da-vida (seção 2), metodologia de pesquisa (seção 3), os resultados e discussão (seção 4 e 5) e, por fim, considerações finais (seção 6).

2 A PERSPECTIVA DO MUNDO-DA-VIDA

O principal objetivo da obra de Jürgen Habermas é desenvolver uma teoria da racionalidade que possa servir de base para a teoria crítica da sociedade. Nesse sentido, “o pensamento habermasiano pode ser considerado multiculturalista, pluralista e multifilosófico, porque promove um processo reflexivo aberto, dialógico e dialético crítico” (POLI, 2013, p. 13). Além disso, esse autor considera que a teoria habermasiana tem como *locus* privilegiado o mundo-da-vida. Existe outra perspectiva que compõe a visão dual habermasiana: a do sistema. No entanto, este artigo utiliza do conceito de mundo-da-vida como conceito teórico e guia para pesquisas empíricas e interpretação por meio das categorias sociedade, cultura e personalidade.

Cada participante da ação comunicativa possui um “horizonte móvel”, pois se insere em um mundo-da-vida dinâmico. Habermas (2012) argumenta que sempre que o conceito de mundo-da-vida foi escolhido como conceito básico para explicar uma teoria da sociedade ele foi enviesado por se concentrar, exclusivamente, em um dos três componentes estruturais: cultura, sociedade ou personalidade. Em contrapartida, Habermas (2012) entende o mundo-da-

vida formado pela cultura, pela sociedade e pela personalidade de forma articulada e dinâmica: cultura (reserva ou acervo de saberes no qual os participantes buscam suas interpretações), sociedade (ordens institucionais legítimas) e personalidade (competências que possibilitam ao sujeito falar e agir). Por isso, para falar de mundo-da-vida é necessário articulá-lo ao conceito de ação comunicativa.

Na sociedade contemporânea a ação comunicativa se encontra presente na formação da identidade, nas instituições e no processo de socialização. Isto significa que a reprodução simbólica da sociedade só pode ser realizada por ações comunicativas. Por isso, ação comunicativa e mundo-da-vida são apresentados pelo autor como conceitos complementares (HABERMAS, 2004). O mundo-da-vida, enquanto estoque de saber e de experiências, pode ser utilizado “como recurso interpretativo, como repositório linguisticamente organizado de suposições de fundo que se reproduz sob a forma de tradição cultural” (HABERMAS, 2010, p. 156). Como pode ser observado no Quadro 1 e no Quadro 2, além da cultura, Habermas (2012) considera sociedade e personalidade como recursos, não apenas como restrições, tanto para a manutenção dos próprios componentes quanto para a reprodução do agir orientado para o entendimento.

Quadro 1: Contribuições dos processos de reprodução para a manutenção dos componentes do mundo da vida segundo Habermas.

Componentes estruturais Processos de Reprodução	Cultura	Sociedade	Personalidade
Reprodução cultural	Esquemas de interpretação passíveis de consenso (“saber válido”)	Legitimações	Padrões de comportamento eficazes na formação, metas da educação
Integração social	Obrigações	Relações interpessoais reguladas legitimamente	Pertenças sociais
Socialização	Interpretações	Motivações para ações conforme a normas	Capacidades de interação (“identidade pessoal”)

Fonte: Habermas (2012, p. 259).

O mundo-da-vida cumpre papéis no processo de reprodução cultural, integração social e socialização. Por isso, se constitui o pano de fundo da ação comunicativa. Reforçando essa ideia, Habermas (2015, p. 16) diz que “as estruturas simbólicas do mundo-da-vida se reproduzem, então, por meio da continuidade do conhecimento válido, da estabilização da

solidariedade grupal e da formação de atores capazes de responder por seus atos”. Isso pode ser visto no Quadro 2.

Quadro 2: Funções de reprodução do agir orientado pelo entendimento segundo Habermas.

Componentes estruturais Processos de reprodução	Cultura	Sociedade	Personalidade
Reprodução cultural	Tradição, crítica, aquisição de saber cultural	Renovação do saber eficaz em termos de legitimação	Reprodução do saber de formação
Integração social	Imunização de um núcleo de orientações valorativas	Coordenação de ações por meio de pretensões de validade reconhecidas intersubjetivamente	Reprodução de padrões de pertença social
Socialização	Aculturação	Internalização de valores	Formação da identidade

Fonte: Habermas (2012, p. 261).

Dessa forma, a intersubjetividade que marca as relações sociais na ação comunicativa, segundo Habermas (2004), ocorre imersa e recorrendo a três tipos de saberes existentes no mundo-da-vida: o saber de pano de fundo (próprio do mundo-da-vida), o saber contextual (referente a temas problematizados, de primeiro plano) e o saber relativo a um horizonte da situação. Para Habermas (2012), todo o processo de entendimento ocorre mediante o pano de fundo de um pré-entendimento, uma pré-compreensão exercitada culturalmente.

O MV [mundo-da-vida] é um grande acervo cultural, não apenas de referências simbólicas ou definições específicas relacionadas a objetos concretos com os quais os agentes da ação social convivem. Ele é, para Habermas, um acervo de concordâncias, de definições consensuais sobre as quais não é necessário debater para chegar a uma conclusão. (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2013, p. 154).

O mundo-da-vida é um contexto formador de horizontes dos processos de entendimento, desempenhando papel constitutivo na compreensão. Como recurso do movimento de interpretação o mundo-da-vida “pode ser representado como um acervo linguisticamente organizado de planos de fundo, que se reproduzem na forma de tradição cultural” (HABERMAS, 2015, p. 15). São, então, delimitados temas, restrições e ingredientes das situações de ação traduzidos em fatos, normas e experiências.

Enquanto o ator mantém sobre as suas costas o mundo da vida, como um recurso da ação orientada ao entendimento, as restrições que as circunstâncias impõem à execução do seu plano se colocam como ingredientes da situação. Ingredientes estes que, no sistema de referência dos três conceitos formais de mundo [objetivo, social e subjetivo], podem ser classificados como fatos, normas e experiências. (HABERMAS, 2015, p. 13).

As situações – seções do mundo-da-vida relevantes para o caso – é que delimitam os saberes que serão problematizados, deixando o restante do estoque de saber não tematizado, apenas como apoio à reflexividade. Há, portanto, um conhecimento de fundo implícito que não se pode por em dúvida à vontade. Já o conhecimento explícito é aquele que pode ser colocado em questão e pode ser fundamentado. O fragmento do mundo-da-vida relevante para determinado caso é susceptível de “tematizar-se à vontade”, à medida que os agentes comunicativos promovem emissões que os transformam em temas (HABERMAS, 2012).

De acordo com Habermas (2004, p. 104), o pano de fundo do mundo-da-vida é capaz de absorver eventuais riscos de dissensão e estabelecer um “muro contra surpresas”, pois os atores movem-se num “horizonte de convicções comuns não problemáticas”. Por isso, a maior parte do que é dito no cotidiano está inserida em certezas “previamente consentidas”, porque fazem parte do mundo-da-vida. É um acervo que escapa à pressão da crítica e das experiências novas que rompem com o consenso.

No entanto, esse saber não temático do pano de fundo pode se dar à problematização sob condições especiais. Basta haver um deslocamento do horizonte da situação ou tema. Assim, a atenção se dirige para a violação dos pressupostos até então partilhados. O saber do pano de fundo pode ser retirado do “*modus* inacessível” por meio de um esforço metódico e contínuo, convertendo-se, assim, em tema. É nesse cenário que a pressão dos momentos de crise altera as condições de tematização: “[...] é a força problematizante das experiências críticas que distingue o pano de fundo do mundo da vida do respectivo primeiro plano” (HABERMAS, 2004, p. 105). Isso se torna relevante para entender como se constituem os movimentos sociais diante de questões críticas, eventos inesperados e que fogem a pré-interpretação dos atores.

Destacamos que mesmo com os avanços da perspectiva habermasiana da gestão social (TENÓRIO, 1998; PERES JÚNIOR; PEREIRA, 2014; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015; TEIXEIRA CRUZ, 2017; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017) não foi identificado pesquisa que mobilizou o conceito de mundo-da-vida em pesquisas empíricas. Assim, este artigo busca contribuir nessa direção. No que se refere às águas, destacamos que a perspectiva do mundo-da-vida nos permite descrever outros saberes, para além daqueles destacados pelos porta-vozes das causas ambientais, como economicistas, ambientalistas e juristas. Em destaque,

permite captar diferentes culturas das águas, permitindo ainda compreender conflitos pelas águas e relações entre saberes científicos e populares.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Habermas (2012) argumenta que é somente a partir da visão do mundo-da-vida ou dos participantes que é possível compreender o sentido das ações. Isso se faz coerente com a perspectiva de parte do campo da Gestão Social que busca embasamento na Teoria da Ação Comunicativa (TENÓRIO, 1998; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Por isso, a pesquisa que subsidiou este trabalho foi realizada por meio da participação e interação do pesquisador com os atores sociais que constituem o movimento “Guardiões das Águas”. O trabalho de campo foi realizado em parceria com outros quatro pesquisadores da universidade no município de Cambuquira, Minas Gerais, que faz parte do Circuito das Águas, uma região turística que possui uma tradição com suas águas minerais.

Cambuquira, com população estimada, em 2017, em 13.053 habitantes, é historicamente marcada por disputas e conflitos entre atores do Estado, do mercado, da sociedade civil em torno de diferentes práticas de gestão, uso e exploração das águas minerais (TEIXEIRA CRUZ, 2017). Nas diversas fontes do município as águas minerais aparecem de forma plural em várias práticas como crenoterapia, turismo, uso local como alimento, engarrafamento, contestação de editais, dentre outras (ALCÂNTARA; PEREIRA; VIEIRA, 2018). É notório a percepção de moradores locais e ativistas de que as águas minerais de Cambuquira são “virtuosas” e “milagrosas”. As relações do pesquisador com atores sociais de Cambuquira acontecem desde fevereiro de 2016, sendo que os principais momentos de interação são descritos no Quadro 3.

Quadro 3: Sistematização dos eventos envolvendo pesquisadores e organizações da sociedade civil de 2016 a abril de 2018.

Data	Atividade
23 fevereiro de 2016	Uma ex-presidente da ONG Nova Cambuquira de Cambuquira, Minas Gerais, ministrou a palestra “Gestão social da água no município de Cambuquira” na Universidade Federal de Lavras. Esse evento marcou o início das atividades de pesquisa.
20 de abril de 2016	Primeira viagem ao município de Cambuquira, Minas Gerais. Foram visitadas as seguintes localidades: Prefeitura Municipal de Cambuquira, Parque das Águas, Hotel Cambuquira, Casa de membros da ONG Nova Cambuquira, Fonte do Marimbeiro, Biblioteca Municipal de Cambuquira e realizada uma ampla caminhada pelo município.
13 de junho de 2016	Coleta de dados para análise documental. Foram visitadas as seguintes localidades: Biblioteca Municipal de Cambuquira e casa de membros da ONG Nova Cambuquira.
25 à 29 de julho de 2016	Coleta de dados para análise documental realizada por diversos pesquisadores. Foram visitadas as seguintes localidades: Biblioteca Municipal de Cambuquira, Câmara Municipal de Cambuquira, Observatório Centauro, hotéis e ruas da cidade
16 à 20 de janeiro de 2017	Realização do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). Foram visitadas as seguintes localidades: Escola Municipal de Educação Infantil Georgina Bacha, Hotéis e ruas da cidade. O DRPE permitiu uma semana de interação com membros da ONG Nova Cambuquira, alguns atores do Poder Público local e da comunidade.
01 a 11 de fevereiro de 2017	Participação no seminário “Agenda 2030 Cambuquira – Transformação local para o desenvolvimento sustentável” com a presença de pesquisadores, membros da ONG Nova Cambuquira e AMPARA, moradores locais, entre outros. Foram visitadas as seguintes localidades: Grande Hotel Brasília, Parque das Águas e caminhadas pela cidade e pela zona rural. Coincidiu que, no dia 07 de fevereiro, a CODEMIG lançou a Consulta Pública que foi relevante para a rearticulação dos “Guardiões das Águas”.
03 de junho de 2017	É realizado o Fórum de discussão “Gestão Sustentável do Parque das Águas - Desafios e alternativas jurídico-institucionais” em Caxambu. O Fórum foi uma realização da Sociedade Amigos do Parque das Águas (AMPARA) e contou com a participação de pesquisadores, ativistas, Ministério Público, comunidade, entre outros atores.
19 de agosto de 2017	2ª Reunião da Força Tarefa - Mudanças relacionadas à água mineral. Ocorreu no Observatório Centauro em Cambuquira, Minas Gerais. O encontro contou com a participação de ativistas, pesquisadores, moradores locais e gestores públicos que buscam uma nova visão jurídica para as águas minerais. O encontro foi mobilizado principalmente pela ONG Nova Cambuquira. O projeto de doutorado que resultou na presente tese foi apresentado no evento.
02 de novembro de 2017	Reunião com dois participantes da ONG Nova Cambuquira (atual presidente e tesoureira). Discussão de questões relacionadas às águas minerais e sobre a realização de um evento para discutir o tema.
07 de dezembro de 2017	É realizado I Colóquio Esferas em Diálogos, com o tema “Práticas de Gestão das Águas Minerais”. O evento discutiu diferentes práticas de gestão das águas minerais a partir de experiências e pesquisas em municípios do Circuito das Águas de Minas Gerais. Participaram do evento professores, pesquisadores e discentes, representantes de ONGs, do Ministério Público e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). O evento foi uma forma de apresentar, publicizar e debater com diferentes organizações as pesquisas e movimentos que estão sendo realizados na região.
14 de abril de 2018	É realizado o I Fórum Alternativo das Águas Minerais (I FAMA Minerais). O evento foi uma iniciativa da ONG Nova Cambuquira em parceria com o NEAPEGS. O objetivo do evento foi enriquecer reflexões que contribuam para o reconhecimento das águas minerais como direito humano. Houve a participação de pesquisadores, organizações da sociedade civil, órgãos governamentais, comunidade e outros atores e instituições.

Fonte: Do autor (2018).

Para a coleta de dados foram utilizadas as seguintes técnicas: (a) Observação Participante, (b) Pesquisa Documental e (c) Entrevistas. Na observação participante (a) foi direcionada atenção às práticas históricas de gestão das águas, especificamente, no que tange aos aspectos materiais (fontes, consumo e coleta da água mineral, estrutura física, situações dos hotéis e vegetação em volta das fontes, estrutura de captação e coleta das águas minerais, e organização das fontes). Os pesquisadores também visitaram locais de caminhada em volta da cidade junto com membros da ONG Nova Cambuquira e da Prefeitura Municipal, participaram de reuniões com o prefeito da gestão anterior e da gestão atual. Além disso, foram acompanhadas ações, relações sociais, representações e atitudes dos diferentes atores envolvidos na gestão das águas minerais, especialmente, atores da sociedade civil, do Poder Público local e da comunidade. Cabe notar que os pesquisadores ao longo de mais de dois anos se envolveram com os sujeitos do movimento “Guardiões das Águas” e alcançaram o que se denomina na pesquisa em ciências sociais de *rapport* (relação de sintonia e empatia dos sujeitos do movimento social com os pesquisadores).

Na pesquisa documental (b) foram analisados históricos e relatórios de gestão, publicações institucionais, legislações, editais da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) visando exploração comercial das águas minerais (além de reportagens em jornais, revistas e páginas da internet, páginas oficiais e redes sociais sobre os editais e os movimentos contrários) e materiais audiovisuais disponibilizados pela ONG Nova Cambuquira. Além de textos e imagens publicados no grupo do *WhatsApp* “Programa Ondas” que foi criado para difundir informações e estabelecer interações entre muitas pessoas geograficamente distantes e “Diário Águas da Fonte” no *Facebook*. Destacamos que o grupo do *WhatsApp* “Programa Ondas” é o principal meio de comunicação e mobilização dos “Guardiões das Águas”.

Por fim, realizamos (c) entrevistas com dois “Guardiões das Águas” tendo em vista compreender algumas questões que tinham ficado em aberto nas análises – uma entrevista com representante da ONG Nova Cambuquira e outra com representante da Associação Caxambu Mais. Nas entrevistas perguntamos “quem são os Guardiões das Águas?”, “De onde veio esse nome? Por quais razões ele é usado?”, “Quando esse movimento se originou?”, “Como os guardiões das águas visualizam o tratamento da CODEMIG acerca do que ela denomina de negócios das águas?” e “Qual o principal objetivo dos guardiões das águas?”.

A interpretação dos dados se deu a partir do conceito de mundo-da-vida e, especificamente, utilizando das categorias sociedade, cultura e personalidade para explicitar a constituição do movimento. Para apresentar os resultados fizemos uma descrição dos momentos

centrais de constituição dos “Guardiões das Águas”, apresentamos os significados difusos das águas minerais, os temas e questões problemáticas enfrentadas por eles e os entrelaçamentos entre cultura, sociedade e identidade no âmbito dos “Guardiões das Águas”.

4 O CONTEXTO DA CONSTITUIÇÃO DOS “GUARDIÕES DAS ÁGUAS”

As águas são motivos de diversos conflitos socioambientais em todo o mundo. As águas minerais, com suas especificidades, também participam destes conflitos, como aqueles presentes no Circuito das Águas de Minas Gerais. Existe uma diversidade de conflitos e disputas em torno das águas minerais que decorrem dos diferentes modos de representar, gerir e co-viver com bens naturais. No Brasil, e no caso das águas minerais, os conflitos são agravados pelo fato dessas águas serem juridicamente consideradas bens minerais. Nisso, a questão das águas minerais no Brasil envolve diferentes atores, como os estatais, empresariais, organizações da sociedade civil e atuação do Ministério Público, e as relações de conflitos entre diferentes e dinâmicas coletividades que constituem movimentos sociais. Para sintetizar o contexto apresentamos alguns acontecimentos e controvérsias que se tornaram presentes nos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari – lembrando que existem relações de proximidades históricas entre estes três municípios: as “três irmãs” (GUIMARÃES, 2009; TEIXEIRA CRUZ, 2017), fato relevante, pois são nestes três municípios que se mobilizam fortemente a identidade coletiva dos “Guardiões das Águas” (especialmente, Cambuquira e Caxambu).

Vale destacar a presença de três organizações não governamentais com forte atuação nos movimentos em prol de uma gestão mais democrática e sustentável das fontes de água mineral nos municípios de Cambuquira e Caxambu: ONG Nova Cambuquira, AMPARA e Associação Caxambu Mais. As três organizações são associações privadas, sem fins lucrativos, e atuam em prol da preservação ambiental, cultural e da proteção às fontes de águas minerais. A ONG Nova Cambuquira foi fundada em 2001 e tem como missão promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, aos recursos hídricos, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, especialmente, os relativos às águas minerais. A Sociedade Amigos do Parque das Águas (AMPARA), fundada em 2001, e a Associação Caxambu Mais, fundada em 2008, ambas no município de Caxambu, possuem cerca de 10 voluntários cada uma e têm como principal objetivo à preservação do Parque das Águas de Caxambu e o resgate da identidade das estâncias hidrominerais localizadas na região do Circuito das Águas de Minas Gerais.

Foram marcantes os conflitos no início da década de 2000, especialmente, em 2001, 2005-2006 e, mais recente, em 2017-2018. Foram nessas disputas que foi criada, em 2001, a ONG Nova Cambuquira. Essa organização se empenhou para que Cambuquira se tornasse “Comunidade Azul” (*Blue Community*), como forma de proteger as águas minerais do município frente às fragilidades da legislação que rege a matéria e dos interesses privados na exploração em alta escala das águas minerais.

Em 2014, pelo ativismo em torno das águas, o município recebeu do grupo canadense *The Council of Canadians* o selo de “Comunidade Azul”. Na Figura 1 pode-se ver as pessoas que participaram do evento de entrega do certificado, inclusive a própria Maude Barlow. Para o Selo ter validade a Câmara Municipal aprovou o Decreto Municipal nº 2121, de 11 de março de 2014, que proíbe a venda e circulação de água industrializada em eventos públicos municipais. A ideia da “Comunidade Azul” é proteger as águas pelo reconhecimento delas como um direito humano. O evento de entrega do selo contou com a presença de Maude Barlow (escritora, pesquisadora, ativista e presidente do *The Council of Canadians*), a presença do prefeito de Cambuquira na época, membros da ONG Nova Cambuquira, promotor de Justiça do Ministério Público do Meio Ambiente, entre outros atores. O selo permitiu que os sujeitos que se engajavam na causa das águas minerais se integrassem mais em Cambuquira, pois o mesmo tornou-se um símbolo importante nas disputas contra os editais e demais processos.

Figura 1: Fotografia da visita de Maude Barlow e entrega do certificado de “Comunidade Azul”.



Fonte: Disponibilizado pela ONG Nova Cambuquira.

A denominação de “Guardiões das Águas” já era utilizada em Caxambu, por pessoas ligadas, principalmente, à Associação dos Amigos do Parque das Águas (AMPARA) e ganhou mais integrantes e visibilidade a partir do enfrentamento de uma nova problemática, em 2017. Durante todo o ano de 2017, em suas ações o movimento articulou essa identidade em práticas de contestação às decisões da CODEMIG, como também em práticas diárias de sustentabilidade ambiental, preservação e proteção das águas minerais, além da conscientização sobre a importância das mesmas.

Com o movimento contra a Consulta Pública em fevereiro de 2017 e a judicialização do processo, a CODEMIG não lançou o edital como previsto. Todavia, o edital (pregão presencial 07/2017) foi lançado no final de novembro de 2017. Esse visava “seleção de parceiro privado para constituição de Sociedade em Conta de Participação destinada à exploração do negócio de águas minerais nas unidades de Caxambu-MG e Cambuquira-MG” (MINAS GERAIS, 2017). Ele foi interpretado pelos “Guardiões” como privatização das águas, colonização das tradições e dos valores locais e, assim, houve contraposição ao edital a partir de novas mobilizações. Após ações de organizações da sociedade civil, decisões judiciais contra e favoráveis ao processo licitatório, a CODEMIG selecionou uma empresa para a parceria. Os “Guardiões das Águas” representados pelas ONG Nova Cambuquira, Associação Caxambu Mais e Sociedade Amigos do Parque das Águas (AMPARA) entraram com uma ação civil pública que pediu, entre outros itens, a suspensão do processo licitatório.

Esse histórico torna-se importante do ponto de vista do mundo-da-vida, pois para compreender a constituição do movimento é preciso integrar os elementos da cultura, do tempo histórico e das identidades que, conforme Habermas (2015, p. 17) analisa:

[...] o processo de reprodução conecta as novas situações com as condições existentes do mundo da vida e isso tanto na dimensão semântica dos significados ou dos conteúdos (da tradição cultural) quanto nas dimensões do espaço social (dos grupos socialmente integrados) e do tempo histórico (das gerações que se sucedem umas às outras).

Na formação dos “Guardiões das Águas” as organizações da sociedade civil mais importantes foram Nova Cambuquira, AMPARA e Caxambu Mais. Além dessas, participam ativistas de outras cidades e regiões. Todavia, os “Guardiões das Águas” não são formados somente por organizações da sociedade civil, mas também por pesquisadores universitários, moradores das cidades de Cambuquira, Caxambu e Lambari (especialmente em Cambuquira que tem maior adesão da população local), membros do Ministério Público e do Poder Público

local (especialmente, prefeito e vereadores de Caxambu, já que em Cambuquira a participação do poder público é muito pequena no movimento).

Nesse contexto de conflitos em torno da possibilidade de exploração comercial das águas minerais é que os “Guardiões das Águas” se tornou um grupo que carrega essa identidade coletiva e mobiliza a mesma em diversas ações, desde a conscientização nas escolas, na construção de processos jurídicos, em protestos em ruas, na mobilização em redes sociais e outras ações de proteção e preservação das águas, bem como de contestação dos instrumentos para exploração das águas minerais como um negócio.

5 AS ÁGUAS NO MUNDO-DA-VIDA DOS GUARDIÕES

5.1 De volta ao mundo-da-vida ou seguindo os “Guardiões das Águas”

Acompanhamos diversos atores da sociedade civil, Nova Cambuquira, Caxambu Mais e AMPARA, que participavam do seminário “Agenda 2030 Cambuquira – Transformação local para o desenvolvimento sustentável”, ocorrido em fevereiro de 2017. Coincidindo com o decorrer do evento, no dia 7 de fevereiro de 2017, a CODEMIG lançou a “consulta pública sobre a licitação para o projeto de exploração de águas minerais”, em que disponibilizava a minuta do futuro edital para o “projeto de exploração de águas minerais”. A partir desse fato ocorreram várias discussões entre os membros das organizações da sociedade civil sobre a consulta e a minuta do edital, a saber: seus impactos; a publicização da questão em redes sociais e mídias alternativas que tratam da questão ambiental; a mobilização para um abaixo-assinado e coleta de assinaturas; o contato com rede de TV regional para cobrir a discussão; e conversas com ativistas de diferentes movimentos, além de vereadores, prefeito, moradores locais e membros do Ministério Público.

Delimitamos o entorno deste contexto ou situação de ação (HABERMAS, 2015) para apresentar o momento que verificamos ser um dos centrais para a constituição dos “Guardiões das Águas”. Dessa forma, entendemos que foi na resistência a esse processo da CODEMIG que a identidade “Guardiões das Águas” foi novamente re-articulada e ganhou novos significados, atores e forças. No sítio eletrônico do Avazz.ORG Petições da Comunidade, no mesmo dia (07 de fevereiro), foi criada a petição denominada de “CODEMIG: vamos salvar as águas milagrosas de Cambuquira e Caxambu” criada pela ONG Nova Cambuquira. A petição afirmava que a CODEMIG lançou “um processo de consulta pública para ‘vender’ as nossas águas para empresas predadoras! Querem acabar com o nosso maior patrimônio, nosso bem

mais precioso, que a natureza nos concedeu, oferecendo ao predador de mãos beijadas!”. O texto identificava a água mineral como “tesouro”, “vida”, “saúde”, “direito humano” e “bem público”. Estes são os significados mais comuns compartilhados pelos “Guardiões das Águas”, complementado pela expressão “água não é mercadoria” presente em outros contextos como no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA).

Para discutir o processo licitatório da CODEMIG, em 15 de fevereiro de 2017, a Câmara Municipal de Caxambu realizou uma Audiência Pública com a comunidade, organizações da sociedade civil, poder público e outros atores, onde a maior parte se manifestou contrária ao processo. A AMPARA, ONG RenovaMata e ONG Nova Cambuquira promoveram, no dia 4 de março, uma manifestação contra a Consulta Pública e o edital que seria publicado. Em faixas haviam as expressões: “#Parem O Edital”, “Água é vida, não é mercadoria” e “Parem o edital, é um crime ambiental!”. Também, nesse evento, foi mobilizada a expressão “#Somos Guardiões das Águas”. A Figura 2 é representativa de todo o movimento. Nela, discursos, relações sociais, ações, pessoas evidenciam um movimento contrário ao processo licitatório. Muitas pessoas, incluindo a presidente da AMPARA, usam roupas na cor azul que lembra água. Uma participante usava uma camiseta da ONG Nova Cambuquira, os cartazes dizem “Parem o Edital” (à esquerda) e “#SomosGuardõesdasÁguas” e os participantes gritavam frases como “parem o edital”. Nesse evento e durante todo o ano de 2017, a identidade coletiva dos “Guardiões” ficou marcada também pela relação com as expressões “água: um elemento que nos une como povo” e “as águas somos nós”.

Figura 2: Manifestações dos “Guardiões das Águas” em Caxambu, Brasil.



Fonte: André (2017).

É importante ressaltar que essas manifestações feitas por uma linguagem não-oficial das águas – já que a oficial da CODEMIG envolve negócios, exploração e recursos – mostra, lembrando Bakhtin, a novidade:

A ideia de instauração da novidade em um espaço público de liberdade mediante o uso da linguagem pode ser também encontrada nos trabalhos de Bakhtin sobre Rabelais e a cultura popular medieval (o carnaval das praças públicas). A linguagem utilizada nessas festividades representava “tudo o que é diretamente ligado à vida da praça pública, que traz a marca do caráter não-oficial e da liberdade da praça pública” (BAKHTIN, 2002: 132). [...]. (PAULA; SEVERO, 2009, p. 61).

Apesar da ideia ter sido usada anteriormente, essa manifestação com os símbolos dos “Guardiões das Águas” marcou a rearticulação do movimento. Essa rearticulação com novos participantes, mais jovens, inclusive, foi importante, dado que “[...] o conteúdo das tradições culturalmente transmitidas de geração em geração é sempre um conhecimento adquirido por pessoas. Sem a apropriação hermenêutica e o posterior desenvolvimento do conhecimento cultural através das pessoas, nenhuma tradição pode progredir ou ser mantida” (HABERMAS, 2002, p. 144).

O estoque de conhecimentos das ONGs e a experiência adquirida no passado são re-significados para atuação no presente, como no caso das atividades realizadas por participantes junto às escolas municipais: os alunos utilizaram fitas com escritas como “somos os guardiões das águas”, dentre outras. Como exemplo mais recente, a identidade de “Guardiões das Águas” foi mobilizada no Abraço ao Parque das Águas de Caxambu, realizado em 23 de março de 2018, com a participação das escolas municipais, ativistas e poder público local.

Essa descrição revela também, a partir do mundo-da-vida dos concernidos, o poder transformador da comunicação (HABERMAS, 2012) que constitui o movimento dos “Guardiões das águas” enquanto identidade coletiva. Diante da Consulta Pública o movimento se tornou mais forte e unificou-se em torno da contestação do processo licitatório. Suas ações foram construídas cotidianamente em práticas de proteção, conservação e conscientização para a questão das águas minerais, por meio de redes sociais, grupos *on-line*, compartilhamento de informações, conversas e mobilização da comunidade local, participando de audiências públicas, entre outras atividades cotidianas de engajamento, mostrando que as ações não se restringem apenas ao impedimento do edital via ação civil pública. Os autores, inclusive, apresentam modelos de gestão para as águas minerais que dialoga com as discussões do campo da Gestão Social:

[...] o movimento *Os Guardiões das Águas* propõe que seja adotado um modelo de Gestão Social, não apenas no caso de Caxambu e de Cambuquira, como para Águas e Parques de todo o circuito do Sul de Minas. [...] para implementar esta Gestão Social deve-se formar um Conselho Gestor intermunicipal para as Águas e Parques. [...] na composição deste Conselho Gestor devem estar: CODEMIG, Prefeituras, Câmaras Municipais e entidades da sociedade civil organizada, garantindo assim a participação de um amplo e representativo leque de setores sociais. (GGN, 2018).

Destacamos que muitas outras mobilizações e ações foram importantes para a rearticulação do movimento. Todavia, o objetivo aqui não é listar todas, mas descrever aquelas que mais contribuíram ou fomentaram a visibilidade, construção de solidariedade entre os membros dos “Guardiões das Águas”. Há uma pluralidade de entendimento que se encontra bastante difusa em torno das águas minerais. Entretanto, os “Guardiões das Águas” articularam os entendimentos em prol da preservação e proteção das águas minerais, negociando definições em comum para as situações (HABERMAS, 2012).

5.2 Interpretando as ações a partir do mundo-da-vida dos “Guardiões das Águas”

A pergunta inicial desta seção é: os “Guardiões das Águas” guardam quais águas minerais? Essa questão faz sentido quando observamos a pluralidade de entendimentos e representações das águas minerais presentes no Circuito das Águas. Pluralidade não somente no sentido das diferentes fontes e composições químicas, mas das práticas sociais e dos entendimentos das águas minerais. No Quadro 4 organizamos, a partir da pesquisa documental e da observação participante, diferentes entendimentos sobre as águas minerais. A partir do contexto legal e empresarial, as águas são consideradas bem mineral, minério, negócio, mercadoria ou outros meios para alcançar resultados econômico-financeiros. Essa noção aparece na CODEMIG (e continua na CODEMGE), na Agência Nacional de Mineração e na Associação Brasileira de Indústria de Águas Minerais (ABINAM). Diferentes destes entendimentos, a partir do mundo-da-vida dos “Guardiões das Águas”, emergem entendimentos dessas águas como saúde, identidade e tradição local, direito humano e bem comum, patrimônio natural e cultural, e ainda algo nobre e sagrado. Os “Guardiões” buscam reconhecimento pelas suas identidades em torno das águas minerais que existem para eles, não como minério, *commodity*, negócio ou bem econômico. Assim, eles possuem outros valores compartilhados. O que temos aqui são outras gramáticas de direitos à água mobilizadas por estes atores.

Quadro 4: Diferentes entendimentos sobre as águas minerais.

Entendimento	Externalizações
Saúde	“água é terapêutica”, “águas que curam”, “água mineral com propriedade medicinal”, “as águas minerais são tradição da crenoterapia”, “água mineral é saúde”, “água mineral é terapia”, “água é vida é saúde” e “preciosos auxiliares da terapêutica”.
Identidade e tradição local	“á água formou a cidade”, “nós fomos formados em torno das fontes”, “um elemento que nos une como povo” e “identidade [...] como se a água mineral tivesse correndo aqui nas nossas veias”.
Direito humano e bem comum	“água é direito humano”, “água não é mercadoria”, “não privatizem nossas águas minerais”, “salvem nossas águas”, “deve ser aberta à todos”, “a prioridade é de uso” e “bem comum”.
Recurso hídrico	“águas minerais devem ser consideradas recursos hídricos” e “são recursos hídricos e não minério”.
Mercadoria	“negócio das águas minerais”, “riquezas sem fim para os que exploram a água”, “fonte de renda” e “mercado das águas envasadas”.
Minério	“água é minério”, “bem mineral”, “pertencem à União” e “direito de exploração”.
Mercadoria e commodity	“negócio das águas minerais”, “royalties da água mineral”, “parceria para exploração das águas” e “negócios das águas minerais”
Produto turístico	“dependemos do turismo atraído pelas águas minerais”, “água como produto turístico” e “queremos o turista na fonte”.
Patrimônio natural e cultural	“encontramos aqui um patrimônio, histórico, social, ambiental”, “cultura das águas”, “patrimônio natural”, “patrimônio da cidade”, “bem cultural”, “nosso maior patrimônio”, “bem imaterial” e “precisamos valorizar esse patrimônio riquíssimo”.
Nobre e sagrada	“nobreza daquelas águas”, “verdadeiras dádivas divinas”, “riqueza única no mundo”, “ricas águas minerais”, “bem tão precioso e raro na natureza”, “únicas no planeta”, “nosso bem mais precioso”, “únicas no mundo e cabe a nós preservá-las”, “águas milagrosas” e “verdadeiras dádivas divinas”.

Fonte: Do autor (2018).

Segundo uma entrevistada da ONG Nova Cambuquira, e, uma das maiores mobilizadoras dos “Guardiões das Águas”:

Os valores compartilhados pelos guardiões das águas é a consciência, a consciência dessa história, dessa herança que a gente carrega [...] os nossos valores é manter acessa essa chama para que outras pessoas possam se identificar futuramente como guardiões das águas, se colocar como agentes ativos dessa localidade, que é no caso, Cambuquira, Caxambu, enfim, todas essas estâncias minerais. Então, os valores que a gente compartilha enquanto guardiões das águas é de defensores, enquanto defensores, pessoas que são herdeiras de uma determinada história, de uma determinada cultura e de um determinado tempo. (ENTREVISTADA, ONG NOVA CAMBUQUIRA).

O reconhecimento que os “Guardiões das Águas” lutam por obter perpassa pela existência das águas minerais como bem comum, bem cultural, saúde, tradição, identidade, medicamento, alimento, direito humano e vida. Estes atores têm suas teorias e práticas definidas em torno das águas minerais. Portanto, não se trata, neste artigo, teorizar sobre suas práticas

como se suas ações fossem desprovidas de teorias. Na verdade, são providas e promovem valores, argumentos, emoções, sentimentos, interesses e visões de mundo.

O que a gente está fazendo mais ainda do que preservar a fonte, é preservar essa construção coletiva que é essa história, que é essa cultura, que é esse elemento identificador da água, em conjunto com as experiências dos povos das águas, toda essa herança que a gente recebeu aqui. (ENTREVISTADA, ONG NOVA CAMBUQUIRA).

Vale ressaltar que, para o movimento, conforme uma entrevistada revela, “a água mineral é o elemento que nos identifica e que nos torna o que nós somos”. Isso para “aqueles povos das águas que não conseguem se diferenciar da água” (ENTREVISTADA, ONG NOVA CAMBUQUIRA), como ressalta a entrevistada, destacando a relação entre as águas minerais, a personalidade e a cultura (HABERMAS, 2012) dos moradores locais.

Dessa forma, podemos afirmar que estes atores contribuíram para formar um espaço público, isto é, um *locus* “[...] de circulação dos discursos, dos gêneros discursivos, de atos de linguagem e de práticas sociais variadas, onde os sujeitos estabelecem relações dialógicas entre si e com o seu objeto discursivo” – “[...] são participantes, por um lado, do processo de constituição de suas identidades e, por outro, do processo de produção de sentidos e de interpretações, produzindo efeitos sobre a ação dos sujeitos no mundo” (PAULA; SEVERO, 2009, p. 53).

5.3 Entrelaçamentos entre cultura, sociedade e identidade

A partir dos elementos captados no mundo-da-vida dos atores observamos que a busca de um acordo no debate entre as partes parece estar prejudicada pela forma como a CODEMIG reage ao movimento por meio de imposições técnicas e jurídicas: a influência da CODEMIG ocorre não via acordo, mas via imposições. As ações da CODEMIG são medidas pelo código econômico-financeiro, revelando relações reguladas pela troca (mercantil) e pelo poder (ordem instrumental). Portanto, busca em termos habermasianos o êxito das suas ações pautada na rentabilidade do negócio das águas minerais. Dessa forma, os mecanismos sistêmicos institucionais acionados – dinheiro e poder (para fazer a concessão das águas) – querem se abster dos valores locais. Isso leva a um dissenso entre a CODEMIG e os “Guardiões das Águas”, dado que não há reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade levantadas pelo movimento social. As ações da CODEMIG são claramente instrumentais, considerando que seu êxito se vê regulado pelo poder burocrático. No caso deste ator a “rentabilidade

constitui o critério no qual se calculam as chances de êxito da ação” (HABERMAS, 2015, p. 7).

Nos termos dos mundos de Habermas (2012), um dos focos dos conflitos em torno das águas minerais ocorre no mundo social no qual, de um lado, as ordens institucionais e regras permitem a exploração das águas e, por outro, as tradições locais reconhecem a água como patrimônio público e fonte de identificação cultural. Observamos também que os “Guardiões das Águas” do Circuito das Águas de Minas Gerais expressam uma pré-compreensão diferente, no que se refere à água mineral, daquela pré-compreensão que possuem os integrantes do mundo político e administrativo (sistema). É a partir da pré-compreensão, adquirida pelos diferentes atores, que eles assumem suas posições. Para que o diálogo aconteça é preciso que um lado esteja aberto à pré-compreensão do outro, ambos dispostos a fundar o acordo por meio do conhecimento.

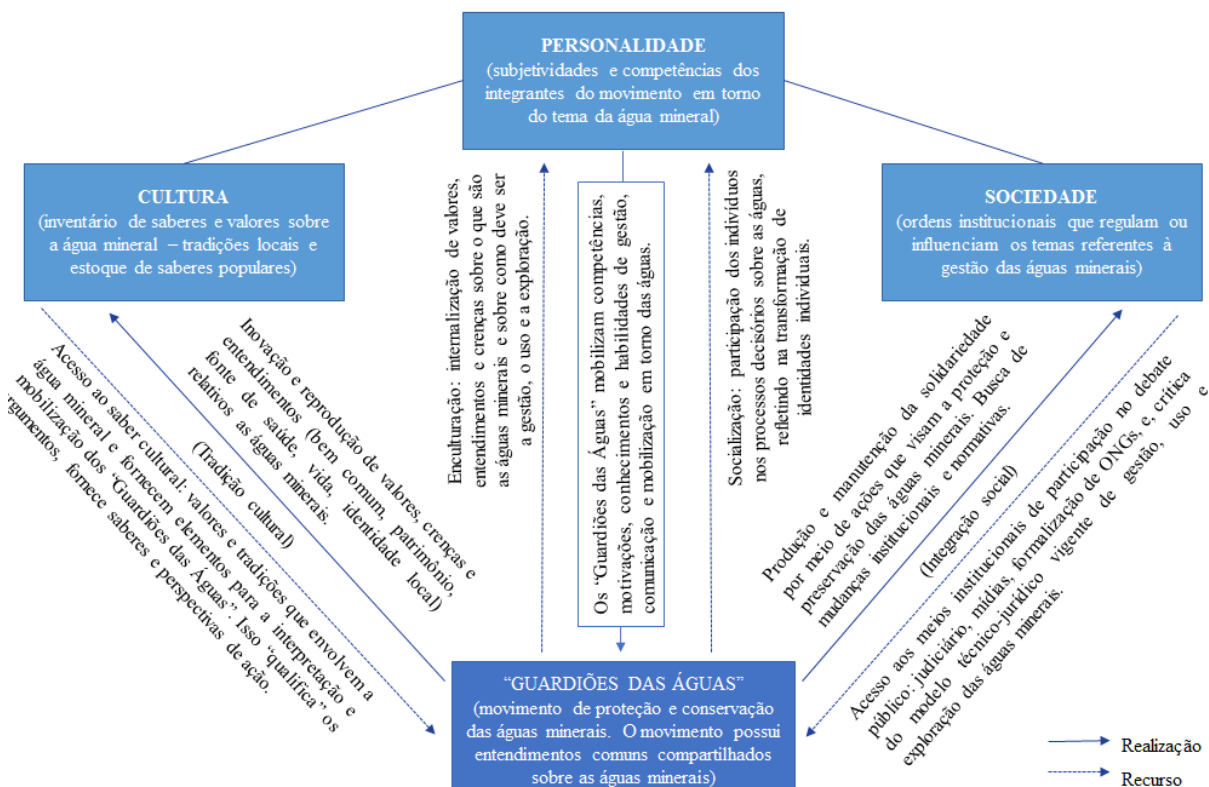
Cabral (2015) identificou, nos diversos estágios da constituição das organizações da sociedade civil, a presença de elementos que expressam a visão dos atores sociais sobre o mundo-da-vida. Esses surgem explicitamente na interpretação da missão organizacional como fundamento da ação social daqueles atores. Por exemplo, a locução “eu participo de ...” remete-nos a concepções variadas da institucionalidade que a autora designou por representações. Essas contextualizam a percepção do ator e indicam modos de ação adequados, que levam à absorção mútua da organização e do indivíduo e que têm como fato gerador o elemento empírico vivenciado e valorizado pelo indivíduo.

Pelas entrevistas realizadas observamos que os “Guardiões das Águas” tem sua missão não formalizada ainda em documento, mas compartilhada e reconhecida por diversos atores. A missão perpassa por proteger, conservar e compartilhar a perspectiva das águas minerais voltadas para as noções de identidade, tradição local, bem comum e direito humano. Assim, examinando detalhadamente esse processo, encontramos evidências do imbricamento das interpretações do mundo-da-vida. Cabral (2015) mostra que no processo de constituição dessas organizações e movimentos ocorre o imbricamento de valores, mostrando que essas carregam as representações dos indivíduos, o que observamos estar presente na constituição dos “Guardiões das Águas”. A noção de imbricamento nos leva a discutir os entrelaçamentos entre cultura, sociedade e identidade.

Segundo este estudo, foi nos fluxos de relações entre os três componentes estruturais do mundo-da-vida que são cooriginários – cultura (relacionada ao estoque de saber e aos valores), sociedade (constituída por ordens legítimas que regulam os grupos sociais) e personalidade (competências) – que se constitui o movimento buscando reproduzir e transformar certo estado

de coisas, identidades, valores e normas relacionadas as águas minerais. Na Figura 3 apresentamos esse processo a partir dos “Guardiões das Águas” como elemento central.

Figura 3: Entrelaçamentos cultura, sociedade e identidade na constituição dos “Guardiões”.



Fonte: Do autor (2018).

O conceito de mundo-da-vida de Habermas (2012) inclui a ideia de que a comunicação e as interações se dão imersas em um pano-de-fundo, em um estoque de conhecimento. Segmentos desse pano-de-fundo podem ser destacados e passar a primeiro plano, sendo problematizados e tematizados por meio dos discursos. Os debates que observamos representam essas partes que são problematizadas e tematizadas pelos atores envolvidos. Essa noção nos permite também discutir a construção de práticas de gestão social a partir do mundo-da-vida, sendo essas práticas formadas em “processos deliberativos de caráter público” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 426). Isso se faz a partir do momento em que o coletivo dos “Guardiões das Águas” passa a construir “um conjunto de ações gerenciais dialógicas engendradas pela sociedade civil por meio de formas de conversações cotidianas que influenciam as decisões políticas” (ALCÂNTARA; PEREIRA; VIEIRA, 2018, p. 06). As sugestões de gestão feitas por atores do movimento destacam isso:

A presidente da Associação dos Amigos do Parque das Águas (Ampara) [...], reiterou o posicionamento da entidade no sentido de que a gestão do parque seja pública e compartilhada. [...] seja firmado um compromisso de gestão compartilhada entre a Codemig, a prefeitura e sociedade civil de Caxambu. [...] defendeu que se estabeleça um prazo para a busca de um modelo institucional, nos moldes de fundação pública, e que a participação social no processo de gestão se concretize através de um conselho gestor. [...]. Por fim, ela defendeu o desenvolvimento de um plano gestor para o parque e que sejam estabelecidos critérios para que recursos advindos de atividades econômicas exercidas na área sejam revertidos prioritariamente para a sua preservação. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017).

Finalmente, podemos afirmar que, por meio dos saberes sobre as águas construídos e reproduzidos pelos “Guardiões”, é possível realizar a alteração de comportamentos e a transformação social e cultural. Esse movimento surgiu demarcando uma posição no debate sobre o tema água mineral, problematizando a forma como empresas privadas e o Estado gerem e exploram as águas minerais. Assim, buscam pelo debate e pela crítica a partir de conhecimentos que contestam as pretensões de validade do entendimento delas como produto, minério, mercadoria e negócio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, neste artigo, que as águas fazem parte do mundo-da-vida dos sujeitos e constituem motivos, temas e elementos de diversos conflitos socioambientais. Buscamos descrever a constituição do movimento de justiça hídrica “Guardiões das Águas” no sul de Minas Gerais, a partir da perspectiva do mundo-da-vida dos atores concernidos. Além de serem “Guardiões das Águas”, esses sujeitos se apresentam como “povos das águas” mobilizando outros entendimentos como: “água é vida, é saúde, é um direito humano e bem público”, “água é vida e não mercadoria!”, “patrimônio”, “bem comum”, “identidade local”, “tradição” e “bem tão precioso e raro na natureza”.

A questão que se colocou como fio condutor foi como este movimento foi construído em prol, principalmente, da preservação e proteção das águas minerais, fundamentando-se no conceito de mundo-da-vida na interpretação das diversas concepções em disputa. Essa abordagem apresenta a garantia de reconhecer as diversas visões da água como bem público, como recurso escasso, inclusive como valor imaterial e, a partir das interpretações dos mundos-da-vida destes atores, compreender como incorporam a pluralidade das águas minerais. De outra forma, buscamos destacar as evidências das diversas manifestações empíricas sobre o mundo-da-vida e suas representações sobre o tema da água, entendendo que, apesar das

concepções difusas e imprecisas, até mesmo na legislação, os “Guardiões das Águas” agregaram concepções em comum, possibilitando a existência de diferentes graus de pertencimento com o movimento.

O estudo tem ainda, como amplo contexto, a realização, em março de 2018, no Brasil, do Fórum Mundial da Água marcado com a presença de atores governamentais e de empresas privadas, dentre elas multinacionais do mercado das águas envasadas e, em contrapartida, foi realizado também o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), que englobou movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ativistas que defendem que “água não é mercadoria”. Portanto, em outras esferas e escalas, algumas das dinâmicas aqui registradas se fizeram presentes.

Os “Guardiões das Águas” é uma identidade coletiva que unifica a luta pela valorização, conservação e proteção das águas minerais como bem comum, direito humano, patrimônio, saúde e identidade local. Ela se opõe aos processos de exploração comercial (que corre o risco de ser superexploração) das águas minerais no Circuito das Águas. O movimento é formado, principalmente, por organizações da sociedade civil, mas também por atores do poder público, pesquisadores e moradores locais. Constituiu-se articulando saberes sobre as águas em resistência, desde os anos 2000, aos processos licitatórios da CODEMIG, interpretados pelos “Guardiões” como privatização das águas e colonização das tradições e dos valores locais.

A partir das interpretações dos mundos-da-vida dos “Guardiões das Águas”, percebemos que natureza e cultura, saber médico e popular, fatos e valores, razões e emoções, moderno e tradicional, racionalidades e crenças, são articulados de forma plural. Concluímos mostrando entrelaçamentos entre cultura-personalidade-sociedade nos entendimentos das águas como elementos que os une, socializa, identifica, transmite saberes e são a maior “riqueza” na construção simbólica dos “povos das águas” ou dos “Guardiões”. Além disso, evidenciamos o processo dialógico que se estabeleceu nos mundos-da-vida dos sujeitos que lutam pelas águas minerais, no sentido de buscar um entendimento com outras instituições locais, regionais e internacionais sobre o tema.

O estudo traz contribuições ao campo de estudos da gestão social ao apresentar uma dinâmica participativa e diacrônica de pesquisa empírica focada em uma problemática pouco investigada pelo campo e que envolve conflitos pela exploração e gestão das águas. Evidencia também que, em trabalhos futuros, é necessário explorar as tensões entre mundo-da-vida e sistema (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017), dado que se trata de atores da sociedade civil e do poder público local, em conflito com outro ator estatal (CODEMIG). Vale destacar que no âmbito local existem pessoas da comunidade que se posicionam contra e outras a favor da

exploração das águas minerais por empresas. Além disso, este estudo indica possíveis caminhos, teóricos e metodológicos, para as pesquisas que buscam apreender os mundos-da-vida dos atores concernidos por um tema.

Como limitação e indicação para novos estudos, percebemos que Habermas (2012) propõe um conceito de mundo-da-vida racionalizado, ou seja, aquele que se livra das amarras das cosmovisões. No caso em estudo, o mundo-da-vida dos atores não se veem livres de certas cosmovisões. Na verdade, os autores argumentam para além da ciência moderna (seja a ciência jurídica, química, biológica, entre outras) uma diversidade de valores e “poderes” das águas minerais devem ser considerados. Assim, seguindo a pesquisa etnográfica de Dueñas (2014), podemos dizer que as águas minerais aparecem no mundo-da-vida dos “Guardiões das Águas” também como portadores de poderes curativos e de elementos míticos, sagrados, divinos e milagrosos, para além de ser apenas um recurso natural ou uma “coisa”. Isso evidencia que os atores locais fazem uma crítica da divisão moderna entre cultura e natureza, ou ainda, entre sociedade (cultural, simbólico, subjetivo) e coisas (não-humanos, material, objetivo). Essa divisão não tem respaldo na vida e associações dos “Guardiões das Águas” – questão que precisa ser melhor investigada. Isso se faz presente ainda em grupos que defendem uma relação humano-natureza diferente da hegemônica (fruto da modernidade racionalista e antropocêntrica). Assim, o imbricamento, diferente do que supõe a separação habermasiana, indica outras formas de ser e de viver (de existência) emergindo, com isso, a necessidade de descolonização da teoria para a compreensão dessas realidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. O *locus* da gestão social no contexto das interrelações e tensões entre mundo-da-vida (*lebenswelt*) e sistema (*system*). **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 82, 2017.

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; VIEIRA, K. C. Práticas de gestão social das águas minerais: um estudo no município de Cambuquira, Sul de Minas. In: V ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2018, Viçosa-MG, **Anais...** Viçosa: SBAP, 2018.

ANDRÉ, G. M. **Municípios mineiros questionam exploração público-privada de suas águas**. 2017. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/reportagens/municipios-mineiros-questionam-exploracao-publico-privada-de-suas-aguas/>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Gestão do Parque das Águas preocupa lideranças de Caxambu**. 2017. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2017/09/28_desenvolvimento_economico_parque_aguas_caxambu.html>. Acesso em 10 de fev.de 2018.

AVAAZ.ORG. **Codemig**: vamos salvar as águas milagrosas de Cambuquira e Caxambu. 2017. Disponível em: <<https://secure.avaz.org>>. Acesso em 10 de fev.de 2018.

CABRAL, E. H. S. **Terceiro setor**: gestão e controle social. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2015.

CORTE, T. D. **A (re) definição do direito à água no século XXI**: perspectiva sob os enfoques da justiça e da governança ambiental. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2015.

CRUZ, E. S. T. **Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais**. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

DUEÑAS, W. A. M. Quando H₂O e o espírito da água se encontram: Tornando visível o encontro entre mundos em Puracé-Colômbia. **Interethnic@-Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, n. 18, n. 1, p. 57-70, 2014.

GUIMARÃES, B. C. **Direitos coletivos ambientais e a exploração (in)sustentável das águas minerais**. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2009.

HABERMAS, J. Notas sobre o conceito de ação comunicativa. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 40, p. 01-25, 2015.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: ensaios filosóficos. São Paulo: Almedina, 2004. 276p.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

O JORNAL DE TODOS OS BRASIS (GGN). **Água**: o alerta que vem da África do Sul. 2018. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/agua-o-alerta-que-vem-da-africa-do-sul-por-franklin-frederick>>. Acesso em 10 de fev.de 2018.

PERES JÚNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens Teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, p. 221-236, 2014.

POLI, J. R. **Habermas**: agir comunicativo e ética do discurso. Jundiaí: Editora In House, 2013.

TEIXEIRA CRUZ, E. S. **Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais**. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

ARTIGO 2 – OS PODERES CAUSAIS DOS “GUARDIÕES DAS ÁGUAS” NO CIRCUITO DAS ÁGUAS DE MINAS GERAIS: A ESTRUTURAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA E SEUS MOVIMENTOS

RESUMO

Neste artigo explicamos a formação e estruturação dos “Guardiões das Águas” no Circuito das Águas de Minas Gerais a partir do modelo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva. Este modelo foi desenvolvido por Pimentel (2012) e se fundamenta na posição ontológica do realismo crítico. Os dados do estudo foram coletados por meio de observação participante, pesquisa documental e entrevistas. Nos resultados descrevemos o campo das águas envasadas no qual ocorrem as disputas em torno das águas minerais. Em seguida fazemos uma leitura da estruturação dos “guardiões das águas” a partir dos momentos de M1 (especialização), M2 (identificação) e M3 (representação). Mesmo que eles ainda não se constituam como uma organização-formal, mostramos que houve processos de identificação e construção identitária no coletivo e que implicou na estruturação dos “guardiões das águas”, viabilizando poderes causais e a emergência da entidade. Assim, o artigo permite discutir também a identidade sociocultural das águas minerais.

Palavras-chave: Águas Minerais; Identidade; Realismo Crítico; Ação Coletiva.

1 INTRODUÇÃO

A interação da água com o corpo humano se revela em um ciclo de constante hidratação celular e remoção de resíduos (STRANG, 2014). Portanto, a nossa própria materialidade é constituída por água, que fora do corpo humano tem outros significados, efeitos, utilidades, usos, etc. Sendo assim, as águas possuem poderes causais dentro e fora do corpo humano: dentro do corpo ela constitui a causa da vida e, fora, é capaz de mobilizar, entre outras coisas, interações e conflitos socioambientais.

Falar em poderes causais, significa dizer que todas as coisas (entidades, símbolos, grupos, discursos, organizações, etc.) são reais de diferentes modos e possuem poderes na medida em que exercem um efeito sobre algum comportamento, fazendo alguma diferença em determinada realidade (FLEETWOOD, 2005). Em específico, as águas minerais carregam em si diversos motivos de conflitos e de interação social, pois são almeçadas pela exploração mineral e pelo consumo humano por sua potabilidade e seu potencial para tratamento da saúde.

Contrários aos processos de exploração e mercantilização das águas minerais acima citados surgem movimentos de justiça hídrica (CORTE, 2015) e justiça da água. Dentre os movimentos existentes, destacamos o caso do Circuito das Águas de Minas Gerais (GUIMARÃES, 2009). Poucos trabalhos exploraram como esses grupos se estruturam e poucos estudos explicam como, na estruturação, existem processos de emergência (BHASKAR, 1979; ARCHER, 1995), como é pretendido mostrar com este estudo. Sobre a emergência, temos que são “situações nas quais a conjunção de duas ou mais características – ou aspectos dão origem a novos fenômenos, os quais têm propriedades irredutíveis àquelas de seus constituintes” (SAYER, 2000, p. 11).

Em geral, esses grupos, no caso da água mineral, demandam o reconhecimento dessas águas como bem cultural, bem comum, direito humano, bem de domínio público e, conseqüentemente, uma mudança jurídica para que essas águas não sejam mais tratadas como recursos minerais. Essa mudança vai de encontro à perspectiva morfogenética de Archer (1995), uma vez que a relação entre seres humanos e água vem se transformando ao longo do tempo, o que implica dizer que há fluxos nesta relação que se modificaram com o passar dos anos (STRANG, 2014). Sendo assim, a materialidade da água possui poder causal próprio de constrangimento ou incentivo (ARCHER, 2011).

No caso em tela, a exploração das águas minerais tem causado constrangimento e busca de modificação de seu significado de recurso de exploração para bem cultural e essencial à qualidade de vida. Entretanto, no âmbito local dos municípios e diversas regiões do Brasil o

“direito à água” ainda não se concretizou. A questão é mais problemática no caso das águas minerais em que, segundo a Legislação Brasileira, é considerada minério e não bem de domínio público. O Código das Águas Minerais e outras legislações não incluíram a sustentabilidade e a gestão descentralizada como elemento determinante da exploração, uso e gestão das águas minerais.

Quanto à análise do fenômeno, destacamos nesta pesquisa o contexto dos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari. Nestes, com relação aos significados das águas para as comunidades, nas diversas fontes do município, as águas minerais aparecem de forma plural em várias práticas, como crenoterapia, turismo, uso local como alimento, engarrafamento, contestação de editais, dentre outras. Sendo notório a percepção de moradores locais e ativistas de que as águas minerais da região são “virtuosas” e “milagrosas”.

Analisando o contexto do Estado de Minas Gerais observamos que as águas minerais não estão sob a tutela do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), mas da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), que é detentora da concessão das fontes, ou melhor, do “negócio das águas minerais”, conforme a própria CODEMIG se refere às águas minerais. Contrários a visão/gestão da CODEMIG, o grupo dos “guardiões das águas” está se estruturando nos últimos anos, principalmente, em disputas contra processos licitatórios. Nesse contexto, a questão que se coloca como fio condutor deste artigo é: como se formou o movimento “guardiões das águas” do Circuito das Águas de Minas Gerais na perspectiva de estruturação dos sistemas sociais da ação coletiva?

Para responder a esta questão explicamos a formação e estruturação dos “guardiões das águas” no Circuito das Águas de Minas Gerais a partir do modelo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva. Este modelo foi desenvolvido por Pimentel (2012) e se fundamenta na posição ontológica do realismo crítico. Além da introdução (seção 1), é feita uma discussão teórica sobre o realismo crítico (seção 2) e a estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva (seção 2.1). Apresentamos a metodologia de pesquisa (seção 3), os resultados e a discussão (seção 4) e considerações finais (seção 5).

2 A ONTOLOGIA DO REALISMO CRÍTICO

O realismo crítico é um movimento filosófico (BHASKAR, 1979) que ganhou relevância nas ciências sociais (ARCHER, 1995) e até nos estudos organizacionais (PIMENTEL, 2012). Seu precursor, Roy Bhaskar (1979) contribuiu decididamente para importantes avanços em torno da discussão da ontologia. Sua filosofia e a de seus adeptos

escapam das visões antropocêntricas (centradas no ser humano) e reconhece que as coisas materiais possuem uma ontologia própria, um papel na formação de relações humanas e não humanas (STRANG, 2014).

Bhaskar (1979) desenvolveu uma ontologia e epistemologia da ciência que tem implicações para o pensamento e análise social. O realismo crítico enfatiza discussões sobre realidade, agência, estrutura, efeitos causais e outros temas da sociologia e da filosofia. O realismo crítico se funda em uma crítica ao positivismo, por um lado, e ao construcionismo social radical por outro. Portanto, nega que a realidade é imutável (como se fosse dada), mas nega também que toda a realidade depende da nossa descrição (uma forma de antropocentrismo). O realismo crítico “desenvolve uma ontologia não antropocêntrica para as ciências naturais e uma praxiologia humanista para as ciências sociais” (VANDENBERGHE, 2010, p. 16). Faz isso por meio da proposição ontológica de que a realidade é independente de nossas descrições e a proposição epistemológica de que essa realidade é, de forma significativa, conhecida por meio da experiência (PROCTOR, 1998). Por isso é “uma crítica radical das filosofias positivista e pós-modernista da ciência, o realismo crítico oferece uma filosofia alternativa para as ciências naturais e sociais que confere destaque às questões ontológicas” (VANDENBERGHE, 2010, p. 16).

Trazendo o realismo crítico para as relações entre seres humanos e natureza, que é o foco deste estudo, por causa das águas, Murph (2004) usa a metáfora da dança para explicar a interdependência entre agentes humanos e não humanos na natureza: “a metáfora da dança captura o autônomo movimento da dinâmica da natureza sem implicar intencionalidade pelo parceiro não-humano, apenas movimento” (MURPH, 2004, p. 254). Os humanos se movem de acordo com as ações da natureza para formar construções híbridas, influenciando-se uns aos outros e ambos tendo alguma autonomia. Em alguns casos, os atores da natureza assumem a liderança e os agentes humanos reagem e improvisam os movimentos da natureza nesta dança. Em outros casos, os seres humanos assumem a liderança, planejando uma coreografia em antecipação aos movimentos da natureza (MURPH, 2004). Além disso, a metáfora da dança “também aponta para o significado de aprender a se mover em harmonia com a dinâmica da natureza e de estudar por que essa aprendizagem não ocorre” (MURPH, 2004, p. 255).

Significa, portanto, que o realismo crítico refuta a visão instrumentalista humana do mundo, “na qual o papel do não-humano é, aparentemente, fornecer ‘serviços ecossistêmicos’ para servir aos interesses humanos” (STRANG, 2014, p. 141). Tal visão instrumentalista prevaleceu quando se acreditava na natureza infinita e na água como um recurso que deveria ser subordinado aos interesses e ao progresso humano (FREITAS; DEL GAUDIO, 2015).

Contudo, movimentos teóricos realista-críticos e movimentos sociais, com suas reflexividades (ARCHER, 2011), buscam alterar a nossa relação com as águas.

Por estas características o realismo crítico exige que a agência humana aprenda com a natureza e suas dinâmicas (PROCTOR, 1998). Do contrário, o realismo crítico se tornaria reducionista ao tentar explicar a realidade. Assim, trabalhar com o realismo crítico e a natureza “requer sensibilidade interpretativa e profundidade analítica” (PROCTOR, 1998, p. 363).

2.1 Modelo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva

Existem diversos modelos, perspectivas e técnicas de estudos construídas a partir do realismo crítico. Nesse artigo optamos pelo modelo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva desenvolvido por Pimentel (2012) a partir da ontologia do realismo crítico, inspirado na perspectiva morfogênica de Archer, nos trabalhos de Dave Elder-Vass e Frédéric Vandenberghe, dentre outros. O modelo desenvolvido tem ênfase no nível mesossocial de estudo. O nível mesossocial “diz respeito à análise da dinâmica grupal, isto é, das interações entre vários indivíduos numa escala da realidade local [...]” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 216). No nosso caso, o Circuito das Águas de Minas Gerais.

Vandenberghe (2010), Pimentel (2012) e Pimentel e Rodriguez (2017) apresentam três níveis de análise da ação social: (1) nível microssocial, (2) nível mesossocial e (3) nível macrossocial. O nível microssocial que se refere as “análises sociais nas quais o foco é a observação da ação humana em detalhe, em recortes e fragmentos espaço-temporais pontuais” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 216). Se divide em duas ordens (subníveis): (a) ordem individual, que “corresponde aos fenômenos e entidades responsáveis pela atividade humana individual”; e (b) ordem interacional, que “aborda as interações entre dois ou mais indivíduos, também num contexto pontual” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 216).

O nível mesossocial “diz respeito à análise da dinâmica grupal, isto é, das interações entre vários indivíduos numa escala da realidade local [...]” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 216). Já o nível macrossocial “refere-se às estruturas sociais amplamente institucionalizadas e normativas que se sobrepõem aos comportamentos dos indivíduos e grupos”. Este nível possui duas ordens, sendo (a) ordem cultural, que “engloba os fenômenos relativos às produções culturais humanas, materializadas ou não” e a (b) ordem social, que “agrupa a existência de entidades e estruturas altamente estáveis e mais sedimentadas” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 216). E, além disso, é importante destacar que o nível mesossocial “incorpora análises

que versam sobre os fenômenos organizacionais e institucionais e, em geral, fazem referência à emergência de algum tipo de ordem social” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 216).

Para a organização da análise é preciso delimitar o campo. A pesquisa se “inicia com a delimitação de um campo, real ou potencial, de atividade social” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 216). Isso pode ser feito a partir da visão de Pierre Bourdieu e do entendimento do campo como “raio da visão e atuação coletiva” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 217). Em seguida, identifica-se o “jogo” que se joga no campo: “[...] é possível identificar os jogadores reais, as regras, os objetos do jogo, bem como os adversários” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 217). O modelo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva de Pimentel (2012) possui três momentos: M1 – Espacialização, M2 – Identificação e M3 – Representação. A partir de Pimentel e Rodriguez (2017) apresentamos no Quadro 1 a descrição dos momentos.

Quadro 1: Modelo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva.

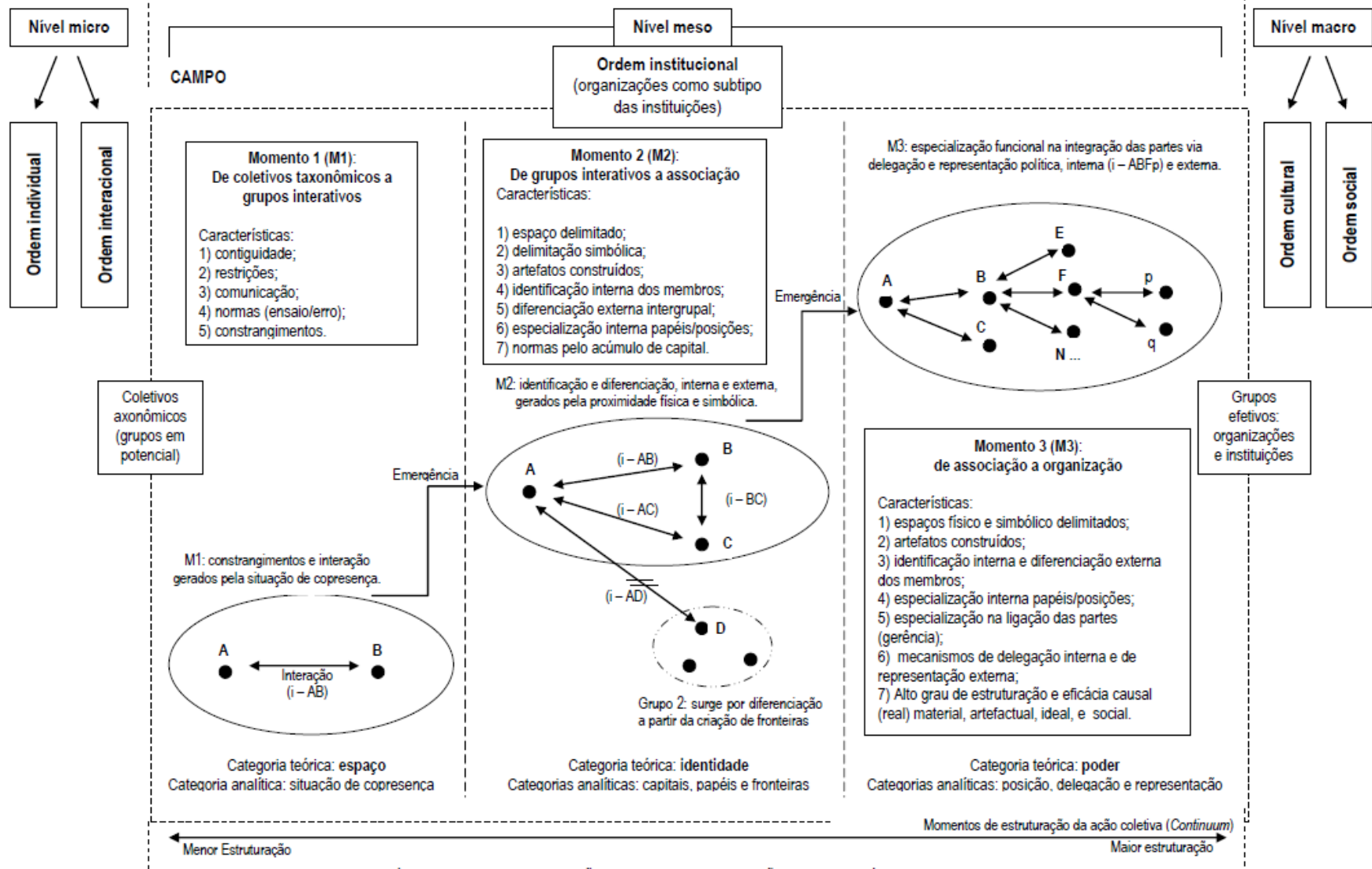
Momento	Descrição	Referência
M1 – Espacialização	“[...] dada pela situação de copresença, física ou virtual, que permite o compartilhamento de uma mesma situação ou contexto da realidade material, que traz constrangimentos e habilitações (num primeiro sentido físicos, mas não apenas dessa forma) aos componentes (indivíduos) sujeitos enquadrados nesta situação”.	(FLEETWOOD, 2005; ELDER-VASS, 2010).
M2 – Identificação	“[...] que diz respeito ao compartilhamento de uma realidade ideal, na forma de símbolos comuns que unificam os indivíduos em interação e permite a formação de uma comunidade imaginada, que irá estabelecer os limites do grupo social, bem como as bases ideais e afetivas, os valores e os sentimentos de afiliação e pertencimento do indivíduo ao grupo social”.	(VANDENBERGHE, 2010; ELDER-VASS, 2010).
M3 – Representação	“[...] diz respeito a um duplo aspecto de relacionamento do grupo, em face do seu ambiente interno (através de formas de representação de uma coletividade por um indivíduo ou grupo menor e de delegação de poderes a esses representantes) e externo (através de aquisição, por parte dos representantes da coletividade, de uma capacidade de expressão política no cenário externo à coletividade). Internamente, com a crescente diferenciação e complexificação do grupo social, há uma estratificação de funções internas que precisa ser coordenada para que seja possível a manutenção sem ruptura, ou seja, como uma estrutural social única. Em síntese, representa-se externamente os resultados dos conflitos internos, com uma identidade singular mediada por um representante”.	(FLEETWOOD, 2008; VANDENBERGHE, 2010).

Fonte: Pimentel e Rodriguez (2017, p. 217-218).

Na Figura 1 ilustramos o processo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva em seus três momentos. Destacamos também a ênfase no nível meso de análise social e que entre os momentos existem processos de emergência.

O momento M1 “é a estrutura espaço-temporal que limita o campo de possibilidades do ambiente” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). Nesse, é importante a noção de copresença: “base para a interação das entidades” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). O momento (M2) considera que “uma vez formados pela situação de compartilhamento espacial, os grupos de interação estabelecem a base para a formação e a consolidação de uma estrutura social mais densa ou coesa” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). Em seguida, o terceiro momento (M3) se faz presente “a partir dos sujeitos sociais coletivos, que possuem a capacidade de exercer coerção” e, além disso, “a dotação de coesão na identidade interna e o grau de complexidade das interações implica a delegação de funções por um representante da coletividade, um líder, por exemplo” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). Nesse momento a autoestruturação e organização da ação coletiva tende a culminar na formação de uma “organização”.

Figura 1: Esquema conceitual de análise do processo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva.



Fonte: Pimentel (2012, p. 431).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este estudo qualitativo fundamenta-se ontológica e epistemologicamente no realismo crítico (BHASKAR, 1979; ARCHER, 1995). Neste estudo, para se compreender a entidade “guardiões das águas”, a pesquisa foi realizada em participação com os atores sociais que constituem o fenômeno. O trabalho de campo foi realizado em Cambuquira, Minas Gerais, que faz parte do Circuito das Águas, uma região turística com tradição nas suas águas minerais.

A fim de se compreender as mudanças nessas relações entre seres humanos e natureza, mais especificamente com as águas e os processos de emergência dos “guardiões das águas”, adotamos a visão da abordagem morfogenética de Archer (1995). Esta oferece um procedimento para explicar a mudança social ao longo do tempo por meio do rastreamento da história do surgimento de eventos que são criados a por meio de interações estrutura-agência.

A teoria social realista de Archer – a abordagem morfogenética – é (a) “[...] uma moldura explanatória utilizada para examinar o jogo entre estrutura e agência e seus resultados” e (b) “[...] uma caixa de ferramentas para o desenvolvimento de histórias analíticas da emergência de determinadas formações sociais, estruturas institucionais e formas organizacionais” (ARCHER, 2011, p. 160). Por isso, para a autora “[...] é, ao mesmo tempo, um programa explicativo (o complemento metodológico do realismo crítico) e uma forma de dar conta das trajetórias e dinâmicas das formações sociais” (ARCHER, 2011, p. 160). A abordagem nos interessa por visar compreender a “história analítica da emergência” (ARCHER, 2011, p. 161).

De outra forma, Archer (2011) entende que as configurações e os cursos históricos das estruturas sociais são de natureza morfogenética, no sentido de não respeitarem a padrões mecânicos, orgânicos ou cibernéticos, mas sendo moldadas e reformuladas a todo momento pela interação entre seus constituintes, partes e pessoas. Portanto, para se identificar tais interações utilizamos: (a) observação participante, (b) pesquisa documental e (c) entrevista.

Vesa e Vaara (2014, p. 290) reforçam que “a observação participante oferece um método rico e significativo para a obtenção de uma visão sobre a vida cotidiana”. Na (a) observação participante foi direcionada atenção às práticas históricas de gestão das águas, especificamente, no que tange aos aspectos materiais (fontes, consumo e coleta da água mineral, estrutura física, situação dos hotéis e vegetação em volta das fontes, estrutura de captação e coleta das águas minerais, organização e limpeza das fontes). Além disso, acompanhamos ações, relações sociais, representações e atitudes dos diferentes atores envolvidos na gestão das águas minerais, especialmente atores da sociedade civil, do Poder Público local e da comunidade. Portanto, a

observação participante permitiu identificar as práticas muitas vezes não tão visíveis, mas também aquelas que são culturalmente e historicamente regulares e detectáveis por meio dos padrões de atividades realizadas (CHIA; MACKAY, 2007).

Na pesquisa documental (b) foram analisados históricos e relatórios de gestão, legislações, editais da CODEMIG, visando exploração comercial das águas minerais (além de reportagens em jornais, revistas e páginas da internet, páginas oficiais e redes sociais sobre os editais e os movimentos contrários). Além de textos e imagens publicados em grupos das redes sociais *WhatsApp* e *Facebook*. Para este artigo os dados foram coletados de junho de 2016 a abril de 2018.

Para Archer (2011, p. 160) “a abordagem morfogenética é, ao mesmo tempo, um programa explicativo (o complemento metodológico do realismo crítico) e uma forma de dar conta das trajetórias e dinâmicas das formações sociais” A fim de compreender com profundidade as trajetórias e dinâmicas do fenômeno, realizamos (c) entrevistas com dois “guardiões das águas”, tendo em vista compreender algumas questões que tinham ficado em aberto nas análises: uma entrevistada com membro da ONG Nova Cambuquira e outra da Associação Caxambu Mais.

Finalmente, para as análises utilizamos do modelo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva de Pimentel (2012) que já foi descrito neste artigo.

4 ESTRUTURAÇÃO DOS “GUARDIÕES DAS ÁGUAS”

4.1 O campo das águas envasadas

Para descrever o campo das águas minerais envasadas e o “jogo” contamos com o trabalho de Queiroz (2011) sobre a temática. Identificar o campo é relevante, pois ele é um espaço social de forças: um campo de lutas pela transformação e pela conservação (BOURDIEU, 1998). Para identificar as regras deste campo é preciso notar que as águas minerais não são consideradas bem público ou recursos hídricos como as demais águas (rios, nascentes, entre outras águas), mas recurso mineral (minério).

Nos termos de Queiroz (2011), a partir do sociólogo francês Pierre Bourdieu, o campo das águas envasadas no Brasil consiste em diversos sistemas simbólicos em disputa. A autora representa bem o campo das águas envasada. No nível local da região do Circuito das Águas, atualmente, as lutas mais visíveis ocorrem hoje entre a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) e a entidade dos “guardiões das águas”. Isso envolve, principalmente, atores da sociedade civil, moradores locais, comunidade científica e atores do Poder Público local.

Sobre as disputas, Queiroz (2011) indica que, na classe empresarial, é de se observar forte acúmulo de capital e busca pela adesão do Poder Público e da sociedade nas práticas de exploração econômica das águas. O Poder Público “[...] tem como instrumentos de mediação as políticas públicas de normatização, regulação e fiscalização” (QUEIROZ, 2011, p. 41). Por sua vez, grupos não governamentais, movimentos sociais e segmentos da comunidade científica mobilizam redes buscando influenciar políticas e práticas em torno das águas minerais. Isso tudo ocorre no Circuito das Águas “do qual fazem parte os municípios de São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira” (QUEIROZ, 2011, p. 42).

4.2 Momento 1 (M1): de coletivos taxonômicos a grupos interativos

No Momento M1 o foco recai sobre o espaço que “pode ser visto como uma estrutura gerativa que tem a capacidade de fixar, isolar e circunscrever as demais entidades, limitando-as às condições, restrições e habilitações” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). Esse espaço, nesta pesquisa, se refere ao Circuito das Águas de Minas Gerais, onde se localizam os três municípios (Cambuquira, Caxambu e Lambari) em que se constituem em situação de copresença (física e virtual por meio de redes sociais e grupos) os “guardiões das águas”. Assim,

levantamos a questão de Pimentel e Rodriguez (2017): o espaço é importante? Há identificação espacial que favorece ou desfavorece? A resposta para essa pergunta é: sim, uma vez que o espaço do Circuito das Águas possui o poder causal de formar o grupo/coletivo “guardiões das águas”.

O Circuito das Águas de Minas Gerais é um espaço físico, pois delimita municípios localizados no Sul de Minas Gerais, uma região turística que possui uma longa história com as águas minerais. Além disso, é também um espaço simbólico, primeiramente pela questão da valorização das águas minerais como medicinais, construtora de identidades, bem cultural e fonte de identificação. Além disso, é um espaço simbólico de lutas entre diferentes práticas (portanto, ações, atores, representações, discursos, etc.) de gestão, exploração e uso das águas minerais. Como exemplo, temos práticas de exploração, de uso medicinal, de atividades turísticas, de preservação, de uso comum, de privatização, de degradação, de uso insustentável, entre outras.

Este espaço físico-simbólico possui poderes causais que, ao serem ativados, possibilitaram (ofereceram recursos como valores, identificação, etc.) aos “guardiões das águas” se tornar um grupo interativo. Um participante do grupo evidencia a relevância da copresença espacial físico-simbólica: “o que a gente está fazendo mais ainda do que preservar a fonte, é preservar essa construção coletiva que é essa história, que é essa cultura, que é esse elemento identificador da água, em conjunto com as experiências dos povos das águas, toda essa herança que a gente recebeu aqui” (Entrevistada, ONG Nova Cambuquira).

Também revela a relevância deste espaço físico-simbólico a questão das estâncias minerais em que, nelas, as águas minerais estão presentes nas identidades das localidades. Portanto, nessa etapa de estruturação da ação coletiva, a situação de co-presença se torna central pela fixação à um espaço físico-simbólico. Além disso, historicamente, as estâncias minerais foram conhecidas pelas águas com efeitos terapêuticos. Dessa forma, no Momento M1, é fundamental a delimitação do caráter espaço-identidade dos coletivos, analisando a “formação (e não formação) de conjuntos de redes entre os indivíduos” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 220).

No caso dos “guardiões das águas” a copresença ocorre na vida cotidiana dos moradores dos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari e, entre aqueles que são de cidades diferentes, ocorre em eventos em torno das águas minerais e por meios virtuais. No caso de eventos podemos citar: (1) o seminário “Agenda 2030 Cambuquira – Transformação local para o desenvolvimento sustentável” com a presença de pesquisadores, ONG Nova Cambuquira e AMPARA (com sede em Caxambu), moradores locais, entre outros; (2) o Fórum de discussão

“Gestão Sustentável do Parque das Águas - Desafios e alternativas jurídico-institucionais” realizado em junho de 2017 em Caxambu; (3) a “2ª Reunião da Força Tarefa - Mudanças relacionadas à água mineral”, que ocorreu em Cambuquira com a presença de pessoas de outros municípios; (3) audiências públicas (Belo Horizonte e Caxambu); (4) outros eventos com temáticas culturais e ambientais como o “Abraço ao Parque” e (5) manifestações e protestos.

Incluído no item (5), um marco da copresença foi quando a AMPARA, ONG RenovaMata e ONG Nova Cambuquira promoveram, no dia 4 de março de 2017, uma manifestação contra uma Consulta Pública e minuta de edital que tinham sido publicados pela CODEMIG, em 07 de fevereiro de 2017, em busca de parceria empresarial para a exploração das águas minerais em Cambuquira e Caxambu. Em faixas haviam as expressões: “#parem o edital” e “água é vida, não é mercadoria”. Também, nesse evento, foi mobilizado a identificação “#somos guardiões das águas”.

A copresença em redes sociais se destaca no grupo do *WhatsApp* “Programa Ondas” (que tem mais de dois anos). Ele foi criado para difundir informações e estabelecer interações entre os envolvidos que eram de cidades diferentes, como Caxambu, Cambuquira e Lambari, dentre outras. É o principal meio de comunicação e mobilização dos “guardiões das águas”. No *Facebook* existe o “Diário Águas da Fonte” e, recentemente, em 2018, foram criados a página “Diálogos das Águas” e o grupo “Fundação Parque das Águas”.

Portanto, a partir do apresentado existem forças reais (material, ideal, social ou artefactual) que favoreceram a interação entre os “guardiões das águas”: material (as águas minerais, os Parques das Águas, etc.), ideal (representações, símbolos, discursos, visões, etc.), social (grupos, coletividades, organizações, etc.) e artefactual (redes sociais, grupos virtuais, petições, etc.). Elemento material fundamental foram as pulseiras na cor azul com a expressão “os guardiões das águas” mobilizadas por uma “guardiã”. Os símbolos são importantes, conforme advoga concepções marcadas pelo simbolismo.

É graças à mediação de símbolos que os atores podem trocar posições, assumir os papéis uns dos outros e coordenar seus respectivos papéis dentro da configuração que, juntos, eles estabelecem. O domínio do simbólico precede, medeia e executa as interações. Ao estruturar os significados que os atores dão à sua ação “de dentro”, integra-os em uma comunidade social de sentidos, normas e valores compartilhados. Graças à comunicação, os atores podem agir em comum e formar um tipo de “subjetividade coletiva” [...]. (VANDENBERGHE, 2017, p. 352).

Sendo assim, se de acordo com as concepções realistas críticas as entidades somente serão reais se elas apresentarem poderes causais, podemos afirmar que a entidade “guardiões

das águas” é real. Isso porque as entidades são reais de diferentes modos e elas possuem eficácia causal na medida em que exercem um efeito sobre algum comportamento, fazendo alguma diferença em determinada realidade (FLEETWOOD, 2005). Exatamente o que acontece com os “guardiões das águas”, por exemplo: a entidade exerceu um efeito contra a Consulta Pública de 2017 da CODEMIG, na construção de Ação Civil Pública, na ressignificação das águas para a comunidade local e proporcionou visibilidade da problemática da exploração das águas mineiras no Circuito das Águas.

Exemplificando o que entendemos por emergência em ações coletivas, Drury e Reicher (2000) mostraram em seu estudo que existem mudanças psicológicas em participantes de protestos ambientais. Sem o estudo da interação em grupos não se consegue captar o que ocorrem em um comportamento coletivo (DRURY; REICHER, 2000). Isso se faz mais verdade quando se tem que a noção de “povos das águas da Mantiqueira” representa um laço simbólico e histórico. Cabe notar algo mais sobre a ideia de emergência:

Para que uma entidade tenha propriedades emergentes, ela deve, antes de tudo, existir. A emergência ocorre em razão da estrutura de relações que mantém entre as partes que compõem um todo. A emergência é um fenômeno de composição. As próprias partes são geralmente constituídas por relações, mas é a estrutura das relações sincrônicas entre as relações que explica as propriedades emergentes e os poderes causais das entidades envolvidas. A conclusão a partir disso é que existem vários níveis, estratos ou escalas de existência [...] (VANDENBERGHE, 2017, p. 353).

Portanto, a emergência é fundamental para a compreensão desse contexto. Isso pressupõe e mostra que os “guardiões das águas” são reais e, assim, afetam o mundo, seja das decisões políticas, das práticas culturais, bem como do estrato natural das águas.

4.3 Momento 2 (M2): de grupos interativos a associação

Antes de tratar da emergência dos “guardiões das águas”, identificamos que a denominação “guardiões das águas” já era utilizada por atores sociais de Caxambu, ligados principalmente a AMPARA e já existia articulações entre os atores como descrito em Guimarães (2009), Queiroz (2011) e Teixeira Cruz (2017). Sobre os poderes causais do movimento é preciso notar que:

Mesmo que não sejam ativos ou mobilizados, os coletivos possuem uma influência real no mundo da vida em virtude de sua mera existência, o que acontece pelo menos de dois modos: primeiramente, o mero fato de que eles

existem já possui um efeito sobre outros coletivos. Ao registrar a existência virtual daqueles, estes últimos são obrigados a levá-los em consideração. Em segundo lugar, como coletivos potenciais, eles já oferecem esboços e aparições antecipatórias de grupos em formação. (VANDERBERGHE, 2010, p. 215).

Nesse sentido, “[...] a identificação é uma construção, que ela está sempre ‘em processo’, um processo que, por sua vez, permanece sempre incompleto” (VANDERBERGHE, 2010, p. 227). A identificação precisa de um “outro” que mesmo exterior “[...] é ‘constitutivo’ da identidade do grupo. As identidades nunca são completamente unificadas [...]” (VANDERBERGHE, 2010, p. 227).

Elas são descentradas e deslocadas, compostas de diferentes elementos provisoriamente “colados” ou “suturados” uns aos outros através da “articulação” das diferenças em uma identidade cultural comum (Laclau; Mouffe, 1985). Por serem construídas pela referência à representação de uma diferença, um “outro”, “um exterior constitutivo” que está sempre já incluído no interior do coletivo e afetando sua identidade a partir de dentro, as fronteiras simbólicas entre grupos são necessariamente permeáveis (ainda que estejam se fechando rapidamente). Para chegarem a um fechamento, o qual, por definição, só pode ser provisório, as identidades são continuamente construídas, reconstruídas e desconstruídas” (VANDERBERGHE, 2010, p. 227).

Finalmente, nesse processo “[...] a coletividade social produzirá fronteiras sociais e físicas cuja função é demarcar claramente os limites da identidade do grupo e dos seus membros [...]” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). No nosso estudo percebemos que, a partir do enfrentamento da Consulta Pública e minuta de edital (em fevereiro de 2017) e durante todo o ano de 2017 o movimento deliberativo ganhou mais integrantes e visibilidade. Durante todo o ano de 2017 e início de 2018, em suas ações, foi articulada essa identidade, seja em práticas de contestação das decisões da CODEMIG ou práticas diárias de sustentabilidade ambiental, preservação e proteção das águas minerais, além da conscientização sobre a importância das mesmas, a exemplo de atividades de conscientização em escolas de Cambuquira e Caxambu.

O processo de emergência (do M1 ao M2) foi uma identidade coletiva mais organizada, com demandas e objetivos mais alinhados. Por isso, segundo um dos participantes da ONG Nova Cambuquira, os “guardiões das águas” é a “união das organizações e das pessoas [...] união das pessoas que já estão ligadas ao movimento das águas através de um movimento que possa de alguma forma unificar as ideias, os valores, os princípios, as estratégias [...]”.

No mais, podemos considerar que foi a partir do poder causal que emergiu desta entidade “guardiões das águas” que, representados pelas ONG Nova Cambuquira, Associação Caxambu Mais e AMPARA, atores sociais elaboraram uma Ação Civil Pública contra o

processo licitatório da CODEMIG, no final de 2017 e início de 2018. Dessa forma, entendemos que foi na resistência a esse processo da CODEMIG (a partir da Consulta Pública de fevereiro 2017) que a identidade “guardiões das águas” foi novamente re-articulada e ganhou novos significados, atores e forças. Isso é relevante já que, conforme Vandenberghe (2010, p. 227) coloca: “[...] para consolidar o processo de construção do coletivo como um grupo [...], a identificação necessita de um “outro”, um “exterior” que é “constitutivo” da identidade do grupo”.

No Momento 2 do modelo de Pimentel (2012) temos também que o poder causal que emerge dos grupos é apresentado “como a capacidade de identificação e criação de um quadro de referência simbólica comum entre seus componentes, formando e/ou fortalecendo a formação de coerência interna e definição externa, resultando numa identidade” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). As referências simbólicas podem ser visualizadas nos entendimentos que os “guardiões das águas” compartilham sobre as águas minerais (Quadro 2).

Quadro 2: Entendimentos sobre as águas minerais identificadas no estudo.

Água mineral	Referência simbólica
Saúde	“água é terapêutica”, “águas que curam”, “propriedade medicinal”, “as águas minerais são tradição da crenoterapia”, “água mineral é saúde”, “água mineral é terapia”, “água é vida é saúde” e “preciosos auxiliares da terapêutica”.
Identidade e tradição local	“á água formou a cidade”, “nós fomos formamos em torno das fontes” e “um elemento que nos une como povo”.
Direito humano e bem comum	“água é direito humano”, “água não é mercadoria”, “não privatizem nossas águas minerais”, “salvem nossas águas”, “deve ser aberta à todos”, “a prioridade é de uso” e “água como bem comum”.
Produto turístico	“dependemos do turismo atraído pelas águas minerais”, “água como produto turístico” e “queremos o turista na fonte”.
Patrimônio natural e cultural	“patrimônio, histórico, social, ambiental”, “cultura das águas”, “patrimônio natural”, “patrimônio da cidade”, “bem cultural” e “bem imaterial”.
Nobre e sagrada	“nobreza daquelas águas”, “verdadeiras dádivas divinas”, “riqueza única no mundo”, “bem tão precioso e raro na natureza” e “águas milagrosas”.

Fonte: Do autor (2018).

Nos “guardiões das águas” emerge a “referência simbólica” das águas como saúde, identidade, tradição local, direito humano e bem comum, patrimônio natural e cultural e ainda como algo nobre e sagrado. Segundo uma participante da ONG Nova Cambuquira:

[...] os nossos valores é manter acessa essa chama para que outras pessoas possam se identificar futuramente como guardiões das águas, se colocar como agentes ativos dessa localidade, que é no caso, Cambuquira, Caxambu, enfim, todas essas estâncias minerais. Então, os valores que a gente compartilha enquanto guardiões das águas é de defensores [...] (Entrevistada, ONG Nova Cambuquira).

Além disso, para se compreender como a entidade “guardiões das águas” mantém sua estabilidade, invocamos a ideia de morfoestase, na qual Elder-Vass (2010) explica que os fatores causais mantêm a estabilidade de algumas entidades ao ponto que mesmo que algumas peças sejam substituídas não há o comprometimento da existência da entidade. A exemplo, pessoas mais jovens passarem a participar e outras deixarem de participar efetivamente do coletivo. Sendo assim, percebemos que a crença compartilhada da água como os elementos citados, e não como um minério, é um importante fator causal que mantém a estabilidade da entidade.

De forma sintética, os “guardiões das águas” são formados por uma identidade que unifica a luta pela valorização, conservação e proteção das águas minerais e se opõe aos processos de exploração comercial das águas minerais no Circuito das Águas. Nos “guardiões das águas” as organizações da sociedade civil mais importantes são ONG Nova Cambuquira, AMPARA e Caxambu Mais, além disso participam ativistas de outras cidades e até de outros países. Todavia, os “guardiões das águas” não são formados somente por organizações da sociedade civil, mas também por pesquisadores universitários, moradores das cidades (especialmente em Cambuquira que tem maior adesão da população local), membros do Ministério Público e Poder Público local (especialmente, prefeito e vereadores de Caxambu, já que em Cambuquira a participação do Poder Público no grupo é baixa).

A ação coletiva de confronto é base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos. Isto não significa que os movimentos não fazem outra coisa senão confrontar: eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas. (TARROW, 2009, p. 19).

Uma ilustração disso é o caso de uma participante da Associação Caxambu Mais que publicou um texto na página do grupo “Diário Águas da Fonte” quando o presidente da Câmara Municipal de Caxambu levou a Brasília um ofício pedindo mais sustentabilidade, controle e participação da sociedade na exploração das águas minerais, qual seja:

A luta pela preservação das águas minerais envolve a população de Caxambu e Circuito das Águas como um todo. Envolve também ações da Prefeitura-Secretaria do Meio Ambiente; Câmara Municipal de Caxambu, com o presidente Mario Alves e vereadores que compreenderam a vontade popular, de acordo com audiências públicas realizadas; e Ongs que estão nessa luta há muito tempo! (DIÁRIO ÁGUAS DA FONTE, 2018).

Segundo Teixeira Cruz (2017, p. 145) “[...] ao longo da história de 30 anos sobre o tema da água mineral em Cambuquira que se formou um movimento em torno deste tema que caracteriza, conceitualmente, uma esfera pública temática. [...] que alcançou um entendimento sobre diferentes representações da água mineral [...]”. (TEIXEIRA CRUZ, 2017, p. 145).

A ONG Nova Cambuquira, expõe em seus argumentos que a formação e desenvolvimento do município de Cambuquira ocorreu a partir das fontes de água mineral, que os ‘anos gloriosos’ do desenvolvimento do município estão relacionados ao turismo não exploratório, contrapõe e responde os argumentos do interesse estatal, não estatal e privados por meio de relatórios técnicos e decisões judiciais. Dessa forma, a ONG Nova Cambuquira mobilizou, nas esferas públicas, os discursos da água mineral como: chamariz para um turismo sustentável, patrimônio hídrico do município, dádiva divina, patrimônio da cidade, fonte de saúde e longevidade e, principalmente, bem comum. (TEIXEIRA CRUZ, 2017, p. 150).

Sobre a questão da identidade é importante destacar as fronteiras. Dessa forma, existe a delimitação do grupo sobre quem participa ou não, ou ainda quem é ou não “guardião das águas”.

A densidade se dá aqui sobretudo pela intensidade de relações estabelecidas entre os componentes (indivíduos) do grupo (ainda pré-estruturado). Como subproduto desse grupo de interação com sua identidade própria, a coletividade social produzirá fronteiras sociais e físicas cuja função é demarcar claramente os limites da identidade do grupo e dos seus membros [...]. (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218).

Cabe destacar que nesse processo podemos compreender aqueles que ficam fora das fronteiras. Nesse caso, especialmente, CODEMIG, seus processos licitatórios de exploração das águas minerais, empresas do setor de envasamento de águas minerais e outros atores estatais e não estatais que não valorizam as águas minerais a partir da “referência simbólica” que reproduz os “guardiões das águas”. Nesse sentido, mostramos que houve processos de identificação e construção identitária no grupo e que implicou na estruturação dos “guardiões das águas”, viabilizando os poderes causais e a emergência da entidade (ELDER-VASS, 2010).

4.4 Momento 3 (M3): de associação a organização

O Momento 3 ainda não se estruturou completamente entre “os guardiões das águas”. Eles ainda formam uma “associação” com uma identificação espacial físico-simbólica, mas não constituíram uma organização com posição, delegação e representação bem delineadas. Assim,

ainda não houve “a transição de uma associação simples para uma organização estruturada, com regras e normas implícitas” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 221).

Dessa organização estruturada se emerge o poder causal da manifestação pública na área social, a capacidade de expressão política, a atuação e intervenção social em escala. Assim, exerce sob as demais estruturas sociais e nas instituições sua capacidade de moldá-las, uma vez que possui recursos e legitimidade, dentre as demais estruturas sociais. De tal forma, a organização aparece como “personagem coletivo” (Vandenberghe, 2010) com propriedade de exercer poder, reproduzir e transformar a realidade. (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 220).

Apesar disso, existem alguns elementos que podem levar a emergência entre os níveis M2 e M3. A primeira questão é que a ONG Nova Cambuquira aparece como a principal representante dos “guardiões das águas”, pois a representação/liderança é elemento do Momento M3 (PIMENTEL, 2012). Isto é, ela aparece como uma forma de liderança informal dentro do coletivo, pois Cambuquira “tem funcionado nos últimos tempos, especialmente no ano passado, como uma cidade polo que está integrando todas essas forças, todas essas ideias e todos esses ideais [...] eles [outras ONGs] acham que nossa atuação seria exemplar” (Entrevistada, ONG Nova Cambuquira). Percebemos que no processo de estruturação existe, mesmo que em menor grau e informalmente, a representação. Isso foi percebido por outra pesquisadora: “Nova Cambuquira foi o autor central para mobilizar a sociedade a favor do entendimento da água mineral como um bem comum” (TEIXEIRA CRUZ, 2017, p. 151).

Outro momento de possível formação de organização formal diz respeito ao fato que, recentemente, em Caxambu, está acontecendo um engajamento para a criação da Fundação Parque das Águas. Diferentes atores que pertencem aos “guardiões das águas” de Caxambu estão interagindo, pois acreditam que uma Fundação seria capaz de proteger e preservar as águas minerais. Outros atores sugeriram um modelo de gestão com uma organização intermunicipal com participação da CODEMIG, prefeituras, sociedade civil, câmaras municipais, etc. No entanto, o processo está em mobilização. Dessa forma, ainda não evidenciamos a emergência de uma organização formal dos “guardiões das águas”.

Assim, não se tem elementos para afirmar se os “guardiões das águas” continuarão apenas como uma entidade (mas não em formato jurídico-organizacional) ou em um futuro “aberto” podem se estruturar em uma organização. Sabemos que, nas interações com outras organizações, especialmente aquelas que se opõem ao modelo de gestão da CODEMIG, podem se construir processos de manutenção e transformação das relações/dinâmicas (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017), podendo impactar nessa estruturação. Encontramos também que

internamente existem posições divergentes em torno de algumas questões. Isso foi constatado nas redes sociais “Programa Ondas” (*WhatsApp*) e “Diário Águas da Fonte” (*Facebook*) e observação participante.

Finalmente, uma “cultura das águas” se torna relevante para o movimento dado que:

A sociologia relacional precisa retrabalhar as questões que estavam no centro do debate agência e estrutura, e sistematicamente reformulá-las em termos culturais e relacionais – naqueles porque a cultura é o que mantém as práticas em funcionamento, é uma fonte de ordem e mudança social; estes significam sem nenhuma das reificações conceituais que deram lugar às abordagens substantivistas e categóricas. (VANDENBERGHE, 2017, p. 353).

Portanto, essa cultura é central para o desenvolvimento e reprodução de práticas de gestão das águas minerais a partir da “subjetividade coletiva” dos “guardiões das águas”. No entanto, ainda não evidenciamos “a estruturação progressiva da organização, a reprodução da organização estruturada que alcança proporções capazes até mesmo de instaurar uma ordem e intervir deliberadamente na realidade social, ou com os conflitos, a sua transformação” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 221).

Em sua pesquisa, Hélène Peton (2012) menciona que as mobilizações sociais ocorrem de forma não linear, variando entre instituições e movimentos, entre contestação e colaboração e entre oposição e integração. Isso se relaciona ao caso brasileiro em que Abers, Serafim e Tatagiba (2014) mapearam repertórios distintos de ação coletiva na perspectiva das interações socioestatais, a saber: participação institucional, protestos, ocupação de cargos na burocracia pública e relações personalizadas. Cada repertório depende das relações Estado-sociedade estabelecidas e que a mudança de governo afete substancialmente a mudança de repertórios. Alonso (2015) mostra isso no movimento abolicionista que passou por três fases que ela denomina “flores”, “votos” e “balas”, com destaque para a mudança nos padrões de interações entre a coalização dominante e o movimento. Portanto, o que se trata hoje como interação do Estado com os movimentos sociais na construção de políticas públicas, somente pode ser compreendido se entendidos historicamente os repertórios, suas mudanças e suas associações.

Peton (2012) mostra que, nesses processos, diferentes atores encontram pontos de interesses convergentes e divergentes. Dessa forma, as lutas contra uma ordem institucional que consideram injustas ocorrem em alternâncias entre protesto e colaboração. Considerando esta questão, torna-se relevante entender como as estratégias implantadas pelos movimentos sociais evoluem. Essas noções se inserem no que se denomina de Abordagem Relacional (ALONSO, 2011) dos movimentos sociais. Essa abordagem considera não apenas o movimento social

(como ator), mas as relações com o Estado, os grupos informais, o espaço público, os contramovimentos. Nessa concepção os movimentos sociais são redes de interações sociais que se formam em torno de uma questão-conflito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, primeiramente, descrevemos o campo das águas envasadas em que ocorrem as disputas em torno das águas minerais. Em seguida, fazemos uma leitura da estruturação dos “guardiões das águas” a partir dos momentos de M1 (especialização), M2 (identificação) e M3 (representação). Esse trabalho ganha relevância, pois conforme coloca Vandenberghe (2010, p. 255) é “a estruturação de coletivos, que faz aflorar e realiza os poderes causais destes”, conforme verificamos com esta pesquisa. Mesmo que os “guardiões das águas” ainda não constituam uma organização-formal, mostramos que houve processos de identificação e construção identitária no grupo, o que implicou na estruturação dos “guardiões das águas”, viabilizando seus poderes causais e a emergência da entidade.

Sobre a formação futura de uma organização não é possível prever, pois no realismo crítico, Bhaskar (1979) concebe um modelo explicativo, mas não preditivo. Para eles a realidade social como um sistema aberto impede que exista possibilidade de predição. Portanto, o modelo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva foi aplicado para explicar, o que não significa prever. Cabe destacar que a transição, ou não, para “organização” não implica, necessariamente, na eficácia do coletivo, além de ser uma decisão que cabe ao grupo.

Ficou visível também a forma como a CODEMIG utiliza uma linguagem para se referir as águas como negócio, produto, exploração e recurso, e que os “guardiões”, por sua vez, recorrem a expressões que apresentam valores culturais, simbólicos e compartilhados por eles para se referirem as águas minerais como “as águas somos nós”, “os elementos que nos une como povo” e “somos guardiões das águas”. Essas expressões são elementos de engajamento dos envolvidos e buscam também possibilitar os engajamentos de outros atores, como pesquisadores, moradores locais e gestores públicos.

Pesquisas futuras acerca da identificação de causas morfogenéticas e morfoestáticas (na visão de Archer) podem auxiliar os pesquisadores na área de administração pública a identificar as propriedades emergentes das organizações públicas e movimentos sociais. A partir daí, podemos perceber quais as mudanças nas relações entre organizações públicas, sociedade e as crenças compartilhadas que produzem conflitos socioambientais específicos. Além disso, em casos como dos “guardiões das águas” e movimentos que envolvem relações humano-natureza,

outros estudos podem ser feitos: (1) aplicar a teoria social realista das subjetividades coletivas de Frédéric Vandenberghe no intuito de compreender a “ontologia dos coletivos”; (2) aplicar a teoria da teoria da subjetividade coletiva de José Maurício Domingues, que considera a relevância da criatividade social e o estudo de diversas formas de agrupamentos sociais; (3) aprofundar nos estudos sobre como foram articulados movimentos de resistência à exploração econômica das águas minerais no Circuito das Águas de Minas Gerais; e (4) a partir das discussões sobre deliberação pública, investigar se e como o poder causal da deliberação envolve a emergência de coletivos e movimentos.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALONSO, A. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868- 88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARCHER, M. S. Habitus, reflexividade e realismo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011.

ARCHER, M. S. **Realist social theory**: The morphogenetic approach. Cambridge University Press, 1995.

BHASKAR, R. **The possibility of naturalism**: A philosophical critique of the contemporary human sciences. Brighton: Harvester Press, 1979

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

CHIA, R. MACKAY, B. Post-processual challenges for the emerging strategy-as-practice perspective: Discovering strategy in the logic of practice. **Human Relations**, v.60, n. 1, p.117–242, 2007.

CORTE, T. D. **A (re) definição do direito à água no século XXI**: perspectiva sob os enfoques da justiça e da governança ambiental. 2015. 604 p. Dissertação (mestrado em direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

DRURY, J.; REICHER, S. Collective action and psychological change: The emergence of new social identities. **British Journal of Social Psychology**, v. 39, n. 4, 579-604, 2000.

ELDER-VASS, D. **The causal power of social structures**: emergence, structure and agency. Cambridge University Press, 2010.

FLEETWOOD, S. Ontology in organization and management studies: A critical realist perspective. **Organization**, v. 12, n. 2, p. 197-222, 2005.

FREITAS, E. S. M.; DEL GAUDIO, R. S. Crise ecológica, escassez hídrica e ideologias: uma análise crítica da carta de 2070. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 27, n.3, p. 439-452, 2015.

GUIMARÃES, B. C. **Direitos coletivos ambientais e a exploração (in)sustentável das águas minerais**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.

HÉLÈNE P. **Mouvements sociaux et processus de désinstitutionnalisation**: Le cas de l'amiante en France. Gestion et management. Université Paris Dauphine - Paris IX, Français, 2012.

MURPH, R. Disaster or sustainability: the dance of human agents with nature's actants. **Canadian Review of Sociology**, v.41, n. 03, p.249-266, 2004.

PIMENTEL, T. D. **Espaço, identidade e poder**: esboço de uma teoria morfogenética e morfostática para a sociologia das organizações. 2012. 473 p. Tese (doutorado em ciências sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

PIMENTEL, T. D.; RODRIGUEZ, R. S. Uma perspectiva realista crítica sobre ação coletiva em economia. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 1, p. 208-225, 2017.

PROCTOR, J. D. The social construction of nature: relativist accusations, pragmatist and critical realist responses. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 88, n. 3, p. 352-376, 1998.

QUEIROZ, J. T. M. **O campo das águas envasadas**: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade das águas e percepções. 2011. 256 p. Tese de doutorado (doutorado em saneamento, meio ambiente e recursos hídricos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SAYER, A. Características-chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo. Estudos de Sociologia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v. 6, n. 2, p. 7-32. 2000.

STRANG, V. Fluid consistencies. material relationality in human engagements with water. **Archaeological Dialogues**, v. 21, n. 2, p. 133-150, 2014.

TARROW, S. **O poder em movimento**: Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TEIXEIRA CRUZ, E. S. **Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais**. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

VANDENBERGHE, F. **Teoria Social Realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

VANDENBERGHE, F. A relação como operador mágico. superando a divisão entre sociologia processual e relacional. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 341-370, 2017.

VESA, M.; VAARA, E. Strategic ethnography 2.0: Four methods for advancing strategy process and practice research. **Strategic Organization**, v. 12, n. 4, p. 288–298, 2014.

ARTIGO 3 – PRÁTICAS DE GESTÃO SOCIAL DAS ÁGUAS NO SUL DE MINAS: COMPOSIÇÕES E DESVIOS NA FORMAÇÃO DE UM SISTEMA DELIBERATIVO

RESUMO

Este estudo teórico-empírico trata das práticas de gestão social das águas minerais de Cambuquira, Minas Gerais, identificadas pelas seguintes categorias: discurso, mundo material, ação e interação, relações sociais e pessoas. Especificamente pretendemos responder se essas práticas formam um sistema deliberativo de tomada de decisões públicas. Como concepções teóricas, assumimos a abordagem habermasiana da gestão social e discussões sobre práticas sociais e ainda o conceito de sistema deliberativo a partir de Jane Mansbridge. Utilizamos as seguintes técnicas qualitativas de pesquisa: observação participante, pesquisa documental e diagnóstico rápido participativo emancipador. As práticas identificadas foram: Sustentabilidade Hídrica, Crenoterapia, Turismo nas Fontes, Uso Doméstico/Comum, Engarrafamento Industrial, Pesquisa-Extensão Acadêmica e Contestação Pública. Os resultados mostram o potencial de articulação em rede dessas práticas na formação de um sistema deliberativo de decisões a partir da visão da gestão social. Todavia, as práticas com características da gestão social (práticas de gestão social) em conjunto com outras práticas ainda não formam um sistema deliberativo em decorrência de: (a) a separação jurídica entre águas minerais e outras águas, com diferentes arranjos institucionais; (b) a dominialidade das águas minerais é da União; (c) em Minas Gerais, o arranjo institucional atual coloca as águas minerais sob a égide da CODEMIG e não do IGAM; (d) a CODEMIG tem uma visão economicista as águas minerais em detrimento da ambiental, cultural e tradicional; e (e) existem assimetrias, conflitos e antagonismos entre diversos atores em torno da questão, além de processos judicializados.

Palavras-chave: Gestão Social. Águas Minerais. Conflitos. Sociedade Civil.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil as águas minerais são, do ponto de vista jurídico-institucional, consideradas recursos minerais (minério) e não bens comuns ou recursos hídricos de domínio público. Isso denota desequilíbrios e assimetrias em relação às demais águas. Nesse contexto, as águas minerais são exploradas, engarrafadas e comercializadas no mercado de águas envasadas. (PORTUGAL JÚNIOR; REYDON; PORTUGAL, 2015).

O atual arranjo institucional, as tradições locais, o crescente mercado de águas envasadas, as organizações da sociedade civil e as controvérsias em torno de diferentes usos contribuíram para que diferentes práticas de gestão das águas minerais fossem historicamente construídas. Nos municípios do Circuito das Águas de Minas Gerais esta questão se torna marcante e, desde o final da década de 1990, diferentes conflitos emergiram em torno das águas minerais e das suas práticas de gestão. Sobre a relevância das águas minerais cabe notar que, com a sua descoberta, os “[...] viajantes na busca de cura para os seus males vinham de partes distintas, desde as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como das vilas e dos distritos vizinhos” (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017, p. 86-87). Além disso, “[...] as famílias permaneciam no local por um tempo prolongado, o que nos permite imaginar a importância dessa atividade para a história da região” (BEZERRA; BRANQUINHO, 2017, p. 87).

Apesar de estudos anteriores, as práticas de gestão das águas minerais ainda não foram descritas e compreendidas. Assim, por meio de um estudo teórico-empírico no município de Cambuquira, Minas Gerais, objetivamos compreender como foram constituídas e articuladas práticas de gestão social das águas minerais. Especificamente, pretendemos responder se essas práticas formam um sistema deliberativo de tomada de decisões públicas.

Para identificar as práticas utilizamos das discussões sobre os momentos das práticas sociais (discurso, mundo material, ação e interação, relações sociais e pessoas) de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003). Adotamos essa perspectiva das práticas para entender como elas se reproduzem de forma situada em ações, representações e identidades de diferentes atores. A seguir, como concepções teóricas discutimos gestão social (na abordagem habermasiana) e práticas sociais na concepção de Chouliaraki e Fairclough (1999).

2 GESTÃO SOCIAL: DA PRÁTICA AO SISTEMA DELIBERATIVO

2.1 Abordagem Habermasiana da Gestão Social

No Brasil, a gestão social constitui um campo interdisciplinar recente. Dentre as quatro abordagens identificadas (PERES JÚNIOR; PEREIRA, 2014) no campo da gestão social, (frankfurtiana, gestão do desenvolvimento social interorganizacional, puquiana e administração pública societal), adotamos a frankfurtiana, ou melhor, habermasiana (TEIXEIRA CRUZ, 2017). O contexto teórico dos estudos em gestão social é marcado pela busca de formas alternativas e mais democráticas de gestão e de conhecimentos sobre a gestão, os quais deveriam ser construídos e guiados pela lógica da sociedade e não pela lógica do mercado, assim como voltados para demandas dos atores sociais, considerando a participação social e a deliberação pública (ALCÂNTARA, 2015).

Ao propor um conceito inicial, Tenório (1998; 2005) contrapõe gestão social e gestão estratégica. A primeira fundamentada no que Habermas denomina de ação comunicativa e a segunda na ação estratégica. Dessa forma, “a *gestão social* contrapõe-se à *gestão estratégica* na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO, 1998, p. 16). Na gestão estratégica o determinante é o mercado e sua visão de competição e lucro. Outra definição complementar é a gestão social como “processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação” (TENÓRIO, 2005, p. 102).

Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697) apresentam algumas características ou elementos que constituem pré-requisitos da gestão social: “[...] tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”. Por isso, como síntese, para Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 17) a gestão social é uma “[...] ação gerencial dialógica própria da sociedade, do interesse público não estatal e voltado para o bem comum”.

No que tange as práticas de gestão social, para identificá-las é preciso seguir a existência de “[...] processos deliberativos de caráter público que circulam no âmbito das inter-relações e tensões entre mundo-da-vida e sistema” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 2). Isto é, práticas de gestão social se articulam em processos deliberativos a partir, principalmente, de um

conjunto de ações gerenciais dialógicas engendradas pela sociedade civil por meio de formas de conversações cotidianas que influenciam as decisões políticas.

2.2 Práticas sociais e discurso

Chouliaraki e Fairclough (1999) buscam entender a relação do discurso com outras práticas sociais: o discurso como um momento da prática. A partir disso apresentam uma visão da constituição das práticas e da sociedade. A sociedade é formada por práticas sociais (com seus momentos e redes) que se ligam por internalização e articulação com práticas culturais, econômicas, políticas e outras (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) as práticas “constituem um ponto de conexão entre estruturas abstratas e seus mecanismos e eventos concretos – entre a sociedade e as pessoas vivendo suas vidas”. Sendo assim, uma prática social envolve formas locais e relacionamentos – tipos particulares de atividades relacionadas a materiais localizados no tempo e espaço, relações entre pessoas com experiências e conhecimento próprios, bem como recursos semióticos e meios de se utilizar a linguagem – de forma habitual e histórica (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Os momentos da prática social são para Chouliaraki e Fairclough (1999) discurso (e semiose), atividade material, relações sociais (relações de poder e luta hegemônica) e fenômeno mental (crenças, valores e desejos). Posteriormente, Fairclough (2003) apresenta cinco momentos das práticas sociais: ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias), mundo material (atividade material), discurso (e semiose). Estes cinco momentos serão os utilizados neste artigo para a identificação das práticas de gestão social das águas minerais. A partir da noção de articulação se entende também que cada momento de uma prática seja formado por elementos em uma articulação interna (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

É preciso considerar que as práticas se transformam por meio de articulações: “A articulação entre os momentos da prática assegura” uma “relativa permanência de articulações dos elementos sociais [...]” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 194). Lembrando que essa permanência de “visões de mundo” (moral, política, natural, intelectual, dentre outras) que se estabelece como dado são sempre instáveis e não permanentes.

A relativa permanência e mudança nas relações de poder abrem, então, para a mudança social, pois é sempre pautada pela articulação e rearticulação. As articulações (externas) formam redes de práticas que constituem momento essencial do nosso estudo. Dessa forma, “as redes de práticas são sustentadas por relações sociais de poder e as articulações entre práticas

estão ligadas a lutas hegemônicas” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 196). Portanto, “permanências de articulações entre práticas são compreendidas como efeito de poder sobre redes de práticas, e tensões pela transformação dessas articulações são vistas como lutas hegemônicas” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 196).

Argumentamos que as práticas de gestão social são articuladas pelo “poder comunicativo” que resulta da “[...] geração informal da opinião [e] desemboca em decisões eleitorais institucionalizadas e em decisões legislativas por meio das quais o poder gerado comunicativamente se transforma em poder passível de ser empregado em termos administrativos” (HABERMAS, 1995, p. 48). E que também é o poder da sociedade civil “questionar por meio de atos de resistência, manifestações e protestos” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 417). Assim, das noções de gestão social, gestão estratégica e de práticas sociais, argumentamos que as redes de práticas de gestão estratégica são articuladas por meio do poder econômico, burocrático e político-administrativo e as redes de práticas de gestão social são articuladas por meio do poder comunicativo.

2.3 Uma noção de sistema deliberativo para a gestão social

A escolha por sistema deliberativo teve como base o fato de a democracia deliberativa ser uma das categorias teóricas da gestão social (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Dryzek (2016) coloca que o sistema deliberativo é uma das discussões mais recentes sobre democracia deliberativa. Logo, estudar as possíveis contribuições do conceito de sistema deliberativo pode contribuir, além do aprofundamento teórico, para uma atualização do campo da gestão social. Adiante, pautados no conceito de gestão social (TENÓRIO, 1998; 2005) e nas categorias e características que a compõem (CANÇADO, PEREIRA, TENÓRIO, 2015; CANÇADO, 2011), argumentamos que a gestão social pode cumprir de forma coerente com as três funções do sistema deliberativo propostas por Mansbridge et al. (2012), a saber, função epistêmica, ética e democrática. Além disso, argumentamos que o conceito de sistema deliberativo pode ajudar na discussão sobre a escalaridade da gestão social. A ideia de que as conversas cotidianas são importantes e podem ser canalizadas, potencializadas e chegar em forma de fluxos às instituições e arranjos nos permite imaginar que a gestão social pode ser analisada também em espaços amplos e não ficar apenas restrita à esfera local.

A partir das três funções de um sistema deliberativo apresentadas por Mansbridge et al. (2012) – epistêmica, ética e democrática – argumentamos que estas funções contribuem e são coerentes com os preceitos da gestão social. Essa assertiva está fundamentada nas categorias e

bases teóricas da gestão social elencadas por Cançado, Pereira e Tenório (2013; 2015). Em relação à função epistêmica, Almeida (2013, p. 246) destaca que ela tem como objetivo “aperfeiçoar a qualidade informacional” para que as decisões tomadas sejam “informadas por fatos e lógicas” (MANSBRIDGE et al., 2012, p. 11). Isto é, que as decisões estejam fundamentadas e amparadas em considerações substantivas sobre as informações disponíveis. A função epistêmica se relaciona com a informação e o conteúdo das discussões. Nesse sentido, a gestão social também pode cumprir esta função epistêmica, pois também considera importante o acesso à informação e a redução das assimetrias – não só relacionadas à informação, mas qualquer forma de assimetria que comprometa o ideal deliberacionista. Sobre isso, Angélico e Teixeira (2012, p. 11) destacam:

Se levarmos em consideração que decisões compartilhadas desafiam questões caras à democracia como redução das assimetrias de poder, o que requer igualdade em acesso a recursos informacionais e, conseqüentemente, a construção de um debate entre iguais, a disponibilidade de recursos que possibilitem o acesso às informações que são objeto das discussões, e que normalmente sempre estiveram disponíveis para um contingente reduzido de pessoas, torna-se um dos elementos importantes para a construção de um processo que pode desembocar na Gestão Social. (ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012, p. 11).

Além disso, por meio das categorias teóricas democracia deliberativa, ação comunicativa e esfera pública pode-se verificar – indiretamente – a importância da informação para a gestão social. A categoria esfera pública, por exemplo, é permeada por discussões sobre acesso igualitário à informação e o papel da mídia na disponibilização destas informações. Adiante, Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 131) destacam que no processo de gestão social “[...] as informações devem estar disponíveis a todos, [e] o segredo e a assimetria de informações também são estranhos a esse processo”. Nesse sentido, ao se apoiar em categorias e preceitos que demandam acesso irrestrito e igualitário à informação, a gestão social pode cumprir a função epistêmica destacada por Mansbridge et al. (2012): podemos considerar que a função epistêmica é coerente com os princípios da gestão social.

Em relação à função ética, a gestão social surge da crítica ao *status quo* da Administração e seus impactos sobre a sociedade. Nesse contexto, a grosso modo, a gestão social busca promover uma forma de gestão mais ética, no sentido de mais inclusiva e participativa. Ainda, a gestão social propõe uma gestão dialógica, em contraposição a gestão monológica que vigora dentro do escopo da gestão estratégica. Nesse sentido, se considerarmos a função ética como conceituada por Mansbridge et al. (2012) – promover o respeito mútuo

entre os cidadãos - a gestão social pode também cumprir com essa função, pois está plenamente amparada na ideia de um entendimento mútuo entre os participantes da ação. Isso fica claro, novamente, quando se olha para as categorias teóricas da gestão social.

A prática dos ideais da gestão social está relacionada com uma ação comunicativa. O agir comunicativo, para Habermas (1989), é o processo dialógico voltado ao entendimento mútuo, de negociação, de interpretações comuns, através da racionalidade do discurso. Essa racionalidade (comunicativa neste caso) é a capacidade dos sujeitos em construir um discurso a partir de um procedimento argumentativo. (FREITAS; FREITAS; FERREIRA, 2016, p. 287).

Tenório (1998, p. 18) também destaca a questão do entendimento ao enfatizar a gestão social como uma ação “gerencial voltada para o entendimento”. Adiante, Faria (2012) destaca como objeto da deliberação os conflitos e, nesse sentido, a função ética de um sistema deliberativo é promover o respeito mútuo entre os cidadãos. Assim, “o objetivo da deliberação passa a ser, portanto, esclarecer os termos do conflito, tentar conformá-lo [...]” (FARIA, 2012, p. 68). Nesse sentido, Tenório (2012) destaca a gestão social como uma forma de resolução dos problemas da sociedade – e esse processo de resolução de problemas/conflitos não pode se constituir sem participação e deliberação. Portanto, a gestão social é coerente com a função ética de um sistema deliberativo proposta por Mansbridge et al. (2012).

Por fim, a gestão social está plenamente amparada em pressupostos democráticos, principalmente nos ideais de democracia deliberativa. Cançado, Pereira e Tenório (2015) enfatizam que a democracia deliberativa é a forma de tomada de decisão na Gestão Social. Sendo assim, “A Democracia Deliberativa seria, então, a forma de tomada de decisão dentro desta Esfera Pública na qual acontece a Gestão Social” (CANÇADO, PEREIRA, TENÓRIO, 2015, p. 11). Além disso, a gestão social é inclusiva, ou seja, neste tipo de gestão “o outro deve ser incluído” (CANÇADO, PEREIRA, TENÓRIO, 2015, p. 11). Dessa forma, a gestão social é coerente também com a função democrática proposta por Mansbridge et al. (2012).

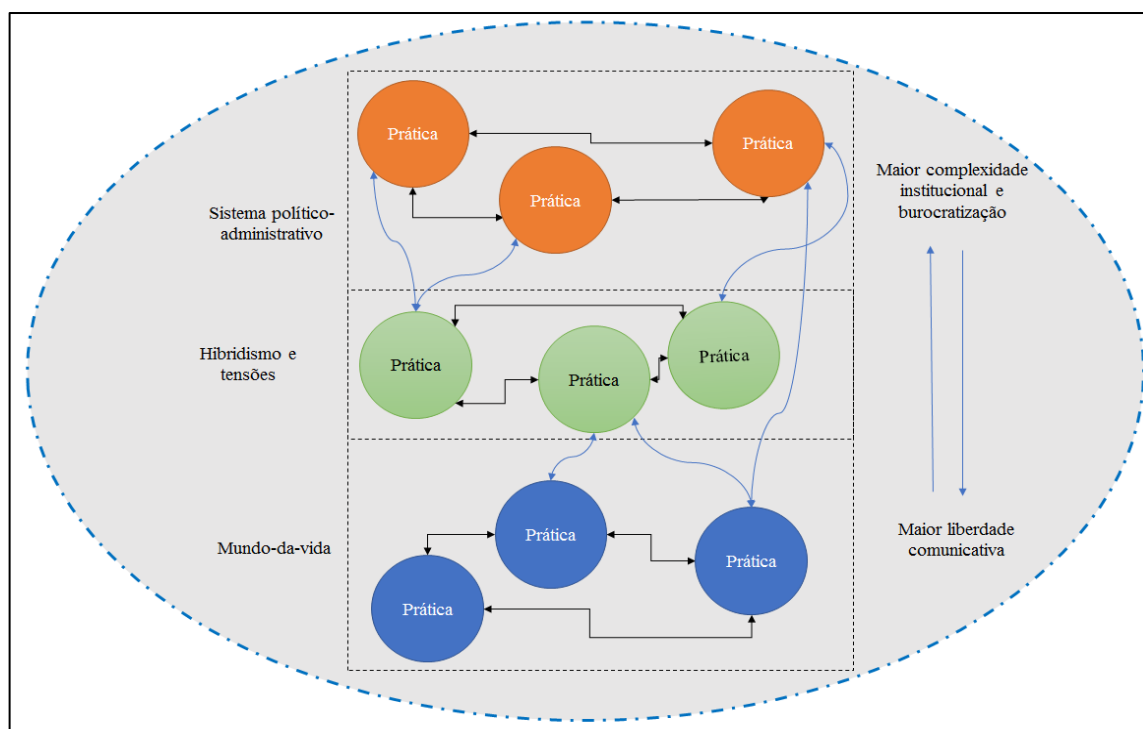
Assim, é possível uma primeira aproximação entre sistema deliberativo e gestão social por meio das três funções de um sistema deliberativo propostas por Mansbridge et al. (2012). Apesar de uma aproximação inicial, já chamando para futuras contribuições, é possível observar que a gestão social também cumpre (ou é coerente) com as funções epistêmica, ética e democrática atribuídas por Mansbridge et al. (2012) aos sistemas deliberativos. Adiante, outra contribuição possível do conceito de sistema deliberativo ao campo da gestão social refere-se ao problema da escalaridade. Cançado, Pereira e Tenório (2015) discutem se a gestão social está confinada à escala local ou pode ser ampliada para esferas maiores. Isto é, “a Gestão Social

estaria confinada a nível ‘micro’ ou tem a capacidade para se tornar a forma de gestão de espaços maiores?” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 194). Este é um debate ainda em aberto. Nesse sentido, acreditamos na ideia de que o sistema deliberativo pode lançar luz para o problema da escalaridade da gestão social.

De acordo com Mansbridge (1999), a conversação cotidiana é importante e integra o todo de um sistema deliberativo. Além disso, espaços públicos e privados, formais e informais e as diversas instâncias e arenas são também parte do sistema deliberativo – esta é uma diferença para o conceito de esfera pública, que mantém certas dicotomias entre formal e informal. Assim, a ideia de sistema deliberativo valoriza e confere importância às instituições e arranjos que podem potencializar a democracia deliberativa. Nesse sentido, se pensarmos na centralidade das conversas cotidianas e seu fluxo até as decisões nas instâncias formais, podemos considerar que a ideia de um sistema deliberativo nos permite pensar a gestão social como forma de gestão de amplos espaços e não apenas restrita ao local.

Se pensarmos o sistema deliberativo a partir da noção de práticas sociais – que se situam nas relações mundo-da-vida e sistema (e também nas formas híbridas) temos que, seguindo Tenório (1998; 2005) qualquer das práticas destacadas pode ser de gestão social ou ter elementos de gestão social (Figura 1).

Figura 1: Práticas de gestão em um sistema deliberativo.



Fonte: Do autor (2018).

Na Figura 1 observamos que a gestão social pode ocorrer nas ações do mundo da vida e também nas ações do sistema. Tenório (2005, p. 102) argumenta que a gestão social pode “ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais” – e também nas interpelações entre estes dois mundos, conforme colocado por Alcântara e Pereira (2017). Além disso, essas práticas formam um sistema deliberativo (da gestão social em relação às outras). Assim, a gestão social pode ser vista como um elemento importante na composição de um sistema deliberativo. Por outro lado, podemos pensar que esta relação é interativa e que a gestão social se materializa na medida em que se forma o sistema deliberativo.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Na visão ontológica adotada, os dados relevantes são aqueles que mostram “relações substanciais de conexão” (SAYER, 2000, p. 23) e não apenas relações de similaridade, portanto, privilegia assim entrevistas, etnografias e análise qualitativa (SAYER, 2000). O mesmo é indicado por Habermas (2012a), que acrescenta que para se compreender o sentido é preciso “participação”. Em um dos capítulos mais interessantes e menos abordados da Teoria do Agir Comunicativo, intitulado “A problemática da compreensão nas ciências sociais”, o autor coloca: “[...] o intérprete não pode alcançar a pré-compreensão do contexto, da qual depende a compreensão de uma exteriorização nele situada, se não participa do processo de formação e avanço desse contexto” (HABERMAS, 2012a, p. 235). Por isso, o estudo utilizará de diferentes métodos e de pesquisas participativas.

Ressaltamos que foram mais de dois anos desde o início do envolvimento com o município e com a questão das águas minerais. Portanto, parte da pesquisa foi sistematizada e até mesmo organizada e analisada parcialmente (TEIXEIRA CRUZ, 2017; TEIXEIRA, 2017a; 2017b; ALCÂNTARA; CORDEIRO NETO; VALADÃO, 2017).

4.1 Coleta de dados

Utilizaremos para a coleta de dados: a) Observação Participante; b) Pesquisa Documental; e c) Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE. Notando inicialmente que o DRPE é bem mais que uma forma de coleta de dados. O DRPE é um método de intervenção que envolve interesses-conhecimentos diversos nos termos de Paes de Paula (2015; 2016). Portanto, é adotada neste estudo como modo de “intervenção”, participação e

pesquisa (não podendo ser reduzida à observação feita pelo pesquisador durante a sua aplicação).

Laville e Dionne (1999) afirmam que para ser científica, a observação deve seguir critérios, como ser direcionada pelo objeto, questões e temas do estudo. A observação foi acompanhada por fotos para registrar os eventos semióticos. Na observação “pouco estruturada” o pesquisador se guia pelos temas e questão de estudo, para garantir que contribua para o entendimento da mesma. Neste caso, uma observação com “participação direta e pessoal” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 179). Cabe notar ainda que “A observação não é também uma técnica exclusiva: ela se presta, às vezes admiravelmente, a casamentos com outras técnicas e instrumentos” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 182). Resende (2008) utilizou de observação participante como método inicial na sua pesquisa a partir da Teoria Social do Discurso.

Com a observação participante, foi direcionada atenção às práticas históricas de gestão das águas, especificamente no que tange aos aspectos materiais (fontes, objetos para consumo e coleta da água mineral, estrutura física, Parque das águas, situações dos hotéis, vegetação em volta das fontes, estrutura de captação e coleta das águas minerais, SPA das Águas, disponibilidade de água mineral nos hotéis e organização e limpeza do Parque). Assim, foram observadas (diversos aspectos de) cinco fontes de água mineral (ferruginosa, magnésiana, sulfurosa, alcalina-gasosa e com lítio) e as fontes do Marimbeiro e do Laranjal.

O pesquisador (autor desta tese) também visitou locais de caminhada em volta das cidades junto com membros da ONG Nova Cambuquira e visitou também a Prefeitura Municipal (em reuniões com o prefeito da gestão anterior e da gestão atual). Além disso, foram observadas relações sociais, representações e atitudes: atitudes dos funcionários dos hotéis e comerciantes; motivações e relações entre os membros da ONG Nova Cambuquira; opinião do Coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande sobre a Consulta Pública e a questão das águas minerais; desentendimentos entre moradores locais e a ONG; divergências internas nessa organização e dessa com representantes da prefeitura ou de outras instituições; formas de gestão e organização da ONG Nova Cambuquira; receptividade da população e dos hotéis; comportamento das pessoas coletando água mineral nos parques; e outros elementos e momentos.

Houve diversas dinâmicas nos quais um pesquisador e duas pesquisadoras do NEAPEGS estiveram relacionados à coleta de dados, participando individualmente ou de forma conjunta dos mesmos. Por exemplo, nas datas de 16 a 20 de janeiro de 2017 (DRPE) estávamos os três pesquisadores (doutorando, mestrande e bolsista de iniciação científica) – na ocasião

havia mais pesquisadores da Universidade Federal de Lavras e da Fundação João Pinheiro. Na data de 25 a 29 de julho de 2016, este pesquisador não participou (as duas pesquisadoras sim) e, em janeiro de 2017, no Seminário “Transformação local para o desenvolvimento sustentável” este pesquisador participou do dia 6 ao dia 11 de fevereiro de 2017) e as demais apenas um dia. Grande parte destas datas também teve a participação de uma doutora em microbiologia e de três professores do grupo de pesquisa. O orientador desta tese participou em campo e constantemente deste processo.

Essa participação permitiu acompanhar momentos relevantes no dia em que os membros da ONG Nova Cambuquira ficaram sabendo da Consulta Pública. Os membros da Nova Cambuquira participaram de debates sobre as formas de agir, comentaram, leram e estudaram a Consulta Pública e a minuta do edital junto com moradores locais e membros da ONG Amigos do Parque das Águas – AMPARA da cidade de Caxambu. Presenciamos também a mobilização para o abaixo-assinado e nas redes sociais, a “reportagem de TV” para dar visibilidade ao caso (G1 da rede globo de televisão). Além disso, o pesquisador participou de conversas em grupos e individuais (observando diferentes posicionamentos sobre as formas de agir frente a Consulta Pública – que existiram), de reunião de três membros da ONG nova Cambuquira com o prefeito municipal de Cambuquira (que afirmou se posicionar contra o “edital”). Na mesma semana houve reunião de mais de duas horas com quatro membros da ONG Nova Cambuquira e um ativista que tem atuação de muitos anos na questão das águas (novamente observou também posições divergentes sobre a Consulta Pública). Durante uma semana o pesquisador conversou – no estilo “conversa cotidiana” de Mansbridge (1999) – com o professor Andreas Kläy (que conduziu o Seminário “Transformação local para o desenvolvimento sustentável”) sobre a ONG, Cambuquira, a questão das águas no Brasil, os possíveis efeitos da Consulta Pública e como o mesmo reorganizou o seminário em decorrência dessa “emergência”.

Destacamos que, formando uma cadeia intertextual, o texto elaborado por este pesquisador acerca da Consulta Pública (no dia 08 de fevereiro de 2017) foi utilizado pela ONG Nova Cambuquira como parte da justificativa para pedir ao Promotor de Justiça da Comarca de Cambuquira “imediata paralisação e cancelamento do processo licitatório” – em ofício de 10 de fevereiro de 2017. Além disso, o orientador desta tese (professor José Roberto Pereira) participou continuamente das nossas atividades e de outras que não participamos como o Fórum realizado em Caxambu “Gestão Sustentável do Parque das Águas – Desafios e alternativas jurídico-institucionais”, em 03 de junho de 2017. Esse evento contou com a presença de membros da ONG Nova Cambuquira, AMPARA e do promotor Bérqson Cardoso Guimarães, Coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande,

que atua ativamente na questão das águas minerais no Circuito Turismo de Minas Gerais há mais de uma década.

Um dos momentos mais relevantes desse processo interativo de pesquisa foi o evento que organizamos “I Colóquio Esferas em Diálogo: Práticas de Gestão das Águas Minerais”. O evento discutiu diferentes práticas de gestão das águas minerais a partir de experiências e pesquisas em municípios do Circuito das Águas de Minas Gerais. Participaram do evento professores, pesquisadores, discentes, representantes de ONGs, do Ministério Público e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). O evento foi uma forma de apresentar, publicizar e debater com diferentes organizações as pesquisas e movimentos que estão sendo realizados na região.

Outro momento fundamental foi o I Fórum de Águas Minerais (14 de abril de 2018). O I Fórum Alternativo das Águas Minerais teve como intuito debater sobre a gestão das águas minerais nas mais diversas perspectivas e atores sociais. Estiveram presentes acadêmicos, ativistas, moradores, Poder Público e demais interessados no assunto que palestraram, debateram, expuseram suas experiências e sugestões.

Figura 2: Participação no “I FAMA Minerais”, Cambuquira, Minas Gerais.



Fonte: Do autor (2018).

Em 02 de agosto de 2018 participamos de uma reunião pública em Caxambu. A Reunião Pública foi organizada pela ONG Nova Cambuquira, NEAPEGS (Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social) da UFLA, Caxambu Mais e AMPARA.

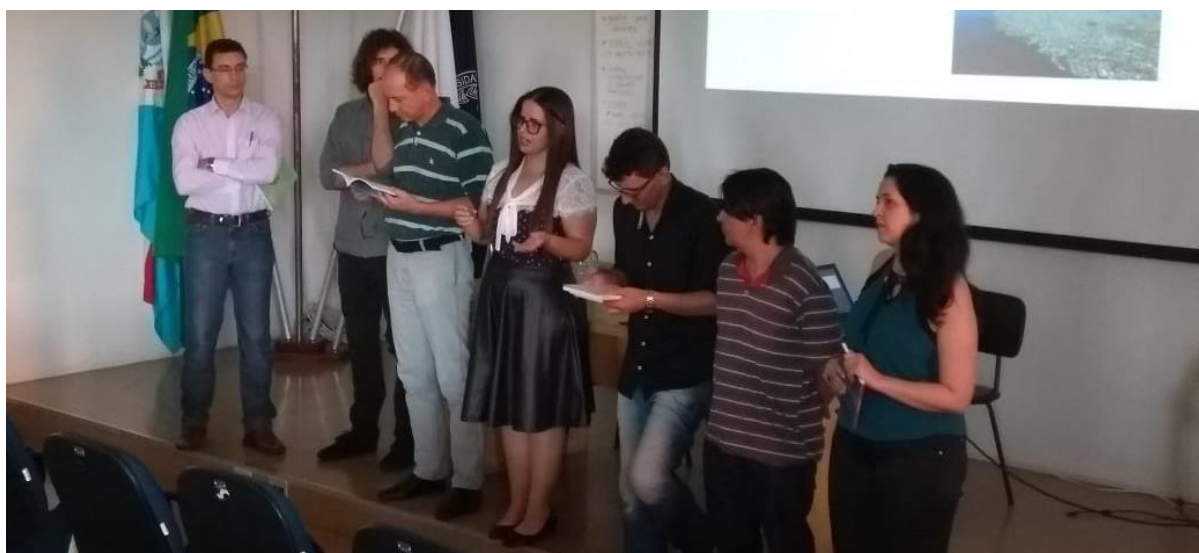
Figura 3: Participação em reunião pública em Caxambu (agosto de 2018).



Fonte: Do autor (2018).

Citamos também o “II Colóquio Esferas em Diálogos: Gestão das Águas no Antropoceno”. O evento discutiu, de forma interdisciplinar por meio da ecologia, da administração, da economia, dentre outros saberes, os desafios do Antropoceno para as práticas de gestão, sustentabilidade e justiça das águas. A questão hídrica ofereceu uma entrada de debate para os efeitos do Antropoceno e as possibilidades de agir frente a ele. Houve participantes de atores da comunidade – ONG Nova Cambuquira.

Figura 4: Lançamento de livro sobre os conflitos no circuito das águas – novembro 2018.



Fonte: Do autor (2018).

A pesquisa documental, por sua vez, “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2007, p. 45). Documentos são importantes em relação aos eventos-práticas-

estruturas, pois “[...] podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia a dia [...]” (SPINK, 2013, p. 122). Tal processo é importante para identificar, a partir de diferentes documentos, a composição sócio-ideológica (ideologia, hegemonia, relações de poder) dos materiais semióticos em relação com outros momentos das práticas sociais e que pode revelar a existência de forças que tendem à centralização. Nesse caso, tais forças podem ser legislações e normatizações que buscam “impor” uma definição de água mineral (QUEIROZ, 2011) ou editais e Consultas Públicas que podem distorcer (HABERMAS, 2012b) o processo de participação dos cidadãos na gestão das águas minerais ou podem, também, como efeito emergente, contribuir para a articulação de novas práticas e ações.

Foram pesquisadas atas de reuniões, históricos e relatórios de gestão, publicações institucionais, reportagens, legislações, dentre outras, aspectos fundamentais para constituir o *corpus* principal da TSD para estudo dos significados do discurso, das articulações e efeitos das práticas sociais – bem como de características da gestão social e do sistema deliberativo. Fontes e documentos estão listados no Quadro 1.

Quadro 1: Fontes e documentos da pesquisa

1. Os três editais (e minutas, além da Consulta Pública) e outros documentos e informações divulgadas sobre os mesmos em jornais, revistas e páginas da internet – documentos que foram coletados como ofício de vereadores e prefeitos em resposta à Consulta;
2. Páginas oficiais, atas de reuniões e outros materiais da ONG Nova Cambuquira, Renova Mata, AMPARA e Movimento Cidadania pelas Águas. Além de textos e imagens publicadas no grupo do <i>WhatsApp</i> “Programa Ondas” e “Diário Águas da Fonte” no <i>Facebook</i> ;
3. Documentos, áudios e vídeos das audiências públicas realizadas no município ou municípios vizinhos e em Belo Horizonte, envolvendo a questão das águas, como as recentes de 13/06/2017, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e a de 15/02/2017, que ocorreu na Câmara dos Vereadores de Caxambu;
4. Atas disponibilizadas sobre a Comissão Permanente de Crenologia da 1ª Reunião de 20/04/2005 à 2017 (totalizando 35 atas) e documentos do DNPM e da CODEMIG disponíveis <i>on-line</i> ;
5. Vídeos publicados por participantes da sociedade civil e de reportagens de TV; reportagens publicadas em sites de notícias regionais e locais;
6. Ampla documentação do Ministério Público sobre os conflitos no Circuito das Águas;
7. Ampla legislação sobre águas minerais e águas no Brasil, Minas Gerais e Cambuquira como: 1) Decreto-lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945; 2) Resolução nº 310, de 16 de junho de 1999 da ANVISA; 3) Decreto-Lei 227/1967 (Código de Mineração); 4) Lei nº 9.433 de 1997; 5) Lei 9.984 de 2000 que cria a Agência Nacional das Águas; 6) Decreto Municipal e Declaração de “Comunidade Azul” e 7) Decreto de Lei nº 43.321/2003 sobre os Circuitos Turísticos;
8. Fotos, imagens e ilustrações de diversos atores envolvidos: símbolos locais, imagens utilizadas em manifestações, fotos de manifestações e reuniões, imagens promocionais de venda de água mineral, símbolos mobilizados pelas organizações da sociedade civil e outros;
9. Alguns documentos enviados por participantes da ONG Nova Cambuquira como Ofício Câmara de Vereadores, Ofício da Prefeitura, lista assinaturas <i>on-line</i> petição e abaixo-assinado recolhidos nas cidades de Cambuquira e Caxambu e outros.

Fonte: Do autor (2018).

Os seguintes jornais foram pesquisados: “O Cambuquira”, “A Estância” e “Encontro – O jornal de Cambuquira”¹⁶. Os meios semióticos citados são importantes para a análise da semiose e sua relação com outras práticas. Portanto, conforme colocam Laville e Dionne (1999, p. 167) “Os documentos sonoros e visuais são também portadores de informações úteis [...] as fotos, pinturas, desenhos, os filmes e vídeos, etc. Em suma, tudo o que, em suporte audiovisual, pode veicular informações”. Como vídeo (curta-metragem) destacamos os organizados pela ONG Nova Cambuquira sobre águas minerais para passar nas escolas.

Essa diversidade de documentos se presta também a acessar uma diversidade de gêneros discursivos e o estudo dos gêneros primários permite superar a visão de que somente os secundários (políticos, burocráticos, leis, por exemplo) são relevantes para a formação do sistema deliberativo. Por isso considera gêneros que participam do que Jane Mansbridge (1999) chama de conversa cotidiana (*Everyday talk*). Portanto, no âmbito semiótico, estes documentos ajudam a entender as relações entre eventos sociais (texto), práticas sociais (ordens do discurso) e estruturas (formação social, sistemas semióticos) como indica Fairclough (2003), permitindo estudar as relações entre estes elementos também no nível do momento do discurso: gêneros, estilos e representações. Podemos analisar o sistema deliberativo, não apenas a partir de dados discursivos, mas também não discursivos (ou que se referem a elementos não discursivos), tendo em vista o entendimento da relação dialética entre eles (SAYER, 2000). Conforme observou Persson (2016), ao tratar de esferas públicas, existe uma sociomaterialidade presentes nelas que não se reduzem ao caráter apenas discursivo, o que é bastante válido para pensar um sistema deliberativo a partir das práticas de gestão (um sistema deliberativo não é formado somente por práticas discursivas).

A Teoria Social do Discurso tem foco não somente na pesquisa, *per si*, mas na mudança social – como também argumentado por atores na gestão social que consideram seu norte a emancipação (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Assim, o diferencial da Teoria Social do Discurso é que “combina uma apreciação negativa, no diagnóstico do problema, com uma apreciação positiva, na identificação das possibilidades até então inconcebíveis para sua resolução, levando em consideração a maneira como as coisas estão” (FAIRCLOUGH, 2012,

¹⁶ “Na Biblioteca Municipal de Cambuquira foram coletadas notícias de jornais – em especial o jornal ‘Encontro – O Jornal de Cambuquira’ – e fotografias do município. Além disso, foram encontrados na biblioteca livros sobre a formação histórica de Cambuquira, que foram de suma importância para o capítulo inicial dos resultados. Na Câmara Municipal de Vereadores de Cambuquira foram pesquisadas informações nas Atas das reuniões do período de 1986 a 2016 com o objetivo de entender melhor as discussões publicizadas nos jornais e outros meios, cujo foco era a gestão da água mineral” (TEIXEIRA CRUZ, 2017, p. 62).

p. 312). O Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE foi o procedimento que usamos para este fim. Na visão dos deliberacionistas estudiosos dos sistemas deliberativos o DRPE pode ser considerado um tipo de mini-público.

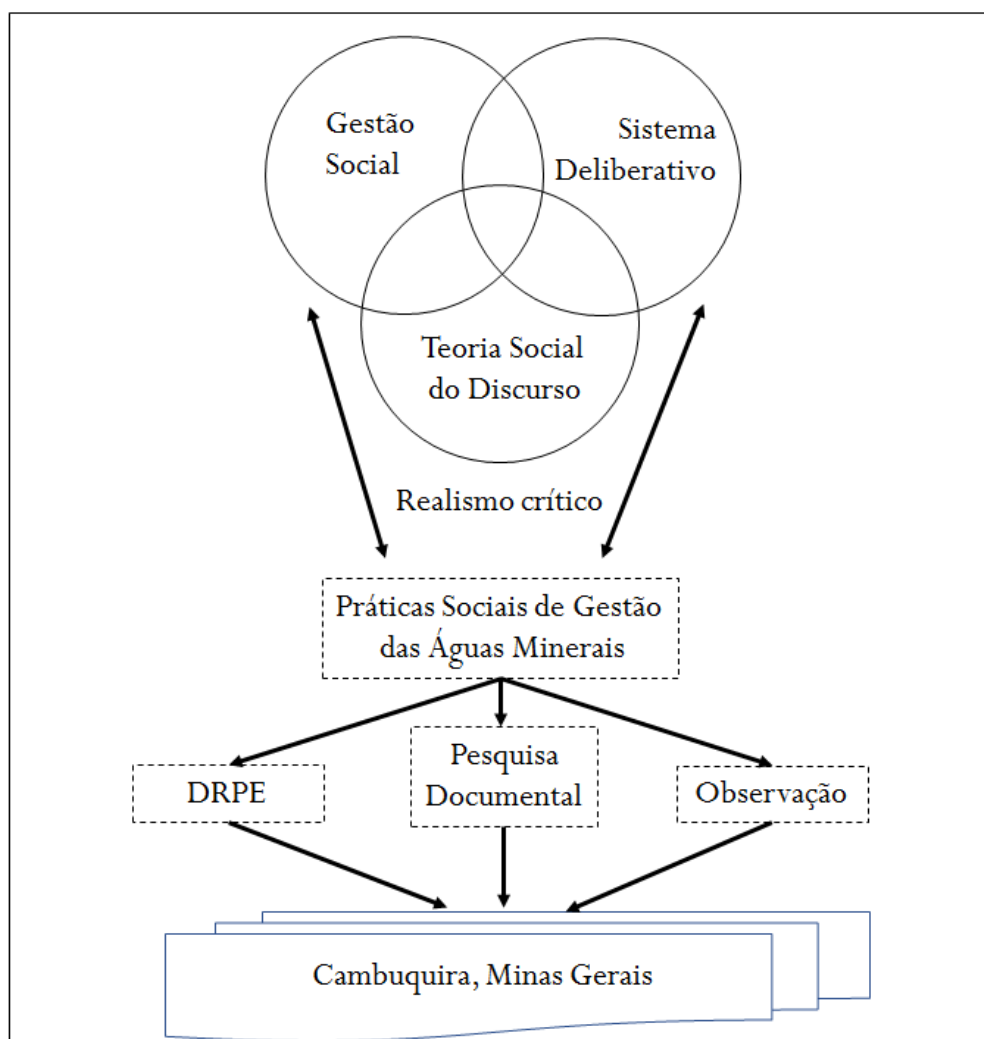
O DRPE é um método qualitativo e praxiológico de diagnosticar a realidade, fundamentado na noção de crítica coletiva e mudança cultural, tendo por finalidade, assim como para a gestão social, a emancipação (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). O caráter emancipador do DRPE se estabelece em três momentos articulados: expressão e descrição da realidade, crítica do material expresso e criatividade (PEREIRA, 2017). Nesse sentido, o DRPE “constitui um instrumento metodológico de identificação de problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da ação comunicativa dialógica entre os próprios participantes, com o intuito de alcançar um consenso entre eles” (PEREIRA, 2017, p. 23). Por isso, o processo de diagnóstico participativo se caracteriza como um processo de conscientização.

Como observamos, o DRPE, assim como o modelo de Chouliaraki e Fairclough (1999), tem ênfase nos problemas e na busca por superá-los. O primeiro DRPE¹⁷ foi realizado no período de 16 a 20 de janeiro de 2017 (de segunda-feira à sexta-feira na parte da manhã), principalmente com os membros da ONG Nova Cambuquira (totalizou mais de 20 horas). Participaram também em menor número pessoas da comunidade local (em média 4 pessoas) e funcionários da Prefeitura Municipal. Em síntese, em todos os dias tivemos 11 diferentes participantes da ONG Nova Cambuquira. Em relação ao Poder Público, foram 4 participantes (prefeitura) no total, sendo que, em média, foram dois participantes por dia. Participou também, quase todos os dias, o gestor do SPA das Águas de Cambuquira. Em média 10 participantes por dia com mais 50% de participantes da ONG Nova Cambuquira. Por isso o tema central do DRPE foi a questão da água mineral no município e com foco especial nas atividades da ONG.

Finalmente, este conjunto de fontes de dados e instrumentos de coleta (que se complementam) pode ser entendida a partir da triangulação (Figura 5) de dados e triangulação metodológica que visa ampliar a qualidade da pesquisa (FLICK, 2009).

¹⁷ “Previamente, o professor da universidade Federal de Lavras, José Roberto Pereira, ministrou um curso no intuito de qualificar e preparar a equipe interdisciplinar do DRPE. A equipe foi composta por seis pesquisadores vinculados a Universidade Federal de Lavras e seis pesquisadores vinculados a Fundação João Pinheiro de áreas diversas (administração, administração pública, turismo, farmácia e sociologia). Em cada dia de realização do DRPE, um membro da equipe ficou responsável em conduzir uma das técnicas que compõe o método e os demais membros anotavam e registravam com filmagem e fotografia” (TEIXEIRA CRUZ, 2017, p. 64).

Figura 5: Relações entre discussões teóricas e onto-epistemo-metodológicas.



Fonte: Do autor (2018).

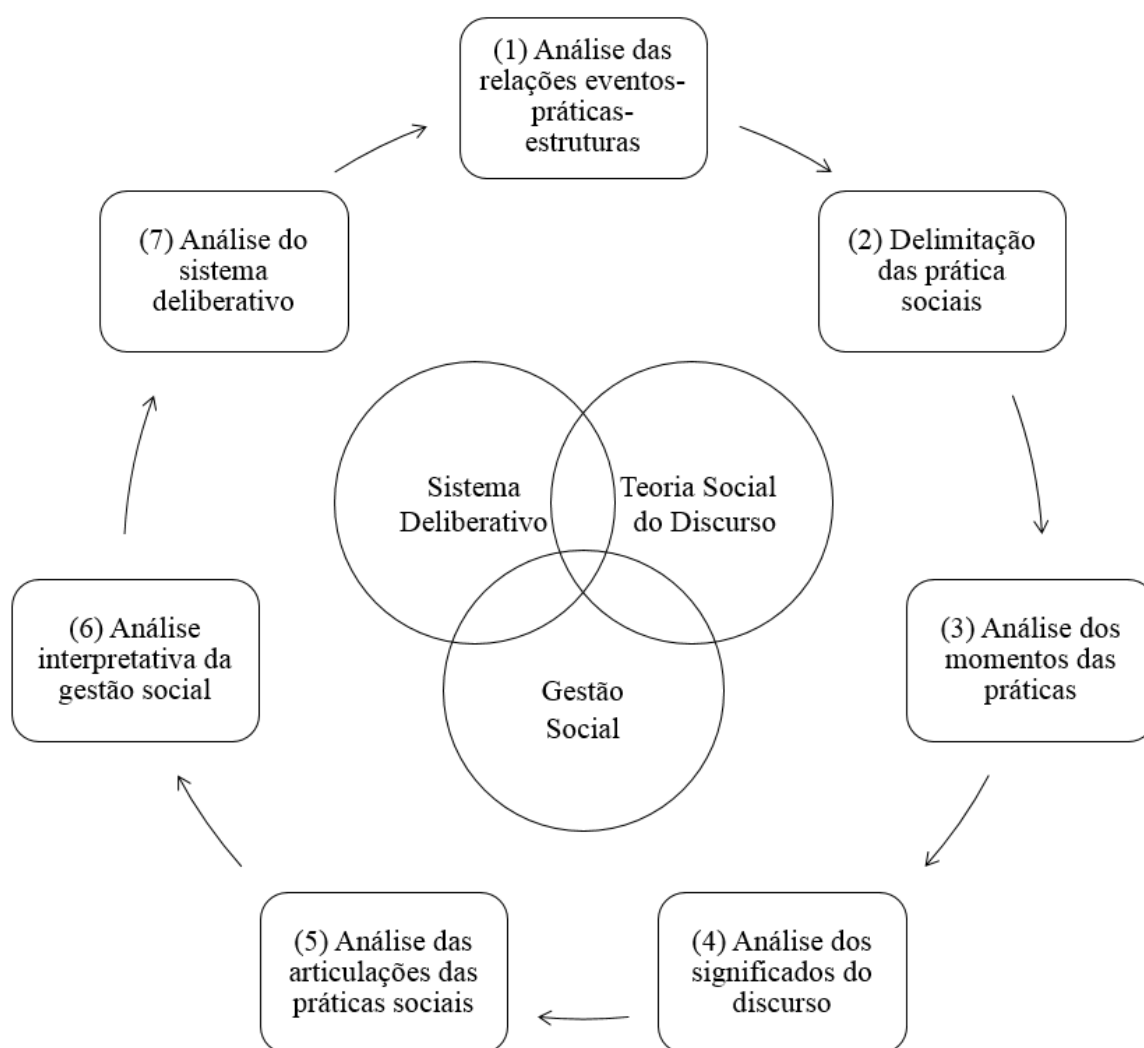
Conforme a Figura 5, nossa análise parte das discussões teóricas entre Teoria Social do Discurso (TSD), Sistema Deliberativo e Gestão Social. A Figura 5 destaca ainda as 4 formas de coleta de dados, a triangulação e o *locus* de estudo.

4.2 Descrição, interpretação e explicação dos dados

Sobre a análise é preciso destacar que para Sayer (2000), na visão do realismo crítico, não é possível escapar à hermenêutica, portanto, o significado deve ser interpretado. Nesse sentido para desenvolver as análises foi preciso considerar os seguintes elementos: a) as práticas sociais precisam ser delimitadas (o que é uma abstração teórico-metodológica); b) as práticas sociais são formadas por diversos momentos; c) o momento do discurso (da semiose) pode ser analisado por meio dos significados do discurso; d) é preciso analisar as articulações das práticas (formação de redes) e seus efeitos causais; e) as características da gestão social

precisam ser interpretadas conforme critérios do seu campo; e f) é preciso analisar o sistema deliberativo constituído e propor melhorias (o que é feito com a participação dos praticantes para não ser um modelo construído por “nós” para “eles”, mas no sentido da coprodução entre acadêmicos e praticantes). Considerando esses aspectos propomos sete passos separáveis analiticamente. A circularidade refere-se à ideia de que em qualquer uma das etapas podemos voltar e reconstruir (agregar descrições, interpretações e explicações) a uma etapa anterior (Figura 6).

Figura 6: Passos propostos para análise.



Fonte: Do autor (2018).

No centro da Figura 6 encontram-se a Teoria Social do Discurso, a Gestão Social e o Sistema Deliberativo articulados entre si e que constituem os campos teóricos que oferecem as categorias descritivas, interpretativas e explicativas da tese.

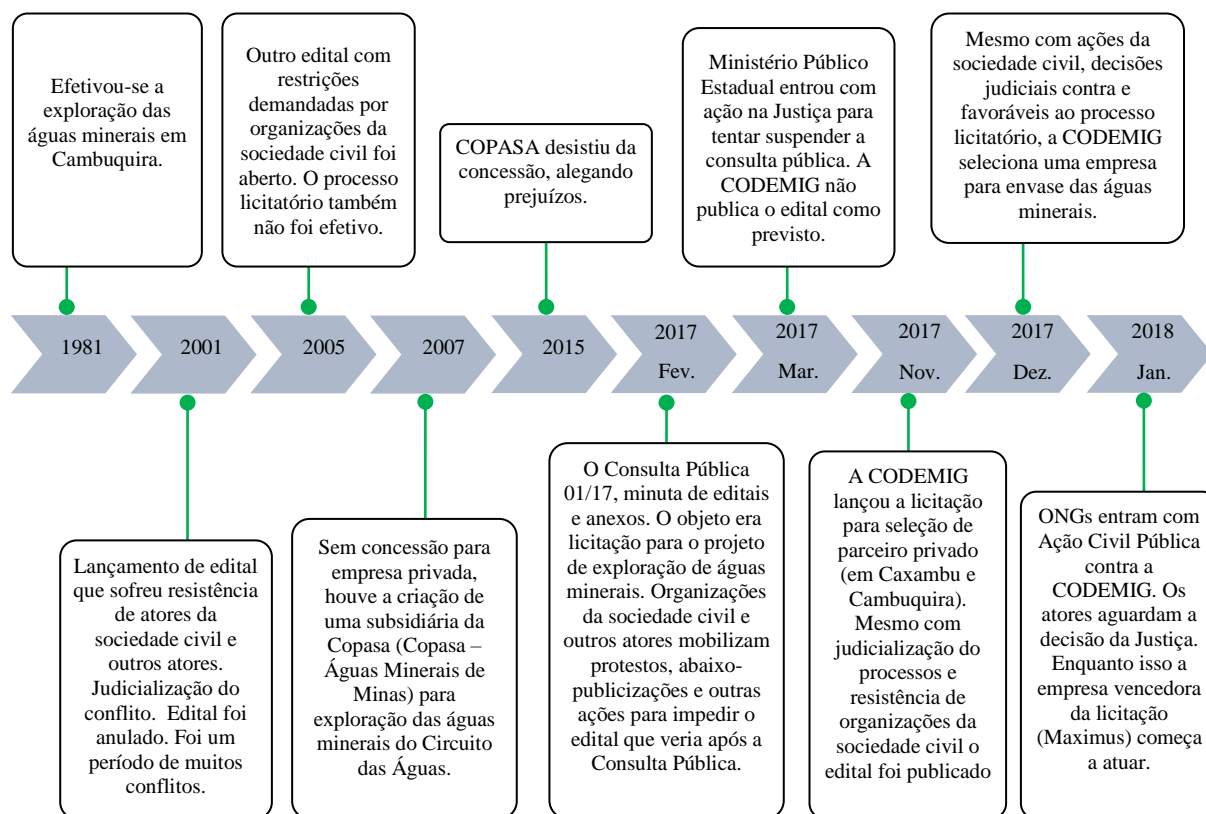
5 PRÁTICAS DE GESTÃO DAS ÁGUAS MINERAIS

No Circuito das Águas de Minas Gerais existem diversos conflitos em torno dos processos de gestão, exploração e preservação das águas minerais, especificamente por serem consideradas minério e assim podem ser exploradas e engarrafadas. Os municípios de São Lourenço, Lambari, Caxambu e Cambuquira são os maiores exemplos desses conflitos (GUIMARÃES, 2009). Desde o Código de Águas Minerais, Decreto-lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945, as licenças de exploração das águas minerais são submetidas ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), transformado em 2017 em Agência Nacional de Mineração (ANM). Por sua vez, as demais “águas” estão sob a tutela da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997). Dessa forma, as águas minerais não vistas como recursos hídricos, mas minério, o que gera consequências institucionais, econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Em Cambuquira, Teixeira Cruz (2017) encontrou diversos discursos relacionados à água mineral: saúde, *commodity*, bem comum, minério, identidade local, turismo, produto e outros que perpassam os interesses privados, públicos e públicos não estatais. Queiroz (2011, p. 144) argumenta que o reconhecimento do Circuito das Águas “como patrimônio da humanidade, pela importância de suas águas e pela singularidade mundial da localidade por possuir suas fontes diferenciadas, levaria a um processo de preservação”. Esse reconhecimento é um dos elementos das lutas existentes no Circuito das Águas e depende do significado socialmente construído em torno das águas minerais (QUEIROZ, 2011).

A perspectiva histórica (Figura 7) nos permitiu constatar que houve mudanças nos componentes dos eventos e práticas, lembrando que, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), as estruturas possuem uma estabilidade maior, mas também mudam. Com destaque, nosso acesso se dá apenas no domínio do empírico (SAYER, 2000) e podemos não ter conhecimento de outras estruturas.

Figura 7: Linha do tempo dos principais eventos.



Fonte: Do autor (2018).

Nessa pesquisa entendemos que os significados das águas são reproduzidos nas práticas de gestão. Para delimitar as práticas utilizamos dos seguintes critérios: a) relativa estabilidade (espaço-tempo) na relação com os eventos-estruturas; b) formada por elementos materiais, discursivos, pessoas, interações, ações, entre outros; c) praticadas por agentes que utilizam de diferentes recursos; d) envolvimento de elementos como corpo, linguagem, formas de fazer, agir, entre outros; e) “operadas pela agência dos sujeitos e por suas ações sociais” (OLIVEIRA; PIMENTA, 2016, p. 384); e f) possuem uma dimensão reflexiva conforme Chouliaraki e Fairclough (1999).

Assim, identificamos diferentes práticas de gestão das águas minerais: Sustentabilidade Hídrica, Crenoterapia, Turismo nas Fontes, Uso Doméstico/Comum, Engarrafamento Industrial, Pesquisa-Extensão Acadêmica e Contestação Pública (Quadro 2). Essas práticas se formaram historicamente nas relações entre diferentes ações, atores e interesses em torno das águas minerais, bem como os diversos entendimentos das mesmas como bem econômico, mercadoria, bem cultural, direito humano, medicamento, etc. Essas práticas revelam também hibridismos e tensões na gestão das águas minerais.

Quadro 2: Descrição das práticas de gestão das águas minerais.

Prática	Descrição
Sustentabilidade Hídrica	Se refere ao conjunto de ações que defendem que as águas minerais precisam ser preservadas e protegidas de outras práticas como o engarrafamento que pode levar à exaustão. Assim, a água mineral é considerada bem comum, bem cultural e bem natural. Nessa prática se engaja os membros da ONG Nova Cambuquira que atuam em prol da preservação e proteção ambiental, e, especialmente, das águas minerais.
Prática da Crenoterapia	Compartilha o entendimento de que as águas minerais possuem “efeitos” curativos medicinais. Dessa forma, carrega significados relacionados as tradições da região sobre tratamentos crenoterápicos. Em seus momentos discursivos as águas minerais são “milagrosas”, “saúde”, “curativas” e, além de alimentos, são medicamentos.
Prática do Turismo nas Fontes	Compartilha o entendimento de que as águas minerais fomentaram, historicamente, o turismo no município e construções como balneário e Parque das Águas. As águas minerais representam bens culturais, produtos turísticos e atraem emprego e renda.
Prática do Uso Doméstico/Comum	Se refere ao uso, principalmente, doméstico e gratuito das águas minerais pelos moradores do município. Compartilha o entendimento de que as águas minerais devem ser de acesso gratuito a todos os moradores. As águas minerais são bens naturais, direito de todos e alimento de consumo comum.
Prática do Engarrafamento Industrial	Se refere aos processos de exploração, armazenamento, engarrafamento e distribuição das águas minerais para comercialização. Tem como produto direto (atividade material) a produção de água envasada e compartilha o entendimento de que as águas minerais são bens minerais. Reproduz as representações das águas minerais como produtos, mercadoria e minério. Ela é normatizada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
Prática da Pesquisa-Extensão Acadêmica	Se refere ao conjunto de estudos realizados em torno da questão das águas minerais no Circuito das Águas de Minas Gerais. Essas pesquisas tem os conflitos envolvendo uso, exploração e gestão das águas minerais como foco e se desenvolvem nas relações entre universidades, pesquisadores, moradores locais, membros de ONGs e outras organizações. Representa as águas como uma entidade múltipla, marcada por diferentes valores, perspectivas, interesses e usos múltiplos.
Prática da Contestação Pública	Se refere ao conjunto de ações engendradas com objetivo de influenciar decisões políticas relacionadas às águas minerais, onde se engajam ativistas de organizações da sociedade civil, comunidade local, pesquisadores, Ministério Público, dentre outros. Essa prática representa as águas minerais como bem de interesse público, bem difuso e bem comum e se forma em ações de protestos, abaixo-assinados, debates públicos e Ação Civil Pública.

Fonte: Do autor (2018).

A partir da descrição dessas sete práticas buscamos identificar quais delas podem ser consideradas práticas de gestão social ou, de outra forma, possuem, no seu momento da ação e interação, a ação gerencial dialógica conforme delineada por Tenório (1998; 2005).

5.1 Práticas de gestão social, momentos e redes

A gestão social enfrenta um conjunto de proposições críticas sobre a sua existência. Tenório (2012, p. 33) chega a afirmar que “o conceito de *gestão social*, portanto, não está presente na realidade” (TENÓRIO, 2012, p. 33). Ora, talvez pareça que ele está corroborando a questão colocada por Pinho (2010). Todavia, na visão realista crítica não é essa a questão e também pelos trabalhos do autor temos uma outra explicação. Pensando a partir do realismo crítico, podemos afirmar que Tenório (2012) apenas considerou que não podemos diluir a ontologia na epistemologia. Na vertente do realismo crítico, a gestão social enquanto conceito é *ideally real* (idealmente real) (FLEETWOOD, 2005), pois é uma entidade conceitual (assim como outras teorias, modelos, etc.) e é “real” porque tem efeito causal (FLEETWOOD, 2005). No campo acadêmico podemos indicar como efeitos causais da gestão social: os inúmeros cursos de graduação e pós-graduação e projetos aprovados em órgãos de fomentos, (MENON, 2016), seminários, eventos, artigos, periódicos (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015) e esta tese de doutorado. Mencionamos ainda que essa definição de real é bastante diferente da visão positivista que compreende que a realidade é apenas formada por fatos observáveis. No realismo crítico a noção de real é bem mais ampla.

Assim, também podemos dizer que a empreitada de Cabral (2011) para destacar a importância dos valores é porque, na visão realista crítica, os valores são reais e tem poderes causais. Pensando na questão das águas minerais em Cambuquira, os valores podem mudar comportamentos, poluir ou engarrafar as águas, fazer palestras, participar de cursos, organizar protestos, implementar programas, lançar editais, mobilizar audiências públicas, publicar textos, criar laços cooperativos, lutar pelo bem comum, influenciar decisões públicas, entre outras diversas ações. Aliás, nota-se alguma proximidade dada a referência da autora à Hilary Putnam (CABRAL, 2011) que pelo seu “realismo interno” tem aproximações com Bhaskar.

Isso é relevante para estabelecer os poderes causais do conceito de gestão social que pode, ao articular práticas, transformar a realidade social. Portanto, essa visão também é aberta a possibilidade de mudança social. Esse é um dos poderes do discurso e do conceito de gestão social a partir da argumentação de Cançado, Pereira e Tenório (2015). No âmbito dos sistemas deliberativos Dryzek (2004, p. 53) chega perto de afirmar algo como afirmamos acima: os discursos “[...] possuem sim a capacidade de subscrever ou desestabilizar resultados coletivos” e Habermas (1997b; 2012a) desde suas “obras de juventude” (como Técnica e Ciência, como “Ideologia” e Mudança Estrutural da Esfera Pública) insiste no “poder” da comunicação. E

antes, desde Austin (1965), sabemos que os atos de fala não são apenas constatativos, são também performativos – *How to do things with words*.

A partir da discussão de gestão social delimitamos seis elementos como critérios para identificar as práticas de gestão social: os processos de decisão em torno dos usos e gestão das águas minerais devem considerar os argumentos de todos os envolvidos; a água não se limita a sua natureza ambiental, técnica ou econômica, mas se apresenta como uma questão cultural, social e política; reproduzir, em algum grau, a visão que a água é um bem comum e de interesse público; na perspectiva da gestão social as águas devem ser geridas em arranjos com a participação efetiva da sociedade civil; os processos de participação em torno das águas minerais devem ser pautados pela dialogicidade entre os atores; e, além disso, a prática na visão de mundo da gestão social deve ter “como seu determinante a sociedade” (CANÇADO; TENÓRIO, PEREIRA, 2011, p. 698).

Por meio desses critérios identificamos que a maioria das práticas sociais articula características da gestão social, seja em menor ou maior grau. Apenas a prática do Engarrafamento Industrial é que reproduz, marcadamente, as características da gestão estratégica conforme definidas por Tenório (1998; 2005). Os efeitos desta prática podem ser verificados na citação abaixo:

[...] as estâncias hidrominerais têm sofrido diversos impactos negativos causados pela intensificação da exploração de suas águas, tais como: 1) perda das suas características diferenciais; 2) perda de seus papéis como referência cultural das identidades locais; 3) prejuízos para as atividades turísticas; 4) prejuízos para outras atividades econômicas, tais como as pequenas indústrias e empreendimentos do setor de comércio e de serviços, que giram em torno da água mineral e do turismo; e 5) enfraquecimento das relações comunitárias, especialmente nas cidades em que o peso relativo das empresas engarrafadoras é grande. (NINIS; DRUMMOND, 2008, p. 151).

A prática que mais apresentou características da gestão social foi a da Contestação Pública, pois contém elementos da visão deliberacionista das teorias da gestão social (ALCÂNTARA, 2015). Nessa prática, os atores sociais que se engajam, atualmente lutam para que as águas minerais não sejam exploradas comercialmente. Quando a CODEMIG lançou o processo licitatório mais recente (novembro de 2017) para seleção de parceiro privado para exploração do negócio de águas minerais em Caxambu e Cambuquira, organizações da sociedade civil (ONG Nova Cambuquira, Associação Caxambu Mais e Sociedade Amigos do Parque das Águas – AMPARA) entraram com Ação Civil Pública que pedia, entre outros itens,

a suspensão do processo licitatório 07/2017. A reação da ONG Nova Cambuquira ao edital pode ser vista na postagem abaixo (30 de novembro de 2017):

Mas é isso gente! Nós trabalhando voluntariamente pela nossa cidade, nossa mata e nossas águas e o Governo do Estado através da Codemig querendo endinheirar seus cofres às nossas custas! Vejam mais uma vez o absurdo deles querendo privatizar nossas águas! (ONG NOVA CAMBUQUIRA, 2017).

A postagem revela a dinâmica de alternativas que se colocam frente às práticas mercantis de gestão das águas (engarrafamento industrial).

A prática da Sustentabilidade Hídrica apresenta diversas características da gestão social, especialmente o engajamento da sociedade civil em prol de um bem público e a visão não utilitarista das águas. A proposta do Programa Ondas criado pela ONG Nova Cambuquira em parceria com outras organizações da sociedade civil, universidades e Ministério Público apresenta o entendimento da Sustentabilidade Hídrica (das águas minerais).

Esse recurso, a água, depende do solo, do subsolo, do entorno e por isso, todos estes elementos devem estar intactos e preservados. É preciso um Plano de Proteção do meio ambiente para esse recurso. O Parque das Águas, suas fontes, seu entorno, devem ter a área protegida, e, inclusive, de forma mais ampla, considerando toda a Bacia hidrográfica. Visamos desenvolver uma estratégia de sustentabilidade para a proteção dos mananciais e do meio ambiente como um todo, através, inclusive, do trabalho em conjunto com os produtores rurais, que também compreendem a vocação destes municípios. (PROGRAMA ONDAS, 2017, p. 03).

A prática da Crenoterapia e a prática do Uso Doméstico/Comum também apresentam características da gestão social. Essas práticas expressam significados das águas minerais como bens culturais, valorizam as tradições locais e o seu uso aberto à comunidade.

Além disto, como bem público, a água mineral não é um recurso hídrico como os outros, tendo, portanto, como finalidade mais nobre, o seu uso para o tratamento da saúde. A água mineral apresenta fins terapêuticos. [...]. O uso das águas minerais no termalismo e na crenoterapia social apresenta-se como uma boa alternativa para a promoção da saúde e prevenção das doenças. (PROGRAMA ONDAS, 2017, p. 01).

A prática do Turismo nas Fontes se apresenta como uma prática híbrida e com tensões internas: por um lado, valoriza as águas minerais para além da visão econômica como bem cultural e patrimônio. Mas por outro lado, é também econômica e pautada pela racionalidade estratégica (TENÓRIO, 2005). Portanto, essa prática apresenta tanto características da gestão estratégica quanto da gestão social, expressando potenciais conflitos de interesses, tais como

entre um turismo ecológico e o turismo pautado apenas em fins de lazer sem ponderar os impactos ambientais.

Por isso, atores da ONG Nova Cambuquira defendem a prática do turismo a partir da ótica do ecoturismo, propondo desenvolver um “roteiro ecoturístico da peregrinação, com turismos de experiência, trilhas e aventuras” (PROGRAMA ONDAS, 2017, p. 02). Cita como ações: “[...] potencializar símbolos e criar um memorial das águas, que provocará mudanças e transformações locais, bem como fornecerá ao turista a experiência dessa emoção sobre os valores relacionados à sustentabilidade” (PROGRAMA ONDAS, 2017, p. 02). Nesse sentido, afirmam que o turismo deve ser sustentável e focado em uma dimensão simbólica da peregrinação:

Sabendo que o turismo se difere da peregrinação, já que o primeiro traz consigo a noção de extração (consumir e usufruir), enquanto o segundo, a do caminhar, pegar água e agradecer a Terra por isso (ideia de troca), e levando e consideração a tendência mundial da retomada do natural, propõe-se a elaboração de projetos voltados para o ecoturismo, focado na criação de roteiros, visando a exploração do turismo de aventura, tais como: arvorismo, canoagem, *rafting*, tirolesa, rapel, vôo livre, trilhas locais para caminhada (*trekking*), trilhas intermunicipais para ciclismo, objetivando a interação do circuito das águas com a criação de campeonatos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, etc. (PROGRAMA ONDAS, 2017, p. 03).

A prática do Uso Doméstico/Comum também apresenta alguns elementos de hibridismo quando, por exemplo, moradores pegam a água e a revendem para outros que não querem ou não podem ir às fontes. Finalmente, a prática da Pesquisa-Extensão Acadêmica está a ser ressignificada atualmente a partir da interação das universidades com os atores da ONG Nova Cambuquira, principalmente. A descrição dessa prática é coerente com nossa perspectiva já que a produção de conhecimento teórico-empírico é, por si só, uma prática (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

De forma geral, identificamos que as pessoas que se engajam nas práticas de gestão social são, principalmente, ativistas e membros de organizações da sociedade civil (ONG Nova Cambuquira, AMPARA e outras), moradores locais e membros do Ministério Público. Porém, encontramos também o engajamento de vereadores e outros atores do Poder Público local. Como exemplo, a postagem da ONG Nova Cambuquira (17 de fevereiro de 2018):

Guardiões das Águas, boas notícias! Em atitude inédita, a Câmara Municipal de Caxambu, através do seu Presidente e Guardião das Águas, [...] aderiu formalmente, na condição de “amicus curiae”, à ação em defesa dos povos das águas da Mantiqueira, que corre na Subseção Judiciária de Varginha, Justiça

Federal. Com a aderência oficial da Câmara de Caxambu como guardião das águas minerais, ela enfrentará essa batalha ao lado das ONGs Nova Cambuquira, Caxambu Mais e Ampara! Lembrando que quem ficar de fora, vai ser atropelado pelo bonde da história! Esperamos sinceramente que a atitude do Sr. [...] sirva de exemplo e inspiração para os outros órgãos públicos locais, que devem, o quanto antes, manifestar o apoio formal e legal às organizações sociais defensoras da água nessa licitação que já coleciona em seu desfavor irregularidades administrativas, legais e judiciais! (ONG NOVA CAMBUQUIRA, 2018).

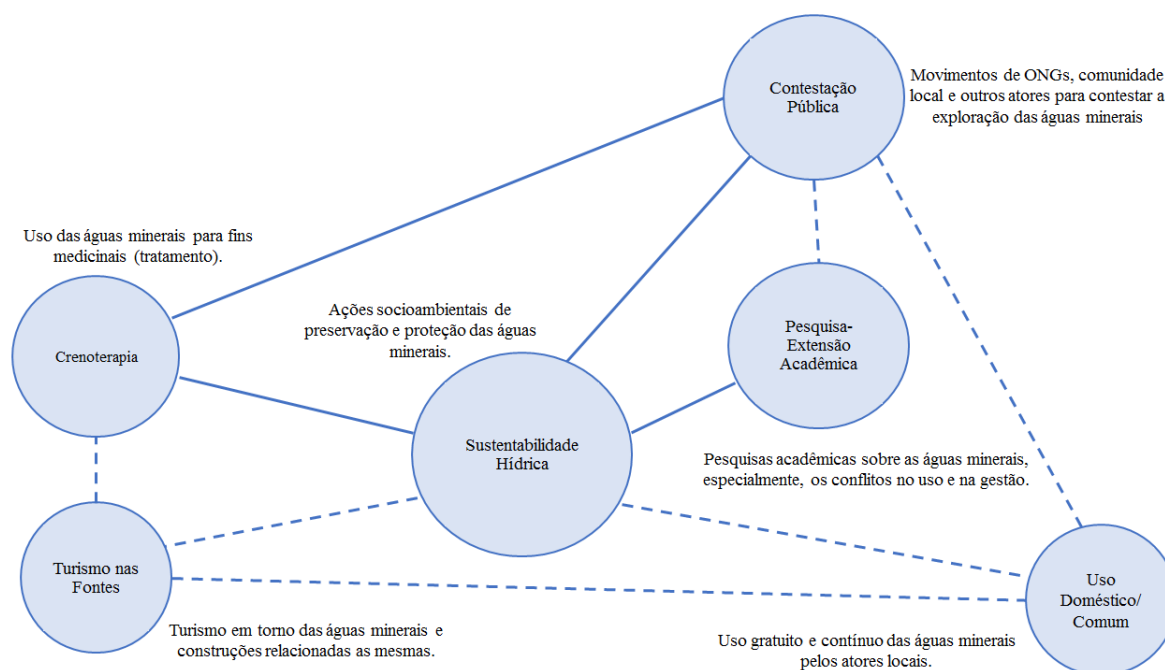
Cabe destacar que essa participação do Poder Público local ocorre mais em Caxambu, já que em Cambuquira a participação ainda é muito precária na questão das águas minerais.

No que se refere ao mundo material as práticas listadas se mobilizam em torno das águas minerais (em sua materialidade) e em relações simbólicas com representações das águas como bem comum, saúde, medicamento, bem cultural que constroem identidades: “os povos das águas”, “os guardiões das águas” e “a água somos nós”. Outros discursos mobilizados foram: “Água é vida, é saúde, é um direito humano e bem público, e não para enriquecer o bolso de poucos!”, “água é vida e não mercadoria!!!”, “nosso maior patrimônio, nosso bem mais precioso” e “bem tão precioso e raro na natureza que tem valor, além de gastronômico, cultural e também terapêutico”. Dessa forma, a ONG Nova Cambuquira se mobilizou para que Cambuquira se tornasse uma “Cidade Azul” em 2014. A questão foi noticiada no jornal local:

Cambuquira será a primeira “Blue Community” da América do Sul, se unindo ao movimento mundial que postula o acesso à água como um bem humano universal, com qualidade e fácil acesso. A nomeação é uma criação do *Council of Canadians*, movimento social canadense criado na década de 80 por, entre outros, MAUDE BARLOW, ativista e escritora de fama global por sua luta em prol de causas sociais no seu país e, agora, internacionais. A “diplomação” acontece no próximo dia 7 de junho, sábado, durante o 1º Fórum Nossa Água, quando esta e outras questões serão apresentadas e debatidas. (BRITTO, 2014, p. 01).

Este estudo mostra que, por meio de articulação, houve a formação de redes de práticas de gestão social, que se colocou em posição conflituosa com a prática do Engarrafamento Industrial. Na Figura 8 apresentamos as articulações das práticas que formam uma rede de práticas de gestão social. Destacamos que a prática da Sustentabilidade Hídrica ocupa papel central nesta rede.

Figura 8: Rede de práticas de gestão social das águas minerais.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observamos pelo traço pontilhado (Figura 8) que, atualmente, as articulações mais fracas ocorrem entre Crenoterapia e Turismo nas Fontes, Turismo nas Fontes e Sustentabilidade Hídrica, Uso Doméstico/Comum com Turismo nas Fontes e também com Sustentabilidade Hídrica.

5.2 Composições e desvios na formação de um sistema deliberativo de gestão das águas

Para a análise do sistema deliberativo atual procuramos mostrar que existem práticas (não necessariamente todas) que se articulam por meio do poder comunicativo gerado pelas ações gerenciais dialógicas (gestão social). Adiante, utilizaremos dos critérios discutidos por Hendriks (2009) sobre governança deliberativa e sistemas deliberativos. Acrescentando com Faria (2012) que devemos mediar – dialeticamente – o nível de avaliação a partir de critérios normativos e critérios empíricos, dado que o excesso de normatividade faz o sistema deliberativo perder seu nexo “concreto” e o excesso de descrição empírica “objetivista” (HABERMAS, 1997a) faz perder o potencial crítico. Novamente a dialética teoria-prática é chamada e com ela não se pode desprezar também os critérios (MANSBRIDGE, 1999; FARIA, 2012; MANSBRIDGE et al., 2012).

Em termos normativos é preciso se atentar para: a) se houve decisões que são legitimadas pela troca pública de significados (seja em debate racional ou outras formas de

expressão); b) se participou inclusivamente diferentes pessoas (praticantes); c) que não havia fortes assimetrias não somente do momento discursivo das práticas sociais, mas de elementos de todos seus momentos; d) se as decisões coletivas foram pautadas na deliberação e não na agregação de preferências, e) se a finalidade foi o bem comum e busca de acordos em meios aos interesses divergentes; f) se participou de arranjos institucionais e arenas informais; g) se houve a interação entre arranjos e arenas; e h) se observou os critérios como legitimidade, representação, comunicação, pluralismo e metaconsenso (diversos discursos e outras práticas sociais coexistem) (DRYZEK, 2010). Além disso, é preciso considerar que a legitimidade depende de processos de publicidade e transparência, inclusão, igualdade de oportunidades e troca de argumentos e os critérios de espaço público, espaço capacitado, transmissores, *accountability* e *decisiveness*. Vale notar que em cada um destes itens podem existir e se construir entre eles tensões e contradições que devem ser discutidas. A pesquisa de Persson (2016), ao adicionar outros critérios para além dos normativos, mostra que ideologia, hegemonia e relações de poder, conforme TSD, podem estar presentes também na formação do sistema deliberativo e ter impacto nele.

Sabemos que estes critérios normativos são aceitos e muitos deles incorporados no campo da gestão social. Portanto, podem ser pensados em conjunto a partir de uma grade de análise (que organize as categorias mais relevantes) e a relação com a pesquisa de campo. Finalmente, a análise de todo o sistema deliberativo, desde os âmbitos formais aos informais é importante, afinal, a partir de Dryzek (2004, p. 54-55) não basta reconhecer as águas minerais como bem comum e de domínio público, pois “[...] avanços discursivos não podem ser medidos apenas em termos de legislação ou decisões sobre políticas, mas também na prática do cotidiano, em contestações feitas e resistidas no âmbito dos lares, em locais de trabalho, em salas de aula e alhures”.

O estudo revelou um contexto formado por assimetrias, conflitos e antagonismos. Estes três elementos tiveram implicações (efeitos causais) na constituição efetiva de um sistema deliberativo de gestão de águas minerais. Nos processos, em vários momentos, a deliberação se tornou possível, mas somente em mobilizações conflituosas. No entanto, é a reprodução de assimetrias e dos antagonismos que oferecem resistência ao sistema deliberativo. Flores e Misoczky (2015) tratam dos antagonismos na apropriação das águas a partir dos conceitos de valor de uso e valor de troca de Marx.

[...] que a água e a natureza em geral são apropriadas para a produção de valores-de-uso em processos que também produzem valor (na forma de valor-

de-troca). Esses dois processos, apesar de serem o mesmo, são antagônicos. Isso coloca uma série de questões, sendo que a principal é que o propósito de apropriação da natureza deixa de ser a produção de valores-de-uso e passa a ser a produção de valores-de-troca. (FLORES; MISOCZKY, 2015, p. 240).

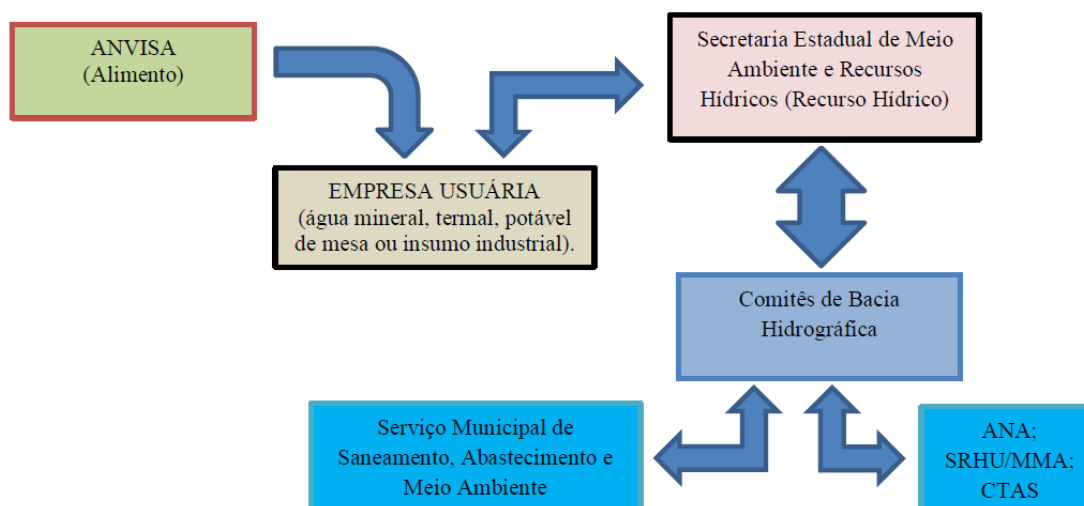
Karl Marx já afirmou que a natureza é a fonte dos valores de uso.

[...] concepção da água como bem comum se manifesta nos espaços de luta, nas tradições e nas concepções populares de mundo. São sementes que ainda não germinaram porque não vivemos as condições históricas para isto; porque estão sufocadas pela hegemonia do capital que se manifesta em práticas como a manipulação de gigantescos volumes de água, na atribuição do dinheiro como medida de valor e na naturalização da escassez. (FLORES; MISOCZKY, 2015, p. 247).

O antagonismo se faz presente quando cada prática exige certos valores, crenças, ações, enfim, formas de se relacionar e gerir as águas minerais e, portanto, não podem conviver em um mesmo sistema. Assim, é preciso uma transformação: “transformar antagonismo em agonismo” (MOUFFE, 2005, p. 21). Sabendo que “o antagonismo é a luta entre inimigos, enquanto o agonismo representa a luta entre adversários” (MOUFFE, 2005, p. 21). Nesse sentido, em um sistema deliberativo como nós concebemos aqui, é viável e democrático a relação de adversários (agonismo). Todavia, o antagonismo é elemento negativo a sua formação.

A proposta do novo arranjo institucional de Portugal Júnior (2016) seria uma forma de pensar em um arranjo que viabilizasse a formação de um sistema deliberativo – considerando que autor faz sua proposta a partir do nível macro de análise (Figura 9).

Figura 9: Novo arranjo institucional das águas minerais.



Fonte: Portugal Júnior (2016, p. 128).

Segundo esse autor, essa mudança poderia acabar com os conflitos em torno das águas minerais, pois traria novos atores para a governança das águas.

Com essa mudança, os trâmites do processo de outorga pelo uso da água ficam sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e o licenciamento ambiental sob a égide da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, que teriam no Comitê da Bacia Hidrográfica (ou nos comitês, em caso de aquífero que agregue mais de uma bacia) um órgão de assessoria para a fiscalização e verificação técnica em termos quantitativos e qualitativos, bem como, para a cobrança pelo uso da água mineral, termal ou potável de mesa extraída. Salienta-se que a participação do CBH deve ser primordial, por se tratar de um ambiente deliberativo composto por todos os agentes envolvidos direta e indiretamente com os recursos hídricos em geral, o que contribui para a consideração dos usos múltiplos das águas. (PORTUGAL JÚNIOR, 2016, p. 129).

No entanto, este não é o modelo vigente. No modelo atual, as águas minerais são consideradas minérios, a dominialidade das águas minerais é da União, a CODEMIG tem uma visão economicista das águas minerais em detrimento da crenoterápica, cultural e tradicional e os editais lançados pelo Estado atuam de modelo colonizador (no sentido da colonização do mundo da vida pelo sistema tratado por Habermas) das realidades locais.

Finalmente, mesmo que ainda em andamento, as redes de práticas de gestão social que estão sendo articuladas entre acadêmicos e praticantes podem contribuir para que um sistema deliberativo se constitua efetivamente. A tarefa é complexa e sabemos que um sistema deliberativo deve ser formado considerando o máximo de atores e perspectivas existentes, o que ainda não foi possível, dado os conflitos e antagonismos existentes.

Além da análise do sistema deliberativo “existente” procuramos, como momento positivo e propositivo da tese, e com a participação de diversos atores locais, uma construção participativa de possíveis melhorias (MANSBRIDGE et al., 2012) nesse sistema, seguindo também direcionamentos da Gestão Social e da Teoria Social do Discurso com a superação dos obstáculos encontrado no sistema deliberativo “atual”. Isso foi feito considerando a relevância da proposta institucional de Portugal Júnior (2016), no que tange as institucionalidades das águas minerais. No entanto, acrescentamos que os praticantes/sujeitos devem participar dessa construção e que não é possível fomentar mudança sem perpassar pelas práticas sociais e seus diferentes momentos, como o discurso. No entanto, foram encontradas diferentes divergências também dentro do movimento dos “Guardiões das Águas” envolvendo, por exemplo, diferentes organizações da sociedade civil.

Como exemplo, na reunião pública realizada em Caxambu, em 02 de agosto de 2018, ficou visível os diferentes caminhos pretendidos por organizações da sociedade civil (Figura 10). Após essa reunião, percebemos atritos entre atores, o que refletiu em presenças e ausências no 2º Fórum “Gestão Sustentável do Parque das Águas – Perspectiva Regional e Integrada” (29 e 30 de setembro 2018).

Figura 10: Convite para reunião pública em Caxambu e para o segundo Fórum Gestão Sustentável do Parque das Águas.

REUNIÃO PÚBLICA
Venha discutir uma alternativa para nossos parques e nossas águas
Esperamos você dia 02 de agosto às 17h30 na Câmara Municipal de Caxambu.
Sua participação é muito importante!

2º FORUM
CAXAMBU
29 e 30 setembro/2018
das 9 às 18 hs
no auditório do Hotel Palace

GESTÃO SUSTENTÁVEL DO PARQUE DAS ÁGUAS
PERSPECTIVA REGIONAL E INTEGRADA
MODELOS DE GESTÃO - GEO PARQUE - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
PLANO DIRETOR - ASPECTOS ESPECIAIS DO PARQUE DAS ÁGUAS DE CAXAMBU.

CONVIDADOS CONFIRMADOS

- Carlos Fernando Delphim - Arquiteto da Paisagem - Especialista em Jardins Históricos
- Antonio Hoyuela Jayo - Arquiteto Urbanista - Consultor do IPHAN e da UNESCO
- Roberto Nascimento - Diretor Executivo da Associação Amigos do Parque Nacional da Floresta da Tijuca
- Thobias Furtado - Presidente do Parque Ibirapuera Conservação
- Bérgson Cardoso Guimarães - Promotor de Justiça da Comarca de Caxambu - A ARPA Rio Grande.
- Stella Guida - Presidente do Comitê de Bacia do Rio Verde. O Plano Diretor da Bacia do Rio Verde.
- Paulo Maciel Junior - Especialista em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - A APA Circuito das Águas.
- Felipe Conde - Secretário de Turismo e Cultura de Caxambu - A APA das Águas Minerais
- Cristiane Magalhães - Historiadora especializada em Patrimônio Cultural - As Obras de Cascateiro
- Carolina Satim - Terapeuta Holística - A Litopuntura de Marko Pogacnik
- Valderi de Castro Alcântara - DAE - UFLA - A Gestão Social
- Participação da CODEMGE - Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais

REALIZAÇÃO: AMPARA - Sociedade Amigos do Parque das Águas

PARCERIAS: ARPA, Caxambu, NEAPES

APOIOS: ARPA - Agência Regional de Proteção Ambiental, Parque Hotel, Fazenda Riocelta, Hotel Bragança, Hotel Caxambu, Hotel Lopes, Prefeitura Municipal de Caxambu, Câmara Municipal de Caxambu, Restaurante Corco

Fonte: Pesquisa documental.

Esses elementos revelam que entre os próprios atores também faltam alguns entendimentos comuns. Se considerarmos estes espaços como arenas públicas a compreensão destes conflitos decorre do fato que são locais marcados pela pluralidade de práticas e valores. Portanto, estes processos não são unânimes. Nas próprias arenas da sociedade civil diferentes formas de manifestação, emoção e argumentação estão em relações tensas. Portanto, percebemos que os atores formulam diferentes arranjos para um sistema deliberativo – incluindo arranjos que conflitam em si.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos e analisamos práticas de gestão das águas minerais, algumas transformações em seus elementos e momentos. Consideramos que os resultados dessa pesquisa mostram o potencial de articulação em rede dessas práticas na formação de um sistema deliberativo de decisões a partir da visão da gestão social. Consideramos que os resultados apresentados possuem também potencial para compreender a formação de uma esfera pública

em torno da água mineral, a qual pode ser fortalecida ao longo do tempo no sentido de ser capaz de influenciar importantes decisões políticas locais, regionais e de carácter nacional.

Segundo Teixeira Cruz (2017, p. 145) “a gestão social da água mineral ganha relevância ao ser elucidada para o próprio público envolvido no sentido da transformação social por meio da ação comunicativa” e também “contribui para a formação de uma agenda propositiva de ação e para a formação de uma consciência crítica ainda mais ampla em torno deste tema”. Todavia, esse processo é limitado por diversos elementos: (a) a separação jurídica entre águas minerais e outras águas; (b) a dominialidade das águas minerais é da União; (c) Em Minas Gerais, o arranjo institucional atual coloca as águas minerais sob a égide da CODEMIG e não do IGAM; (d) a CODEMIG tem uma visão economicista das águas minerais em detrimento da ambiental, cultural e tradicional; e (e) existem assimetrias, conflitos e antagonismos entre diversos atores em torno da questão e os processos são judicializados. Nesse sentido, ainda não se constitui um sistema deliberativo, como mostramos considerando os critérios de Dryzek (2009) e Mansbridge et al. (2012). Especialmente, a CODEMIG não aceita participar desse sistema, pois para participar no sentido atribuído ela teria que aceitar a participação dos “Guardiões das Águas” a partir das suas visões, significados que atribuem às águas e demandas – cuja principal, em 2017, foi o cancelamento/anulamento do edital.

Uma questão que a tese problematiza é a noção de sistemas deliberativos. Sistemas pressupõe certo equilíbrio (no sistema prevalece o equilíbrio) e, portanto, um desafio foi conceituar a ideia de sistema que ontologicamente tem elementos de contradição com a perspectiva da Teoria Social do Discurso que podemos dizer é anti-sistema, no sentido, que certas estabilidades são relações de poder que se tornaram hegemônicas. A tese indica e abre caminhos para que em trabalhos futuros e outros pesquisadores possam revisar de forma mais crítica a noção de sistemas deliberativos – um norte é explorar os conceitos emergentes de “movimentos deliberativos” e de “práticas deliberativas”.

A partir desses resultados podemos sugerir uma possível agenda de pesquisa: (a) realizar estudos teórico-empíricos sobre as possibilidades de se formar um sistema deliberativo em meio as assimetrias e conflitos diversos; (b) compreender como se relacionam as práticas sociais identificadas e o contexto institucional da gestão das águas minerais no Brasil; (c) problematizar como rearticular as práticas tendo em vista transformações sociais; e (d) compreender os hibridismos e as tensões entre as diferentes práticas de gestão identificadas. Por fim, a questão mais relevante que surge deste artigo é: ontologicamente, a gestão social se constitui de uma prática específica (prática da gestão social) ou de características de diferentes práticas (práticas

de gestão social)¹⁸? Este artigo seguiu a segunda alternativa. Em trabalhos posteriores, pretendemos seguir a primeira.

¹⁸ De outra forma, podemos propor a noção da gestão social como uma prática específica com seus momentos e elementos, ou, o melhor entendimento é que uma prática pode conter características da gestão social (a gestão social aqui entendimento como ação gerencial dialógica). Os trabalhos realizados por Tenório (1998; 2005) e Cançado, Pereira e Tenório (2015) indicam para a segunda opção. A teoria social do discurso e a noção de práticas sociais direciona para a primeira: a gestão social como prática. Nessa visão, surge outras questões relevantes: quem são os praticantes, quais os momentos da prática da gestão social? Com quais e como ela se articula com outras práticas? Quais os potenciais das redes de práticas na qual está inserida a prática da gestão social? Essas são questões teóricas e empíricas que podem contribuir com o desenvolvimento do campo da gestão social.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, V. C. **Mundo-da-vida e sistema**: o locus da gestão social sob a abordagem habermasiana. 2015. 421 p. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.
- ALCÂNTARA, V. C.; CABRAL, E. H. S.; MUZY, P. T.; PEREIRA, J. R. Fatos, valores e o mundo-da-vida: argumentos epistemológicos para a avaliação no âmbito da gestão social. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), 2017.
- ALCÂNTARA, V. C.; CORDEIRO NETO, J. R.; VALADÃO, J. A. R. Consulta Pública como Instrumento Político: Controvérsias em torno da Exploração da Água Mineral no Circuito das Águas em Minas Gerais. **XLI Encontro da ANPAD 2017**, 2017. (no prelo).
- ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. O locus da gestão social no contexto das interrelações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 82, 2017.
- ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, É. A. F. Gestão Social e Governança Pública: aproximações e (de) limitações teórico-conceituais. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, 2015.
- ANGÉLICO, F.; TEIXEIRA, M. A. C. Acesso à informação e ação comunicativa: novo trunfo para a gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 7-27, 2012.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. New York: New York Press, 1965.
- BEZERRA, R. V. M. B; BRANQUINHO, F. T. B. Quem controla a água? Mapeamento de Controvérsias na Guerra das Águas em São Lourenço, Minas Gerais. In: VI REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DAS TÉCNICAS (REACT), 2017, São Paulo: Departamento de Política Científica e Tecnológica, v. 3. p. 87-106. 2017.
- CABRAL, E. H. S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1915-1941, 2011.
- CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. 313 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2015.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.
- CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, p. 681-703, 2011.
- CHOULIARAKI, L. e FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

CRUZ, E. S. T. **Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais**. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

DALBERIO, O.; DALBÉRIO, M. C. B. **Metodologia científica: desafios e caminhos**. São Paulo: Paulus, 2009.

DRYZEK, J. S. **Foundations and frontiers of deliberative governance**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

DRYZEK, J. S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Org.). **Participação e Deliberação. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo, Editora 34, 2004.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London; New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, v. 25, n. 2, 307-329, 2012.

FARIA, C. F. Do ideal ao real: as consequências das mudanças conceituais na teoria deliberativa. **Lua Nova**, n. 87, 2012.

FLEETWOOD, S. Ontology in organization and management studies: A critical realist perspective. **Organization**, v. 12, n. 2, p. 197-222, 2005.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. São Paulo: Editora ARTMED, 2009.

FLORES, R. K.; MISOCZKY, M. C. Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 73, p. 237-250, 2015.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; FERREIRA, M. A. M. Gestão social como projeto político e prática discursiva. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, p. 278-292, 2016.

GUERRA, J. F. C. **A produção de conhecimento sobre Gestão Social: um estudo da relação entre academia e praticantes**. (Tese de doutorado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a. Vol. I.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b. Vol. II.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua nova**, v. 36, p. 39-53, 1995.

HENDRIKS, C. M. Deliberative governance in the context of power. **Policy and Society**, v. 28, p. 173–184, 2009.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Artmed; UFMG, 1999.

MANSBRIDGE, J. et al. A systemic approach to deliberative democracy”. In: PARKINSON, J.; MANSBRIDGE, J. J. **Deliberative systems**: deliberative democracy at the large scale. Cambridge: CUP, pp.1-26, 2012.

MANSBRIDGE, J. et al. A systemic approach to deliberative democracy. In **Deliberative Systems: Deliberative Democracy at the Large Scale**, edited by J. Parkinson and J. Mansbridge, pp. 01–26. Cambridge: Cambridge University Press. 2012.

MANSBRIDGE, J. Everyday talk in the deliberative system. In Stephen Macedo (ed.), **Deliberative Politics: Essays on Democracy and Disagreement**. Oxford University Press, pp. 211–238. 1999.

MENON, I. O. **Gestão Social como campo do saber no Brasil**: uma análise de sua produção científica pela modelagem de redes sociais (2005-2015). 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 11-23, 2005.

PAES DE PAULA, A.P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 1, p. 24, 2016.

PAES DE PAULA, A. P. **Repensando os Estudos Organizacionais**: por uma nova teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

PERES JÚNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens Teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, p. 221-236, 2014.

PEREIRA, J. R. **Diagnostico Participativo**: o Método DRPE. Tubarão: Perito, 2017.

PERSSON, E. **Burocracia, ideologia e gestão social**: uma abordagem crítica à luz da categoria habermasiana da esfera pública. 2016. 353 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PINHO, J. A. G. Gestão Social: Conceituando e Discutindo os Limites e Possibilidades Reais na Sociedade Brasileira. In: RIGO, A. S. et al. **Gestão social e Políticas Públicas de Desenvolvimento**: Ações, Articulações e Agendas. Recife: UNIVASF, 2010.

PORTUGAL JÚNIOR, P. S. **A controvérsia sobre as águas**: uma proposta de integração institucional e políticas públicas para o segmento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

PORTUGAL JÚNIOR, P. S. P.; REYDON, B. P.; PORTUGAL, N. S. As águas minerais no Brasil: uma análise do mercado e da institucionalidade para uma gestão integrada e sustentável. **Revista Ambiente & Água**, v. 10, n. 2, p. 413-430, 2015.

QUEIROZ, J. T. M. **O campo das águas envasadas**: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade das águas e percepções. Tese de Doutorado (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. C. V. S. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 5, n. 1, p. 185, 2004.

SAYER, A. Características-chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo. Estudos de Sociologia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v. 6, n. 2, p. 7-32. 2000.

TEIXEIRA CRUZ, E. S. **Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais**. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

TEIXEIRA, T. S. **A construção dos sentidos e interesses no uso da água mineral pelas organizações da sociedade civil do município de Cambuquira-MG**: um estudo à luz da gestão social. Monografia (Graduação em Administração Pública). Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2017b.

TEIXEIRA, T. S. **Gestão Social, Esfera Pública e Governança Deliberativa no Circuito Turístico das Águas**. Universidade Federal de Lavras – UFLA, Relatório de Iniciação Científica, 2017a.

TENÓRIO, F. G. (Re)Visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. Gestão social, um conceito não idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JÚNIOR, J. T. (Org.). **Gestão social**: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: Editora UNIJUÍ, p. 23-36, 2012.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.